AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 889 - Quinta-feira 07 de Janeiro de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS
CONTRATADO – PARDAL ASSESSORIA E SERVIÇO CONTABIL LTDA
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2009
VALOR GLOBAL –R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
VIGENCIA – 12 MESES

LEI MUNICIPAL N.º 619/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Sebastião Silva Trindade, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Projeto de Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Apiacás - MT, para o Exercício Financeiro de 2010, de acordo com os anexos integrantes desta Lei, compreendendo:

I. - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, Órgãos e Entidade da Administração Direta.
II. - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta.

CAPÍTULO II
DA PREVISÃO DA RECEITA

Art. 2º - O valor bruto estimado do orçamento é no valor de R$ 16.848.000,00 (Dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais), tendo como deduções para formação do FUNDEB, o valor de R$ 1.801.000,00 (Hum milhão, oitocentos e um mil reais), onde o **valor liquido do orçamento menos as Deduções será de R$ 15.047.000,00 (Quinze milhões, quarenta e sete mil reais)**, sendo o valor de R$ 14.197.000,00 (Catorze milhões, cento e noventa e sete mil reais) para a Administração Direta e o valor de R$ 850.000,00 (Oitocentos e cinqüenta mil reais) para a Administração Indireta RPPS – PREVIAP, e a Receita Orçamentária Liquida é Estimada na forma dos anexos desta Lei em R$ 15.047.000,00 (Quinze milhões, quarenta e sete mil reais), que serão arrecadados na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETARECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	605.000,00
Receitas de Contribuições	20.000,00
Receita de Patrimonial	195.000,00
Receita de Serviços	284.000,00
Transferências Correntes	14.044.000,00
Deduções da Receita Corrente-	1.801.000,00
Outras Receitas Correntes	120.000,00
Total das Receitas Correntes	13.467.000,00
RECEITA DE CAPITAL	
Alienação de Bens	30.000,00
Transferências de Capital	700.000,00
Total das Receitas de Capital	730.000,00
Total da Administração Direta	14.197.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA RECEITAS CORRENTES	
Receitas Correntes	
Receita de Contribuições	720.000,00
Receitas de Patrimonial	130.000,00
Total das Receitas Correntes	850.000,00
Total da Administração Indireta	850.000,00
TOTAL GERAL	15.047.000,00

CAPÍTULO III
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º - A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em R$ 15.047.000,00 (Quinze milhões, quarenta e sete mil reais), sendo R$ 14.197.000,00 (Catorze milhões, cento e noventa e sete mil reais) para a Administração Direta e R$ 850.000,00 (Oitocentos e cinqüenta mil reais) para a Administração Indireta, e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I. **- Por Categoria Econômica:**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
DESPESAS CORRENTES	12.579.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.477.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	140.500,00
Total da Administração Direta	14.197.000,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
DESPESAS CORRENTES	214.500,00
RESERVA DE RPPS	635.500,00
Total da Administração Indireta 850.000,00	
TOTAL GERAL	15.047.000,00

II. – Por Órgãos de Governo:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	

Câmara Municipal	725.000,00
Gabinete do Prefeito	302.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	2.225.300,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	3.522.800,00
Secretaria Municipal de Esportes	105.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	3.066.700,00
Secretaria Municipal de Ação Social	1.190.900,00
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	137.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	371.000,00
Secretaria Municipal de urbanismo	410.500,00
Secretaria Municipal de Infra Estrutura	2.140.300,00
Total da Administração Direta	14.197.000,00
2.ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
RPPS – PREVIAP	850.000,00
Total da Administração Indireta 850.000,00	
TOTAL GERAL	15.047.000,00

III. – Por Funções:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01. Legislativa	725.000,00
04. Administração	1.975.300,00
08. Assistência Social	1.160.900,00
10. Saúde	3.066.700,00
12. Educação	3.503.800,00
13. Cultura	19.000,00
15. Urbanismo	1.110.500,00
16. Habitação	30.000,00
17. Saneamento	181.500,00
18. Gestão Ambiental	137.500,00
20. Agricultura	371.000,00
26. Transporte	1.420.300,00
27. Desporto e Lazer	105.000,00
28. Encargos Especiais	250.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	140.500,00
Total da Administração Direta	14.197.000,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
09. Previdência Social 850.000,00	
Total da Administração Indireta	850.000,00
TOTAL GERAL	15.047.000,00

Art. 4ª - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta é de R$ 4.112.600,00 (Quatro milhões, cento e doze mil e seiscentos reais), conforme discriminação:

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Assistência	1.160.900,00
Saúde	2.951.700,00
Total da Administração Direta	4.227.600,00

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado na forma da Lei, a abrir credito suplementar, até o limite de 05% (cinco por cento) do total da despesa fixada, utilizando os recursos previstos no artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, Operações de Crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 8º - Este projeto de Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT.
Em 23 de Dezembro de 2009.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

LEI N.º 233/2009

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT. PARA O EXERCÍCIO DE 2.010.

O PREFEITO MUNICÍPAL DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - O orçamento anual do Município de Alto Paraguai - MT para o Exercício Financeiro de 2.010 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 10.976.543,00 (Dez Milhões, Novecentos e Setenta e Seis Mil, Quinhentos e Quarenta e Três Reais) , a receita líquida em R$ 9.890.424,40 (Nove Milhões, Oitocentos e Noventa Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta Centavos), e Fixa a Despesa em R$ R$ 9.890.424,40 (Nove Milhões, Oitocentos e Noventa Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de recursos, de Receita de Capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, de acordo com os seguintes desdobramentos.

1 – RECEITAS CORRENTES	**R$**	**8.541.143,00**
1.1 – Receita Tributaria	R$	434.550,00
1.3 – Receita Patrimonial	R$	10.000,00
1.6 – Receita de Serviços	R$	245.050,00
1.7 – Transferência Corrente	R$	7.768.543,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	R$	83.000,00
9.7 – Receitas Retificadoras	R$ (-)	1.086.118,60
Total da Receita Corrente	**R$**	**7.455.024,40**
2 – RECEITA DE CAPITAL	**R$**	**2.435.400,00**
2.1- Operações de Crédito	R$	50.000,00
2.2- Alienação de Bens	R$	30.000,00
2.4 – Transferências de Capital	R$	2.355.400,00
Total Geral da Receita	R$	**9.890.424,40**

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros de programas de trabalho e natureza de despesa que apresenta os seguintes desdobramentos.

1 – Por Função de Governo

01 – Legislativo	R$	473.000,00
04 – Administração	R$	1.510.434,45
08 – Assistência Social	R$	443.050,00
10 – Saúde	R$	1.833.700,00
11 – Trabalho	R$	99.900,00
12 – Educação	R$	2.701.435,75
13- Cultura	R$	107.000,00
15 – Urbanismo	R$	395.000,00
16 – Habitação	R$	50.000,00
17 – Saneamento	R$	643.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	105.000,00
20 – Agricultura	R$	497.200,00
21- Organização Agrária	R$	95.000,00
23 – Comercio e Serviços	R$	20.000,00
25 – Energia	R$	72.000,00
26 – Transporte	R$	595.000,00
27 – Desporto e Lazer	R$	154.704,20
99 – Reserva de contingência	R$	95.000,00
TOTAL	**R$**	**9.890.424,40**

2 – Por Órgão da Administração

PODER LEGISLATIVO		
01 – Câmara Municipal	R$	473.000,00
TOTAL	**R$**	**473.000,00**
PODER EXECUTIVO		
02 – Gabinete do Prefeito	R$	540.005,84
03 – Secretaria de Administração e Finanças	R$	920.800,36
04 – Secretaria Municipal de Infra- Estrutura	R$	1.107.064,00
05 – Sec. Mun. de Educação e Cultura	R$	3.013.139,95
06 – Secretaria de Saúde	R$	2.476.700,00
07 – Sec. Mun. de Promoção Social	R$	493.050,00
08- Secret. Mun. Agricult. Desenv. Econom.M.Ambiente	R$	622.200,00
09- Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos	R$	149.464,25
99 – Reserva de Contingência	R$	95.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**9.890.424,40**

3 – Por Programa

0001 – Processo Legislativo	R$	55.000,00
0002- Processo Legislativo	R$	418.000,00
0003 – Reestruturação do Gabinete	R$	206.000,00
0004 – Manutenção	R$	434.800,00
0005 – Assist. Financeira, Orçamt. Cont. Administrat	R$	62.805,84
0006 – Reestruturação da Secret de Administ. Finanças	R$	298.500,00
0007 – PASEP	R$	99.900,00
0008 - Administração Financeira	R$	522.400,36
0009 - Administração Urbana	R$	45.064,00
0010 – Infra Estrutura	R$	425.000,00
0011 – Iluminação	R$	72.000,00
0012 – Reestruturação da Malha Viária	R$	545.000,00
0013 – Coordenação de Transito	R$	20.000,00
0014 – Administração Escolar	R$	50.000,00
0015 – Manutenção do Ensino Fundamental	R$	1.462.135,75
0016 – Melhoria na Qualidade de Ensino Fundamental	R$	325.000,00
0017 – Manutenção com Ensino de Jovens e Adultos	R$	32.200,00
0018 – Alimentação Escolar	R$	27.500,00
0019 – Transporte Escolar	R$	369.900,00
0020 – Ensino Superior	R$	25.000,00
0021 – Melhoria no Ensino Infantil	R$	459.700,00
0022 – Programa de Incentivo a Cultura	R$	45.000,00
0023 – Conservação do Patrimônio	R$	10.000,00
0024 – Promover Desenvolvimento da Leitura	R$	52.000,00
0025 – Educação Física e Desportos	R$	154.704,20
0026 – Atenção Básica da Família	R$	456.200,00
0027 – Atenção Básica Fixo	R$	167.900,00
0028 – Atenção Básica Farmacêutica	R$	61.100,00
0029 - Atenção Básica Odontológica	R$	87.900,00
0030 - Incentivo as Ações Básica de Vig. Sanitária	R$	97.000,00
0031 - Agente Comunitário de Saúde – PACS	R$	125.400,00
0032 – Vigilância Epidemiológica Ambiental	R$	50.000,00
0033 – Manutenção com Centro de Saúde	R$	180.000,00
0034 – Reestruturação do Sistema de Saúde do Município	R$	535.000,00
0035 – Reestruturação do Sistema de Abastecimento	R$	398.000,00
0036 – Reestruturação do Sistema de Saneamento	R$	245.000,00
0037 – Apoio a Pessoa Idosa	R$	63.000,00
0038 – Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência	R$	18.000,00
0039 – Assist. a População Carente	R$	366.850,00
0040 – Abastecimento Alimentar	R$	60.000,00
0041 – Assistência aos Pequenos Produtores	R$	212.000,00
0042 - Apoio Depart. De Agricultura	R$	95.000,00
0043 – Apoio a Instalação de Industria	R$	55.000,00
0044 – Combate a Poluição	R$	80.000,00
0045 – Recuperação de Áreas Degradadas	R$	45.000,00
0046 – Assistência as Atividades Rurais do Município	R$	30.000.00
0047- Incentivar o Sist. Estratégico e Econômi. do Munici	R$	54.464,25
0048- Reestruturação Econômico e Social	R$	95.000,00
0049- Reserva de Contingência	R$	95.000,00
TOTAL.....	**R$**	**9.890.424,40**

4 – Segundo a Natureza de Despesa

31.000	R$	3.096.646,00
32.000	R$	12.000,00
33.000	R$	3.503.892,04
44.000	R$	3.036.886,00
46.000	R$	146.000,36
99.000	R$	95.000,00
TOTAL	**R$**	**9.890.424,40**

Art. 4º - Nos termos do art. 7.° da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964, e em conformidade com o parágrafo 8.º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado:

a) – Realizar operações de credito por antecipação de Receita até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada.

b) – Abrir Credito suplementar até o limite de 35% (Trinta e Cinco por Cento) do total da despesa fixada nesta Lei, nos termos dos incisos I, II e III, do art. 43 da Lei Federal citada no capto deste artigo.

De acordo com Emenda Modificativa do Legislativo Municipal, fica excluído todo o Art. 4º da referida Lei .

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai - MT, 30 de Dezembro de 2009.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Araputanga

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, com sede na Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000, através de seu Pregoeiro, torna público, a quem possa interessar, que fará realizar **às 09:00 horas do dia 27/01/2010**, licitação na modalidade supracitada, regida pela Lei 10.520/02-Decreto 3555/00 e suas alterações, do tipo **menor preço por item**, para **SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR.** Informações detalhada e edital completo poderão ser obtidas no endereço supracitado, de segunda à sexta-feira, em horário comercial, ou no site www.araputanga.mt.gov.br. Araputanga MT, 07 de janeiro de 2010.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO -
Pregoeiro

EDITAL N.º. 036/09
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO -MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, **TORNA PÚBLICO** a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2010.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2010 ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 922/2009.

Súmula: autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências.

Vano José Batista, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar pessoal por tempo determinado nas quantidades e especificações constantes do Anexo – I desta lei.

Art. 2º. As contratações de que trata o artigo anterior serão precedidas de processo seletivo simplificado.

Art. 3º. O prazo de vigência dos contratos efetivados nos termos desta lei será de até 180 (cento e oitenta dias), prorrogável, justificadamente, mediante relevante interesse público, por até mais 180 (cento e oitenta dias).

Art. 4º. Os contratados nos termos desta lei não poderão ser cedidos ou gozar de licenças ou afastamentos, excetos aqueles garantidos por lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes das contratações previstas nesta lei serão custeadas com recursos próprios do Município e serão empenhadas em dotação específica, onerando o orçamento de 2010.

Art. 6º. Durante o prazo de vigência das contratações o Poder Executivo deverá planejar, organizar e aplicar concurso público de provas ou de provas e títulos para dar solução definitiva da situação ensejadora das contratações objeto desta lei.

Art. 7º. Aplicar-se-á, para os fins desta lei, no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 699/2006.
Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e nove (2009).

Vano José Bastista
Prefeito Municipal

ANEXO - I

Quant.	Descrição do cargo	CHS	Requisitos	Vencimento
12	Apoio Administrativo Educacional	30	1° Grau Completo	465,00
08	Assistente Administrativo (1)	40	2° Grau Incompleto + Curso de Computação	527,14
01	Assistente Social		3° Grau Completo + Registro no Respectivo Conselho	2.576,27
21	Braçal	44	Alfabetizado	465,00
08	Gari	44	Alfabetizado	465,00
02	Fiscal Municipal	40	2° Grau Completo	1.187,99
01	Mecânico de Caminhões e Carros	44	1° Grau Completo + CNH Cat "C"	1.187,99
10	Monitor de Creche	30	2° Grau Completo	735,15
02	Motorista	40	1° Grau Completo + CNH Cat "D"	950,40
01	Nutricionista	20	Curso Superior em Nutrição	2.342,10
01	Psicologo		3° Grau Completo + Registro no Respectivo Conselho	2.576,27
03	Técnico de Esportes	40	2° Grau Completo	1.357,69
01	Técnico em Meio Ambiente		2° Grau Completo	1.568,28
25	Vigia	44	Alfabetizado	465,00
06	Zeladores	44	Alfabetizado	465,00

PROCESSO SELETIVO Nº 04/2009

EDITAL 01/2009 de 29 de dezembro de 2009.

RELAÇÃO DE INSCRITOS

N.Ord.	Inscrição	Nome	Cargo
1.	64	CANCELADO	
2.	71	ADÃO GUIMARÃES DIAS	BRAÇAL
3.	67	ADILSON DE SOUZA	BRAÇAL
4.	62	ADNA MEIRE DOS SANTOS SILVA	BRAÇAL
5.	108	AGEU PAULO DA SILVA	BRAÇAL
6.	165	ANALIA APARECIDA DE CARVALHO	BRAÇAL
7.	74	ANTONIO ROSALVES PEREIRA	BRAÇAL
8.	78	ANTONIO SILVA ROCHA	BRAÇAL
9.	169	CASSIANA FERREIRA BRITO	BRAÇAL
10.	17	CLEBERSON VIEIRA DE ALMEIDA	BRAÇAL
11.	61	CREUZA FERREIRA LIMA	BRAÇAL
12.	33	DIVINO BORGES	BRAÇAL
13.	156	DUMICIANO PIRES DE OLIVEIRA	BRAÇAL
14.	30	FELIPE DA GRAÇA SANTOS	BRAÇAL
15.	126	GENIVALDO DE OLIVEIRA	BRAÇAL
16.	15	GERALDO DA COSTA	BRAÇAL
17.	8	ISRAEL SEVERO DOS SANTOS	BRAÇAL
18.	144	JIVANILSA DE OLIVEIRA DA SILVA	BRAÇAL
19.	66	JOSÉ BISPO DO CARMO	BRAÇAL
20.	37	JOSÉ ONIVALDO PADOVAN	BRAÇAL
21.	92	LUCIANA OLIVEIRA DE CARVALHO	BRAÇAL
22.	111	MARCELO ANTONIO DE SOUZA	BRAÇAL
23.	102	MARCIA FERREIRA DA CRUZ	BRAÇAL
24.	86	MARIA APARECIDA DA CUNHA MATOS	BRAÇAL
25.	107	MARIA APARECIDA LOPES	BRAÇAL
26.	14	MARIA LUCIA SIQUEIRA DO CARMO	BRAÇAL
27.	63	MARINALVA MOREIRA DE SOUZA	BRAÇAL
28.	72	ODAIR BRASOROTO	BRAÇAL
29.	129	PAULO GOMES DE LIMA	BRAÇAL
30.	128	RONALDO ROSA SIQUEIRA	BRAÇAL
31.	84	RONIE VON DE FREITAS	BRAÇAL
32.	145	RONIVALDO DOS SANTOS	BRAÇAL
33.	70	SUELI PAPA DA SILVA	BRAÇAL
34.	24	ZENILDA GONÇALVES DA SILVA	BRAÇAL
35.	12	ADEMIR HECULANO DA JESUS	GARI
36.	94	ANA PAULA RIBEIRO NUNES	GARI
37.	29	ANTONIO MARCOS DA SILVA	GARI
38.	115	ARLINDO INACIO GONÇALVES	GARI
39.	65	DIONINO XAVIER	GARI
40.	134	JOSÉ GONÇALVES LEITE	GARI
41.	49	MARLUCIA BATISTA PUGER	GARI
42.	141	WEBERSON MESSIAS FERNANDES	GARI
43.	166	ADEJAR JOSÉ DE OLIVEIRA	VIGIA
44.	55	ADELINO LUIZ NOGUEIRA	VIGIA
45.	130	ADILSON MOREIRA DA CRUZ	VIGIA
46.	51	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	VIGIA
47.	112	ADVALDO GONÇALVES SOARES	VIGIA
48.	113	ADVANIO GONÇALVES SOARES	VIGIA
49.	138	ALAELSON DE MORAIS	VIGIA
50.	158	ALCIDES LUCIANO BAIA	VIGIA
51.	11	ALCIDIO ANTONIO ALVES	VIGIA
52.	36-A	ANDERSON CARDOZO	VIGIA
53.	100	ANILTON RIBEIRO DA SILVA	VIGIA
54.	170	CARLOS ALBERTO DIAS DE MOURA	VIGIA
55.	103	CRISTINA CARDOSO DA SILVA	VIGIA
56.	2	DELFINO ALVES DE MORAES	VIGIA
57.	81	DINALVA MARIA DOS REIS	VIGIA
58.	77	EDILSON BISPO DO CARMO	VIGIA
59.	40	EDINALDO AGUIAR DE OLIVEIRA	VIGIA
60.	167	ELANIEL BERG DE OLIVEIRA SOUSA	VIGIA
61.	32	ELIETE PEREIRA DOS SANTOS	VIGIA
62.	154	ELTON RICARDO DE OLIVEIRA	VIGIA
63.	96	ELZITO FRANCISCO DE OLIVEIRA	VIGIA
64.	159	ERIVELTON BORTOLOTI SOUZA	VIGIA
65.	146	FABIO DIONISIO CAMARGO	VIGIA
66.	19	GILSON FERREIRA GOMES	VIGIA
67.	53	GUTEMBERO FERRAZ MEIRA	VIGIA
68.	120	HUMBERTO DE OLIVEIRA COSTA	VIGIA
69.	124	ISAAC CAMPOS DA SILVA	VIGIA
70.	5	ISNALDO PAULO DE ALMEIDA	VIGIA
71.	35	IVANI DA SILVA ROCHA	VIGIA
72.	127	JAIR DE SOUZA	VIGIA
73.	89	JANAINA FERREIRA DOS SANTOS	VIGIA
74.	152	JEFFERSON FERREIRA ROLON	VIGIA
75.	85	JOÃO HONORIO	VIGIA
76.	82	JORGE ANDRÉ DA PAZ PEREIRA	VIGIA
77.	95	JOSÉ BRAS DE JESUS	VIGIA
78.	13	JOSÉ CARLOS DE SIQUEIRA	VIGIA
79.	118	JOSÉ GONÇALVES DE ARAUJO	VIGIA
80.	116	JOSÉ MATEUS DOS SANTOS	VIGIA
81.	99	JURUCY CARDOSO DE SIQUEIRA	VIGIA
82.	153	MANOEL ANDRÉ MARIANO	VIGIA
83.	21	MANOEL LOPES DE ALMEIDA	VIGIA
84.	3	MANOEL SILVERIO DA SILVA FILHO	VIGIA
85.	139	MARCOS SERGIO DE MORAIS	VIGIA
86.	90	MARIA APARECIDA BATISTA BORGES	VIGIA
87.	47	NILSON BRASOROTO	VIGIA
88.	110	OLIVEIRA MEDEIROS	VIGIA
89.	6	ORCALINO MARQUES RODRIGUES	VIGIA
90.	23	PEDRO GOMES DOS SANTOS	VIGIA
91.	105	REINALDO DE OLIVEIRA SILVA	VIGIA
92.	117	RONIVON DE SOUZA CRISOSTOMO	VIGIA
93.	137	RUBENS CEZAR SILVA SANTOS	VIGIA
94.	43	SANTIAGO DOS SANTOS	VIGIA
95.	87	SEBASTIÃO DE SOUZA	VIGIA
96.	83	SEBASTIÃO SOARES GONÇALVES DA SILVA	VIGIA
97.	68	SIDNEI MATIAS DA COSTA	VIGIA
98.	28	SILVANO RANS WENGER	VIGIA
99.	73	SUZAMAR NUNES PRUDENCIO	VIGIA
100	25	TADEU FRANCISCO MENDES	VIGIA
101	148	VALDECI DE FRANÇA SANTOS	VIGIA
102	168	VANILSON BATISTA DOS PRAZERES	VIGIA
103	16	VITAL MARCONSEM DA SILVA	VIGIA
104	161	ZILMOM TOMAZ DE ALMEIDA	VIGIA
105	4	ADALBERTO FLORENTINO DE CARVALHO	ZELADOR
106	173	ADELINO FRANCISCO DOS ANJOS	ZELADOR
107	36	ADRIANA CALDEIRA BATISTA	ZELADOR
108	106	ADRIANA MARA DIAS SANTOS	ZELADOR
109	91	ALICE DO CARMO SIQUEIRA	ZELADOR
110	38	ALINE SIQUEIRA DA SILVA	ZELADOR
111	56	ALMERINDA FIDELIS CAMPOS	ZELADOR
112	122	ANA PAULA ALVES PEREIRA	ZELADOR
113	131	ANA PAULA DE SOUZA	ZELADOR
114	171	ANA PAULA MOURA DE OLIVEIRA	ZELADOR
115	151	ANGELICA LUANA PEREIRA	ZELADOR
116	88	BENTA DA SILVA ASSUNÇÃO	ZELADOR
117	57	CELIA APARECIDA HELENO	ZELADOR
118	27	CLEIA INACIO DE SOUZA	ZELADOR
119	10	CLEIDILENE RESENDE DA SILVA	ZELADOR
120	119	CRISTIANE VIEIRA DE ALMEIDA	ZELADOR
121	76	DANIEL TEIXEIRA DOS REIS	ZELADOR
122	59	DEBORA FERNANDES FRAGA	ZELADOR
123	97	DILVA BARBOSA DE SOUZA	ZELADOR
124	52	EDILAINE ILIDIO DE DEUS FONSECA	ZELADOR
125	50	EDNA MARIA BARBOSA DE MELO	ZELADOR
126	44	ELIETE FERREIRA DOS SANTOS	ZELADOR
127	34	ENILDA APARECIDA MEIRELES	ZELADOR
128	149	FRANCILEIA PAULA DE OLIVEIRA	ZELADOR
129	172	GENY BESSA DE SOUZA	ZELADOR
130	69	IVANI BARRETO	ZELADOR
131	79	IVONIR DE ARAUJO TELES	ZELADOR
132	26	IZABEL INACIO DE SOUZA	ZELADOR
133	7	IZAILDA MARIA MARIANO	ZELADOR
134	147	JEFERSON ARAUJO DE SOUZA	ZELADOR
135	48	JOANA MARIA MARIANO	ZELADOR
136	133	JOELMA RAMOS DE ALMEIDA	ZELADOR
137	140	JOSÉ CARLOS PEREIRA	ZELADOR
138	42	JUSSARA LAIS FERREIRA MARQUES	ZELADOR
139	132	LEDIANE BICALHO DE ALMEIDA	ZELADOR
140	123	LIETE DE LIMA GONÇALVES	ZELADOR
141	114	LUCIANO SILVEIRA ALVES	ZELADOR
142	135	LUCILIA FERNANDES DE SOUZA	ZELADOR
143	58	LUCINEIA RAMOS DA SILVA	ZELADOR
144	142	LUIS CARLOS DA SILVA	ZELADOR
145	39	LUIZ RICARDO DE CASTRO	ZELADOR
146	46	MANOEL SILVA DA CONCEIÇÃO	ZELADOR
147	54	MARCILENE CRISPIN DE OLIVEIRA SILVA	ZELADOR
148	80	MARIA APARECIDA DOS REIS ROCHA	ZELADOR
149	18	MARIA DE FATIMA ALMEIDA	ZELADOR
150	31	MARIA DE FATIMA SILVA SANTOS	ZELADOR
151	125	MARIA DE FATIMA SOUZA	ZELADOR
152	104	MARIA HELENA DA SILVA	ZELADOR
153	143	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA DA SILVA	ZELADOR
154	121	MARIA NASSALETE CARAPIÁ SOARES	ZELADOR
155	22	MARILZA FONSECA MEIRA	ZELADOR
156	98	MARINALVA CRISPIN DA SILVA	ZELADOR
157	155	MARTA ALVES CAMPOS	ZELADOR

158	162	MEIRIVAN GUILHERME DE ALMEIDA	ZELADOR
159	109	NAIR PEREIRA DA SILVA	ZELADOR
160	136	NUNCIA DE SOUZA FARIA	ZELADOR
161	93	ODETE FELIPE	ZELADOR
162	1	PATRICIA DA SILVA COELHO	ZELADOR
163	160	ROSIMEIRE PEREIRA DE OLIVEIRA VEDA	ZELADOR
164	45	RUTH FERREIRA DOS ANJOS	ZELADOR
165	101	RUTH RODRIGUES RIOS	ZELADOR
166	150	RUTI PEREIRA DIONISIO	ZELADOR
167	75	TAISIA MARIA PEREIRA DA SILVA	ZELADOR
168	163	VANESSA VIDOI DA SILVA	ZELADOR
169	9	VANIA DE OLIVEIRA COSTA	ZELADOR
170	164	VANUSSA MOREIRA FERREIRA	ZELADOR
171	41	VERALICE MARIA DE OLIVEIRA	ZELADOR
172	60	VERONILDA JESUS CORDEIRO	ZELADOR
173	157	VILMA FERREIRA DOS SANTOS	ZELADOR

VANO JOSÉ BATISTA
Prefeito Municipal

OVÍDIO DE FREITAS GODOY
Presidente COPS

ARAPUTANGA-MT, 31 DE DEZEMBRO DE 2009.
TERMO DE ADITIVO

Contrato de Servidor Temporário, nº 155/2009, de Acordo Lei Municipal nº 699/2006, de 18/10/2006,que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga e a Sr.ª. **ELCIANE LOPES PEREIRA,** portadora da cédula de identidade N.º **1767563-4, SSP/MT** e CPF N º. **025346861-27,exercendo o cargo de Auxiliar de Enfermagem como vencimento mensal base a quantia de R$ 950,40 equivalente a 40 horas semanais, ou seja, 08(oito) horas diárias.Parágrafo Primeiro** – Portanto onde se lê que o prazo é de **04/08/2009** à **31/12/ 2009**, prorrogar se há de **31/12/2009 a 13/04/2010.Cláusula Terceira** – O fato que elevou as partes contratantes em concordarem em assinar o Termo Aditivo, ficando mantida todas as demais cláusulas de contrato original.

TERMO DE ADITIVO

Contrato de Servidor Temporário, nº 165/2009, de Acordo Lei Municipal nº 699/2006, de 18/10/2006,que fazem a Prefeitura Municipal de Araputanga e a Sr.ª. **MARINELSA LIMA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade N.º **892610, SSP/MT** e CPF: Nº. **650951971-20,exercendo o cargo de Auxiliar de Enfermagem como vencimento mensal base a quantia de R$ 950,40 equivalente a 40 horas semanais, ou seja, 08(oito) horas diárias.Parágrafo Primeiro** – Portanto onde se lê que o prazo é de **04/08/2009** à **31/12/ 2009**, prorrogar se há de **31/12/2009 a 13/04/2010.Cláusula Terceira** – O fato que elevou as partes contratantes em concordarem em assinar o Termo Aditivo, ficando mantida todas as demais cláusulas de contrato original.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, torna público para o conhecimento dos interessados a Homologação e Adjudicação, da Concorrência Pública de Nº.:001/2009, para Exec. Obras de Drenagem Urbana, Canal. Córrego Buriti e Bueiro Celular, a qual foi efetivada no dia 06/01/2010

Jose Wilson Pereira Lage
Pres. da Com. Perm. de Licitação

PORTARIA N.° 001/2010

VANDERSON VITOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc.....

Resolve:

Nomear a partir do dia 04/01/2010, o Sr. **ALEXSANDRO COSTA AGUIAR**, portador do RG. nº 1431811-3 SSP/MT e do CPF. nº 899.985.531-72, para exercer o Cargo Comissionado de Secretário Geral da Câmara Municipal de Vereadores**,** constante na Resolução nº 003/2008 – Institui o Plano de Cargos e Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Barra do Bugres-MT.

Registra-se
Publique-se
Cumpra-se

Gabinete do Presidente, aos 04 dias do mês de janeiro de 2010.

Vanderson Vitor da Silva
Presidente

PORTARIA N.º 002/2010

VANDERSON VITOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc; e

RESOLVE:

Nomear a partir do dia 04/01/2010, o Sr. **Cleomar Amaro de Freitas**, Técnico em Contabilidade – CRC nº MT-009930/O-2, portador da Cédula de Identidade RG. nº 0401415-4 SSP/MT e do CPF. nº 303.613.201-59, no Cargo Comissionado de Técnico Contábil – PDA-III, constante na Resolução nº 012/2009 – Dispõe sobre criação de Cargos comissionado na Resolução nº 003 de 02 de abril de 2008, Institui o Plano de Cargos e Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Barra do Bugres-MT.

Registra-se
Publique-se
Cumpra-se

Gabinete do Presidente, 04 de janeiro de 2010.

Vanderson Vitor da Silva
Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação no mural da Câmara Municipal e no jornal Oficial dos Municípios.

Secretaria Geral, 04 de janeiro de 2010.

Alexsandro Costa Aguiar
Secretário Geral

PORTARIA N.º 003/2010

VANDERSON VITOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc; e

RESOLVE:

Nomear a partir do dia 04/01/2010 a Sra. **Amarilza de Brito**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 1324643-7 SSP/MT e do CPF. nº 655.236.521-72, no Cargo Comissionado de Encarregada de Serviços Gerais – PDA-VI, constante na Resolução nº 002/2009 – Dispõe sobre alteração e criação de Cargo comissionado na Resolução nº 003 de 02 de abril de 2008, na forma que indica e dá outras providências e Lei Municipal nº 1.835/2009 - Dispõe sobre a alteração e criação de cargo no Anexo VIII, da Lei Municipal nº 1.758 de 02 de abril de 2008, na forma que indica e dá outras providências.

Registra-se
Publique-se
Cumpra-se

Gabinete do Presidente, 04 de janeiro de 2010.

Vanderson Vitor da Silva
Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação no mural da Câmara Municipal e no jornal de circulação no município.

Secretaria Geral, , 04 de janeiro de 2010.

Alexsandro Costa Aguiar
Secretário Geral

PORTARIA N.° 004/2010

VANDERSON VITOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc.....

Resolve:

Nomear a partir do dia 04 de janeiro de 2010, o Sr. **Sebastião Vidrago Júnior,** portador da Cédula de Identidade RG n° 114726269 – SJ/MT, CPF nº 836.576.731-72, inscrito do PIS sob o nº 133.09785407, no Cargo Comissionado de Chefe de Gabinete do Vereador Jovenir Ferreira da Silva, constante na Resolução nº 003/2008 – Institui o Plano de Cargos e Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Barra do Bugres-MT.

Registra-se
Publique-se
Cumpra-se

Gabinete do Presidente, aos 04 dias do mês de janeiro de 2010.

Vanderson Vitor da Silva
Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação no mural da Câmara Municipal e no jornal de circulação no município.

Secretaria Geral, aos 04 dias do mês de janeiro de 2010.

Alexsandro Costa Aguiar
Secretário Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 03/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Auto Posto Bugrense Ltda, CNPJ n.º 32.962.458/0001-18
Objeto: Prorrogação de Prazo e Aumento dos Quantitativos
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 14/12/2009 - Prazo: 14/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 009/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Cloro Mato Grosso Ltda, CNPJ n.º 33.687.278/0001-38
Objeto: Prorrogação de Prazo e Aumento dos Quantitativos
Valor: R$ 62.152,40 (sessenta e dois mil cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 28/12/2009 - Prazo: 28/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 018/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Neli Arselia Schmitt-ME, CNPJ n.º 04.240.139/0001-63
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 025/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: F. Pelachin & Cia Ltda, CNPJ n.º 02.583.225/0001-43
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 028/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: F. Pelachin & Cia Ltda, CNPJ n.º 02.583.225/0001-43
Objeto: Prorrogação de Prazo e Aumento dos Quantitativos
Valor: R$ 83.225,06 (oitenta e três mil duzentos e vinte e cinco reais e seis centavos)
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 28/12/2009 - Prazo: 28/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 029/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: A. J. F. Pereira - ME, CNPJ n.º 02.143.689/0001-39
Objeto: Prorrogação de Prazo e Aumento dos Quantitativos
Valor: R$ xxxx (xxxx mil xxxx reais e xxx centavos)
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 28/12/2009 - Prazo: 28/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 030/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Construtem Materiais para Construções Ltda, CNPJ n.º 02.466.142/0001-74
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 031/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Sérgio Andrade Junqueira & Cia Ltda, CNPJ n.º 36.949.790/0001-01
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 032/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Dental Centro Oeste Ltda, CNPJ n.º 36.900.926/0001-80
Objeto: Prorrogação de Prazo e Aumento dos Quantitativos
Valor: R$ 135.158,88 (cento e trinta e cinco mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos)
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho

Data: 28/12/2009 - Prazo: 28/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 034/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ n.º 67.729.178/0001-49
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 042/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: EMAM – Emulsões e Transportes Ltda, CNPJ 04.420.916/0001-51
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 043/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Construtem Materiais para Construções Ltda, CNPJ 02.466.142/0001-74
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 044/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Sérgio Andrade Junqueira & Cia Ltda, CNPJ 36.949.790/0001-01
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 045/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: J. A. Comércio e Extração de Areia Ltda, CNPJ 37.438.827/0001-91
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 046/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Branel Comércio De Materiais Elétricos Ltda, CNPJ 07.624.206/0001-31
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 047/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Eletro Mendonça Comércio Materiais Elétricos Ltda, CNPJ:03.806.018/0001-73
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 048/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Pulcineli & Cia Ltda, CNPJ: 07.237.858/0001-13
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 057/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Claudemir Antonio Maierhofer-ME, CNPJ: ---------09.304.206/0001-80
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 23/12/2009 - **Prazo:** 23/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 058/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: A. J. F. Pereira - ME, CNPJ: 02.143.689/0001-39
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 059/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: F. Pelachin & Cia Ltda, CNPJ n.º 02.583.225/0001-43
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 060/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Supermercado Massaroli Ltda, CNPJ n.º 24.970.816/0001-06
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 061/2009

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Viquimica Barra Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza e Veterinária Ltda., CNPJ n.º 09.452.336/0001-60
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 062/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Capital Com. Repres. de Moveis e Informática Ltda., CNPJ : 08.839.181/0001.56
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 063/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Duas Rodas Papelaria Ltda., CNPJ : 00.342.191/0001-70
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 064/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Fábio Menezes e Silva - ME, CNPJ: 05.688.933/0001-37
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 065/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda, CNPJ: 07.787.944/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 066/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Papelaria Pantanal Ltda, CNPJ: 07.298.918/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 068/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Capital Com. Repres. de Moveis e Informática Ltda., CNPJ : 08.839.181/0001.56
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 069/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Duas Rodas Papelaria Ltda., CNPJ : 00.342.191/0001-70
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 070/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Fábio Menezes e Silva - ME, CNPJ: 05.688.933/0001-37
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 071/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda, CNPJ: 07.787.944/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 072/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Dental Centro Oeste Ltda, CNPJ n.º 36.900.926/0001-80
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 073/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Dimaster Comercio de Produto Hospitalar Ltda, CNPJ n.º 02.520.829/001-40
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 074/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Nutricenter – Dist. De Prod. Nutricionais e Hosp. Ltda – ME, CNPJ n.º 06.372.763/0001-40

Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 075/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Sulmedi- Comércio de Produto Hospitalares Ltda, CNPJ n.º 92.536.010/0001-64
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 078/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Capital Com. Repres. de Moveis e Informática Ltda., CNPJ : 08.839.181/0001.56
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 079/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Duas Rodas Papelaria Ltda., CNPJ : 00.342.191/0001-70
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 080/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda, CNPJ: 07.787.944/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 081/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Papelaria Pantanal Ltda, CNPJ: 07.298.918/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 082/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Papelaria Uze Ltda - EPP, CNPJ: 26.529.511/0001-99
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 086/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Arissava & Albertoni Ltda, CNPJ: 10.632.443/0001-59
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 088/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Barbosa & Ferreira Ltda, CNPJ: 10.482.877/0001-10
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 090/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Pelegrino & Almeida Filho Ltda, CNPJ n.º 09.113.823/0001-06
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - Prazo: 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 093/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Dental Centro Oeste Ltda, CNPJ n.º 36.900.926/0001-80
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 099/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: E. S. Engenharia e Construções Ltda, CNPJ n.º 26.812.313/0001-38
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 18/12/2009 - Prazo: 18/02/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 100/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Papelaria Pantanal Ltda, CNPJ: 07.298.918/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 101/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,

Parte Contratada: Papelaria Uze Ltda - EPP, CNPJ: 26.529.511/0001-99
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 102/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Capital Com. Repres. de Moveis e Informática Ltda., CNPJ : 08.839.181/0001.56
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 103/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda, CNPJ: 07.787.944/0001-08
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 17/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Mille Huma Comércio e Industria Ltda , CNPJ: 06.079.991/0001-26
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 004/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: R. P. Scolari, CNPJ: 06.158.585/001-59
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 021/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada Pereira Carrasco & Carrasco Ltda, CNPJ: 02.112.318/0001-90
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 022/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada Juliana Salmazo Fernandes - ME, CNPJ: 10.357.256/0001-04
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 027/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada Supermercado Superbarra Ltda, CNPJ: 01.296.262/0002-99
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 035/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada: Sulmedi- Comércio de Produto Hospitalares Ltda, CNPJ n.º 92.536.010/0001-64
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 30/12/2009 - **Prazo:** 30/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 016/2009
Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres- MT – CNPJ: 03.507522./0001-72,
Parte Contratada Claudemir Antonio Maierhofer-ME, CNPJ n.º ---------09.304.206/0001-80
Objeto: Prorrogação de Prazo
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Data: 23/12/2009 - **Prazo:** 23/12/2010
Barra do Bugres- MT, 30 de Dezembro de 2009.

ANEXO
REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

CAPITULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, criado pela Lei Municipal n° 852, de 05 de julho de 1991, com as alterações da Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009 e observadas as disposições da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, será administrado de acordo com as normas regulamentadas deste Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, cabendo-lhe fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras existentes, conforme disposto na Lei nº 1.858/09 e Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, compreendendo prioritariamente:

I- programa de proteção especial às crianças e aos adolescentes com direitos fundamentais ameaçados ou violados nas hipóteses do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujas necessidades de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas e da assistência social;

II- projetos de pesquisas, de estudos, de consultoria, de capacitação e treinamento de recursos humanos necessários à elaboração e implementação de planos específicos de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III- projetos de comunicação, de documentação e divulgação de ações de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IV- programas e serviços nominados no inciso V do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009; e

V- em caráter supletivo e transitório, de acordo com as deliberações do CMDCA, projetos de políticas sociais básicas e de assistência social especializada para crianças e adolescentes que delas necessitarem.

Art. 3º O FMDCA é constituído das seguintes receitas:

I- dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II- recursos decorrentes de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas e publicas federais, estaduais e internacionais e estrangeiras para repasse a entidades governamentais e não governamentais executoras de programas e projetos de atendimento a criança e ao adolescente;

III- os valores provenientes das multas previstas nos artigos 214 e 245 ao 258 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 e alterações posteriores;

IV- transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;

V- doações de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o disposto no artigo 260 da Lei 8.069, de 13/07/1990;

VI- produto de aplicação dos recursos disponíveis oriundos de venda de materiais, publicações e realização de eventos;

VII- rendimento oriundo de aplicações financeiras;

VIII- recursos de qualquer outra origem que lhe sejam destinadas, ou que venham a ser instituídas.

CAPITULO II

DAAPLICAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º Os recursos do FMDCA serão aplicados em programas, serviços e projetos compatíveis com a finalidade prevista no art. 2º deste regulamento, não podendo ser aplicado na manutenção e reequipamento do CMDCA ou do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Os rendimentos resultantes de aplicação dos recursos do FMDCA terão a mesma destinação e vinculação dos recursos originários.

Art. 5º A utilização dos recursos do FMDCA, em programas, serviços e projetos devidamente especificados pela entidade solicitante, está condicionada à deliberação do CMDCA.

Parágrafo único. A entidade beneficiária será responsável legalmente pela utilização dos recursos.

Art. 6º A transferência de recursos do FMDCA a entidades governamentais e não governamentais far-se-á mediante convênios, acordos, ajustes ou de outros atos similares, com observância da legislação vigente e de critérios, normas e planos aprovados pelo CMDCA.

Art. 7º Os recursos do FMDCA, previstos no artigo 3º deste regulamento, serão depositados em conta bancária especial, sob a denominação "PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - PMBB - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA", em agências do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Art. 8º Os recursos do FMDCA, conforme deliberações do CMDCA destinar-se-á:

I- custeio total ou parcial de ações, programas, serviços e projetos especiais de atendimento a criança e ao adolescente;

II- aquisição de equipamento e material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas, serviços e projetos;

III- construção reforma, ampliação, instalação, aquisição ou locação de imóveis para o uso de órgãos, entidades ou instituições cadastradas e/ou conveniadas pelo CMDCA;

IV- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações programas, serviços e projetos;

V- desenvolvimento de programas, de estudos, de pesquisas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, relacionados com a criança e o adolescente;

VI- atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável necessárias à execução das ações de atendimento mencionadas no art. 2º do presente Regulamento.

Art. 9º. A escrituração contábil do Fundo far-se-á com base em documentação hábil, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

Parágrafo único. O saldo positivo do FMDCA, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido, a crédito do mesmo, para o exercício seguinte.

CAPITULO III

DA GESTÃO

Art. 10. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constará no orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho – SMDST e ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ordenadora de despesas.

Parágrafo único. O FMDCA ficará vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preceitua o artigo 88, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 11 – São atribuições do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em relação ao FMDCA:

I – elaborar o Plano de Ação Municipal dos direitos da criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo;

II – estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;

III – acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do FMDCA;

IV – avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do FMDCA;

V – solicitar a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e a avaliação das atividades a cargo do Fundo;

VI – mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do FMDCA;

VII – fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, requisitando para tal, Auditoria do poder Executivo sempre que necessária;

VIII – aprovar convênios, ajustes, acordos e/ou contratos a serem firmados com recursos do Fundo;

IX – publicar na imprensa oficial do município, em jornais de circulação local, ou afixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as resoluções do CMDCA, referentes ao Fundo.

Art. 12. São atribuições da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em relação ao FMDCA:

I- registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II- registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- executar o cronograma de liberação de recursos específicos, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V- trimestralmente, apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o registro dos recursos captados pelo Fundo, bem como de sua destinação;

VI- apresentar os planos de aplicação e a prestação de contas ao Estado ou Município, conforme origem das dotações orçamentárias;

VII- excepcionalmente, a pedido expresso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três (03) dias úteis

a contar da solicitação, apresentar prestação de contas relativas ao FMDCA;

VIII- assessorar o CMDCA na elaboração da proposta orçamentária a ser aprovada para o ano subseqüente, nos prazos e forma definidos pela Lei das Diretrizes Orçamentárias;

IX- manter os controles necessários à execução orçamentária do FMDCA, referentes a empenho liquidação e pagamento de despesas e recebimento de receitas;

X- coordenar a realização de estudos, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, de previsão de receita anual do FMDCA e outros com vistas à captação de recursos;

XI- processar e formalizar, segundo as normas administrativas, a documentação destinada ao pagamento de contratos, convênios, subvenções e auxílios financeiros;

XII- elaborar e atualizar o plano de contas do FMDCA;

XIII- elaborar os demonstrativos de execução orçamentária e financeira conforme legislação vigente;

XIV- organizar e manter toda a documentação e toda escrituração contábil do FMDCA de forma clara, precisa e individualizada, obedecendo à ordem cronológica da execução orçamentária;

XV- promover, em articulação com o Setor de Patrimônio do Município o tombamento de bens com observância da legislação do Sistema Municipal de Administração;

XVI- realizar estudos de previsão de receita do FMDCA, promovendo a captação de recursos;

XVII- promover expediente visando instruir os procedimentos que dependam de licitação em estreita observância a legislação vigente;

XVIII- prestar contas da movimentação financeira do FMDCA, ao CMDCA, juntando documentação própria;

XIX- controlar e liquidar as despesas, efetuar pedidos de compras e elaborar processos de pagamento, quando autorizado;

XX - conferir e conciliar os extratos das contas bancárias e controlar sua movimentação;

XXI- assinar conjuntamente com o Prefeito Municipal, cheques, empenho e ordem de pagamento de despesas do FMDCA;

XXII- desenvolver outras atividades indispensáveis à concepção das finalidades do FMDCA.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Constituem ativos do FMDCA:

I- disponibilidade monetária em bancos ou em Caixa Especial, oriundas das receitas especificadas no art.3º;

II- direitos que porventura vierem a constituir;

III- bens móveis e imóveis com ou sem ônus, destinados à execução de programas, serviços e projetos previstos no art. 2º deste Regulamento.

Parágrafo único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMDCA.

Art. 14. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 15. Constituem despesas do Fundo:

I – o financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação;

II – o atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o inciso V do art. 3º deste Regulamento.

Art. 16. As demonstrações contábeis e orçamentárias do Fundo, exigidas pela lei nº 4.320/64, integrarão a contabilidade geral do Município.

Parágrafo único. A documentação referida no "caput" desse artigo deverá ser encaminhada dentro do prazo legal ao órgão competente da Administração Municipal e ao Tribunal de Contas do Município.

Art. 17. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá vigência ilimitada.

Parágrafo único. Na hipótese da extinção do FMDCA, seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Município de Barra do Bugres/MT, depois de satisfeitas as obrigações assumidas com terceiros.

Art. 18. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO nº. 006/CMDCA/09

Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **17 de dezembro de *2009,* em reunião ordinária,** no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, na Lei Municipal nº 841/90, reestruturada pela Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009, e Lei Federal nº 8069/90, de 13 de julho de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Barra do Bugres, conforme decisão do Conselho Pleno:

I – Comissão Setorial Permanente de Controle, Fiscalização e Garantia de Direitos:

Presidente:

Josiane Gonçalves da Costa

Membros:

Fátima Benedita da Silva
Alaíde Basso Sansão
Roseni Catarina da Costa Junqueira
Alessandra Ribeiro de Carvalho

II – Comissão Setorial Permanente de Gerenciamento de Recursos do Fundo Municipal dos direitos da criança e do Adolescente – FMDCA:

Presidente:

Bernadete Fernandes Gregolin de Oliveira

Membros:

Julio Cesar Geraldo
Maria Izabel Bezerra
Tânea Maria Ferreira Mendes
Danilo Paulo dos Reis Mattos

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

Barra do Bugres/MT, 08 de Janeiro de 2009.

TÂNIA MARIA FERREIRA MENDES
Presidente do CMDCA de Barra do Bugres - MT

RESOLUÇÃO nº. 007/CMDCA/09

Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **17 de dezembro de *2009,* em reunião ordinária,** no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, na Lei Municipal nº 841/90,

reestruturada pela Lei Municipal nº 1.858, de 19 de junho de 2009, e Lei Federal nº 8069/90, de 13 de julho de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, constante no Anexo I.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

Barra do Bugres/MT, 08 de Janeiro de 2010.

TÂNIA MARIA FERREIRA MENDES
Presidente do CMDCA de Barra do Bugres - MT

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia

AVISO DE TOMADA DE PREÇO nº. 07/2010

O Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar no dia **21 de janeiro de 2.010**, às **9h00min (horário de Cuiabá)** no Endereço, Rua 2 s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 13/2010 na Modalidade Tomada de Preço TP. 07/2010**, **Tipo Menor Preço Por Item** com a finalidade de receber propostas pertinentes a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E DERIVADOS DE PETROLEO, conforme Edital e Minuta de Contrato As quais serão abertas no dia, hora e local acima citado. (Informamos que a Entrega do Edital Encontra-se disponível no Endereço supra citado, pelo tel(fax). (66) 3538-1201 ou pelo e-mail: *ronielygomes@hotmail.com*.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 06 de janeiro de 2.010.

Célio Jose de Oliveira
Presidente Comissão Permanente Licitação

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

DECRETO Nº. 280/2010 DE 04 DE JANEIRO DE 2010.

"Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 425/2009 de 18 de Dezembro de 2009, que institui o Regime de Diárias, e dá outras providências"

O Sr. Lourival Martins Araújo, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte (MT), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o que lhe faculta o **Artigo 83 inciso V e XXX da Lei Orgânica Municipal**;

Considerando que o Decreto em vigor é o que regulamenta o Sistema de Diárias deste município;

Considerando as atribuições que conferem **o Artigo 6º da Lei Municipal nº 425/2009 de 18 de Dezembro de 2009;**

Considerando que os valores das diárias vigentes no município não estão compatíveis com a realidade e tornando-a seus valores defasados;

Considerando em função disso a necessidade de se efetuar uma atualização monetária compatível com a realidade sócio econômica de seus valores de forma contemporânea à realidade local e atual;

D E C R E T A:

Art. 1º - O Regime de Diária é aplicável nos casos de despesas de viagens de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários/Assessores e Demais Servidores da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte (MT), conforme anexo I.

Art. 2º - As diárias serão devidas para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana e ou por qualquer outro meio.

Art. 3° - O Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários/Assessores e Demais Servidores Municipais, que receberam diárias e não se afastarem, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 05 (Cinco) dias.

Art. 4° - Na hipótese de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários/Assessore e Demais Servidores Municipais, retornarem à sede em prazo menor que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias em excesso, no prazo previsto no Artigo anterior.

Art. 5° - Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor, na data de sua publicação.

LOURIVAL MARTINS ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRE-SE

ANEXO I
DECRETO Nº 280/2010 – REGULAMENTA A LEI Nº 425/2009

QUADRO - 01

CATEGORIA	R$ VALOR DENTRO DO ESTADO	R$ VALOR FORA DO ESTADO
Prefeito Municipal	750,00	900,00
Vice – Prefeito	240,00	300,00

QUADRO - 02

CATEGORIA	VALOR DENTRO DO ESTADO	VALOR FORA DO ESTADO
Secretários/Assessores	R$ 240,00	R$ 300,00
Demais Servidores	R$ 180,00	R$ 240,00

PORTARIA Nº 001/2010
DE: 04/01/2010

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 INCISO II E XXX."

O Senhor **LOURIVAL MARTINS ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica criada a **"Comissão Permanente de Licitação – CPL"** da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT, para examinar e julgar, proposta de licitação, relativo ao exercício 2009, bem como adotar as demais providências previstas na legislação vigente.

Artigo 2º. – Os membros da Comissão ora criada responderá solidariamente por todos os atos conforme, ART.51, Parágrafo 3º da lei 8.666/93, cuja mesma terá a seguinte composição:

Ø **PRESIDENTE**: RONILDO OLIVEIRA LUZ
CPF nº 545.846.551-20
RG nº - 868.723 SSP/MT

Ø **SECRETÁRIO**: CEZAR QUEIROZ DA SILVA
CPF nº 660.965.966-49
RG nº 5.519.739 SSP/MG

Ø **MEMBRO:** Nemias Ferreira Martins
CPF nº - 002.513.711-58
RG nº - 153.6546-8 SSP/MT

Artigo 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

LOURIVAL MARTINS ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Chapada dos Guimarães, convoca as pessoas denominadas Alcione T. Medeiros, Atail de Siqueira Farias, Antônio Cândido da Silva, Ana Pedrosos Correa, Brígida Maria Mamoré, Bartolina Sampaio de Moraes, Benedita Quintino Duarte, Cleide José da Silva, Evanildes Aristacia da Silva, Francisca Borges da Cruz, Ivandrea Santiago da Silva, Lurdes Gabi Ortega, Manoel Bernardido, Queila Raquel de Figueiredo, Raquel Cavalcante Siqueira, Rosângela do Carmo Martins, Robertina Alvarenga, Ronaldo Matezo, Shirley Gloria Siqueira Nogueira, Sebastiana Luzi Ferreira de Moraes, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente edital, comparecerem perante a Assessoria Jurídica do Município para fins de apresentação da documentação exigida para a reintegração no cargo de agente comunitário de saúde ou agente comunitário de endemias, apresentando cópia dos seguintes documentos:

1) - Comprovante de residência, que demonstre residir na área de abrangência de seu PSF;

2) - Cópia do último contrato de trabalho ou outro documento que demonstre vínculo anterior com o Município;

3) – Certificado ou declaração de introdutório de agente;

4) – Prova de que foi dispensado a partir de 14 de fevereiro de 2006;

5) – Prova de que participou de anterior processo de seleção pública no Município;

6) – Cópia do CPF e da cédula de identidade.

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, em 06 de janeiro de 2009.

Flavio Daltro Filho
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Colíder

CONTRATO Nº: 142/2009

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: ROTHIJU – EMPREENDIMENTOS S/C LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de contratação de 01 (um) show artístico, para realização do evento "Colider Iluminado" em comemoração ao 30º aniversário do município de Colider/MT, compreendendo um show artístico com a dupla RODRIGO E THIAGO, a disponibilização da BANDA DO ROLÃO, Iluminação de Palco e Sonorização de 35.000 Wats de Potência.
VALOR R$: 78.250,00
DATA DE ASSINATURA: 09/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 143/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: DENTAL CENTRO OESTE LTDA
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo para serem distribuídos aos usuários do sistema único de saúde cadastrados no Programa de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do município de Colíder/MT.
VALOR R$: R$12.350,00
DATA DE ASSINATURA: 14/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 146/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: ITAMAR A. T. DE SOUZA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Confecção de Placas de Inauguração, Execução de Obras, Projetos e Programas, Faixas Alusivas ao 30º Aniversário de Colíder, Campanha da Dengue, Pintura de Muro e Letreiro em Prédios de Órgãos Oficiais no Município de Colíder/MT.
VALOR R$: R$ 13.075,00
DATA DE ASSINATURA: 15/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 147/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: INCOPLACAS IND. E COM. DE PLACAS LTDA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Confecção de Placas de Inauguração de Obras no Município de Colíder/MT.
VALOR R$: R$ 5.200,00
DATA DE ASSINATURA: 15/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 148/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: LIMA AQUINO & CIA LTDA
OBJETO: Pagamento das AIHS, de que trata esta a Lei nº 2.199, de 30 de junho de 2009, corresponde à transferência dos recursos promovidos pela União Federal com competência inicial no mês de abril do corrente exercício, a partir do qual o Município de Colíder habilitou-se à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderiu ao Pacto pela Saúde.
VALOR R$: R$ 22.296,12
DATA DE ASSINATURA: 15/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 149/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: CLAUDIO ANTONIO CASALEGNO
OBJETO: pagamento das AIHS, de que trata esta a Lei nº 2.199, de 30 de junho de 2009, corresponde à transferência dos recursos promovidos pela União Federal com competência inicial no mês de abril do corrente exercício, a partir do qual o Município de Colíder habilitou-se à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderiu ao Pacto pela Saúde.
VALOR R$: R$ 3.086,28
DATA DE ASSINATURA: 15/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

CONTRATO Nº: 150/2009
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLIDER-MT
CONTRATADA: WALTER FERREIRA BATISTA ME
OBJETO: Produção e Arranjo musical do Hino municipal de Colíder/MT, com gravação de uma matriz em CD.
VALOR R$: R$ 7.270,00
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2009
VIGÊNCIA: 31/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: INVIOLÁVEL COLIDER ALARMES LTDA - ME
OBJETO: Prestação de serviços de vigilância eletrônica na área interna de diversos prédios do município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Sétima do contrato original, o valor de R$ 2.283,50 (Dois Mil Duzentos e Oitenta e Três Reais e Cinqüenta Centavos), que será pago até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente à prestação dos serviços e acrescentado a Cláusula Oitava - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 31 (trinta e um dia) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de janeiro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ATUAL ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de contabilidade pública com responsabilidade técnica para o município de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 117.600,00 (Cento e Dezessete Mil e Seiscentos Reais), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 9.800,00 (Nove Mil e Oitocentos Reais) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: STÁBILE, TAVARES E ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO: Prestação de serviços de assessoria jurídica e consultoria em assuntos de interesse interno e administrativo do município de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 131.400,00 (Cento e Trinta e Um Mil e Quatrocentos Reais), que será pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 10.950,00 (Dez Mil Novecentos e Cinqüenta Reais) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA RELACIONADOS COM A APURAÇÃO DO ÍNDICE DO ICMS Nº 014/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
OBJETO: execução dos serviços de cessão de direito de licença de uso, customização e implantação de um software de controle, gerenciamento e acompanhamento, da apuração do índice de participação do município de Colíder/MT, na arrecadação do ICMS, cota parte 25%, na recuperação do valor adicionado do ano base de 2009 a vigorar no ano de 2011. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 26.172,00 (Vinte e Seis Mil Cento e Setenta e Dois Reais), que será pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 2.181,00 (Dois Mil Cento e Oitenta e Um Reais) cada e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MEGA – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de acompanhamento de convênios e contratos de repasse do município de Colíder/MT, junto aos diversos ministérios, secretarias, fundações, autarquias, instituições financeiras públicas e demais órgãos públicos federais em Brasília/DF. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 32.640,00 (Trinta e Dois Mil Seiscentos e Quarenta Reais), serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 2.720,00 (Dois Mil Setecentos e Vinte Reais) cada, com vencimento até o 10º (Décimo) dia do mês subseqüente ao vencido e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: FAÇA WEBSITES LTDA - ME
OBJETO: Prestação de serviços no desenvolvimento, criação em português, hospedagens, suporte técnico, manutenção e locação de sistema administrador do website, **www.COLIDER.mt.gov.br**. Fica acrescentado ao contrato original, o valor de R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), referente a mensalidade do sistema, que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais) cada e o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE Nº 021/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: AMG PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO LTDA
OBJETO: Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Publicidade, para Divulgação dos Atos de interesse da Prefeitura Municipal de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 34.555,00 (Trinta e Quatro Mil Quinhentos e Cinqüenta e Cinco Reais) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 31 (trinta e um) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de janeiro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 01/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ENGENHARIA SVK LTDA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Acompanhamento e Assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia Elétrica, Correspondente a Elaboração de Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, Laudos e Croquis de Prevenção de Incêndio para Realização de Eventos Públicos, Laudos Técnicos das Instalações Elétricas, Projetos Elétricos, Vistorias Técnicas em Instalações Elétricas, do Município de Colíder/MT. Fica acrescentado na Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 10.500,00 (Dez Mil e Quinhentos Reais), que será pago em 03 (três) parcelas mensais, no valor de R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: NOVA GUARITA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
OBJETO: Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Elaboração de Projetos de Diversas Secretarias da Administração Municipal, Bem Como o Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do Município de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 14.400,00 (Quatorze Mil e Quatrocentos Reais), que será pago em 03 (três) parcelas mensais, no valor de R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: COMPAV ENGENHARIA E OBRAS LTDA
OBJETO: prestação de serviços de planejamento, acompanhamento técnico e fiscalização nas obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais Fiscalizadas e/ou Executadas Direta ou Indiretamente pela Prefeitura Municipal de Colíder /MT. Fica acrescentado a Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 19.746,90 (Dezenove Mil Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa Centavos), que serão pagos em 03 (três) parcelas mensais, no valor de R$ 6.582,30 (Seis Mil Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta Centavos) e a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: V. A. PEREIRA - ME
OBJETO: Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Recarga de Cartuchos e Tonners de Impressoras das diversas Secretarias Municipais

de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o acréscimo de 60 (sessenta) dias, terminando a vigência do contrato em 01 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 069/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SM CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Drenagem de Águas Pluviais, Pavimentação Asfáltica e Sinalização Viária em Parte da Av. Dom Pedro, Rua Caiabis e Rua Joaquim Luiz Rodrigues no Município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 01 de maio de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 21/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 075/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA S/S LTDA
OBJETO: execução dos serviços de auditoria contábil, operacional e medidas para recuperação do ISSQN de empresas prestadoras de serviços no município, das quais incluem serviços notariais de registro público, obras (construções), instituições financeiras, bem como, medidas para repetição de indébitos previdenciários de agentes políticos exercentes de mandatos eletivos em período não prescrito. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 099/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ENGENHARIA E COMÉRCIO GOVIC LTDA EPP
OBJETO: Execução da Obra de Construção de Um PSF em Alvenaria no Bairro Sagrada Família do Município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 150 (cento e cinqüenta) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de maio de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 102/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de capacitação institucional para elaboração de projetos, gestão por projetos, com vistas ao aprimoramento tático e operacional do poder executivo, ampliando a capacidade de intervenção sócio-econômica, especialmente na zona urbana fundamentado no Plano Diretor Urbano (PDU) do município de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 104/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: COLIGRAF IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA – ME
OBJETO: Contratação de Gráfica para Confecção e Impressão de Diversos Materiais Gráficos da Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Secretária Municipal de Educação Esportes e Lazer, Secretaria Municipal de Gestão Pública, Secretaria Municipal de Infra–Estrutura, Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, Emprego, Renda e Cultura, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente do Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE TRATOR RETRO ESCAVADEIRA Nº 106/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES SCHNEIDER LTDA
OBJETO: locação de 01 (um) trator tipo retro escavadeira, com operador, pelo período de 850 (oitocentos e cinqüenta) horas, para ser utilizado nas atividades da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura do município de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS RADIOLÓGICOS E GRÁFICOS Nº 110/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ADRIANA DA SILVA ARANTES - ME
OBJETO: Prestação de serviços de Consultas Médicas e Realização de Procedimentos Radiológicos e Gráficos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS RADIOLÓGICOS E GRÁFICOS Nº 112/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSSANA KOTECKI - ME
OBJETO: Prestação de serviços de Consultas Médicas e Realização de Procedimentos Radiológicos e Gráficos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do Município de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 116/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CAPS CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL LTDA - ME
OBJETO: Execução dos de serviços de realização do concurso público para provimento de vagas do quadro de cargos do município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 28 (vinte e oito) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2009.
DATA DE ASSINATURA: 01/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 136/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CAPITAL COM. REPRES. DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Serem Utilizados no Centro de Capacitação da Agricultura Familiar do Território Portal da Amazônia no Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quinta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 182 (cento e oitenta e dois) dias, terminando a vigência do contrato em 02 de junho de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 01/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 137/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – ME
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Serem Utilizados no Centro de Capacitação da Agricultura Familiar do Território Portal da Amazônia no Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quinta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 182 (cento e oitenta e dois) dias, terminando a vigência do contrato em 02 de junho de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 01/12/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2008
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ANISÂNGELA CONCEIÇÃO COSTA CAMPOS
OBJETO: Execução de Projeto de Trabalho Social – PTTS, do Residencial Portal da Amazônia conforme normas da Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Sexta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCIO OLIVEIRA FILHO - ME
OBJETO: Prestação de serviços de elaboração do plano local de habitação de interesse social - PLHIS do município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quinta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 115/2008
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: GENÉSIO F. DE SOUZA & CIA LTDA - ME
OBJETO: Execução das Obras de Construção de 31 (Trinta e Uma) Unidades Habitacionais, Rede de Energia Elétrica, Sistema de Abastecimento de Água e Terraplanagem no Bairro Boa Esperança do Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 21/12/2009

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 039/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CONSTRUTORA E METALÚRGICA METAL LIDER LTDA
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio e das instalações elétricas e hidro-sanitárias, adequação ao PNEE e construção de quadra poli-esportiva coberta na escola estadual "CEL. ANTÔNIO PAES DE BARROS" no município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 111/2008
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ANISÂNGELA CONCEIÇÃO COSTA CAMPOS
OBJETO: Execução de Projeto de Trabalho Social – PTTS, do Residencial Portal da Amazônia conforme normas da Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Sexta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 040/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CONSTRUTORA E METALÚRGICA METAL LIDER LTDA
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio e das instalações elétricas da "ASSESSORIA PEDAGÓGICA" no município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 038/2008
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: A. L. GALADINOVIC CONSTRUTOTA - ME
OBJETO: Execução da obra de reforma geral do prédio, ampliação de cozinha/refeitório, adequação ao PNEE e construção de muro com gradil na escola estadual "MARIA HELENA CARRARA MISSASSE" no município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 100/2008
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: GENÉSIO F. DE SOUZA & CIA LTDA - ME
OBJETO: Execução da Obra de Construção de 01 (Um) PSF em Alvenaria no Bairro Bom Jesus do Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 21/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: V. PEDRONI – AGÊNCIA DE TURISMO - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Agenciamento e Fornecimento de Passagens Aéreas e Terrestres Nacionais, a Serem Utilizadas pela Secretaria Municipal de Gestão Pública, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração e Gabinete do Prefeito do Município de Colider/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 043/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ENGENHARIA E COMÉRCIO GOVIC LTDA
OBJETO: Execução de Obras de Construção Civil, Compreendendo Reforma, Adequação e Construção de Banheiros, Refeitórios, Telhados, Calçadas e Cozinhas em Unidades Escolares do Município de Colider/MT. De comum acordo as partes, resolvem aditar a dotação orçamentária mencionada na Cláusula Quinta do Contrato de Execução de Obras n° 043/2009, ficando acordado que o valor de R$ 49.878,52 (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e oito reais e cinqüenta e dois centavos) será empenhado e pago na dotação orçamentária citada no referido aditivo.
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2009

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM SOFTWARES Nº 170/2006
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ÀGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA
OBJETO: O Fornecimento e utilização de licenças de uso de softwares, bem como a conversão de dados, testes, implantação e treinamento dos usuários, nos seguintes sistemas: sistema de planejamento, orçamento, tesouraria e contabilidade, sistemas para recursos humanos, sistemas para controle da arrecadação municipal, sistemas para controle de compras e licitações, sistemas de almoxarifado, sistema para protocolo / processos administrativos, sistema para controle do patrimônio público, sistema para controle de frotas do município, sistema para gerenciar a saúde municipal, sistema para gerenciamento da ação social do município, sistema para controle da educação municipal; e prestação de serviços para o sistema integrado de controle interno. Fica acrescentado a Cláusula Quarta do contrato original, o valor de R$ 46.450,95 (Quarenta e Seis Mil Quatrocentos e Cinqüenta Mil e Noventa e Cinco Centavos), divididos em 03 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R$ 15.483,65 (Quinze Mil Quatrocentos e Oitenta e Três Reais e Sessenta e Cinco Centavos), referente aos serviços mencionados do contrato em epigrafe.e a Cláusula Sexta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de março de 2010
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 080/2008

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CONSTRUTORA E METALÚRGICA METAL LIDER LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Construção de 50 (Cinqüenta) Unidades Habitacionais (Casas Populares) com 24,12 m² Cada Uma, a Ser Edificadas com Recursos Financeiros Obtidos Através de Financiamento Oriundo do Programa Carta de Crédito – Garantia Caução – Administrados pela Caixa Econômica Federal – CEF e nos Moldes do Programa Habitacional denominado de "TO FELIZ" no Município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de Abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022/2009
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: TRANSPORTE LEANE LTDA - ME
OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte Escolar, com veículos de sua propriedade ou sob sua exclusiva responsabilidade, efetuando o transporte de alunos de 1º e 2º grau e do Programa Projovem, no município de Colider/MT. Fica alterado a Cláusula Primeira do contrato original, passando a vigorar os lotes mencionados no citado aditivo e Fica acrescentado a Cláusula Terceira - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010 e na Cláusula quarta do contrato original o valor de R$ 1.187.370,56 (Hum Milhão Cento e Oitenta e Sete Mil Trezentos e Setenta Reais e Cinqüenta e Seis Centavos), referente ao transporte escolar de alunos do município de Colider/MT.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS Nº 045/2009.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO
OBJETO: Prestação de Serviços Gerais Junto a Prefeitura Municipal de Colider/MT. Fica acrescentado a Cláusula Terceira do contrato original, o valor de R$ 1.664.828,88 (Hum Milhão Seiscentos e Sessenta e Quatro Mil Oitocentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos), referente a aumento dos quantitativos dos serviços mencionados no contrato em epigrafe e fica acrescentado a Cláusula Quinta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, terminando a vigência do contrato em 31 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 17/12/2009

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS Nº 157/2009.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ALESSANDRO DO NASCIMENTO – ME
OBJETO: Aquisição de Móveis em Madeira para Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Colíder/MT. Fica acrescentada a Cláusula Quarta e Cláusula Quinta - do prazo de entrega e de vigência do Contrato Original, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, terminando a vigência do contrato em 30 de Abril de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 30/12/2009

Prefeitura Municipal de Confresa

EDITAL N.º. 036/09
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO -MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.
T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**, **TORNA PÚBLICO** a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2010.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2010 ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E
P U B L I Q U E - S E
Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que não houve interposição de recursos referentes ao edital complementar 001/2009-006 de 22 de dezembro de 2009 que divulga o resultado dos aprovados e classificados, cujo prazo espirou no dia 06/01/2010. O processo seletivo público objetiva admitir agentes comunitários de saúde para as microáreas descobertas do município de confresa.

Confresa – MT, 07 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

Franklin Lima Costa
Presidente da comissão de organização

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

LEI Nº 626/2009

Súmula: Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e Institui o Conselho Gestor do FHIS.

Damião Carlos de Lima, Prefeito Municipal de Cotriguaçu Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

Faz Saber que a Câmara Municipal de Cotriguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS e institui o Conselho-Gestor do FHIS.

CAPÍTULO I
DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 2º - Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionados à população de menor renda.

Art. – O FHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificados na função de habitação;
II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FHIS;
III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;
VI – outros que lhe vierem a ser destinado.

Seção II

Do Conselho-Gestor do FHIS

Art. 4º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

Parágrafo 1º - A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo 2º - A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Gestão Social e Trabalho.

Parágrafo 3º - O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

Parágrafo 4º - Competirá ao Secretário Municipal de Gestão Social e Trabalho proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FHIS

Art. 6º - As aplicações dos recursos do FHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidade habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FHIS.

Parágrafo 1º - Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 7º - Ao Conselho Gestor do FHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno.

Parágrafo 1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

Parágrafo 2º - O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

Parágrafo 3º - O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 15 de dezembro de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Noeli Maria Lorandi
Secretária de Governo

LEI Nº 629/2009

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DAMIAO CARLOS DE LIMA, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Cotriguaçu para o exercício de 2010, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita Bruta em R$ 27.231.400,00 (vinte e sete milhões, duzentos e trinta e um mil e quatrocentos reais) que após a dedução para a formação do FUNDEB resulta na Receita Liquida de R$ 25.133.100,00 (Vinte e cinco milhões, cento e trinta e três mil, e cem reais) e fixa a Despesa em igual importância, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social.

Parágrafo Único. Inclui-se no Orçamento Geral do Município, o orçamento do Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu-PREVI COTRI, Autarquia com personalidade jurídica própria, no valor de R$ 501.000,00 (Quinhentos e Mil Reais) .

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, observadas a categoria econômica e respectivas fontes, de acordo com o desdobramento abaixo:

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**19.300.100,00**
1.1. Receita Tributária	R$	957.000,00
1.2. Receita de Contribuições	R$	411.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R$	349.500,00
1.6. Receita de Agropecuaria	R$	35.000,00
1.6 Receita de Serviços	R$	13.000,00
1.7. Transferências Correntes	R$	19.413.800,00
1.9. Outras Receitas Correntes	R$	217.100,00
RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**R$**	**2.000,00**

09. DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB.....		**R$**	**2.098.300,00**
02.	**RECEITAS DE RECEITAS DE CAPITAL.....**	**R$**	**5.833.000,00**
2.2.	Alienação de Bens.....	R$	59.000,00
2.4.	Transferência de Capital.....	R$	5.744.000,00
	TOTAL DA RECEITA.....	**R$**	**25.133.100,00**

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a Descriminação dos quadros de programas de trabalho e Natureza de Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

1 – POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01.01	CÃMARA MUNICIPAL	R$	1.200.000,00
02.001	GABINETE DO PREFEITO	R$	1.191.472,00
03.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	R$	334.709,00
04.001	SECRETARIA MUN. DE FINANCAS	R$	2.132.276,00
04.002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R$	2.030.152,00
05.001	Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econoc. Agric. E Meio AMBIENTE	R$	813.570,00
06.001	Secretaria Mun. De Educação e Cultura	R$	5.577.644,00
07.001	SEC. MUN. DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO	R$	4.794.088,00
08.001	SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO.	R$	1.042.580,00
09.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	R$	3.263.259,00
10.001	SECREC. DE ESPORTE TURISMO E LAZER	R$	248.562,00
11.001	PREVIDENCIA MUNICIPAL	R$	501.000,00
12.001	AAES- AGENCIA DE AGUA ESGOTO SANITARIO	R$	1.723.302,00
99.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	280.486,00
	TOTAL DA DESPESA	**R$**	**25.133.100,00**

2 – POR FUNÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 -	LEGISLATIVA	R$	1.200.000,00
04 -	ADMINISTRAÇÃO	R$	5.467.648,00
08 -	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$	1.042.580,00
09-	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R$	501.000,00
10 -	SAÚDE	R$	4.794.088,00
12 -	EDUCAÇÃO	R$	5.546.380,00
13 -	CULTURA	R$	31.264,00
15 -	URBANISMO	R$	1.065.000,00
16-	HABITAÇAO	R$	68.750,00
17 -	SANEAMENTO	R$	1.723.302,00
20 -	AGRICULTURA	R$	813.570,00
25 -	ENERGIA	R$	9,00
26 -	TRANSPORTE	R$	2.024.500,00
27 -	DESPORTO E LAZER	R$	248..562,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R$	220.961,00
99 -	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	642.830,00
	TOTAL DA DESPESA	**R$**	**25.133.100,00**

]

3 – POR SUBFUNÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01.031 –	Ação Legislativa.....	R$	1.200.000,00
04.122 –	Administração Geral.....	R$	5.188.769,00
04.123 –	Administração Financeira.....	R$	155.335,00
04.124-	Controle Interno	R$	60.437,00
04.125	Normatização e Fiscalização	R$	42.705,00
04.124	Tecnologia da Informação	R$	20.402,00
08.122	Administração Geral	R$	812.242,00
08.241 -	Assistência ao Idoso	R$	93.146,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiencia	R$	3.113,00
08.243 -	Assistência a Criança e ao Adolescente	R$	73.739,00
08.244 –	Assistência Comunitaria	R$	60.340,00
09.271-	Previdência do Regime Estatuário....	R$	501.000,00
10.122	Administração Geral	R$	3.397.531,00
10.301 -	Atenção Básica	R$	1.239.268,00
10.302 –	Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....	R$	157.289,00
12.122 –	Administração Geral	R$	3.843.097,00
12.306	Alimentação e Nutrição	R$	264.003,00
12.361 –	Ensino Fundamental	R$	1.178.750,00
12.364	Ensino Superior	R$	3.474,00
12.365 -	Educação Infantil	R$	228.108,00
12.367	Educação Especial	R$	28.948,00
13.122	Administração Geral.....	R$	15.053,00
13.392 –	Difusão Cultural	R$	16.211,00
15.122	Administração Geral.....	R$	155.000,00
15.452 -	Serviços Urbanos	R$	910.000,00
16.122	Administração Geral.....	R$	68.750,00
16.482-	Habitação.....	R$	105.000,00
17.122	Administração Geral.....	R$	104.697,00
17.512 –	Saneamento Básico Urbano	R$	1.618.605,00
20.122	Administração Geral	R$	582.974,00
20.601 -	Promoção da Produção Vegetal	R$	52.128,00
20.602 –	Promoção da Produção Animal	R$	39.105,00
20.605 –	Abastecimento	R$	12.128,00
20.606	Extensão Rural	R$	127.235,00
25.752 –	Energia Elétrica	R$	9,00
26.122	Administração Geral.....	R$	1.804.500,00
26.782 –	Transporte Rodoviário.....	R$	220.000,00
27.122	Administração Geral.....	R$	139.632,00
27.812 –	Desporto Comunitário.....	R$	108.930,00
28.122	Administração Geral.....	R$	195.833,00
28.843 -	Serviços da Divida Interna	R$	25.128,00
99.999 -	Reserva de Contingência.....	R$	280.486,00
	TOTAL DA DESPESA	**R$**	**25.133,100**

5 – POR CATEGORIA ECONÔMICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

3	DESPESAS CORRENTES	R$	19.115.100,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	R$	5.725.504,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	292.486,00
	TOTAL DA DESPESA	**R$**	**25.133.100,00**

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a realizar as operações a que se refere os incisos V e VI, do Art.167º da Constituição Federal, até o limite de 60% (sessenta por cento) da Despesa Fixada no Art.3º, utilizando-se para tanto, dos recursos previstos no Art.43, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Parágrafo Único. Excluem-se do limite ora autorizado as transferências de recursos dos elementos de despesa da mesma categoria de programação ou mesmo grupo de despesas.

Art. 5º Não onerarão o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida e vinculações constitucionais.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 21 dias do mês de dezembro de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
Prefeito Municipal

LEI N° 619/2009

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano 2010, e dá outras providências.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA, **Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;**

FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:**

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2° da Constituição, art. 103, inc. II §2° da Lei Orgânica e na Lei Complementar n° 101, de quatro de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Cotriguaçu (MT), relativas ao exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I. As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento Município, sua estrutura e organização, e de suas eventuais alterações;
II. As metas e prioridades da administração pública municipal;
III. As das disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
IV. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; e,
V. As disposições gerais.

§ 1º As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2010 foram estabelecidas de modo compatível com o , que dispõe sobre Plano Plurianual relativo ao período 2010 – 2013, conforme os parágrafos §1º,§2º e §3º do artigo 15º desta lei.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo II - Metas Fiscais e Anexo III - Riscos Fiscais, que integram a presente Lei.

CAPITULO II

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá o Poder Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como as empresas públicas dependentes, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos principais:

I. Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
II. Municipalização integral do ensino fundamental, da primeira à quarta série;
III. Dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;
IV. Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
V. Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;
VI. Assistência à criança e ao adolescente;
VII. A melhoria da infra-estrutura urbana;
VIII. Oferecer assistências médicas, odontológicas e ambulatoriais à população carente, através do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único. A inclusão das empresas públicas dependentes nos orçamentos fiscais e da seguridade social obedecerá às disposições da Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assim como em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:
I – o orçamento fiscal;
II – o orçamento de investimento das empresas;
III – o orçamento da seguridade social.

§ 2º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio e de acordo com a classificação constante do Anexo I – Natureza da Receita – da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa com relação à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, de acordo com o que dispõe o artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º Caso o projeto de lei do orçamento seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo disponibilizar acesso aos dados do programa respectivo aos técnicos do Poder Legislativo para que estes possam processar eventuais alterações ocasionadas pela apresentação de emendas e devidamente aprovadas.

Seção II

Das Diretrizes Específicas

Art. 4º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2010 obedecerá as seguintes disposições:
I – cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas;
II – cada projeto constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa;
III – as atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária;
IV – a alocação dos recursos na Lei Orçamentária será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo;
V – na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;
VI – as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em setembro de 2009;
VII – somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, bem como após contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público;
VIII – os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso;
IX – serão assegurados, no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, na remuneração dos profissionais da educação básica, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal;
X - será alocada dotação para a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.
XI - equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

§ 1º Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

§ 2º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixado no Anexo II, desta lei.

Art. 5º Para atendimento do disposto nos artigos anteriores, as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como das entidades da administração indireta, encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura suas propostas parciais até o dia 30 de setembro de 2009.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados.

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior a despesa de capital, excluídas aquelas por antecipação de receita orçamentária.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência corresponderá aos valores calculados partir da situação financeira do mês de setembro do corrente exercício, projetados até o seu final, observando-se o limite de 2% da receita corrente líquida.

§ 2º Não será considerada para os efeitos do percentual de que trato o parágrafo anterior, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§ 3º A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

I - à previsão do Anexo de Riscos Fiscais; e.
II- o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.

§ 4º No mês de dezembro de 2010, a reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, desde que observado o inciso II, do parágrafo anterior.

Art. 8º A concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições a instituições privadas, que prestem serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação, dependerão de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º As subvenções sociais serão concedidas a instituições privadas sem fins lucrativos que tenham atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 2º A concessão de auxílios estará subordinada às razões de interesse público e obedecerão às seguintes condições:

I – destinar-se-ão, exclusivamente, às entidades sem fins lucrativos;
II - destinar-se-ão à ampliação, aquisição de equipamentos e de material permanente e instalações.

§ 3º. A destinação de recursos para entidades privadas, a título de contribuições, terá por base, exclusivamente, em unidades de serviços prestados.

Art. 9º O custeio pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderão ser realizado:

I. Casos se refiram as ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II. Se houver autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;

III. Sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Seção III

Da Execução do Orçamento

Art. 10 Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 11 Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2010 e de seus créditos adicionais.

§ 2º A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4º - Exclui-se da limitação de que tratam este artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução.

Art. 12 O Poder Legislativo, por ato da mesa, deverá estabelecer até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, o cronograma anual de desembolso mensal para pagamento de suas despesas.

Parágrafo único. O cronograma de que trata este artigo contemplará as despesas correntes e de capital, levando-se em conta os dispêndios mensais para o alcance dos objetivos de seus programas.

Art. 13 Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse, para bens ou serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 14 Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renuncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu artigo 14.

Parágrafo Único. Excluem - se os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento.

CAPITULO III

DAS METAS E PRIORIDADES

Art. 15 Em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º da Constituição Federal, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2010, as Metas e as Prioridades da Administração Pública Municipal serão definidas quando da elaboração do projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013, o qual será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 31 de Agosto de 2009, conforme Lei Orgânica do Município.

§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O projeto de lei orçamentária para 2010 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2010 , definidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2010-2013, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2010 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação de despesas .

CAPITULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 16 O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão, atualização e consolidação do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
II – revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
III – revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
IV – atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
V – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS

Art. 17 O Poder Executivo fica autorizado a promover mediante lei específica, a revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, bem como a adequação da estrutura organizacional, incluindo:

I – a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;
II – a criação e a extinção de empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;
III – o provimento de empregos e contratações emergenciais estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;
IV – a criação, extinção ou transformação de cargos;
V – a realização de concurso público visando o preenchimento das vagas necessárias ao bom atendimento do serviço público.

Parágrafo único. As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes.

Art. 18 O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
II – 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não será computadas as despesas:
I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
III – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;
IV – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:
a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal;
c) das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.
V – decorrentes de pagamentos de sessões extraordinárias realizadas pelo Poder Legislativo durante o período de recesso parlamentar.

§ 2º Respeitado o limite de despesas fixado no "caput", também poderão ser contratadas a realização de horas extras para a execução de obras e continuidade de prestação de serviços inadiáveis nas áreas de saúde, educação, segurança e limpeza públicas, conservação e manutenção de próprios municipais e demais ações necessárias ao atendimento da coletividade.
§ 3º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, V, da Lei Complementar n° 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situação de extrema gravidade , devidamente reconhecida por decreto do chefe do Executivo.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o art. 12 desta Lei, respeitado o limite máximo estabelecido no art.29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 1º Caso a Lei Orçamentária de 2010 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no *caput* deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira para o ajuste ao limite.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do previsto no § 1º, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução orçamentária respectiva.

§ 3º No caso da não elaboração do cronograma anual de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituição Federal.

Art. 20 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento do pedido.

Art. 21 O sistema de controle interno do Poder Executivo será responsável pelo controle de custos e avaliação dos resultados dos programas relacionados a:
I – execução de obras;
II – controle de frota;
III – coleta e distribuição de água;
IV – coleta e disposição de esgoto;
V – coleta e disposição do lixo domiciliar.

Art. 22 Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de um doze avos do total da despesa orçada.

Art. 23 Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários, de transito, INDEA, e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a disponibilidade de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município, dentre os quais: Fórum, DETRAN, Correios e Agência Fazendária.

Art. 24 Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º. do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 25 Publique-se a presente lei no Diário Oficial e ou Jornal de grande circulação, inclusive por meios eletrônicos.

Art. 26 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.27 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 11 dias do mês de novembro de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
Prefeito Municipal

Noeli Maria Lorandi
Chefe de Expediente

Lei nº 627 de 21 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2010 a 2013.

A Câmara Municipal de Cotriguaçu aprovou e eu, Prefeito do Município,
Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2010 a 2013, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, as diretrizes, os programas com seus respectivos objetivos e indicadores e as ações governamentais com suas metas.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual:

Anexo I – Diretrizes, programas e objetivos;
Anexo II – Órgãos responsáveis por programas;
Anexo III – Metas e prioridades(LDO 2010)

Art. 2º Os programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, para efeito do art. 165, § 1º da Constituição Federal, são os integrantes desta Lei.

Art. 3º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 4º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto no § 8º deste artigo.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Câmara Municipal juntamente com a proposta orçamentária dos três exercícios seguintes.

§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no *caput,* ressalvado o disposto no § 8º deste artigo.

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programas conterá, no mínimo:

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – identificação dos efeitos financeiros ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 4º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a
justifiquem.

§ 5º Considera-se alteração de programa:

I – adequação da denominação, dos objetivos, dos indicadores e do público-alvo;

II – inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias.

§ 6º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta lei,

§ 7º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 8º A inclusão e a alteração de ações de que trata o inciso II do § 5º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que vinculadas a programa já existente no Plano Plurianual e não sejam necessárias as alterações de que trata o inciso I do § 5º deste artigo.

Art. 5º. As metas físicas estabelecidas em para o período do Plano Plurianual constituem-se em limite de programação a ser observado em cada Lei de Diretrizes Orçamentária e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais.

Art. 6º. Os recursos que financiarão a programação constante no Plano Plurianual são oriundos de fontes próprias do Município e de suas Autarquias, das transferências constitucionais, das operações de crédito firmadas, dos convênios com o Estado e a União e de parcerias com a iniciativa privada.

Art.7º. As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas em cada Lei de Diretrizes Orçamentária, em cada Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, assim como nas Leis de revisão do Plano Plurianual.

Parágrafo único. Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

Art. 8º. O Plano Plurianual e seus programas serão permanentemente acompanhados e anualmente avaliados.

§ 1º O acompanhamento da execução do PPA, para programas e ações sem indicadores, será feito com base na evolução da realização das ações previstas para cada programa tendo, para tal, como subsídios, as informações de execução físicas financeiras fornecidas pelos responsáveis pela execução.

§ 2º A avaliação do PPA para programas com estabelecimento de indicadores, será realizada de acordo com o tipo de indicador previsto para cada programa, e pelo atingimento das metas físicas e financeiras, que serão apuradas pelos responsáveis pela unidade executora do respectivo programa..

Art. 9º Para o atendimento do disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 8º, o Poder Executivo instituirá Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano Plurianual, sob a coordenação da Unidade de Controle Interno (UCI).

Art. 10º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, 21 de dezembro de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.247/2009.

EMENTA**: Dispões sobre a demissão da Servidora** Eliane Skura, **em face a decisão**
final em processo administrativo.

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, DAMIÃO CARLOS DE LIMA**, no uso de suas atribuições legais;**

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 522/2007, de 22 de Outubro de 2.007, que dispõe sobre o Código Disciplinar.
Considerando a Portaria nº. 143/2009 de 15 de Junho de 2009 que designa a Comissão Processante;
Considerando Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer da Assessoria Jurídica, fundamentados;
Considerando a decisão declinada nos autos;

R E S O L V E:

Art. 1º**. Fica declarada e determinada a** Demissão **da servidora a Srª.** Eliane Skura**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em virtude de decisão fundamentada em Processo Administrativo que teve inicio através da Portaria nº143/2009 de 15 de junho de 2009.**

Art. 2º. **Notifique-se a servidora, O Secretario de Administração e Departamento de Recursos Humanos, devendo a servidora paralisar seus trabalhos imediatamente, bem como, o recebimento de seus proventos a partir desta data.**

Art. 3º. **Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.**
Cotriguaçu -MT, em 31 de Dezembro de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA KIKO
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

NOELI MARIA LORANDI
Secretaria de Governo

TOMADA DE PREÇO N° 002/2010

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT., torna público que realizará nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, Licitação na Modalidade Tomada de Preços n° 002/2010, tendo como Objeto: "**Aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA PEQUENAS REFORMAS E AMPLIAÇÕES"**, com abertura no dia 26 de janeiro de 2010, às 08:00 horas, em sua sede na Av. 20 de dezembro, n° 725, centro, na cidade de Cotriguaçu-MT., na sala de Licitações, podendo os interessados adquirirem pastas e informações no horário de expediente da Prefeitura, mediante o pagamento da taxa não reembolsável de R$20,00 (Vinte reais).

Cotriguaçu/MT, 07 de janeiro de 2010.

NELSON BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Prefeitura Municipal de Denise

AVISO DE RATIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 005/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO CENTRO**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 20/01/2010 às 08:00 horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 07 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

AVISO DE RATIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 006/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO JARDIM BOA ESPERANÇA**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 20/01/2010 às 13:00 horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 07 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

AVISO DE RATIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2010

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, devido a um erro na digitação torna público ratificação da data de julgamento da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de nº. 007/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DA SAÚDE JOSÉ LOURENÇO FILHO**. Sendo a data de abertura e julgamento transferida para o dia 20/01/2010 às 15:00 horas, sito a Praça Brasília, nº. 111, Centro, Denise/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Denise-MT, 07 de Janeiro de 2010.

Alexsandro Oliveira Aragão
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Diamantino

Decreto nº 001/2010

Determina o lançamento, regulamenta o prazo de pagamento, concessão de desconto e parcelamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Juviano Lincoln, Prefeito do Município de Diamantino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, VI da Lei Orgânica Municipal e artigo 39 e 203 da Lei Complementar nº 001/2003, Código Tributário Municipal,
DECRETA

Art. 1º - Determina o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício financeiro de 2010 e estabelece o prazo para seu pagamento.
Art. 2º - O pagamento do IPTU poderá ser efetuado até a data de **15.04.2010**, em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do valor do imposto.
Art. 3º - O pagamento do IPTU poderá ser efetuado em três parcelas iguais, com vencimentos em **15.04.2010, 15.05.2010** e **15.06.2010**.
Parágrafo único: Optando o contribuinte pelo pagamento parcelado do IPTU, deverá quitar o valor integral, sem a incidência de descontos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 07 de janeiro de 2010.

Juviano Lincoln
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2009

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCONL, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme edital nº 001/2006 de 16 de maio de 2006, homologado através do Decreto nº 36/2006 de 22 de agosto de 2006, publicado no Jornal A Notícia na edição de 06 a 13 de setembro de 2006,prorrogado até o dia 22 de agosto de 2010, conforme o edital do dia 04 de agosto de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Diamantino realizado de acordo com o edital 001/2006 de 16 de maio de 2006 para exercer em caráter efetivo o Cargo de Agente Público Municipal, na especialidade de **Serviços Gerais**, Nível I, Classe A, com carga horária de 40 horas semanais conforme relação abaixo:

1.Juarez Batista do Nascimento
2. Ademir Mariano Moreira
3. Valdemir Luiz Pulquerio
4. Ronaldo Garcia de Arruda
5.Romilton Prado da Silva
6.Claudemir Lino da Silva
7.Edesio Francisco Santana
8.Jodito Damasceno de Carvalho
9.Jose Augustinho Sampaio
10. Aguinaldo Silva dos Santos
11. Avelar Alves Pinheiro
12. Alexandro da Silva Barros
13.Josimar Bezerra Ferreira da Silva
14.Wandir dos Santos
15. Alex Sandro Aleixo
16. Antonio Jose de Oliveira
17. Alessandro Celestino da Silva
18.Janeo Gomes de Almeida
19.Magno Gonçalves Rondon
20.Nilson dos santos Brito

Art. 2º - O nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º - No ato da posse o nomeado deve apresentar os documentos do anexo I deste Decreto, constante do item 7.4 do Edital de Concurso.

Art. 4º - Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o nomeado que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta de um único documento inabilitará o nomeado á posse do cargo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 29 de dezembro de 2009.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Av. Desemb. J.P.F. Mendes, 2.341 – Jd. Eldorado – Diamantino – MT
WWW.diamantino.mt.gov.br

ANEXO I DO DECRETO Nº 119/2009.

QTD DOCUMENTOS PARA POSSE CONCURSO PÚBLICO
CÓPIAS
01 Fotocópia da Cédula de Identidade
01 Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01 Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01 Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01 Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01 Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01 Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado (expedida pelo próprio candidato).
01 Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01 Fotocópia do Titulo de Eleitor
01 Fotocópia da Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01 Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01 Foto 3x4, colorida.
01 Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01 Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01 Fotocópia do Comprovante de Residência
01 Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01 Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01 Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edita.

Diamantino, 29 de dezembro de 2009.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 120/2009

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme edital nº 001/2006 de 16 de maio de 2006, homologado através do Decreto nº 36/2006 de 22 de agosto de 2006, publicado no Jornal A Notícia na edição de 06 a 13 de setembro de 2006, prorrogado até o dia 22 de agosto de 2010, conforme o edital do dia 04 de agosto de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Nomear o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Diamantino realizado de acordo com o edital 001/2006 de 16 de maio de 2006 para exercer em caráter efetivo o Cargo de Agente Público Municipal, na especialidade de **Servente**, Nível I, Classe A, com carga horária de 40 horas semanais conforme relação abaixo:

1.Cristiany Rad Guimarães
2. Joice Gomes Pinheiro
3. Joana Darc Silva Miranda
4. Cristiane Gomes de Barros
5.Rafaela Divina Garcia de Arruda
6.Luzinete Lucinda de Pinho
7.Katiane França dos Santos
8.Fabiana Michelly de Souza
9.Nelcy de Souza

Art. 2º - O nomeado tem o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º - No ato da posse o nomeado deve apresentar os documentos do anexo I deste Decreto, constante do item 7.4 do Edital de Concurso.

Art. 4º - Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o nomeado que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta de um único documento inabilitará o nomeado á posse do cargo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 29 de dezembro de 2009.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Av. Desemb. J.P.F. Mendes, 2.341 – Jd. Eldorado – Diamantino – MT
WWW.diamantino.mt.gov.br

ANEXO I DO DECRETO Nº 120/2009.

QTD DOCUMENTOS PARA POSSE CONCURSO PÚBLICO
CÓPIAS
01 Fotocópia da Cédula de Identidade
01 Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01 Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01 Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01 Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01 Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01 Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado (expedida pelo próprio candidato).
01 Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01 Fotocópia do Titulo de Eleitor
01 Fotocópia da Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01 Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01 Foto 3x4, colorida.
01 Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01 Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01 Fotocópia do Comprovante de Residência
01 Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01 Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01 Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edita.

Diamantino, 29 de dezembro de 2009.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2010

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Equipe de Apoio composta na modalidade de licitação denominada Pregão, disposta na portaria n° 00340/2009.

Art. 2º - Designar o Sr. **FÁBIO TOMEKITI FUKUSHIMA,** como Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, incumbindo-se nas atribuições da modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 3º - Compõe a Equipe de Apoio os seguintes membros:
I - OSANIR FERREIRA NASCIMENTO
II - SANDRA BERENICE WAGNER DA SILVA
III- MARINA MANTELLI

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Janeiro de 2010.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2010

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n° 0341/2009, que trata da nomeação de membros da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º - Nomear para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Diamantino os seguintes servidores
Presidente: Sandra Berenice Wagner da Silva
Secretário: Fábio Tomekiti Fukushima
Membro : Osanir Ferreira Nascimento

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 04 de Janeiro de 2010.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D' Oeste

DECRETO 038/2009 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

O Excelentíssimo Senhor LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, com base na Lei 475/2009:

Resolve:

ART. 1º- Definir atribuições e competências aos Servidores Públicos Municipais, conforme discrimina abaixo:

Cód. do Cargo	Cargo	Atribuições e Competências
001	Assistente Social	Serviços de Assistência Social, elaboração e execução de projetos que visem o bem estar social em todas as faixas etárias.
002	Auditor Interno	Auditoria Pública Municipal, conforme a Lei específica.
003	Auxiliar Administrativo	Lavanderia, Limpeza, manutenção, serviços de cozinha, de correios e xérox. Outras de interesse do município, definida pelo Poder Executivo.
004	Farmacêutico	Atendimento, Manutenção, organização e atualização da Farmácia do Posto de Saúde. Atendimento ao Público. Manter controle de entrada e saída de medicamentos.
005	Gari	Limpeza de vias públicas- coleta de lixo- manutenção de serviços de cemitério, praças e demais logradouros públicos. E outras determinadas pelo Executivo Municipal de interesse do município.
006	Médico, Clínico Geral	Atendimento médico hospitalar, emergencial, análises, consultas, e encaminhamentos médicos. Emissão de receitas, e pedidos de exames clínicos laboratoriais de rotina.

007	Operador de Motoniveladora	Serviços de motoniveladora
008	Professor/Pedagogo	Atividades de Docência e/ou Supervisão e Coordenação Escolar.
009	Professor de Língua Portuguesa	Atividades de Docência
010	Professor de Matemática	Atividades de Docência
011	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Atividades de Docência
012	Professor de História	Atividades de Docência
013	Professor de Geografia	Atividades de Docência
014	Professor de Língua Estrangeira	Atividades de Docência
015	Professor de Educação Física	Atividades de Docência
016	Técnico em Vigilância Sanitária	Serviços de orientação, Vigilância Sanitária, acompanhamento, trabalho de campo. Emissão de relatórios, notificações, laudos técnicos, multas e similares.

Art. 2º- Aos Cargos em Comissão e de Chefia Imediata, de Livre Nomeação e Exoneração terão suas funções definidas na Lei Municipal Nº 475/2009 que trata da Estrutura administrativa da Administração Municipal e atribuições dos mesmos.

Art. 3º- Aos Servidores lotados nos cargos acima relacionados deverão prestar serviços na Administração Municipal, com funções pré-estabelecidas, acrescidas das demais funções deliberadas pelo Poder Executivo Municipal, para atender necessidades de emergência.

Art. 4º- Esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação...

Figueirópolis D'Oeste, 10 de dezembro de 2009.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO

Prefeitura Municipal de Indiavaí

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 001/2010

A Prefeitura do Município de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **09 de Fevereiro de 2010, às 08:00** horas, na sede da Prefeitura na Rua Getulio Vargas, nº 650, centro, nos termos da Lei Federal N.º 8.666/93 e alterações posteriores, para A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, conforme o edital de licitação e seus anexos.

O Edital completado bem como seus anexos poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitação no horário **07:00 às 13:00**, mediante a solicitação na forma de requerimento.

Indiavaí, MT, 07 de Janeiro de 2010.

PORTARIA Nº. 001/2010

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXECÍCIO DE 2010.

JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Permanente de Licitação para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, de conformidade com o inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93 no âmbito do Poder Executivo Municipal, como segue:

Presidente – José Antonio Pereira
Secretário – Cleber Pereira dos Santos
Membro – Geancarlos Pereira

Art. 2º - Fica o Presidente desta comissão de conformidade com o art. 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores para autenticar os documentos relativos à habilitação jurídica e fiscal apresentado à comissão de licitação, desde que em fotocópia acompanhada da via original.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, 01 de Janeiro de 2.010.

JOSÉ DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo e Legislativo Municipal.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2009.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS.
EMPRESA: COCENZA & COCENZA LTDA
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI/MT
VALOR: **R$ 689.058,00 (seiscentos e oitenta e nove mil e cinqüenta e oito reais).**

Prefeitura Municipal de Itanhangá

LEI COMPLEMENTAR Nº. 023/2009 de 14 de dezembro de 2009

"Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público do Município de Itanhangá - MT, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Sr. Vanderlei Proenço Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Seção I

Do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Municipal de Itanhangá- MT

Art. 1° - Esta Lei, com base na legislação em vigência, dispõe sobre a reestruturação do Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS - dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Municipal de Itanhangá.- MT.

Art. 2° - O Estatuto e o Plano de Carreira, Cargos e Salários- PCCS - dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Municipal de Itanhangá têm por objetivo garantir, na forma da Constituição Federal, artigo 206, inciso V, a valorização dos profissionais da educação básica municipal e dotá-los das melhores condições de desenvolver seu trabalho, por meio dos mais adequados instrumentos institucionais necessários à plena consecução daquele objetivo, em especial piso remuneratório profissional, garantia de adequadas condições de trabalho e de produção científica e efetiva aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

Art. 3° - Aplica-se aos profissionais da Educação, todos os direitos, deveres e demais normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhangá, quanto às situações que não sejam excepcionadas por esta Lei Complementar em face de peculiaridades da educação.

Seção II

Dos Profissionais da Educação Básica

Art. 4° - Para os efeitos desta Lei consideram-se Profissionais da Educação Básica o conjunto de professores municipais que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de coordenação pedagógica, orientação educacional,

assessoramento pedagógico e de direção escolar; funcionário Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, que desempenham atividades nas unidades escolares e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Art. 5° - A carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal de Itanhangá é constituída de três cargos:

I - Professor - composto das atribuições inerentes às atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de coordenação pedagógica, orientação educacional, assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar;

II - Técnico Administrativo Educacional - composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar;

III - Apoio Administrativo Educacional - composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar e de manutenção de infra-estrutura.

IV - A unidade escolar e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura provida de sala de Informática instalada e em funcionamento, terá direito a 1 (um) Técnico Administrativo Educacional, destinado a Informática Educativa e demais projetos que envolvam a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), conforme carga horária necessária ao seu funcionamento.

Art. 6º - São as seguintes atribuições básicas, às funções desempenhadas no âmbito da educação básica municipal:

I - Professor, cargo de provimento efetivo, com atribuições inerentes às atividades de docência, que requerem habilitação de acordo com o nível, que é expresso em algarismos romanos na forma desta Lei;

II - Professor, na função assessor pedagógico, com atribuições inerentes às atividades de assessoramento pedagógico que requerem habilitação em Pedagogia ou licenciatura plena na área da educação, com pelo menos 2 (dois) anos de regência no município.

III- Professor, na função de gestor escolar, com atribuições inerentes às atividades de administração escolar, com experiência mínima de 3 (três) anos no magistério, lotado no município com a seguinte formação:

a) Licenciatura plena em pedagogia, ou
b) Outra licenciatura plena na área da educação.

IV - Professor com função de coordenador pedagógico, com atribuições inerentes às atividades de coordenação, suporte técnico educacional, com experiência mínima de 3 (três) anos no magistério, lotado no município com a seguinte formação:

a) Licenciatura plena em Pedagogia;
b) Especialização em supervisão/coordenação escolar;

Parágrafo único – em caso de não haver profissional habilitado em Pedagogia poderá se candidatar o professor com outra licenciatura na área de Educação.

V - Professor com função de orientador educacional, com atribuições inerentes às atividades de orientador, suporte técnico educacional, com experiência mínima de 3 (três) anos no magistério, com a seguinte formação:

a) Licenciatura plena Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional;
b) Pedagogia com especialização em orientação escolar;
c) Outra licenciatura na área Educacional com especialização em orientação escolar;

VI - Técnico Administrativo Educacional e do funcionário de Apoio Administrativo Educacional o assessoramento ao órgão central da instituição de Educação Básica; a administração escolar; o desenvolvimento de tarefas relacionadas nutrição escolar e manutenção de infra-estrutura, obedecendo à seguinte descrição:

I - Técnico Administrativo Educacional:

a) administração escolar - as atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relativas ao funcionamento das secretarias escolares e/ou atividades burocráticas da Secretaria Municipal de Educação. O profissional para exercer as atividades de Técnico Administrativo Educacional deve ter a seguinte formação:

a) Ensino Médio;
b) Pró-Funcionário;

II- Apoio Administrativo Escolar:

a) nutrição escolar - atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar;

b) manutenção da infra-estrutura - funções de vigilância, segurança, limpeza e manutenção da infra-estrutura escolar. Os profissionais para exercerem as atividades previstas no Apoio Administrativo Escolar (Apoio Educacional) devem ter formação:

a) Ensino Fundamental;
b) Ensino Médio;
c) Pró-Funcionário;

Parágrafo Único Aos professores no exercício das funções de gestor escolar, coordenador pedagógico, orientador educacional e assessor pedagógico será atribuído regime de trabalho de dedicação exclusiva, incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 7° Os gestores escolares serão escolhidos através da gestão democrática do ensino e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O processo de escolha do gestor escolar se dará com a participação da comunidade escolar, composta por professores, funcionários, pais, alunos a partir da 5ª série ou com idade superior a 12 anos, regulamentando-se o processo de gestão democrática por lei municipal.

§ 2º Caso não haja candidato o gestor escolar será designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 8° A escolha dos coordenadores pedagógicos se dará por eleição do corpo docente de cada unidade escolar.

§ 1° Poderão se candidatar os professores efetivos com habilitação plena em Pedagogia, especialização em supervisão/ coordenação escolar/orientação escolar ou licenciatura plena na área da educação.

§ 2° Não havendo candidato o coordenador pedagógico será designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9° - As unidades escolares serão dotadas de estruturas administrativas e pedagógicas próprias, com espaço físico adequado para o seu funcionamento.

Subseção I
Das Atribuições Específicas dos Professores

Art. 10 - São atribuições específicas do professor:

I- participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Municipal da Educação básica e da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

II - desenvolver a efetiva regência de classe;

III - elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua área de atuação;

IV- controlar e avaliar o rendimento escolar;

V - executar tarefas de recuperação de alunos;

VI - participar de reuniões de trabalho e de formação continuada;

VII - participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

VIII - atuar como formador de professores nos grupos de formação continuada.

IX- desenvolver pesquisas educacionais.

Subseção II
Das Atribuições Específicas dos Assessores Pedagógicos.

Art. 11- São atribuições específicas dos assessores pedagógicos, além das básicas estabelecidas no plano e cronograma anual:

I- Assessorar o gestor escolar e o coordenador, orientando para que as decisões tomadas propiciem o alcance das metas fixadas:

II- Visitar as unidades escolares com objetivo de dar suporte pedagógico e administrativo, exceto questões financeiras;

III- Auxiliar a interpretar o programa de ensino para a comunidade, de modo a lhe permitir compreender e cooperar com os objetivos da unidade escolar;

IV- Exercer liderança democrática, promovendo o aperfeiçoamento profissional do corpo docente e de suas atividades propiciando relações de cooperação entre os profissionais da educação e com o objetivo de aproximar a unidade escolar da comunidade;

V- Coordenar grupo de formação continuada de professores.

Subseção III
Das Atribuições Específicas dos Gestores Escolares

Art. 12 - É da competência do gestor escolar:

I- responsabilizar-se pelo adequado funcionamento da unidade escolar;

II- dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

a) Representar a unidade escolar em todos os eventos;

b) Zelar dos bens públicos, primando pela sua conservação, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar;

V- submeter ao conselho escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VI- tornar pública à comunidade escolar à movimentação financeira da unidade escolar;

VII- apresentar anualmente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a comunidade escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, avaliação interna da unidade escolar e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

VIII- cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

IX- dar transparência na aplicação e na divulgação dos recursos financeiros recebidos pela unidade escolar, em conjunto com o conselho escolar;

X- coordenar em consonância com conselho deliberativo da comunidade escolar, coordenador pedagógico, orientador educacional e Técnico Administrativo Educacional (secretário escolar), a elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica;

XI- dar ciência a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sobre qualquer alteração no calendário escolar;

XII- fazer cumprir a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;

XIII- entregar nos prazos previstos todos os documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob pena de instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade.

Subseção IV
Das Atribuições Específicas dos Coordenadores Pedagógicos.

Art. 13 - São atribuições específicas do coordenador pedagógico:

I- coordenar a elaboração do planejamento didático-pedagógico;

II- orientar e acompanhar a execução do planejamento em cada período letivo;

III- promover reuniões com o corpo docente e o gestor para controle e acompanhamento das ações a seu cargo, com a finalidade de corrigir distorções.

IV - coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na unidade escolar;

V- articular a elaboração participativa da Proposta Pedagógica da Unidade escolar;

VI- coordenar, acompanhar e avaliar a Proposta Pedagógica na Unidade escolar;

VII- acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário:

VIII- coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no planejamento pedagógico;

IX- desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica:

X- coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar:

XI- analisar/avaliar junto aos professores as causas de evasão e retenção propondo ações para superação;

XII- propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da unidade escolar, visando à melhoria do desempenho profissional;

XIII- divulgar e analisar, junto a equipe gestora, documentos e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, buscando implementá-las na unidade escolar, atendendo as peculiaridades;

XIV- propor e incentivar a realização de palestras, encontro e similares com grupos de alunos e profissionais da unidade escolar sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XV - propor, em articulação com o gestor e o conselho escolar, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuem para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

XVI - acompanhar e vistar os diários de classe;

XVII- propor intervenções pedagógicas junto ao professor atender o aluno com necessidade especial ou com déficit de aprendizagem.

Subseção V
Das Atribuições Específicas dos Orientadores Educacionais

Art. 14- São atribuições específicas do orientador educacional:

I - elaborar planos e projetos em consonância com a filosofia e objetivos da unidade escolar.

II - colaborar com a gestão escolar e coordenação pedagógica para o bom

desempenho administrativo e pedagógico.

III - trabalhar em prol de um clima harmônico entre todos os segmentos.

IV - colaborar na integração da família, unidade escolar e comunidade.

V - proporcionar momentos de estudo, de reflexão sobre valores, atitudes, procedimentos, com alunos, pais e professores.

VI - incentivar a formação de liderança positiva.

VII - auxiliar o professor na compreensão da relação entre os alunos, fornecendo subsídios a respeito dos mesmos.

VIII - incentivar o aluno a estudar e participar ativamente das aulas.

IX - atender e acompanhar individualmente alunos com comportamento inadequado no ambiente escolar, com dificuldade acentuada no relacionamento e na aprendizagem.

X - assessorar os professores regentes na organização de ações para mediar, solucionar e identificar as dificuldades de relacionadas à turma.

XI - atender pais, professores e funcionários, individualmente quando necessitarem.

XII - trabalhar no sentido preventivo e educativo, através de projetos, desenvolvidos em sala de aula, reunindo grupos com dificuldades afins, além de atendimentos individuais.

XIII - encaminhar a outros profissionais, os casos de alunos que necessitem de acompanhamentos especiais;

Subseção VI
Das Atribuições Específicas do Técnico Administrativo Educacional

Art.15 - São atribuições específicas do técnico administrativo escolar:

I - Administração escolar - as atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relativas a funcionamento das secretarias escolares e/ou atividades burocráticas da Secretaria Municipal de Educação.

Subseção VII
Das Atribuições Específicas do Apoio Administrativo Educacional

Art. 16 - São atribuições específicas da nutrição escolar:

I- Nutrição escolar - atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar;

II- Manutenção da infra-estrutura - funções de vigilância, segurança, limpeza e manutenção da infra-estrutura escolar.

CAPÍTULO II
Seção I
Do Provimento

Art. 17 - Os cargos dos profissionais da educação serão providos mediante concurso público de provas e títulos, de natureza competitiva, eliminatória e classificatória, que será desenvolvida em todas as suas fases observando as normas pertinentes estabelecidas na Constituição Federal, nesta lei e nas demais regras aplicáveis aos concursos públicos na área da Educação.

Parágrafo Único Assegura-se às pessoas com deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para o provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, e para tais pessoas serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso, no percentual a ser definido em cada edital de concurso público.

Seção II

Art. 18 - As provas do concurso público para ingresso no cargo dos profissionais de Educação abrangerão, necessariamente, os aspectos de formação geral em educação e formação específica dos candidatos, de acordo com a habilitação exigida para cada cargo.

§ 1° O prazo de validade de concurso e as condições de sua realização serão fixados por edital que serão publicados no órgão oficial e em diário de grande circulação no município.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior para a função, com prazo de validade não expirado, podendo, entretanto, se houver necessidade de recursos humanos nas áreas específicas, ser aberto novo concurso.

CAPÍTULO III

Das Tabelas de Pagamentos dos Cargos Efetivo em Comissão e Função Gratificada.

Art. 19 - Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e o valor das funções gratificadas serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes respectiva pelo valor atribuído ao padrão referencial, conforme segue:

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO SEGUNDO A CLASSE POR TEMPO DE TRABALHO

PADRÃO	COEFICENTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.7	540,00	4%	3%						
02	3.0	600,00								
03	3.2	640,00								
04	3.5	700,00								
05	3.6	720,00								
06	3.7	740,00								
07	3.8	760,00								
08	4,0	800,00								
09	4.1	820,00								
10	4.2	840,00								
11	4.5	900,00								
12	4.8	960,00								
13	5.0	1.000,00								
14	5.5	1.100,00								
15	5.7	1.140,00								
16	6.0	1.200,00								
17	6.1	1.220,00								
18	6.4	1.280,00								
19	6.7	1.340,00								
20	6.9	1.380,00								

TABELA PARA FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÕES	PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
GESTOR(A) ESCOLAR (Diretor de Escola)	
Escola com até 300 alunos	75% Sobre o vencimento básico
Escola com 301 a 500 alunos	80% Sobre o vencimento básico
Acima de 501 alunos	90% Sobre o vencimento básico
COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO	
Coordenador de até 300 alunos	60% Sobre o vencimento básico
Coordenador de 301 a 500 alunos	70% Sobre o vencimento básico
Coordenador de acima de 501 alunos	75% Sobre o vencimento básico
ORIENTADOR (A) EDUCACIONAL	
Escola com 301 a 500 alunos	Até 60% Sobre o vencimento básico
Acima de 501 alunos	Até 65% Sobre o vencimento básico
ASSESSOR (A) PEDAGÓGICO (SMEC)	Até 80% Sobre o vencimento básico

Padrão Referencial R$ 200,00(duzentos reais) X Coeficiente

Parágrafo único – Acima de 400 alunos em cada unidade escolar caberão 02 (dois) coordenadores.

CAPÍTULO IV
Da Posse

Art. 20 A posse dos profissionais de Educação dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual poderão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados por lei municipal.

§ 1° A posse ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2° A posse dos profissionais de Educação se dará sempre no nível e referência inicial da carreira e cargo para o qual o candidato foi aprovado em concurso público.

§ 3° Em se tratando de profissional, que esteja na data de publicação do ato de provimento, afastado legalmente, o prazo será contado a partir do término do afastamento.

§ 4° Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5° No ato da posse, o profissional de Educação apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, e declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável, sob as penas da lei.

§ 6° Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no §1° deste artigo.

Art. 21 A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 22 - O exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.

§ 1° É de 15 (quinze) dias o prazo para o profissional empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2° O profissional será exonerado do cargo, ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para a função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos no parágrafo anterior.

§ 3° À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o profissional da educação básica compete dar-lhe exercício.

Art. 23 - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do profissional da educação básica.

Parágrafo Único Ao entrar no exercício, o profissional apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 24 - O profissional da educação básica apenas poderá ter exercício dentro do município, salvo em caso de cessão a órgão público que não municipal.

CAPÍTULO V
Da Avaliação Especial de Desempenho

Art. 25 O estágio probatório é o período de três anos de efetivo exercício do profissional da educação básica nomeado para cada cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, durante o qual será apurada a conveniência de sua confirmação no serviço público municipal, mediante a verificação do seu desempenho através dos seguintes requisitos:

I- assiduidade;
II- pontualidade;
III- disciplina;
IV-- eficiência;
V-- responsabilidade;
VI-- relacionamento;
VII-- desempenho profissional;
VIII-- capacidade de iniciativa;
IX- idoneidade moral.

§ 1º Para efeito de avaliação desempenho funcional, alguns dos requisitos de que tratam os incisos do parágrafo anterior serão desdobrados da seguinte forma:

I- Assiduidade:
a) freqüência;
b) ocupação;
II- Pontualidade:
III - Disciplina:
IV- Eficiência:
a) qualidade do Trabalho:
b) criatividade;
c) interesse.
V- Responsabilidade:
a) Compromisso:
b) Zelo.
VI-Relacionamento;
VII- Desempenho Profissional:
a) Conhecimento
b) Didática:
c) Organização e Planejamento:
d) Comprometimento.
VIII- Capacidade de Iniciativa
IX- Idoneidade Moral.

Art. 26 Os requisitos de que trata o artigo anterior serão avaliados através de instrumento específico de avaliação de desempenho.

Art. 27 O sistema de avaliação especial de desempenho de estágio probatório dos profissionais da educação básica, do município de Itanhangá, será coordenado pelo responsável pelos Recursos Humanos e as avaliações serão realizadas em cada unidade educacional pelas Comissões Especiais de Avaliação formadas anualmente por no mínimo por 4 (quatro) membros, sendo o Gestor Escolar, o Coordenador Pedagógico, Assessor Pedagógico e um representante do SINTEP que atue na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único Para conhecimento e ciência de todos das respectivas comissões de avaliação de desempenho em estágio probatório, o organograma com a indicação dos ocupantes dos respectivos cargos e das funções de confiança, serão publicados nos murais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e suas unidades escolares, bem como, quando for o caso, dos indicados pelas entidades de classe, serão nomeados por portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 28 - O período de avaliação será contado a partir da data de início do
exercício e os instrumentos de avaliação preenchidos anualmente, sendo que a terceira avaliação dar-se-á no 34° mês após o ingresso do profissional no serviço público.

Parágrafo único Ocorrendo fato negativo relevante envolvendo o profissional em estágio probatório, ou se for enquadrado em alguma das infrações previstas na legislação municipal, poderá ser efetuada avaliação a qualquer tempo e o caso conduzido de acordo artigo 36 a 39 desta Lei.

Art. 29 - As chefias das áreas de exercício do cargo do profissional da educação básica, estagiário deverão responsabilizar-se, juntamente com a comissão avaliadora, pelo cumprimento dos prazos estabelecidos nos instrumentos de avaliação.
Parágrafo Único O não cumprimento dos prazos e das disposições desta Lei poderá acarretar responsabilidade administrativa ao infrator.

Art. 30 - As avaliações do estágio probatório serão de responsabilidade da chefia imediata e mediata ou, quando for o caso, do responsável direto pelo profissional estagiário.
§ 1º Caso o profissional da educação básica, estagiário tenha tido mais de uma subordinação no período de avaliação, esta será de responsabilidade da chefia a que o mesmo esteve subordinado por maior período de tempo, prevalecendo, em caso de igualdade, a última.
§ 2° As avaliações serão realizadas pela comissão e apresentadas ao profissional estagiário, esclarecendo com o mesmo os aspectos significativos ocorridos no período e que contribuíram para o resultado atingido.

§ 3° Os instrumentos de avaliação deverão ser assinados e datados pelos avaliadores e pelo profissional estagiário, que manifestará sua concordância ou discordância com a avaliação realizada.

§ 4° Na hipótese do profissional estagiário discordar da avaliação realizada, poderá expor suas razões no formulário específico do instrumento de avaliação, datando-o e assinando-o, podendo apresentar manifestação escrita no prazo máximo de 03 (três) dias, findo qual sem manifestação, dará por aceita a avaliação.

Art. 31 - Fica estabelecida a pontuação máxima de 80 (oitenta) pontos, para cada instrumento de avaliação, distribuídos nos requisitos previstos na Ficha de Avaliação de Desempenho Estágio Probatório Servidores da educação básica do município de Itanhangá.

Art. 32 - É condição para posterior confirmação no serviço público municipal a obtenção pelo profissional estagiário de, no mínimo:
I- 60% (sessenta por cento) na avaliação proferida na primeira avaliação;
II- 70% (setenta por cento) nas demais avaliações.

Art. 33 O profissional estagiário que obtiver pontuação inferior a 48 (quarenta e oito) na avaliação proferida no primeiro ano, receberá acompanhamento funcional, que se iniciará imediatamente após a avaliação e poderá expor suas razões conforme previsto no §4° do artigo 30.
§ 1º O acompanhamento funcional será realizado por profissional a ser indicado prioritariamente pela própria secretaria de exercício do profissional estagiário, considerando o cargo;
§ 2 O acompanhamento funcional poderá envolver as chefias e a análise do local de trabalho, bem como ser subsidiado de estudos e informações que se façam necessário;
§ 3° As chefias e o profissional da educação básica estagiário darão prioridade ao atendimento de convocações para entrevistas e reuniões necessárias ao acompanhamento funcional de que trata este artigo, nas quais poderão ser indicadas medidas gerenciais e administrativas a serem adotadas;
§ 4° A análise técnica dos dados levantados no acompanhamento funcional poderá indicar a necessidade de orientação, capacitação e mudança de local de trabalho do profissional, visando melhor desenvolvimento funcional.

Art. 34 Compete às chefias e ao responsável direto acompanhar e orientar o profissional estagiário sobre as atividades do respectivo cargo, bem como informá-lo sobre as finalidades do órgão em que estiver em exercício.

Parágrafo único O profissional da educação básica deverá participar dos cursos e eventos específicos referentes às atividades do cargo para o qual foi nomeado e daqueles de desenvolvimento geral sobre a função pública, compatíveis com a sua área de trabalho, se indicado pela chefia ou pelo órgão de controle e acompanhamento do estágio probatório, desde que tal participação esteja de acordo com a necessária qualidade dos serviços.

Art. 35 O estágio probatório não será suspenso nos seguintes casos:
I- férias;
II- participação em programa de treinamento oficialmente instituído;
III- participação em júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
IV- licenças:
a) Para tratamento de saúde de até 15(quinze) dias;
b) Para tratamento em caso de acidente ou moléstia adquirido em serviço pelo período de até 60(sessenta) dias:
V- participação em competição esportiva oficial, quando convocado, por até 15 (quinze) dias.

Art. 36 Será exonerado o profissional estagiário que, no período de seu estágio probatório, enquadrar-se em qualquer das seguintes situações:
I- não atingir, no decorrer ou ao concluir o estágio probatório, a pontuação mínima estabelecida no inciso II do artigo 32.
II- incorrer em mais de 30 (trinta) faltas não justificadas e consecutivas.

Art. 37 - Será de competência do Responsável pelos Recursos Humanos:
I- emitir instrumentos de avaliação para cada professor estagiário, remetendo--os às áreas de exercício da função:

II- receber e conferir os instrumentos de avaliação devidamente preenchidos;

III- encaminhar para os técnicos e chefias as situações de acompanhamento funcional;

IV- manter banco de dados para controle das situações dos profissionais em estágio probatório;

V- notificar o profissional da educação básica e à comissão de avaliação as situações de suspensão do estágio probatório;

VI- realizar todos os procedimentos necessários para desencadear os procedimentos de exoneração, quando o profissional estagiário se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do artigo anterior, concedendo-o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso escrito, pelo próprio professor ou seu procurador.

VII- estágio probatório;

VIII- realizar atividades pertinentes sobre o estágio probatório.

Art. 38 - Nos casos em que o profissional da educação básica estagiário recorrer da decisão, a Coordenadoria de Recursos Humanos remeterá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento a documentação necessária para abertura de procedimento administrativo, compreendendo memorando, instrumentos de avaliação, relatório de acompanhamento funcional, ficha funcional, o recurso e outros.

Art. 39 O Prefeito Municipal nomeará por portaria comissão para analisar o recurso apresentado pelo profissional estagiário ou seu procurador, composta da seguinte forma:

I- um representante dos Recursos Humanos;

II- um profissional escolhido dentre os que atuam na mesma unidade de trabalho do estagiário, ou um representante da categoria quando houver;

III- um representante Jurídico municipal.

Art. 40 - Compete à comissão de que trata o artigo 39:

I- analisar os dados levantados durante o período de estágio probatório;

II- analisar as avaliações realizadas;

III- diligenciar junto ao órgão de controle e acompanhamento, quando necessário;

IV- elaborar relatório conclusivo dentro de 30 (trinta) dias a contar da nomeação da comissão devendo o relatório conter a apreciação das avaliações proferidas pela comissão de avaliação e dos demais documentos pertinentes, e em especial as razões de defesa, propondo justificadamente, a exoneração ou a continuidade do estágio probatório ou a confirmação do profissional da educação básica estagiário no serviço público municipal:

V - remeter o relatório e os documentos que o acompanham à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 41 A Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 10(dez) dias, poderá referendar ou não o relatório da comissão de análise do recurso. Em caso negativo poderá solicitar esclarecimentos junto aos órgãos de acompanhamento da avaliação e análise do recurso. E em caso positivo, com a indicação de exoneração, encaminhará os autos ao Chefe do Poder Executivo que o julgará no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 42 Os documentos de cientificação e intimação serão apresentados em duas vias ao estagiário, para que, retendo uma delas, passe recibo devidamente datado da outra.

§ 1º Caso o estagiário se recuse a receber a intimação da decisão, deverá o fato ser certificado, à vista de, no mínimo, duas testemunhas.

§ 2° Estando o estagiário ausente do Município, se conhecido seu endereço, será intimado via postal, em carta registrada, juntando-se o comprovante de registro e o aviso de recebimento.

§ 3° Estando o estagiário em lugar incerto e não sabido, será notificado mediante edital publicado no órgão oficial do Município, juntando-se o comprovante de publicação.

§ 4° Feita a intimação pessoal, por correio ou por edital da decisão os atos serão encaminhados ao Responsável pelos Recursos Humanos para execução dos atos decorrentes.

Art. 43 Compete ao Responsável pelos Recursos Humanos juntamente com o Secretário da pasta respectiva, declarar estável no serviço público municipal o estagiário que cumprir o período de estágio probatório nos termos estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO VI
Da Acumulação

Art. 44 Ressalvados os casos previstos na Constituição, e observadas as demais condições ali estabelecidas, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

Art. 45 A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 46 O profissional não poderá exercer mais de um cargo em comissão no Município, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 47 A proibição de acumular proventos não se aplica ao aposentado, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados:

Art. 48 O profissional da educação básica que ocultar ou omitir a acumulação de cargo, presumir-se-á má fé, tornando todos os cargos ou funções e tudo o que percebe indevido, constituindo-se em justa causa para exoneração.

CAPÍTULO VII
Da Readaptação

Art. 49 Readaptação é a transformação da investidura do profissional de Educação para um cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em laudo produzido por junta médica oficial composta por três médicos.

§ 1 ° Se julgado incapaz para o serviço público, o profissional readaptado ou readaptando será aposentado por invalidez.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação e o nível de escolaridade exigido, além da equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o profissional exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3° O sistema de readaptação terá regulamentação própria. A ser emitida por decreto do executivo 30 dias após entrada em vigor desta lei.

CAPÍTULO VIII
Da Reversão

Art. 50 Reversão é o retorno à atividade do profissional aposentado por invalidez, quando por junta médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 51 A reversão far-se-á, de preferência, no mesmo cargo ou naquele em que tenha transformado ou, ainda, em cargo de vencimento equivalente ao do anteriormente ocupado, atendido o requisito de habilitação profissional.

§ 1° Se o laudo não for favorável à reversão, poderá ser realizada nova inspeção de saúde, decorridos 90 (noventa) dias, no mínimo.

§ 2° Será tornada sem efeito a reversão de ofício e cassada a aposentadoria do profissional que, declarado apto para retornar ao trabalho, mediante inspeção médica, não entrar em exercício dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3° Encontrando-se provido ou extinto o cargo o profissional revertido exercerá suas atribuições como excedente, até ocorrência de vaga.

Art. 52 Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

CAPÍTULO IX
Da Reintegração

Art. 53 Reintegração é a investidura do profissional de educação estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua exoneração por decisão administrativa ou judicial.

§ I° Na hipótese de o cargo ter sido extinto o profissional da educação ficará em disponibilidade, observadas as regras constitucionais a respeito.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

CAPÍTULO X
Da Recondução

Art. 54 Recondução é o retorno do profissional estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo:

II – reintegração por determinação judicial ou por medida administrativa em caso de revisão do processo de demissão, do anterior ocupante.

Parágrafo Único Encontrando-se provido o cargo de origem, o profissional será aproveitado em outro, observadas as regras de compatibilidade previstas nesta lei.

CAPÍTULO XI
Do Plano de Carreira, Cargos e Salários, das Espécies de Evolução Funcional

Seção I
Do Plano de Carreira Cargos e Salários

Art. 55 - É assegurado plano de carreiras, cargos e salários aos profissionais de ensino, em atendimento ao que exige a Constituição Federal, artigo 206, Inciso V, a Lei Federal n" 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 67, inciso IV, e na forma desta lei.

Art. 56 – Fica instituído o Padrão referencial, através desta Lei, no valor de R$ 200,00(duzentos reais), e será aplicado sobre os coeficientes da tabela dos respectivos níveis e classes integrantes desta Lei.

Art.57 – Os valores relativos aos vencimentos serão obtidos pela multiplicação do coeficiente pelo valor do padrão referencial, que estabelecer o vencimento mensal básico, do qual serão abatidos os descontos previstos em lei.

Art. 58 Plano de carreira é o conjunto das possibilidades de evolução funcional dos profissionais da educação básica e terá para o candidato caráter voluntário e sempre irreversível, exercitando-se na estrita conformidade das regras a seguir estabelecidas.

Art. 59 Aos profissionais de Educação estão sujeitos a duas espécies de evolução funcional:

I - promoção por escolaridade (nível);

II - progressão por merecimento (classe).

Art. 60 - As duas espécies de evolução funcional podem ser acumuladas, e nenhuma depende de abertura de vaga.

Subseção I
Promoção por Escolaridade (Nível)

Art. 61 - A promoção por escolaridade (nível), conforme consta sinoticamente no anexo I, desta Lei, é aquela devida, por requerimento do interessado, sempre que este obtiver maior nível de escolaridade, ascendendo segundo os seguintes níveis:

I - Professor Nível I - Magistério:

II - Professor Nível II - Licenciatura Plena em Pedagogia ou outras áreas da Educação;

III - Professor Nível III- Curso de Especialização em área da educação;

IV - Técnico Administrativo Educacional Nível I – Ensino Médio

V - Técnico Administrativo Educacional Nível II – Pró-funcionário

VI - Apoio Educacional Nível I – Ensino Fundamental

VII - Apoio Educacional Nível II – Ensino Médio

VIII- Apoio Educacional Nível III – Pró-funcionário

Art. 62 - A promoção por escolaridade de um nível para outro deverá observar o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses e a correlação com o concurso do profissional e o efetivo exercício.

Subseção II
Progressão por Merecimento (classe)

Art. 63 - Progressão por merecimento, conforme consta do anexo I, desta Lei, é a espécie de evolução funcional do profissional da educação básica de uma das faixas de vencimento para a subseqüente, no máximo até a 10ª (décima) progressão, e será procedida a cada período não inferior a 3 (três) anos, iniciando-se a contagem do primeiro período na data do início do exercício.

Parágrafo Único Para os efeitos de progressão por merecimento computa-se o tempo de serviço, do profissional da educação básica que vinha sendo contado desde a última progressão funcional que tiveram. Em caso de nenhuma progressão haver sido atribuída, computa-se o tempo de serviço prestado desde o início do exercício.

Art. 64 O profissional da educação básica desde que em efetivo exercício na rede municipal de ensino, terá direito à progressão por merecimento, se aprovado em processo contínuo e específico de avaliação.

§ 1º As normas de avaliação da progressão por merecimento incluindo instrumentos e critérios, terão regulamento próprio definido por Comissão Paritária constituída por membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da classe de representantes do profissionais da educação básica e formalizada por decreto do Chefe do Poder Executivo

§ 2° A aplicação da avaliação por merecimento será efetivada pela mesma comissão especial de avaliação instituída para a avaliação de desempenho funcional em estágio probatório.

§ 3° A cada progressão por merecimento o profissional da educação básica terá direito ao acréscimo de 4% (quatro por cento), na primeira progressão, e 3% (três por cento) , nas progressões subseqüentes do seu vencimento.

§ 4° Em caso de reprovação na avaliação para progressão por merecimento, iniciar--se-á novo interstício de três anos para nova avaliação.

CAPITULO XII
Da Remoção

Art. 65 Remoção é a movimentação do professor e demais profissionais da educação básica, de uma para outra unidade escolar, sem que modifique a sua situação funcional e dar-se-á:

I- ex ofício, no interesse, conveniência e oportunidade da Administração Pública, por ato motivado pela autoridade que expediu;

II- a pedido do interessado, observada a existência de vagas, nos seguintes casos:

a) por permuta, quando os permutantes exercerem funções da mesma natureza e do mesmo nível de habilitação;

b) por mudança de domicílio do cônjuge ou companheiro, também servidor público municipal;

c) por motivo de tratamento de saúde do profissional, por período superior a 06 (seis) meses, condicionada a comprovação por junta médica oficial.

Parágrafo único A remoção a pedido do interessado, após o deferimento, dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares.

CAPÍTULO XIII
Da Jornada de Trabalho, dos Direitos de Vantagens Pecuniárias e do Adicional por trabalho em Local de Difícil Acesso

Seção I
Da Jornada de Trabalho

Art. 66 - A jornada de trabalho dos professores será de 30 (trinta) horas semanais; dos profissionais de técnico administrativo educacional serão de 40 horas semanais e dos os profissionais de apoio educacional será de 30 ou 40 horas semanais conforme atribuições.

Art. 67 - A distribuição do trabalho do profissional, observada cada carga horária semanal, é de responsabilidade da unidade escolar e deve estar articulada a proposta pedagógica.

Art. 68 - Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 33,3% (trinta e três ponto três por cento) de sua carga horária semanal para atividades relacionadas ao processo didático-pedagógico (hora-atividade).

§ 1º Entende-se por hora-atividade aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da unidade escolar, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, assim como à recuperação paralela de alunos de acordo com a proposta pedagógica da unidade escolar.

§ 2 A hora-atividade deverá ser realizada fora do período de atividades de regência de classe e em turnos diurnos.

Seção II
Dos Direitos e Vantagens Pecuniárias

Art. 69 - A remuneração dos profissionais da educação básica é a estabelecida no anexo I desta Lei, devendo obrigatoriamente ser revista a cada 12 (doze) meses, tendo como parâmetro o mês de maio de cada ano.

Art. 70 - Fica instituído o piso de vencimento dos profissionais da educação básica, abaixo do qual não haverá qualquer remuneração, equivalente ao vencimento básico do profissional do nível I, para carga horária de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme anexo I desta lei, sendo que o vencimento respectivo se refere a 30 (trinta dias) do mês civil.

Seção III
Do Adicional por trabalho em Local de Difícil Acesso

Art. 71 - O profissional de Educação lotado em unidade escolar de difícil acesso recebera um adicional estabelecido em Lei Municipal própria.

Parágrafo único: Considera-se de difícil acesso à unidade escolar que se situe a uma distância superior a 15 Km (quinze quilômetros) do perímetro urbano, desde que não haja disponibilidade de transporte custeado pelo município.

Seção IV
Do Adicional Noturno Constitucional

Art. 72 - O serviço noturno, assim considerado aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 10% (dez por cento), computando-se a cada hora como 52min e 30s (cinqüenta e dois minutos e trinta segundos).

CAPÍTULO XIV
Das Licenças dos Profissionais da Educação

Seção I
Da Licença de Natureza Técnico-Pedagógica

Art. 73 Ao profissional da educação básica será concedida licença para exercer função de natureza técnico-pedagógica em órgão da União, do Estado ou Município conveniado com o Estado de Mato Grosso, sem ônus para o órgão de origem, com remuneração a cargo do órgão favorecido.

Seção II
Da Licença Para Qualificação Profissional

Art. 74 - A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, a seu exclusivo critério, e consiste no afastamento dos profissionais das suas funções, sem prejuízo da sua remuneração, e será concedida:

I - para freqüência a cursos de pós-graduação, obedecido ao cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II - para freqüência a cursos de atualização, treinamento ou especialização profissional, no país ou no exterior, se de interesse do Município e em conformidade com o plano político pedagógico da unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III - para participar de congressos ou outras reuniões e eventos de natureza técnica, científica, cultural, inerentes às funções do profissional.

Seção III
Da Licença para tratar de Interesses Particulares

Art. 75 - O profissional da educação básica estável terá direito à licença para tratar de interesses particulares por um período máximo de 2 (dois) anos improrrogável, sem ônus para o Município.

§ 1° O requerimento expressando as razões que levam o profissional a solicitar a licença deverá ser dirigido ao órgão competente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2° A Secretaria Municipal de Educação e Cultura concederá ou não a licença, a seu exclusivo e motivado critério.

§ 3° A licença de que trata este artigo poderá ser interrompida nas seguintes hipóteses:

a) por necessidade de serviço justificada pelo Executivo, a qualquer tempo, fixando--se prazo de retorno de até 15 (quinze) dias:

b) no interesse do profissional depois de cumpridos no mínimo 90 (noventa) dias, mediante comunicado formal com 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 4° É vedada a concessão da licença referida neste artigo por período inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5° Somente será concedida nova licença depois de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do término da licença anterior.

Parágrafo único – A licença de que trata no caput anterior o profissional de Educação terá obrigatoriedade em prestar serviço nesta municipalidade pelo mesmo período em que esteve licenciado. Em caso do não cumprimento ele deverá devolver aos cofres públicos os recursos investidos pelo período não cumprido. O mesmo ocorre se o profissional de Educação não concluir o curso.

Art. 76 O número de profissionais licenciados, em gozo simultâneo de qualquer espécie de licença não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da respectiva unidade escolar.

Seção IV
Da Licença para tratamento de Saúde

Art. 77 - A licença para tratamento de saúde, assim como a por acidente, ambas com remuneração integral somente serão deferidas se atestada a sua necessidade por perícia médica, junto ao INSS.

Art. 78 - O profissional licenciado para tratamento de saúde ou por acidente de trabalho, não poderá dedicar-se a atividade da mesma natureza que a do seu cargo, ou em qualquer atividade que testifique a capacidade do profissional de ser readaptado ou até mesmo de retornar ao serviço, sob pena de imediata interrupção da licença, com as conseqüências previstas em lei.

Art. 79 - O licenciado não pode recusar-se a submeter-se à perícia médica sob pena de suspensão da licença.

Seção V
Da Licença por Acidente

Art. 80 - Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo profissional, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Art. 81 - Equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo profissional no exercício do cargo.

Seção VI
Da Licença a Gestante

Art. 82 - A licença para repouso da profissional de Educação gestante será concedida por indicação médica por prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Seção VII
Da Licença para Amamentar

Art. 83 - A profissional da educação básica, em período de amamentação, terá direito a meia hora em cada turno para, com essa finalidade, afastar-se do expediente, até a idade de 6 (seis) meses.

Seção VIII
Da Licença por Paternidade

Art. 84 - É assegurada licença de 5 (cinco) dias ao profissional da educação básica, pai de recém-nascido.

Seção IX
Da Licença para Concorrer a Cargos Eletivos

Art. 85 - É assegurada ao profissional da educação básica licença de até 90 (noventa) dias para concorrer a eleições, sem prejuízo da remuneração, tendo início o afastamento a partir do registro da candidatura.

Seção X
Da Licença para Tratar da Saúde de Pessoa da Família

Art. 86 - O profissional da educação básica poderá obter licença, por motivo de doença que acometer o cônjuge ou companheiro, enteados, filhos, pai, mãe, padrasto, madrasta e irmãos, provando ser indispensável sua assistência pessoal e não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1º Provar-se-á doença mediante atestado ou laudo médico.

§ 2 A licença de que trata este artigo será concedida com remuneração integral em até 15 (quinze) dias, prorrogável por mais 15 (quinze), e sem vencimento a partir do 310 (trigésimo primeiro) dia até o máximo de 1 (um) ano.

§ 3° Quando a pessoa da família se encontrar em tratamento fora do município será aceito atestado ou laudo médico emitido por profissionais da localidade onde estiver.

Seção XI
Da Licença para Adoção

Art. 87 - A profissional de Educação que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade, a partir da data da adoção ou concessão da guarda judicial.

Seção XII
Da Licença- Prêmio

Art. 88 - Após cada qüinqüênio ininterrupto de efetivo exercício no município, o Servidor da Educação fará jus a noventa dias de licença especial, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo.

§ 1 ° Não se concederá licença especial o Servidor que, no período aquisitivo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão:

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) Licença para tratar de interesse particular;

c) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

§ 2º As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença especial prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada três faltas.

§ 3° O Servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença especial.

§ 4° É vedado o exercício do cargo durante o período de gozo.

§ 5° O direito a licença especial não tem prazo para ser exercitado.

§ 6° É vedado o acúmulo de licença especial em quaisquer termos.

§ 7° É vedada a conversão em pecúnia ou em quaisquer outra forma de vantagens os direitos do caput deste artigo.

§ 8º É facultado ao professor fracionar a licença que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que previamente definido os meses para gozo da licença.

Art. 89 - O número de o professor em gozo simultâneo de licença especial não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) da lotação da respectiva unidade escolar, órgão ou entidade.

CAPÍTULO XV
Das Outras Concessões

Art. 90 - Sem qualquer prejuízo poderá o profissional da educação ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II- por 2 (dois) dia, para se alistar como eleitor

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge ou companheiro(a), filhos ou enteados, pais irmão e avós:

IV - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento:

V - por 3 (três) dias consecutivos por trabalho no período eleitoral.

CAPÍTULO XVI
Das Férias

Art. 91 - Os profissionais de Educação em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:

I - de 45 (quarenta e cinco) dias para professores em função de docência, sendo 30 (trinta) dias consecutivos e 15 (quinze) dias coincidentes com o recesso previsto no calendário escolar.

II - de 30 (trinta) dias para os demais professores e outros profissionais da educação, de acordo com a escala de férias com ajuste do calendário escolar, as férias dos professores ocupantes do quadro do magistério poderão ser concedidas proporcionalmente ao tempo de serviço, mesmo que o primeiro período aquisitivo seja inferior a 12 (doze) meses.

§ 1º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 2° É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço, no máximo 2 (dois) períodos.

§ 3º De acordo com o artigo 7° da Constituição Federal, a remuneração referente ao período de 30 dias de férias será acrescido 1/3 (um terço).

CAPÍTULO XVII
Do Tempo de Serviço

Art. 92 - Observadas às disposições constitucionais pertinentes será contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado à administração direta, autárquica e fundacional pública daqueles entes.

Parágrafo único A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 93 - Além das ausências ao serviço previstas nesta lei são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I- férias;

II- participação em programa de treinamento oficialmente instituído;

III- júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IV- licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses:

c) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, quando não puder haver readaptação de espécie alguma;

CAPÍTULO XVIII
Da Aposentadoria

Art. 94 - Os profissionais deste Município serão aposentados nos termos da Constituição Federal.

CAPÍTULO XIX
Dos Direitos e Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica Municipal

Seção I
Dos Direitos Especiais

Art. 95 - São direitos especiais dos profissionais da educação básica municipal:

I - ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático--pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos:

II - dispor, no ambiente de trabalho, de instalações adequadas e material técnico e pedagógico suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência as suas funções;

III - ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro de princípios morais e metodológicos reconhecidos e de acordo com a Proposta Pedagógica da unidade escolar, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;

IV - reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

V- participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades;

VI- Não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, artigo 5º, inciso V e XII.

Seção II
Dos Deveres Especiais

Art. 96 - Aos profissionais da educação básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos municipais devem:

I - preservar as finalidades da educação nacional inspirada no princípio da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II - promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra-escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que a unidade escolar serve;

III - esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV - fornecer documentos para permanente atualização junto aos órgãos da Administração:

V - assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VI - respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VII - comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

VIII - preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e à justiça social;

IX - comparecer no local de trabalho com assiduidade e pontualidade executando as tarefas com zelo e presteza;

X – manter em dia registro, escriturações e documentação inerente à função e à vida profissional.

CAPÍTULO XX
Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 97 As atribuições específicas dos profissionais da educação básica municipal poderão ser complementadas por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 98 - Os profissionais da educação básica poderão congregar-se em sindicato ou associações de classe para a defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

Art. 99 - Em caso de necessidade comprovada e na forma de lei municipal específica que trate da contratação excepcional poderão ser admitidos profissionais da educação básica mediante contrato temporário.

Parágrafo único A admissão de que trata este artigo deverá observar as habilitações inerentes ao cargo substituído, priorizando-se o candidato com o melhor nível de habilitação.

Art. 100 - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura expedirá instruções específicas referentes à atribuição de classes e/ou aulas necessárias ao cumprimento do processo de lotação, estabelecendo, inclusive as ponderações quanto ao tempo de serviço e valores dos títulos.

Art. 101 - É assegurado ao Profissional da Educação ativo ou inativo, o recebimento da gratificação natalícia integral até o dia 20 de dezembro do ano trabalhado, garantida a proporcionalidade aos contratados temporariamente.

Art. 102 - A despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação própria consignadas no orçamento vigente.

Art. 103 - São partes integrantes desta lei complementar os anexos I, II e III que a acompanham.

Art. 104 - Esta Lei será revista para atualização sempre que alterações constitucionais ou legais aplicáveis incidirem sobre o seu conteúdo exigindo compatibilização.

Art. 105 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 106 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n° 004/ 2005, de 24 de fevereiro de 2005.

Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, 14 de Dezembro de 2009.

Vanderlei Proença Ribeiro
Prefeito Municipal.

TABELA DE VENCIMENTOS E REMUNERAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ / MT.

ANEXO I

TABELA - I - VENCIMENTOS E REMUNERACÕES DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO – 30 HORAS.

NÍVEL CLASSE	PADRÃO	COEFI CENTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I
I-Magistério	09	4.1	820,00	4%	3%						
II-Graduacão	17	6.1	1.220,00								
III-Especializacão	19	6.7	1.340,00								

TABELA – II VENCIMENTOS E REMUNERACÕES DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL – 30 HORAS

NÍVEL CLASSE	PADRÃO	COEFI CENTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I
I –Ensino Fund.	01	2.7	540,00	4%	3%						
II-Ensino Médio	03	3.2	640,00								
III- Pró-Funcion.	07	3.8	760,00								

TABELA III VENCIMENTOS E REMUNERACÕES DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL – 40 HORAS.

NÍVEL CLASSE	PADRÃO	COEFI CENTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I
I –Ensino Fund.	09	3.5	700,00	4%	3%						
II-Ensino Médio	11	4.0	800,00								
III- Pró-Funcion.	15	4.8	960,00								

TABELA IV - VENCIMENTOS E REMUNERACÕES DOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – 40 HORAS

NÍVEL CLASSE	PADRÃO	COEFI CENTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I
II-Ensino Médio	15	4.8	960,00	4%	3%						
III- Pró-Funcion.	16	6.0	1.200,00								

ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÕES PARA FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÕES	PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
GESTOR(A) ESCOLAR (Diretor de Escola)	
Escola com até 300 alunos	75% Sobre o vencimento básico
Escola com 301 a 500 alunos	80% Sobre o vencimento básico.
Acima de 500 alunos	85% Sobre o vencimento básico.
COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO	
Escola com até 300 alunos	60% Sobre o vencimento básico
Escola com 301 a 500 alunos	65% Sobre o vencimento básico
Acima de 500 alunos	75% Sobre o vencimento básico
ORIENTADOR (A) EDUCACIONAL	
Escola com 301 a 500 alunos	ATÉ 60% Sobre o vencimento básico
Acima de 500 alunos	ATÉ 65% Sobre o vencimento básico
ASSESSOR (A) PEDAGÓGICO (SMEC)	ATÉ 80% Sobre o vencimento básico

08.243 -	Assistência a Criança e ao Adolescente	R$	73.739,00
08.244 –	Assistência Comunitaria	R$	60.340,00
09.271-	Previdência do Regime Estatuário....	R$	501.000,00
10.122	Administração Geral	R$	3.397.531,00
10.301 -	Atenção Básica	R$	1.239.268,00
10.302 –	Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....	R$	157.289,00
12.122 –	Administração Geral	R$	3.843.097,00
12.306	Alimentação e Nutrição	R$	264.003,00
12.361 –	Ensino Fundamental	R$	1.178.750,00
12.364	Ensino Superior	R$	3.474,00
12.365 -	Educação Infantil	R$	228.108,00
12.367	Educação Especial	R$	28.948,00
13.122	Administração Geral.....	R$	15.053,00
13.392 –	Difusão Cultural	R$	16.211,00
15.122	Administração Geral.....	R$	155.000,00
15.452 -	Serviços Urbanos	R$	910.000,00
16.122	Administração Geral.....	R$	68.750,00
16.482-	Habitação.....	R$	105.000,00
17.122	Administração Geral.....	R$	104.697,00
17.512 –	Saneamento Básico Urbano	R$	1.618.605,00
20.122	Administração Geral	R$	582.974,00
20.601 -	Promoção da Produção Vegetal	R$	52.128,00
20.602 –	Promoção da Produção Animal	R$	39.105,00
20.605 –	Abastecimento	R$	12.128,00
20.606	Extensão Rural	R$	127.235,00
25.752 –	Energia Elétrica	R$	9,00
26.122	Administração Geral.....	R$	1.804.500,00
26.782 –	Transporte Rodoviário.....	R$	220.000,00
27.122	Administração Geral.....	R$	139.632,00
27.812 –	Desporto Comunitário.....	R$	108.930,00
28.122	Administração Geral.....	R$	195.833,00

08	Monitor de Creche	30			
10	Merendeira	30			
05	Merendeira	40			
04	Auxiliar de Serviços Gerais	30			
04	Auxiliar de Serviços Gerais	40			
13	Zeladores	30			
03	Vigia	30			
05	Guarda de Patrimônio	40			
05	Técnico Administrativo Educacional	40			
03	Técnico Administrativo Educacional	30			

ANEXO IV

MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ / MT
SECRETATIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

AVALIAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA MINICIPAL

INFORMAÇÕES PARA O ADEQUADO PREENCHIMENTO DA FICHA DE AVALIAÇÃO

- As avaliações do Estágio Probatório serão de responsabilidade da chefia imediata e mediata ou, quando for o caso, pelo responsável direto pelo profissional estagiário e da chefia imediata.
- As avaliações serão realizadas pela comissão e apresentadas ao profissional estagiário, esclarecendo com o mesmo, os aspectos significativos ocorridos no período e que contribuíram para o resultado atingido.
- As fichas de Avaliação deverão ser assinadas e datadas pelos avaliadores e pelo profissional estagiário.
- Deverá ser atribuído ponto, em cada fator, conforme pontuação abaixo, a alternativa que mais se apropria à situação do profissional estagiário, considerando somente o período alvo da presente avaliação.
- A avaliação deve pautar-se sempre em fatos concretos e observáveis no exercício das atividades, o que levará à confirmação ou não do profissional estagiário no serviço público municipal.
- Registre todos os aspectos significativos ocorridos durante o período avaliado.

PONTUAÇÃO

Cada fator da avaliação do estágio probatório vale, no máximo, 05 pontos, totalizando 80 pontos por boletim de avaliação, considerando:
a) Superou o esperado: 05
b) Atendeu ao esperado. 04
c) Atendeu Parcialmente ao esperado. 03
d) Não atendeu ao esperado. 00

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES

GUARDA DE PATRIMÔNIO (30Horas)
Referência:N - 01
Categoria Funcional : Ensino Fundamental
Vencimento Padrão: 2.7 - R$ 540,00

Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental - Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.

· **Condições de Trabalho:**
a) Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
· **Descrição Sintética**
Presta assistência à unidade de atuação e zela pelo Patrimônio Público.
· **Descrição Detalhada**
Zela pela conservação e manutenção do patrimônio público em geral;
Faz ronda nos logradouros públicos tais como: praças, monumentos e prédios;
Coordena e promove a execução dos serviços de sua competência;
Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
Atua no controle dos portões de entrada e saída, tira dúvidas e presta informações da rotina do órgão mesmo após o horário de funcionamento através do telefone ou pessoalmente no portão, impede a entrada de pessoas estranhas ou não autorizada.
Mantém organizados, limpos e conservados os materiais e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.
· **Especificações:**
· **Requisito(s) da Função:** A ser especificada no Edital de Abertura do respectivo concurso.
· **Escolaridade:** Ensino Fundamental
· **Iniciativa / complexidade:** executa tarefas de vigilância e guarda do patrimônio público.
· **Esforço físico:** constante.
· **Esforço mental**: constante.
· **Esforço visual:** constante.
· **Responsabilidade / dados confidenciais:** eventualmente.

GUARDA DE PATRIMÔNIO (40Horas)

Referência: N – 09.
Categoria Funcional : Ensino Fundamental
Vencimento Padrão: 3.5 - R$ 700,00
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental - Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas;

· **Descrição Sintética**
Presta assistência à unidade de atuação e zela pelo Patrimônio Público.
· **Descrição Detalhada**
Zela pela conservação e manutenção do patrimônio público em geral;
Faz ronda nos logradouros públicos tais como: praças, monumentos e prédios;
Coordena e promove a execução dos serviços de sua competência;
Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.
Atua no controle dos portões de entrada e saída, tira dúvidas e presta informações da rotina do órgão mesmo após o horário de funcionamento através do telefone ou pessoalmente no portão, impede a entrada de pessoas estranhas ou não autorizada.
Mantém organizados, limpos e conservados os materiais e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.
· **Especificações:**

· **Requisito(s) da Função:** A ser especificada no Edital de Abertura do respectivo concurso.
· **Escolaridade:** Ensino Fundamental
· **Iniciativa / complexidade:** executa tarefas de vigilância e guarda do patrimônio público.
· **Esforço físico:** constante.
· **Esforço mental:** constante.
· **Esforço visual:** constante.
· **Responsabilidade / dados confidenciais:** eventualmente.

CARGO: MERENDEIRA (30 Horas).

Referência: N- I - 01
Categoria Funcional :Ensino Fundamental.
Vencimento Padrão: 2.7- R$ 540,00
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
· **SERVIÇO:** Cozinha das Escolas, Creches.
· **SINTESE DOS DEVERES:** Manter o serviço da merenda escolar nas instituições de ensino municipal, nos termos dos convênios firmados e dos que venham a ser firmados; participar e promover a participação de cursos e estágios de treinamento para supervisores municipais, professores e merendeiras, objetivando a preparação tanto do pessoal técnico como do auxiliar, necessário à execução do Programa; observar e fazer observar o controle da entrega da merenda escolar por unidade escolar.
Executar demais tarefas afins e de interesse da municipalidade.
· **CONDIÇÓES DE TRABALHO:** Jornada de Trabalho: 30 horas semanais
Especial: atendimento ao público, fazer uso de uniforme, trabalhos externos e cursos.
· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**
Instrução: Ensino Fundamental
Idade Mínima: 18 anos
· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CARGO: MERENDEIRA (40 Horas)
Referência: N- I - 01
Categoria Funcional : Ensino Fundamental.
Vencimento Padrão: 3.5 - R$ 700,00.
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental, Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
· **SERVIÇO:** Cozinha das Escolas, Creches.
· **SINTESE DOS DEVERES:** Manter o serviço da merenda escolar no nas instituições de ensino municipal, nos termos dos convênios firmados e dos que venham a ser firmados; participar e promover a participação de cursos e estágios de treinamento para supervisores municipais, professores e merendeiras, objetivando a preparação tanto do pessoal técnico como do auxiliar, necessário à execução do Programa; observar e fazer observar o controle da entrega da merenda escolar por unidade escolar.
Executar demais tarefas afins e de interesse da municipalidade.
· **CONDIÇÓES DE TRABALHO:**
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais
Especial: atendimento ao público, fazer uso de uniforme, trabalhos externos e cursos.
· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**
Instrução: Ensino Fundamental
Idade Mínima: 18 anos
· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CARGO: MONITOR DE CRECHE (40 horas).
Referência: N –II -11
Categoria Funcional :ENSINO MÉDIO
Vencimento Padrão: 3.5 - R$ 700,00
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Médio, Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
· **SERVIÇO:** Atendimento de Crianças na Creche Municipal ou Centro de Educação Infantil.
· **SINTESE DOS DEVERES:** Planejar e executar trabalhos de regentes, quando não tiver professor na turma. Levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua sala. Estabelece mecanismos de avaliação. Constatar necessidades e carências das crianças e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento. Cooperar com a coordenação pedagógica e direção escolar. Organizar registros de observação da criança. Participar de atividades extraclasses. Auxiliar na preparação de material pedagógico. Contribuir com o aprimoramento da qualidade de desenvolvimento das crianças. Desenvolver atividades de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, bem como as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Executar demais tarefas afins e de interesse da municipalidade.
· **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais.
Especial: atendimento às crianças, bom relacionamento com crianças, pais e demais profissionais, participação em capacitações.
· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**
Instrução: Ensino Médio.
Idade Mínima: 18 anos completos.
· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e cultura.

CARGO: ZELADOR (30 Horas) CARGO EM EXTINCÃO
Referência: N – I - 01
Categoria Funcional : Ensino Fundamental.
Vencimento Padrão : 2.7 - R$540,00
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental. Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 30 horas;

· **SERVIÇO:** Proceder à limpeza, conservação dos utensílios de mesa de refeição, da cozinha e baixela; executar trabalhos domésticos.
· **SINTESE DOS DEVERES:** Fazer serviço de faxina em geral; limpar e lavar piso, louças, vidros e outros objetos utilizados em copas e cozinhas, polir objetos de metal; limpar e arrumar mesas, efetuar os serviços de limpeza e higiene de banheiros e sanitários; lavar vestuários de cama, mesa e banho; transportar alimentos; passar a ferro as roupas lavadas, recolher detritos e coloca-los em recipientes próprios, varrer pátios e fazer, a alimentação; dar banho, limpeza e cuidados maternais; primeiros socorros; manter em dia os fichários de assiduidade e alimentação das crianças; fazer cuidados de medicina preventiva; cuidar das fichas de vacinação executar as outras tarefas afins.
· **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**
Jornada de Trabalho: 30 horas semanais.
Especial: O exercício da função poderá exigir trabalhos de limpeza e higiene antes e depois do horário de expediente.
Uso de uniforme, atendimento ao público, serviços externos, treinamento e reciclagem.
· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**
Instrução: Ensino Fundamental
Idade mínima 18 anos.

CARGO: VIGIA (30 Horas) – CARGO EM EXTINCÃO
Referência: N – I - 01
Categoria Funcional : Ensino Fundamental.
Vencimento Padrão:– 2.7 – R$ 540,00.
Requisitos para Provimento:
a) Idade: Mínima de 18 anos;
b) Instrução: Ensino Fundamental, Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
a) Geral: Carga horária semanal de 30 horas;

· **SERVIÇO:** Vigilância patrimonial.

· **SÍNTESE DOS DEVERES:** Exercer vigilância em setores móveis e fixos realizar rondas de inspeção em intervalos fixados e adotados tornar providência tendentes a evitar roubos, incêndios e danificações nos edifícios, praças, jardins, parque rodoviário municipal, materiais sob sua guarda, fiscalizar entrada e saída de pessoas pelos acessos sob sua vigilância; vedar a entrada de pessoas não autorizadas e verificar a autorização para asseio nas áreas sob sua responsabilidade investigar quaisquer condições anormais que tenha observado; levar ao conhecimento imediato das autoridades quando verificamos alguma anormalidade; Acompanhar funcionários, quando necessário no exercício de sua função.

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

· **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais.

Outros: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

Especial: atendimento ao público, uso de uniforme, serviços externos, cursos e treinamentos.

· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Instrução: Ensino Fundamental

Idade Mínima: 18 Anos

· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CARGO :Técnico Administrativo Educacional (40 Horas)

Referência : N – II - 15

Categoria Funcional : Ensino Médio.

Vencimento Padrão :15 – 4.8 - R$ 960,00.

Requisitos para Provimento:

a) Idade: Mínima de 18 anos;

b) Instrução: Ensino Médio, Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:

a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas;

· **SERVIÇO**: Administração Escolar.

· **SÍNTESE DOS DEVERES:** Prestar assessoramento a instituição de Educação Básica; a administração escolar; desenvolver tarefas relacionadas as atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relativas a funcionamento das secretarias escolares e/ou atividades burocráticas da Secretaria Municipal de Educação

· **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Jornada de Trabalho: 40 horas semanais.

Outros: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

Especial: Atendimento ao público, uso de uniforme, serviços externos, cursos e treinamentos.

· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Instrução: Ensino Médio.

Idade Mínima: 18 Anos

· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CARGO :Técnico Administrativo Educacional (30Horas)

Referência : N – II - 15

Categoria Funcional : Ensino Médio.

Vencimento Padrão :15 – 3.6 R$ 720,00

Requisitos para Provimento:

a) Idade: Mínima de 18 anos;

b) Instrução: Ensino Médio, Conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas tarefas.

Condições de Trabalho:

a) Geral: Carga horária semanal de 30 horas;

· **SERVIÇO**: Administração Escolar.

· **SÍNTESE DOS DEVERES:** Prestar assessoramento a instituição de Educação Básica; a administração escolar; desenvolver tarefas relacionadas as atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relativas a funcionamento das secretarias escolares e/ou atividades burocráticas da Secretaria Municipal de Educação

· **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Jornada de Trabalho: 30 horas semanais.

Outros: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

Especial: Atendimento ao público, uso de uniforme, serviços externos, cursos e treinamentos.

· **REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Instrução: Ensino Médio.

Idade Mínima: 18 Anos

· **LOTAÇÃO:** Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Prefeitura Municipal de Juara

Lei Complementar n° 066, de 30 de dezembro de 2009.

"Dispõe sobre a Lei Geral da Microempresa, e Empresa de Pequeno Porte do Município de Juara - MT, e dá outras providencias".

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. **Esta lei complementar regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) doravante simplesmente denominadas ME e EPP, em conformidade com o que dispõem os arts. 146, III, d; 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, criando a "LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DO MUNICÍPIO DE JUARA".**

Art. 2º. **Esta lei complementar estabelece normas relativas:**

I – aos incentivos fiscais;

II – à inovação tecnológica e à educação empreendedora;

III – ao associativismo e às regras de inclusão;

IV – ao incentivo à geração de empregos;

V – ao incentivo à formalização de empreendimentos;

VI – unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

VII – criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;

VIII – simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive, com a definição das atividades de risco considerado alto;

IX – regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

X – preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

Art. 3º. **Fica criado o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido as ME e EPP de que trata esta Lei, competindo a este:**

I – Regulamentar mediante Resolução a aplicação e observância desta Lei;

II – Gerenciar os subcomites técnicos que atenderão as demandas especificas decorrentes dos Capítulos desta Lei;

III – Coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que compõe a Sala do Empreendedor;

IV – Coordenar a Sala do Empreendedor que abrigara os comitês criados para implantação da Lei.

Art. 4º. **O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei será constituído por 09 (nove) membros, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:**

I – Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

II – Câmara dos Vereadores - Poder Legislativo;

III – Conselho Regional dos Contabilistas de Juara - CRC/Juara;

IV – Poder Executivo Municipal;

V – SEBRAE/MT – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas;

VI – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII – Associação Comercial, Empresarial, Agropastoril de Juara - ACEAJU.

§ 1º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas será presidido pelo Poder Executivo, que é considerado membro-nato.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência anual, a realizar-se preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, aí incluídos os outros Conselhos Municipais e das micro regiões.

§ 3º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá uma Secretaria Executiva, à qual compete as ações de cunho operacional demandadas pelo Conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º. A Secretaria Executiva mencionada no parágrafo anterior será exercida por servidores indicados pela Presidência do Comitê Gestor.

§ 5º. O Município com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas e de sua Secretaria Executiva.

Art. 5º. **Os membros do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão indicados pelos órgãos ou entidades a que pertençam e nomeados por Portaria do Chefe do Executivo Municipal.**

§ 1º. Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois anos), permitida a recondução.

§ 2º. Os representantes das Secretarias Municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas Pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.

§ 3º. O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º. As decisões e deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO
SEÇÃO I
DA INSCRIÇÃO E BAIXA

Art. 6º. **Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.**

§ 1º. Fica determinado à Administração Pública Municipal que seja estabelecida visita conjunta dos Órgãos Municipais no ato de vistoria para abertura e ou baixa de inscrição municipal, quando for o caso.

§ 2º. Fica criado o Documento Único de Arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

Art. 7º. **Fica permitido o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, parcelamento do Solo, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, desde que não acarretem inviabilidade no trânsito, conforme legislação específica.**

Art. 8º. **Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo, inscrição municipal e prevenção contra incêndios, quando existirem, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.**

Art. 9º. **A administração pública municipal criará, em 15 (quinze) meses contados da publicação desta lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.**

Parágrafo Único: Para o disposto neste artigo, a administração pública municipal poderá se valer de convênios com instituições de representação e apoio das ME's e das EPP's.

SEÇÃO II
DO ALVARÁ

Art. 10. **Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.**

§ 1º. Para efeitos desta Lei Complementar considera-se como atividade de risco alto aquelas cujas atividades sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:

I – material inflamável;

II – aglomeração de pessoas;

III – possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;

IV – material explosivo;

V – Outras atividades assim definidas em Lei Municipal.

§ 2º. O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

§ 3º. Poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para a ME e para a EPP:

I – instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

II – em residência do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Art. 11. **O registro e a legalização de empresas devem ser simplificados, de modo a evitar exigências superpostas e inúteis, procedimentos e tramites procrastinatórios e custos elevados.**

Parágrafo Único: Os procedimentos para a implementação de medidas que viabilizem o alcance das determinações contidas no caput deste artigo serão coordenados pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 12. **Fica criado o "Alvará Digital", caracterizado pela concessão por meio digital, de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.**

§ 1º O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 2º O Alvará Digital terá inicio 15 meses após a publicação desta Lei.

Art. 13. **Da solicitação do "Alvará Digital", disponibilizado e transmitido por meio do site do município, constará, obrigatoriamente, as seguintes informações:**

I – Nome do requerente e/ou responsável pela solicitação (contabilista, despachante e/ou procurador);

II – Cópia do registro público no órgão competente, de empresário individual, ou contrato social ou estatuto e ata;

III – Termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município, ou em ferramenta "on line" correspondente.

Art. 14. **Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros, os que prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinentes.**

Art. 15. **A presente lei complementar não exime o Contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.**

Art. 16. **O "Alvará Digital" será declarado nulo se:**

I – Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

II – Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;

III – Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais.

SEÇÃO III
DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 17. **Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica o Executivo Municipal autorizado a criar a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:**

I – Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II – Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;

III – Emissão do "Alvará Digital";

IV – Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

V – Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º. Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

§ 2º. Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal poderá firmar parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

CAPÍTULO III
DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 18. **As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.**

Parágrafo Único: A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar 123/2006;

III – na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços, efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade, em guia própria do Município;

IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar 123/2006;

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

SEÇÃO ÚNICA
Dos Benefícios Fiscais

Art. 19. **As microempresas e empresas de pequeno porte, independente de opção pelo Simples Nacional, serão concedidos, mediante requerimento, os seguintes benefícios:**

I - Isenção por 03 (três) anos do ISSQN e da Taxa de Licença para localização e Fiscalização de funcionamento, e renovação de funcionamento durante o ano civil de sua constituição;

II - Desconto de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor da Taxa de Fiscalização de funcionamento e renovação de funcionamento relativa ao exercício subseqüente ao quarto ano de sua constituição;

III - Isenção por 03 (três) anos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana - IPTU durante o ano civil de sua constituição, incidente sobre imóvel próprio único, alugado ou cedido, utilizado pela ME ou EPP;

IV – Desconto de 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor do imposto IPTU, incidente sobre imóvel próprio único, alugado ou cedido, utilizado pela ME ou EPP, relativo ao exercício subseqüente ao quarto ano de sua constituição.

Art. 20. **Os benefícios previstos nesta Lei Complementar aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após o início de sua vigência, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

Art. 21. **Os prazos de validade das notas fiscais de serviços passam a ser os seguintes, podendo cada prazo ser prorrogado por igual período, se isso for requerido antes de expirado.**

I – Para empresas com mais de 02 (dois) e até 03 (três) anos de funcionamento, 02 (dois) anos, contados da data da respectiva impressão.

II – Para empresa com mais de 03 (três) anos de funcionamento, 03 (três) anos, contados da data da respectiva impressão.

Art. 22. **As ME e as EPP cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de Notas Fiscais de Serviço**.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 23. **A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.**

Parágrafo Único – Consideram-se incompatíveis com esse procedimento as atividades a que se referem os incisos I a V do § 1º do Art. 10 desta Lei Complementar.

Art. 24. **Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.**

Parágrafo Único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 25. **A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em**

ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 26. **Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.**

§ 1º. Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um Termo de Ajuste de Conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

§ 2º. Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de verificação, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO V

DA CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO
DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 27. **Todos os serviços de consultoria e instrutoria contratados pela ME ou EPP e que tenham vínculo direto com seu objeto social ou com a capacitação gerencial ou dos funcionários terão a alíquota de ISSQN reduzidas a 2% (dois por cento).**

CAPÍTULO VI
DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
SEÇÃO I
DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS
E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Art. 28. **O Poder Público Municipal poderá manter, oportunamente, programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.**

§ 1º. A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura.

§ 3º. O prazo máximo de permanência no programa é de 02 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 02 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 29. **O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parque tecnológico, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.**

§ 1º - Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º - O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal de Finanças a quem competirá:

I – zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II – fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

Art. 30. **As agências de fomento, fundações, fundos, as ICT's, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio da esfera municipal manterão programas específicos para as ME's e EPP's, inclusive, quando essas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:**

I – as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas;

II – o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 1º As instituições deverão publicar, juntamente com as respectivas prestações de contas, relatório circunstanciado das estratégias para maximização da participação do segmento, assim como dos recursos alocados às ações referidas no caput deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado no período.

§ 2º As pessoas jurídicas referidas no caput deste artigo terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte inteiros por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas ME's e nas EPP's.

CAPÍTULO VII
DO ACESSO AOS MERCADOS
SEÇÃO I
ACESSO ÀS COMPRAS PÚBLICAS

Art. 31. **Nas contratações públicas de bens e serviços do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME's e as EPP's, objetivando:**

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II – a ampliação da eficiência das políticas públicas;

III – o fomento do desenvolvimento local, por meio do apoio aos arranjos produtivos locais.

Art. 32. **Para a ampliação da participação das ME's e das EPP's nas licitações, a administração pública municipal deverá:**

I - instituir cadastro próprio para as ME's e as EPP's sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de, também, estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras.

II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, por meio da Sala do Empreendedor, as MEs e as EPP, a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Art. 33. **As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº. 8.666, de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com ME e EPP sediadas no município ou na região.**

Art. 34**. Para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, bastará a ME e EPP a apresentação dos seguintes documentos:**

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação.

Art. 35**. Nas licitações públicas do município, a comprovação de regularidade fiscal das ME's e EPP's somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.**

Art. 36**. Para o disposto no artigo anterior, as ME's e as EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o

vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 37**. A administração pública municipal exigirá dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte.**

§ 1º A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta inteiros por cento) do total licitado, em montante não inferior a 10% (dez inteiros por cento).

§ 2º É vedada à exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º O disposto no caput, não é aplicável quando:

I – o proponente for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II – a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III – a proponente for consórcio, composto em sua totalidade por ME e EPP, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 38. **Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:**

I – o edital de licitação estabelecerá que as ME's e as EPP's a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

II – os empenhos e pagamentos do órgão ou da entidade da administração pública municipal serão destinados diretamente às ME's e às EPP's subcontratadas;

III – deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das ME's e EPP's contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

IV – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

V – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso IV, a administração pública municipal poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 39. **Nas licitações para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, nas hipóteses definidas em decreto, a administração pública municipal reservará cota de até 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do objeto, em montante não inferior a 10% (dez inteiros por cento) para a contratação de ME e EPP.**

§ 1º Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes do instrumento convocatório.

§ 2º O disposto neste artigo estará previsto no instrumento convocatório, admitindo-se a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 3º Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 40. **Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME's e as EPP's.**

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 10% (dez inteiros por cento) superiores àquelas apresentadas pelas demais empresas.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5 % (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 41. **Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:**

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço igual ou inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;

II – na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME's e EPP's que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 37 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do caput.

Art. 42. **A administração pública municipal realizará processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP nas contratações, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

Art. 43**. Não se aplica o disposto nos arts. 35 a 39 quando:**

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as ME's e EPP's não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as ME's e EPP's não for vantajoso para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 44. **O valor licitado por meio do disposto nos arts. 34 a 36 e 39 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do total licitado em cada ano civil.**

SEÇÃO II

ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

Art. 45**. A administração municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.**

CAPÍTULO VIII

DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 46**. A administração pública municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das ME's e EPP's, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e/ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo estado ou pela União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.**

Art. 47**. A administração pública municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas por meio de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do município ou da região.**

Art. 48. **A administração pública municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na**

garantia de crédito com atuação no âmbito do município ou da região.

Art. 49**. A administração pública municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com ME e EPP.**

Art. 50**. A administração pública municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do município e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às ME e EPP do município por meio da Sala do Empreendedor.**

§ 1º Por meio desse Comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias a ME e EPP localizadas no município, a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo e à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3° A participação no Comitê não será remunerada

Art. 51. **A administração pública municipal poderá criar ou participar de fundos, destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, ME e EPP, estabelecidos no município, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.**

Art. 52. **Fica a administração pública municipal autorizada a celebrar convênio com o Governo do Estado destinado à concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal ou informal, instalado no município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas, nos termos do estabelecido na Lei nº. 9.533, de 30 de abril de 1997, no Decreto nº. 43.283, de 3 de julho de 1998.**

Art. 53. **Fica a administração pública municipal autorizada a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no município (conforme definido por meio da Lei Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e do Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.**

CAPÍTULO IX
DO ACESSO À JUSTIÇA

Art. 54. **A administração pública municipal realizará parcerias com a iniciativa privada, por meio de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONG, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no art. 74 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.**

Art. 55. **Fica autorizado o município a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário estadual, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das ME's e EPP's localizadas em seu território.**

§ 1º Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

§ 3º Com base no caput deste artigo, a administração pública municipal também deverá formar parceria com o Poder Judiciário, a OAB, universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

CAPITULO X
DO ASSOCIATIVISMO

Art. 56. **O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.**

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 57. **A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.**

Art. 58. **O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do(a):**

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização da produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do município.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. **É concedido parcelamento, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2008.**

§ 1º. O valor mínimo da parcela mensal será de 2 (duas) UPFM (Unida Padrão Fiscal do Município).

§ 2º. Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º. O parcelamento será requerido na Secretaria Municipal de Finanças, que deverá regulamenta-lo em 60 (sessenta)dias.

§ 4º. A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas é causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.

§ 5º. As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 60. **Ao requerer o Alvará Digital, o contribuinte poderá solicitar o primeiro pedido de Autorização da Impressão de Documentos Fiscais, a qual será concedida juntamente com a Inscrição Municipal.**

Art. 61. **Fica instituído o "Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento", que será comemorado em 05 de outubro de cada ano.**

Parágrafo Único: Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas

lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 62. **A Secretaria Municipal de Finanças elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei Complementar, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais.**

Art. 63. **A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.**

Art. 64**. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subseqüente à sua publicação.**

Art. 62. **Revogam-se as disposições em contrário**.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 30 de dezembro de 2009.

José Alcir Paulino
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 068, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

"Dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Juara - MT".

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

TÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º. Esta Lei Complementar cria a carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Juara, tendo por finalidade organizá-la estruturá-la e estabelecer as normas sobre o regime jurídico de seu pessoal.

Parágrafo único - Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do Município, com admissão exclusiva por concurso público, não podendo ser terceirizado, transferido a organização de direito privado ou privatizado, com revisão obrigatória da remuneração a cada 12 (doze) meses.

TÍTULO II
Da Estrutura da Carreira dos
Profissionais da Educação Pública Básica Municipal
CAPÍTULO I
Da Constituição da Carreira

Art. 2º. A Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal é constituída de três classes de cargos:

I. Professor composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar.

II. Técnico Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multimeios didáticos, técnico de desenvolvimento infantil e outras que exijam formação mínima de ensino médio e/ou profissionalização específica;

III. Apoio Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar, de manutenção de infra-estrutura e de transporte ou outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental e/ou profissionalização específica.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação deve proporcionar aos Profissionais da Educação Básica valorização mediante formação continuada, manutenção do piso salarial profissional, garantia de condições de trabalho, condições básicas para o aumento da produção científica dos professores e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

CAPÍTULO II
Das Séries de Classe dos Cargos da Carreira
Seção I
Da Série de Classe do Cargo de Professor

Art. 3º. A carreira dos Profissionais da Educação Básica é constituída de:

I - 03 (três) cargos de carreira, de provimento efetivo:

a) Professor - composto das atribuições e atividades descritas no § 3º do art. 4º desta lei complementar;

b) Técnico Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 7º desta lei complementar;

c) Apoio Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 7º desta lei complementar;

II - 04 (quatro) funções de dedicação exclusiva:

a) Diretor de unidade escolar, função composta das seguintes atribuições:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria de Estado e Municipal de Educação, e outros processos de planejamento;

III - coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI - submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;

IX - apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

X - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

b) Coordenador pedagógico, função composta das seguintes atribuições:

I - investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

II - criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na turma;

III - proporcionar diferentes vivências visando o resgate da auto-estima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;

IV - participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;

V - coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;

VI - articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;

VII - coordenar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico na Unidade Escolar;

VIII - acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientado e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

IX - coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

X - desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

XI - coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar;

XII - analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;

XIII - propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professore e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

XIV - divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

XV - coordenar a utilização plena dos recursos da TV Escola pelos professores, onde não houver um técnico em multimeios didáticos;

XVI - propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XVII - propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

c) Assessor pedagógico, função composta das seguintes atribuições:

I - fornecer orientação técnica e administrativa às Unidades Escolares públicas e privadas;

II - assessorar técnica e administrativamente a secretaria municipal de educação, nos termos de convênio;

III - orientar e acompanhar a aplicação da legislação educacional e administrativa às unidades escolares públicas e privadas quanto a:

a) assessorar as secretarias municipais de educação (SME) quanto à aplicabilidade da legislação educacional e administrativa advindas do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Municipal de Educação;

b) orientar e acompanhar as escolas do Sistema Municipal de Ensino na elaboração e execução da matriz curricular, calendário escolar, quadro de pessoal, regimento escolar e demais documentos necessários e de interesse da escola;

c) aprovar os documentos mencionados no caput quando se tratar de estabelecimentos privados e, em se tratando de escolas públicas, a aprovação dar-se á pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE);

d) monitorar, bimestralmente (*in loco*) as Escolas da Rede Municipal de Ensino, objetivando o cumprimento do estabelecido na legislação pertinente, referente à composição de turma e quadro de pessoal;

e) manter sob seu controle o quantitativo de pessoal estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, bem como as disponibilidades para outros órgãos públicos;

f) emitir parecer sobre as irregularidades constatadas nas unidades escolares e submetê-lo a apreciação e homologação da Secretaria Municipal de Educação;

g) subsidiar as unidades escolares na execução e consolidação dos atos administrativos;

h) dar atendimento e resposta, em tempo hábil, às solicitações emanadas dos órgãos da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolar, no âmbito da sua competência;

IV - encaminhar para a assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Educação, para emissão de parecer técnico, os processos referentes à criação de Escola, bem como a autorização para o seu funcionamento, seu reconhecimento, nova denominação, transferências de mantenedora, encerramento de atividade, suspensão temporária de atividade e extinção de cursos do sistema estadual de ensino, observando rigorosamente as documentações pertinentes a cada processo;

V - articular e monitorar programas e projetos emanados da Secretaria Municipal de Educação na área de abrangência das unidades escolares pública, privadas e ONGs;

VI - expedir documentação referente a alunos das escolas desativadas, através dos documentos mantidos sob sua guarda;

VII - chancelar as atas de resultados finais, juntamente com o diretor e secretário escolar;

VIII - elaborar relatório circunstanciado de verificação prévia da situação da escola, através de visita objetivando regularidade no processo;

IX - orientar, acompanhar e analisar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), tendo por base instrumentos emanados do órgão central;

X - monitorar a execução do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) nas unidades escolares, através de instrumentos avaliativos emitidos pelo órgão central;

XI - participar do processo de elaboração dos atos administrativos no que refere a atribuição de classes e/ou aulas.

d) Secretário Escolar, função composta das seguintes atribuições:

I - responsabilidade básica de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução;

II - participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar;

III - participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da Escola;

IV - atribuir tarefas aos técnicos administrativos educacionais, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes;

V - verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor (a);

VI - atender, providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;

VII - preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

VIII - elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades;

IX - elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola;

X - cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor (a), do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes;

XI - assinar, juntamente com o diretor (a), todos os documentos escolares destinados aos alunos;

XII - facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Estadual de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores e, fornecer-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos;

XIII - redigir as correspondências oficiais da escola;

XIV - dialogar com o diretor (a) sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço;

XV - não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria;

XVI - tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento;

XVII - fazer a distribuição de serviços aos técnicos administrativos educacionais;

XVIII - tabular os dados dos rendimentos escolares, em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo.

§ 1º. A ocupação das funções de confiança de dedicação exclusiva, estabelecidas no inciso II deste artigo, é privativa ao servidor de carreira efetivo, atendidos os requisitos estabelecidos para a sua designação, a serem regulamentados por meio de portaria emitida pelo Secretário titular da pasta.

§ 2º. A quantidade total de vagas referente às funções de confiança de dedicação exclusiva fica estabelecida de acordo com a tabela em Anexo VI desta lei complementar.

§ 3º. A quantidade total de vagas referentes ao quadro geral de cargos dos profissionais da educação fica estabelecida de acordo com a tabela em Anexo VII desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III
DOS CARGOS DA CARREIRA

Seção I
Do Cargo de Professor

Art. 4º. O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.

§ 1º. As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguinte:

I - Classe A - habilitação específica de nível médio-magistério;

II - Classe B - habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena e/ou formação nos esquemas I e II, conforme Parecer 151/70 do Ministério de Educação, aprovado em 06 de fevereiro de 1970;

III - Classe C - habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional;

IV - Classe D: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;

§ 1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 09 que constituem a linha vertical de progressão.

§ 2º. São atribuições específicas do professor:

I - participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II - elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III - participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV - desenvolver a regência efetiva;

V -controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI - executar tarefa de recuperação de alunos;

VII - participar de reunião de trabalho;

VIII - desenvolver pesquisa educacional;

IX - participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

X - buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

XI - cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XII - cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

XIII - manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar;

XIV - Dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares.

Seção II

Dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional

Art. 5º. O cargo de Técnico Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:

I - Classe A: habilitação específica no ensino médio e/ou curso de profissionalização específica;

II - Classe B: habilitação em grau superior, em nível de graduação mais curso de profissionalização específica ou curso de especialização *lato* sensu na área de gestão/administração escolar para as atribuições de Administração Escolar e Multimeios Didáticos e Especialização em Educação Infantil para a atribuição de Técnico de Desenvolvimento Infantil;

III - Classe C: habilitação em grau superior, com curso de especialização *lato sensu* em área correlata mais, curso de profissionalização específica ou outro curso de especialização *lato* sensu na área de gestão/administração escolar para as atribuições de Administração Escolar e Multimeios Didáticos e Especialização em Educação Infantil para a atribuição de Técnico de Desenvolvimento Infantil;

IV - Classe D: habilitação em grau superior, com curso de mestrado ou doutorado na área de atuação ou correlata profissionalização específica.

§ 1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 09 que constituem a linha vertical de progressão.

§ 2º. O curso de especialização na área de gestão/administração escolar poderá substituir o curso de profissionalização específica para as atribuições de Administração Escolar e Multimeios Didáticos e o curso de especialização em Educação Infantil poderá substituir o curso de profissionalização específica para a atribuição de Técnico de Desenvolvimento Infantil**;**

§ 3º. A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados conforme Resolução do Conselho Estadual de Educação.

Art. 6º. O cargo de Apoio Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso identificada por letras maiúsculas:

I - Classe A: habilitação em nível de ensino fundamental completo e/ou curso de profissionalização específica;

II - Classe B: habilitação em nível de ensino médio e/ou curso de profissionalização específica.

§ 1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 09, que constituem a linha vertical de progressão.

§ 2º. A estrutura, o conteúdo e a carga horária do curso de profissionalização específica serão regulamentados através de portaria emitida pelo Secretário titular da pasta.

Art. 7º. São atribuições do Técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Educacional:

I - Técnico Administrativo Educacional:

a) Administração Escolar, cujas principais atividades são: escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infra-estrutura e outros;

b) Multimeios Didáticos, cujas principais atividades são: organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo, videocassete, aparelho de DVD, data show. televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda controle de entrada e saída de livros, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências;

c) Técnico de Desenvolvimento Infantil - Auxiliar e apoiar o professor regente nas atividades relacionadas ao educar/cuidar, atuar junto às crianças nas diversas fases da educação de 0 a 3 anos, auxiliando o professor no processo ensino aprendizagem; auxiliar as crianças na execução de atividades pedagógicas e recreativas diárias; cuidar da higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças; auxiliar o professor na construção de atitudes e valores significativos para o processo educativo das crianças; planejar junto com o professor regente, atividades pedagógicas próprias para cada grupo infantil; auxiliar o professor no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças; auxiliar o professor na construção de material didático, bem como na organização e manutenção deste material; responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, mantendo um diálogo constante entre família e creche;acompanhar as crianças, junto às professoras e demais funcionários em aulas – passeio programadas pela creche; participar de capacitação e formação continuada.

II - Apoio Administrativo Educacional:

a) Nutrição Escolar, cujas principais atividades são: preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições;

b) Manutenção de Infra-estrutura, cujas principais atividades são: limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem;

c) Transporte, cujas principais atividades são: conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso, orientar e zelar pela segurança dos alunos no embarque e no desembarque;

d) Vigilância, cujas principais atividades são: fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central, comunicar ao diretor das unidades escolar todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público;

e) Segurança, cujas principais atividades são: prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares; controlar a entrada e saída de pessoas junto às unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação; detectar, registrar e relatar à direção da unidade escolar e/ou à chefia imediata,

possível situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade.

§ 1º. O desenvolvimento das atribuições e atividades do Técnico e do Apoio Administrativo Educacional dar-se-á dentro das unidades escolares, nas quais serão lotados de acordo com as necessidades e conveniência da Unidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação, bem como do estabelecido no lotacionograma de cada unidade escolar.

§ 2º. Os profissionais de apoio administrativo educacional deverão ser capacitados para executar as atribuições estabelecidas no inciso II deste artigo.

TÍTULO III
Do Regime Funcional
CAPÍTULO I
Do Ingresso

Art. 8º. Para ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal, serão obedecidos os seguintes critérios:

I - Ter a habilitação específica exigida para provimento de cargo público;

II - Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;

III - Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim o exigir.

IV - Ser aprovado em Concurso Público de Provas e títulos.

Seção I
Do Concurso Público

Art. 9º. O concurso público para provimento dos cargos dos Profissionais da Educação Pública Municipal reger-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pelo órgão competente atendendo as demandas do município.

§ 1º. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso.

§ 2º. Será assegurada para fins de acompanhamento, a participação do Sindicato representante dos Profissionais da Educação Pública Municipal na organização dos concursos, até nomeação dos aprovados.

Art. 10 As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação Básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

CAPÍTULO II
Das Formas de Provimento
Seção I
Da Nomeação

Art. 11 Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público.

§ 1º. A nomeação em caráter efetivo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso.

§ 2º. O nomeado adquire estabilidade após o cumprimento do estágio probatório nos termos do Art. 19 desta Lei Complementar.

Seção II
Da Posse

Art. 12 Posse é investidura em cargo público.

Parágrafo Único - A posse será efetuada mediante a aceitação expressa das atribuições de servidores e responsabilidades inerentes ao cargo público com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 13 Haverá posse nos cargos da carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal, nos casos de nomeação.

Art. 14 A posse será dada pela autoridade educacional hierarquicamente superior ao empossado, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

Art. 15 A posse deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do Ato de Provimento no Diário Oficial do Estado e/ou no jornal de publicação dos Atos Oficiais do Município.

§ 1º. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

§ 2º. No caso do interessado não tomar posse no prazo previsto no *caput* deste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º. No ato da posse o servidor público, apresentará obrigatoriamente, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 16 A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Seção III
Do Exercício

Art. 17 Exercício é o efetivo desempenho do cargo para qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado.

Parágrafo Único - Se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias após a sua posse, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

Seção IV
Do Estágio Probatório

Art. 18 Ao entrar em exercício, o servidor público nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

II - assiduidade e pontualidade;

III - produtividade;

IV - capacidade de iniciativa e de relacionamento;

V -respeito e compromisso com a instituição;

VI - participação nas atividades promovidas pela instituição;

VII - responsabilidade e disciplina; e

VIII - idoneidade moral.

Art. 19 Durante o período do estágio probatório, estará sendo realizada, de forma permanente, a avaliação do desempenho do servidor público, de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente quatro meses antes de findo este período, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos do artigo anterior desta Lei Complementar, assegurado ampla defesa.

§ 1º. Para avaliação prevista no *caput* deste artigo será constituída Comissão de Avaliação com participação paritária entre o órgão da educação e o sindicato de representação dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo do sistema.

Seção V
Da Estabilidade

Art. 20 O Profissional da Educação Básica habilitado em concurso público e empossado em cargo da carreira adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada a aprovação no Estágio Probatório.

Art. 21 O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa; e

IV - em conformidade com as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º- do art. 169 da Constituição Federal.

Seção VI
Da Readaptação

Art. 22 Readaptação é o aproveitamento do Profissional da Educação Pública Básica em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º. Se julgado incapaz para o serviço público o readaptando será aposentado nos termos da lei vigente.

§ 2º. A readaptação será efetivada em cargo da carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar redução da remuneração do Profissional da Educação Pública Básica.

Seção VII
Da Reversão

Art. 23 Reversão é o retorno à atividade do Profissional da Educação Básica aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 24 A reversão far-se-á a pedido, e no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, com remuneração integral.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido este cargo, o servidor público exercerá suas atribuições como excedente, até à ocorrência de vaga.

Art. 25 Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII
Da Reintegração

Art. 26 Reintegração é a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 4º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor público ocupará outro cargo equivalente ao anterior com todas as vantagens.

§ 5º. O cargo a que se refere *caput* deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção IX
Da Recondução

Art. 27 Recondução é o retorno do Profissional da Educação Básica estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - Reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo Único - Encontrando-se, provido o cargo de origem, o profissional da Educação Básica será aproveitado em outro cargo.

Seção X
Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 28 Aproveitamento é o retorno do Profissional da Educação Básica em disponibilidade ao exercício do cargo público.

Art. 29 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o Profissional da Educação Básica estável ficará em disponibilidade, com direito à percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço no cargo.

Art. 30 O retorno à atividade do Profissional da Educação Básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remunerações compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos da administração pública, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo ao interesse público.

Art. 31 Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 32 Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO III
Da Vacância

Art. 33 A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;
II - demissão;
III - acesso;
IV - transferência;
V -readaptação;
VI - aposentadoria;
VII - posse em outro cargo inacumulável; e
VIII - falecimento.
IX - remoção

Art. 34 A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor público, ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeita as condições do estágio probatório;

II - quando por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;

III - quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício no prazo estabelecido.

Art. 35 A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente, salvo os cargos ocupados mediante processos eletivos;

II - a pedido do próprio servidor público.

CAPÍTULO IV
Do Regime de Trabalho
Seção I
Da Jornada Semanal de Trabalho

Art. 36 O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal será de 30 (trinta) horas semanais.

a) Para o cargo de professor 20 (horas) horas em sala de aula e 10 (dez) horas atividades;

b) Para os cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional 30 horas.

Art. 37 A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Pública Básica Municipal é de responsabilidade da Unidade Escolar e homologada pela Secretaria Municipal de Educação, devendo estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico em se tratando de Unidade Escolar.

Art. 38 Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 1/3(um terço) de sua jornada semanal para atividades relacionadas com o processo didático-pedagógico.

§ 1º Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º Dentro de um percentual de até 10% do quadro de professores, poderá a Unidade Escolar nos termos de regulamentação específica, destinar percentual superior ao previsto no “caput” deste artigo.

§ 3º Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinqüenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no projeto político pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º São considerados requisitos básicos para a distribuição referida no parágrafo anterior:

I - Apresentação de um projeto individual ou coletivo de natureza científica ou cultural e de função pedagógica, sintonizado com o Projeto Político-Pedagógico da escola;

II - Impedimento de outro vínculo empregatício, público ou privado;

III - Apresentação periódica para a apreciação e aprovação da equipe técnico-pedagógica de relatório descritivo e analítico dos resultados parciais alcançados, de forma a garantir a continuidade de execução do projeto;

IV - Realização de pesquisa e participação em grupos de estudo ou de trabalho conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola.

§ 5º As demais condições e normas de implantação e avaliação da hora-atividade serão definidas em regulamentação específica, por comissão paritária entre as Secretaria Municipal de Educação e o sindicato da categoria

Art. 39 Ao Profissional da Educação Pública no exercício da função de Direção da Unidade Escolar, Assessor Pedagógico, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Parágrafo Único - Aos Profissionais da Educação Básica de que trata o *caput* do artigo será concedido adicional por Dedicação Exclusiva, conforme anexo VI.

TÍTULO IV
Da Movimentação na Carreira
CAPÍTULO I
Da Movimentação Funcional

Art. 40 A movimentação funcional do Profissional da Educação Pública Municipal dar-se-á em duas modalidades:

I - por promoção de classe;

II - por progressão funcional.

Seção I
Da Promoção de Classe

Art. 41 A promoção do Profissional da Educação Pública Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.

§ 1º O profissional nomeado para a carreira dos profissionais da educação básica será enquadrado na classe e nível inicial.

§ 2º Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subseqüente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

I - para as classes do cargo de Professor:

a) classe A: 1,00;
b) classe B: 1,50;
c) classe C: 1,70;
d) classe D: 1,85;

II - para as classes do cargo de Técnico Administrativo Educacional:

a) classe A: 1,00;
b) classe B: 1,50;
c) classe C: 1,70;
d) classe D: 1,85

III - para as classes do cargo de Apoio Administrativo Educacional:

a) classe A: 1,00;
b) classe B: 1,50

Seção II
Da Progressão Funcional

Art. 42 O Profissional da Educação Pública Municipal obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação, observado o interstício de 03 (três) anos.

§ 1º para a primeira progressão o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou do seu enquadramento.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no "caput"; e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

§ 3º As demais normas da avaliação processual referida no "caput" deste artigo, incluindo instrumentos e critério, terão regulamento próprio, definidos por Comissão Paritária constituída pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato representante dos Profissionais de Educação Pública Básica Municipal.

§ 4º Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subseqüente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

a. Para o cargo de Professor:

I - 1,0
II - 1,1
III - 1,2
IV - 1,3
V -1,4
VI - 1,5
VII - 1,6
VIII - 1,7
IX - 1,8

b. Para os cargos de Técnico Administrativo e Apoio Administrativo Educacional:

I. 1,0;
II. 1,1;
III. 1,2;
IV. 1,3;
V. 1,4;
VI. 1,5;
VII.1,6;
VIII.1,7;
IX. 1,8.

Seção III
Da Remoção

Art. 43 Remoção é o deslocamento, do professor, do Técnico-Administrativo Educacional ou de Apoio Administrativo Educacional da Educação Pública Municipal, de uma para outra Unidade de Ensino no Município, observada a existência de vagas.

§ 1º A remoção processar-se-á:

I - a pedido;

II - por permuta;

III - por motivo de saúde;

IV - por transferência de um dos cônjuges, quanto este for servidor público.

§ 2º A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares.

§ 3º. A remoção por motivo de saúde, dependerá de inspeção médica oficial, comprovando as razões apresentadas pelo requerente.

§ 4º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e grau de habilitação.

§ 5º. O removido terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício na nova sede.

TÍTULO V
Dos Direitos, das Vantagens e das concessões
CAPÍTULO I
Do Subsídio

Art. 44 O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação Básica é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória, devendo se revisto obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses.

Art. 45 Fica instituído por esta Lei Complementar, o Piso Salarial, em forma de subsídio, em parcela única, dos Profissionais da Educação Básica do Município com jornada de 30 (trinta) horas semanais, abaixo do qual não haverá qualquer subsídio, ressalvada a diferenciação decorrente do não cumprimento da exigência de escolaridade mínima para o enquadramento.

Art. 46 O cálculo dos subsídios correspondentes a cada classe e nível da estrutura da carreira dos Profissionais da Educação Básica, obedecerá às tabelas em anexo diferenciando-se os profissionais com profissionalização especifica dos que ainda não a possuem.

Art. 47 Aos profissionais que residem a uma distância superior a 30 Km da sede do município perceberá um percentual de 20% do salário mínimo nacional como forma de auxílio no deslocamento do mesmo até a escola em que trabalha e à sede do município, não incorporável ao vencimento sobre nenhum efeito.

Parágrafo Único – O auxílio de deslocamento será imediatamente suspenso quando o servidor, por motivo de afastamento ou remoção, não mais exercer atividade em distância citada no caput deste artigo.

Art. 48 O valor do Piso Salarial para o cargo de Professor Nível Médio (Magistério) é de (R$ 849,30) a partir de janeiro de 2010; para o cargo de técnico de Administrativo Educacional nível médio mais profissionalização é de R$ 849,30 a partir de janeiro de 2010 e; para o cargo de Apoio Administrativo Educacional Nível Ensino fundamental mais profissionalização Especifica é de R$ 623,65 a partir de janeiro de 2010.

§ 1º Até a conclusão da profissionalização específica, garante-se ao Profissional da Educação Básica:

I - na forma de subsídio piso de (R$ 660,92) para o Técnico Administrativo Educacional que têm Ensino Médio;

II - na forma de subsídio piso de R$ 479,73 para o Apoio Administrativo Educacional que têm Ensino Fundamental.

CAPITULO II
Dos Direitos
Seção I
Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 49 A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal através de publicação do ato na imprensa oficial do Município e consiste no afastamento do Profissional da Educação Básica do quadro de provimento efetivo, sem prejuízo de seus subsídios, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, que será concedida para freqüência a cursos de pós graduação, no País ou exterior, se de interesse da administração e será concedida:

I - para freqüência de cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com Plano de Desenvolvimento Estratégico;

II - para freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou a nível de pós-graduação, e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade;

III - para participar de Congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional na Educação Básica.

Art. 50 São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:

I - exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;

II - curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional e com Projeto Político-Pedagógico da Escola da escola;

III - disponibilidade Orçamentária e Financeira.

Art. 51 Os Profissionais da Educação Básica licenciado para fins de que trata o Art. 49, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.

Parágrafo Único - Ao servidor público beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 52 O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da unidade.

§ 1º A licença de que trata o *caput* deste artigo será concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo Escolar e anuência do Chefe do Executivo Municipal, com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência.

§ 2º Em se tratando de profissional do órgão central, o requerimento e o projeto de estudo deverão ser apresentados à autoridade máxima da Instituição para anuência do Chefe do Executivo Municipal, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência.

Seção II
Das Férias

Art. 53 O professor e o servidor público em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:

I - de 45 (quarenta e cinco) dias para professores, de acordo com o calendário escolar;

II - de 30 (trinta) dias para os servidores público, de acordo com a escala de férias;

§ 1º O professor e o servidor público em educação básica, em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme onde estiver prestando serviço.

§ 2º É vedado levar à conta de férias, qualquer falta ao serviço.

§3º É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 54 Independente de solicitação, será pago ao professor e ao funcionário, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

Art. 55 Aplicam-se aos funcionários contratados temporariamente, o disposto neste Capítulo.

Seção III
Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 56 Após cada qüinqüênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o Profissional da Educação fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º Para fins de licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso na educação pública municipal.

§ 2º É facultado ao profissional da Educação fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

Art. 57 Não se concederá licença-prêmio ao profissional da Educação que, no período aquisitivo:

I - Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Afastar-se do cargo em virtude de:

a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) Licença para tratar de interesse particular;

c) Condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Art. 58 O número de servidores públicos em gozo simultâneo de Licença-prêmio, não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 59 Para possibilitar o controle das concessões da licença, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica que estarão em gozo de licença-prêmio por assiduidade.

CAPÍTULO III
Das Concessões e dos Afastamentos
Seção I
Das Concessões

Art. 60 Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional da Educação Básica, ausentar-se do serviço:

I - Por 01 (um) dia, para doação de sangue;

II - Por 02 (dois) dias para se alistar como eleitor;

III - 08 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) Casamento;

b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós.

Art. 61 Será concedido horário especial ao Profissional da Educação Básica, estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 62 Ao Profissional da Educação Básica estudante, que mudar de sede no interesse da administração, é assegurado, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga, na forma e condições estabelecidas na legislação específica.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do Profissional da Educação Básica que viva na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

Seção II

Dos Afastamentos

Art. 63 Aos Profissionais da Educação Básica fica vedada a disposição, cessão, para o exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, do Distrito Federal e do Estado, com ônus para o órgão de origem.

§ 1º - Excetuam-se os Profissionais da Educação Básica cedidos para:

I – para exercer atividade em entidade sindical de classe,

II – para exercício de mandato eletivo, com direito a opção de remuneração;

III – para estudo ou missão no exterior, para freqüência a cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.

IV - para exercer a função de natureza técnica-pedagógica na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou em órgão Educacional da União ou Estado de Mato Grosso conveniado com o município de Juara.

§ 2º - Os atuais professores e/ou atuais servidores que se encontrarem na data da publicação desta lei, afastados, cedidos e /ou em licença remunerada ou não legalmente autorizados, somente serão enquadrados quando oficialmente reassumirem o cargo de provimento efetivo.

Art. 64 Na hipótese do Inciso III do artigo anterior, o Profissional da Educação Básica não poderá ausentar-se do Estado ou do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1.º- O afastamento não excederá 4 (quatro) anos e, finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitido novo afastamento.

§ 2.º- Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 65 O afastamento do Profissional da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pelo subsídio.

CAPÍTULO IV

Do Tempo de Serviço

Art. 66 É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público Municipal prestado na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações Públicas do Município, Estado de Mato Grosso, inclusive o das Forças Armadas.

Art. 67 A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 68 Além das ausências ao serviço previstas no Art. 60, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias;

II – exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgãos ou entidades dos Poderes da União, do Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

III – exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, Governo Estadual e Municipal;

IV – participação em programa de treinamento regularmente instituído;

V – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do distrito federal;

VI – júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII – licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;

c) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

d) por convocação para o serviço militar;

e) qualificação profissional;

f) licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

g) licença para tratamento de saúde em pessoa da família; e

h) desempenho de mandato classista.

i) prêmio por assiduidade;

VIII - deslocamento para nova sede, de que trata o art.43, desta Lei Complementar;

IX - participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em Lei específica.

Art. 69 Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I – o tempo de serviço público federal, estadual e municipal mediante comprovação do serviço prestado e do recolhimento da previdência social;

II – a licença para atividade política;

III – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, distrital, estadual, municipal anterior ao ingresso no serviço público municipal;

IV – o tempo de serviço relativo a tiro de guerra.

§ 1.º - O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação municipal

§ 2.º- - O tempo em que o Profissional da Educação pública esteve aposentado ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.

§ 3.º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria

Art. 70 O profissional da Educação Básica será aposentado:

I – Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcional nos demais casos;

II – Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – Voluntariamente:

a) Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;

b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;

c) Aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 71 A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor público atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 72 A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1.º- A aposentadoria por invalidez será procedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2.º- Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o profissional da Educação Básica será aposentado.

§ 3.º- O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença.

Art. 73 O provento de aposentadoria será calculado com observância do disposto nos arts. 44 e 48 desta lei complementar, revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar o valor do subsídio do Profissional da Educação Básica em atividade.

CAPÍTULO VI
Dos Direitos e Deveres Especiais dos
Profissionais da Educação Básica
Seção I
Dos Direitos Especiais

Art. 74 Além dos direitos previstos nesta Lei, são direitos dos Profissionais da Educação Básica:

I - ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações adequadas, material técnico e pedagógico suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência as suas funções;

III – ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;

IV – ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos;

V – não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Art. 5º, incisos V e XII;

VI – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares;

VII – ter direito a formação continuada e qualificação profissional.

Seção II
Dos Deveres Especiais

Art. 75 Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos civis do Município, cumpre:

I – Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II – Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;

III – Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;

V – Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;

VI – Assegurar o desenvolvimento do censo crítico e da consciência política do educando;

VII – Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VIII – Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

IX – Manter em dia registro, escriturações e documentação inerentes à função desenvolvida e à vida profissional;

X – Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

TÍTULO VI
Das Disposições Gerais

Art. 76 A função de Diretor é considerada eletiva e deverá recair sempre em integrante da carreira dos Profissionais da Educação Básica, escolhido pela comunidade escolar.

§ 1.º- A eleição, as atribuições e os demais critérios para escolha de diretores de que trata este artigo serão estabelecidos em Lei Específica.

§ 2.º- Os integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação Básica eleitos para função de direção das unidades escolares deixam de ser enquadrados em cargos em comissão.

Art. 77 Os profissionais da Educação Básica poderão congregar-se em sindicato ou associação de classe, na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

§ 1.º- Ao profissional da Educação Básica quando no exercício de mandato eletivo em diretoria sindical ou associativa, representativa de categoria profissional da carreira, aplica-se o disposto no Art. 133 da Constituição Estadual vigente.

§ 2.º- O Profissional da Educação Básica eleito e que estiver no exercício de função diretiva e executiva em Associação de Classe do Magistério, de âmbito Municipal, Estadual ou Nacional será dispensado pelo Chefe do Poder Executivo de suas atividades funcionais, sem qualquer prejuízo e direitos e vantagens.

Art. 78 Em caso de necessidade comprovada poderão ser admitidos Profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.

§ 1.º- A admissão de que trata este artigo deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do profissional substituído, priorizando o candidato com o melhor nível de habilitação.

§ 2.º- O Servidor contratado temporariamente perceberá remuneração compatível com a sua classe e área de atuação, respeitando-se o limite máximo da Classe B.

§ 3.º- Os órgãos competentes nos municípios deverão promover, anualmente, o cadastramento dos candidatos interessados e divulgar a relação nominal, com endereços e habilitações respectivas dos candidatos nas unidades escolares sob sua jurisdição, para seleção.

Art. 79 É assegurado ao profissional contratado para exercer docência, o direito a horas atividades na mesma proporção dos efetivos e/ou estáveis.

Art. 80 É assegurado ao Profissional da Educação Básica ativo ou inativo o recebimento de 13º Salário integral até o dia 20 de dezembro do ano trabalhado, garantida a proporcionalidade aos contratados temporariamente.

Art. 81 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviço de atendimento por uma equipe multidisciplinar de psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo e um neurologista, oftalmologista, para atender as necessidades das unidades escolares.

Art. 82 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, manterá no seu quadro, um professor por área para atender as unidades escolares.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 83 Os enquadramentos dos atuais ocupantes dos cargos de professor e de servidores públicos da Educação Básica nesta Lei Complementar ocorrerão imediatamente após a promulgação da mesma, sendo que os efeitos financeiros somente se darão a partir do enquadramento conforme regulamentação específica.

§ 1.º Os servidores que ocupam o cargo de Técnico Administrativo Escolar - Auxiliar Educacional será enquadrado no Cargo de Técnico Administrativo Educacional, conforme Artigo 5º e seus Incisos, desta Lei, desempenhando a função de Técnico de Desenvolvimento Infantil.

§ 2.º O enquadramento dos Técnico e Apoio Administrativos Educacionais se dará em dois momentos:

I - automaticamente, conforme o tempo de serviço e o grau de escolaridade, com os vencimentos da classe e nível correspondente, após a promulgação desta Lei Complementar.

II - Após conclusão da profissionalização específica.

§ 3.º- No prazo máximo de 08 (oito) anos, os Profissionais da Educação Básica deverão completar os estudos necessários, de modo a serem enquadrados na nova carreira.

§ 4.º- A complementação de estudos de que trata o parágrafo anterior deve ser garantida pelo Município , através do órgão competente.

TÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 84 É facultado aos atuais servidores públicos declarados estáveis nos termos do Art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e em exercício na função de professor e que possuam os requisitos estabelecidos no Art. 4º desta Lei Complementar, optarem para o quadro do Profissionais da Educação Básica, nas classes e níveis correspondentes.

Art. 85 Os demais critérios para enquadramento funcional e salarial serão objetos de regulamentação específica.

Art. 86 O Poder Executivo, no prazo 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei Complementar, procederá à regulamentação necessária a sua eficácia.

Art. 87 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares 003/2002 e a 033/2007.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 30 de dezembro de 2.009

José Alcir Paulino
Prefeito Municipal

ANEXO I

Tabela Salarial Magistério Professor 30 h a partir de janeiro/2010.

Classe/Nível	Percentual	A -1,00	B – 1,50	C – 1,70	D – 1,85
1	1	849,30	1273,95	1443,81	1571,20
2	1,1	934,23	1401,34	1588,19	1728,32
3	1,2	1019,16	1528,74	1732,57	1885,44
4	1,3	1104,09	1656,13	1876,95	2042,56
5	1,4	1189,02	1783,53	2021,33	2199,68
6	1,5	1273,95	1910,92	2165,71	2356,80
7	1,6	1358,88	2038,32	2310,10	2513,92
8	1,7	1443,81	2165,71	2454,48	2671,04
9	1,8	1528,74	2293,11	2598,86	2828,16

ANEXO II

Tabela Salarial Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado 30 h a partir de janeiro/2010.

Classe/Nível	Percentual	A -1,00	B – 1,50	C – 1,70	D – 1,85
1	1	849,30	1273,95	1443,81	1571,20
2	1,1	934,23	1401,34	1588,19	1728,32
3	1,2	1019,16	1528,74	1732,57	1885,44
4	1,3	1104,09	1656,13	1876,95	2042,56
5	1,4	1189,02	1783,53	2021,33	2199,68
6	1,5	1273,95	1910,92	2165,71	2356,80
7	1,6	1358,88	2038,32	2310,10	2513,92
8	1,7	1443,81	2165,71	2454,48	2671,04
9	1,8	1528,74	2293,11	2598,86	2828,16

ANEXO III

Tabela Salarial Técnico Administrativo Não Profissionalizado 30 h a partir de janeiro/2010.

Nível/Classe	Percentual	A - 1,00	B – 1,50	C - 1,70	D - 1,85
1	1	660,92	991,38	1.123,56	1.222,70
2	1,1	727,01	1.090,52	1.235,92	1.344,97
3	1,2	793,10	1.189,66	1.348,28	1.467,24
4	1,3	859,20	1.288,79	1.460,63	1.589,51
5	1,4	925,29	1.387,93	1.572,99	1.711,78
6	1,5	991,38	1.487,07	1.685,34	1.834,05
7	1,6	1.057,47	1.586,21	1.797,70	1.956,32
8	1,7	1.123,56	1.685,34	1.910,06	2.078,59
9	1,8	1.189,66	1.784,48	2.022,41	2.200,86

ANEXO IV

Tabela Salarial Apoio Administrativo Profissionalizado 30 h a partir d janeiro/2010.

Nível/Classe	Percentual	A - 1,00	B - 1,50
1	1	623,64	935,46
2	1,1	685,96	1029,00
3	1,2	748,38	1122,55
4	1,3	811,15	1216,09
5	1,4	873,11	1309,64
6	1,5	935,47	1403,19
7	1,6	997,84	1496,73
8	1,7	1060,20	1590,28
9	1,8	1122,57	1683,82

ANEXO V

Tabela Salarial Apoio Administrativo Não Profissionalizado 30 h.

Nível/Classe	Percentual	A - 1,00	B - 1,50
1	1	479,73	719,59
2	1,1	527,70	791,54
3	1,2	575,67	863,50
4	1,3	623,65	935,46
5	1,4	671,62	1007,42
6	1,5	719,59	1079,38
7	1,6	767,57	1151,34
8	1,7	815,54	1223,30
9	1,8	863,51	1295,26

ANEXO VI

Funções de confiança de Dedicação Exclusiva

Função	Vagas	Adicional
Direção	15	40 %
Assessor Pedagógico	01	50 %
Coordenação	30	30 %
Secretário Escolar	15	30 %

ANEXO VII

Quadro Geral de Cargos dos Profissionais da Educação

Cargo	Quantidade
- Apoio Administrativo Educacional	Total – 95
• Nutrição	40
• Infra-estrutura	55
- Professor	250
- Técnico Administrativo Educacional	Total – 100
• Administração Escolar	32
• Técnico de Desenvolvimento Infantil	68
Total	**445**

Prefeitura Municipal de Juína

PORTARIA Nº 1.162/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de Coordenador de Promoção Social, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1.º Fica nomeada, para o cargo de Coordenadora de Promoção Social, a Sra. **DEUSELINA MARIA DA SILVA,** portadora da cédula de

identidade nº 25.848.797.5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 890.833.421.15 , a partir do dia **01** de **Dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.163/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de Coordenador a Nível de Administração, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1.º Fica nomeada, para o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, a Sra. **LUCILENE FERREIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade nº 17159652, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 002.545.401.39 , a partir do dia **01** de **Dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.164/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação de Diretor do Departamento de Mineração, e dá outras providências.
Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1.º Fica nomeada, para o cargo de Diretora do Departamento de Mineração, a Sra. **PRICILA JULIANA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade nº 1494871-0, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 016.111.871-25, a partir do dia **01** de **Dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.165/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração à pedido de Professor Classe B, e dá outras providências.
Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado à pedido, do cargo de Professor Classe B, o Sr. **ANTONIO VALDEMIR CALIARE**, portador da cédula de identidade nº 543178, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 393.844.031.72, a partir do dia **01**de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01**de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.166/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no concurso público, para admissão ao Serviço Público Municipal.
Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a realização de Concurso Público 001/2007,

RESOLVE

Art. 1.º Fica nomeado, para o cargo de Motorista I, a Sr. **JESUSMARIO AURELIANO**, portadora da cédula de identidade nº. 73.9173, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob nº 522.175.231.04, a partir do dia **01**de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01**de **Dezembro** de **2009.**
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.167/2009 – de 01/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração de Diretor de Departamento de Políticas Públicas Especiais para Mulheres, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado, do cargo de Diretora de Departamento de Políticas Públicas Especiais para Mulheres, o Sra. **ADELICIA ALVES DE FREITAS,** portador (a) da cédula de identidade nº 08046450, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 482.132.411.34, a partir do dia **01** de **Dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01/11/2009.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **01** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.195/2009 – de 02/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre a Contratação em Regime de CLT.
Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais,

conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a realização do Teste Seletivo nº 005/2009,

RESOLVE

Art. 1.º Fica contratado, para o cargo de Médico PSF, a Sr. **MARCIO TEIXEIRA LEONARDO,** portador da cédula de identidade nº. 07570635-08, SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob n. 044.572.587.76, a partir do dia **02** de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **02** de **Dezembro** de **2009**..
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.206/2009 – de 02/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração de Médico PSF.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado a pedido, do cargo de Médico PSF, **EDUARDO KIRCHEMEYER MOTTA,** portador da cédula de identidade nº 110217668, SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob n.º 096.722.287.75, a partir do dia **03** de **dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **03** de **dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.218/2009 – de 10/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração de Médico PSF.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado a pedido, do cargo de Médico PSF, **WAGNER MARQUES PEREIRA MALHEIROS,** portador da cédula de identidade nº 528 030, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 474.735.331.34, a partir do dia **19** de **dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **19** de **dezembro** de **2009**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.219/2009 – de 10/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração à pedido de Professor Classe C - 20 h, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado à pedido, do cargo de Professor Classe C – 20 h, o Sr. **EDSON GOMES QUEIROZ**, portador da cédula de identidade nº 29.56.217, SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob n.º 650.475.674.00, a partir do dia **16** de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **16** de **Dezembro** de **2009**.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.220/2009 – de 10/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração à pedido, do cargo de Técnico de Enfermagem, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado à pedido, do cargo de Técnico de Enfermagem, o Sra. **ELISETE AUXILIADORA NUNES DE SOUZA**, portador da cédula de identidade nº 361217742, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 346.494.841.20, a partir do dia **16** de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **16** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.221/2009 – de 18/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração de Médico PSF.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado a pedido, do cargo de Médico PSF, **MACIO TEIXEIRA LEONARDO,** portador da cédula de identidade nº 07570635-8, IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob n.º 044.572.587.76, a partir do dia **31** de **dezembro** de **2009**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **31** de **dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.222/2009 – de 18/12/09

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração à pedido, do cargo de Bioquímico – 20 h, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1.º Fica exonerado à pedido, do cargo de Bioquímico – 20 h, o Sra. **ALESSANDRA MARA PERDONCINI**, portador da cédula de identidade nº 15536971, SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 938.574.621.91, a partir do dia **30** de **Dezembro** de **2009.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **30** de **Dezembro** de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1233, de 28 de Dezembro de **2009**.

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Processo Seletivo Simplificado que menciona, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º **1.092/2009,** Leis complementares nº **1.013/2008**, **1.016/2008** e o Decreto Municipal n.º **075/2009**,

RESOLVE

Art. 1.º HOMOLOGAR o Processo Seletivo Simplificado Conjunto n.º **002/2009/PSS/PE/JUINA**, objeto do Edital n.º **002/2009/PSS/PE/JUINA, de 25 de Novembro de 2009,** para contratação temporária por prazo determinado, de acordo com o Edital do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado mencionado acima.

Art. 2.º O O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado Conjunto é de **01 (um)** ano, a contar da publicação da homologação, podendo ser prorrogável por mais **01 (um)** ano por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em 28 de Dezembro de **2009**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 103/2009

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, demais leis e pelo art. **83**, inciso **III**, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º No âmbito do Poder Executivo Municipal, fica estabelecido o recesso administrativo a partir de 21/12/2009 que perdurará até a data de 08/01/2010.

Art. 2º Para todos os efeitos, o recesso administrativo que trata o artigo anterior não será aplicado para os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários.

Art. 3º - Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário Municipal da respectiva pasta convocar todos ou parte dos servidores municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando - se da jornada normal de trabalho.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, aos **04** dias do mês de **dezembro** de **2009**.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 105/2009

Súmula: Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.

ALTIR ANTONIO PERUZZO, Prefeito Municipal de JUÍNA-MT, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a divida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para esse efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO o **Decreto nº 29.910, de 06 de Janeiro de 1932**, estabelece que a dívida passiva da União, dos Estados e dos Municípios prescreve em 05 (cinco) anos;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 70 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,** em que prescreve em 05 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178,§10, VI);

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar processados e não processados referentes a empenhos por estimativa de exercícios anteriores a 2008.

Parágrafo Único - Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados quando houver a devolução da mercadoria entregue por não atender ao serviço público, ou por serviço não realizado, após verificação de comissão constituída pelo município.

Art. 2º - Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína (MT), 04 de dezembro 2009.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 106/2009

Súmula: Dispõe sobre situação de emergência em razão do surto de dengue no município, e dá outras Providências.

· Considerando que o governo municipal vem desenvolvendo continuamente ações, atividades e serviços, no sentido de combater a proliferação da dengue no municipio de Juina;

· Considerando que apesar desse esforço a quantidade de focos é grande e preocupa a Vigilância Epidemiológica, já que o índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de, no máximo, 1% dos domicílios

· Considerando um possível surto de dengue no município de Juina e que as ações rotineiras de controle aos focos do mosquito Aedes aegypti não têm sido suficientes para eliminar o risco de uma nova epidemia da doença.

· Considerando que a estatística demonstra que mais de 80% dos focos do mosquito transmissor da doença estão dentro de imóveis particulares (terrenos, residências e estabelecimentos comerciais).

· Considerando a necessidade de estruturação das Unidades de Saúde para assistência imediata aos pacientes acometidos pela Dengue.

DECRETA:

Art. 1º Fica o município de Juína em situação de emergência por conta do risco de uma nova **epidemia de dengue** no verão., após a constatação de focos do mosquito transmissor da doença nos domicílios visitados.

Art. 2º Determina à equipe de vigilância epidemiológica para orientar a população não deixando caixas d'água destampadas e mantendo quintais e terrenos limpos para impedir o surgimento de focos da dengue.

Art. 3º De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários às atividades de resposta ao surto endêmico de dengue no município, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa dias) dias consecutivos e ininterruptos, contados à partir da publicação deste Decreto, vetada a prorrogação dos contratos após o fim do prazo da situação emergencial.

.**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Juina (MT), 04 de dezembro de 2009.

Altir Antonio Peruzzo
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 107/2009

Dispõe sobre o Comitê de avaliação do Fundo Municipal de Investimentos Sociais de que trata o Art. 3º da Lei nº 815,de 1º de julho de 2005.

O Senhor Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 815, de 1º de julho de 2005,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o comitê para avaliar programas de investimentos sociais de interesse público, bem como para receber as prestações de contas e avaliar seus resultados.

Parágrafo único – O Comitê será composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pelo Poder Público Municipal e 03 (três) pela sociedade Civil.

Art. 2º O Comitê terá mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Fica constituído pelas pessoas abaixo relacionadas:

Poder Público Municipal:

a) Josimara Diolina Ferreira – Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Márcia Alves – Secretaria Municipal de Saúde;

c) Gilmar Rezer – Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Sociedade Civil:

d) Cristiniana Sousa da Costa – Associação de Moradores do Bairro Padre Duilio;

e) Roni Maria Veronese – Associação Pestalozzi;

f) Ana Paula Ferreira Miranda – Conselho Regional de Serviço Social.

Gabinete do Prefeito de Juina-MT, em **04** de **dezembro** de **2009**.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 117/2010

Súmula: Dispõe sobre decretação da Convocação do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009, ficam convocados os abaixo relacionados para comparecerem, ao Edifício Sede da Prefeitura Municipal, (Departamento de Recursos Humanos), no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único – O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo, implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

CONVOCADOS:

1) – A1 AGENTE ADMINISTRATIVO II

CLAS	NºINSC	NOME
1º	1656	ESTELA KATIANE MUXFELDT

2) – A27 FISCAL DE OBRAS

CLAS	NºINSC	NOME
1º	809	DIOGO ALVES NEGRO

3) – A39 MOTORISTA I

CLAS	NºINSC	NOME
1º	761	VALDINEI DE OLIVEIRA FLORES

4) – A59 TECNICO AGRICOLA

CLAS	NºINSC	NOME
1º	1266	PAULO SPRICIGO

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na sua data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **04** de **janeiro** de **2010.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 118/2010

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de JUINA - PREVI-JUINA, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUINA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;
Considerando o disposto no § 12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;
Considerando o disposto na Medida Provisória n. 475, de 23 de dezembro de 2009;
Considerando o disposto na Portaria Interministerial n. 350, de 30 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de JUINA - PREVI-JUINA, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 20.02.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1º de janeiro de 2010, em **6,14%** (seis inteiros e quatorze centésimos por cento).
§ 1º Para os benefícios concedidos pelo PREVI-JUINA a partir de 1º de fevereiro de 2009 até 31 de dezembro de 2009, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.
§ 2º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.
Art. 2º Para os benefícios concedidos pelo PREVI-JUINA anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional 41/2003 e art. 3° da Emenda Constitucional n. 47/2005, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em JUINA/MT, 04 de JANEIRO de 2010.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

ANEXO I
FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até fevereiro de 2009	6,14
em março de 2009	5,81
em abril de 2009	5,60
em maio de 2009	5,02
em junho de 2009	4,40
em julho de 2009	3,96
em agosto de 2009	3,72
em setembro de 2009	3,64
em outubro de 2009	3,47
em novembro de 2009	3,23
em dezembro de 2009	2,85

DECRETO N.° 119/2010

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUINA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;
Considerando o disposto na Medida Provisória n. 474, de 23 de dezembro de 2009;
Considerando a Portaria Interministerial n. 350, de 30 de dezembro de 2009, edita o seguinte **DECRETO**:

Art. 1° A partir de 1º de janeiro de 2010, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de JUINA será de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais).
Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 17,00 (dezessete reais) e o seu valor horário a R$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos).
Art. 2° A partir de 1º de janeiro de 2010, não terão valor inferior a R$ 510,00 (quinhentos e dez reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVI- JUINA.
Art. 3° A partir de 1º de janeiro de 2010, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:
I - R$ 27,24 (vinte sete reais e vinte quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R$ 531,12 (quinhentos e trinta e um reais e doze centavos).
II - R$ 19,19 (dezenove reais e dezenove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 531,12 (quinhentos e trinta e um reais e doze centavos) e igual ou inferior a R$ 798,30 (setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em JUINA/MT, 04 de JANEIRO de 2.010 .

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 120/2010

Súmula: Dispõe sobre decretação da Convocação do Concurso Público **001/2007.**

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado nos termos do Edital Número **001/2007**, fica convocado o abaixo relacionado para comparecer, ao Edifício Sede da Prefeitura Municipal, (Departamento de Recursos Humanos), no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único – O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo, implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

CONVOCADO:

5) – MOTORISTA I

CLAS	**NºINSC *NOME***
17º	01243 CLODOVEO BELIZARIO DA SILVA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na sua data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **04** de **janeiro** de **2010.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 115/2009

Súmula: Dispõe sobre decretação da Convocação do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009, ficam convocados os abaixo relacionados para comparecerem, ao Edifício Sede da Prefeitura Municipal, (Departamento de Recursos Humanos), no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único – O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo, implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

CONVOCADOS:

1) – A1 AGENTE ADMINISTRATIVO I

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1496	LUCIENE FERREIRA DA SILVA
2º	1434	DANIELA DA ROSA VIEGAS
3º	484	MORGANA ROSA RODRIGUES

2) – A6 ATENDENTE DE RECEPÇÃO HOSPITALAR

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	140	ELIETE DIAS NOGUEIRA

3) – A60 TECNICO DE ENFERMAGEM

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	743	MARILZA APARECIDA COURA
2º	387	JARLENE GOMES DA COSTA BRESSAN
3º	1229	ALCENIRA MEZACASA
4º	425	MARIA APARECIDA GIMENES BASSI
5º	457	SUSIMARI CARREIRA RIBEIRO DOS SANTOS
6º	765	ADRIANA CHAGAS SANTOS
7º	930	ROSANIA CORSI DE SOUZA
8º	1163	MARIA APARECIDA MONTERIO MARCELINO
9º	343	MARIA JOSE DE DEUS RAMOS
10º	507	NILDEUSA NUNES DOS SANTOS
11º	509	SONIA BENEDITA INACIO BELONI
12º	1140	SUSANA APARECIDA MEIRELES
13º	658	ELENICE MARIA BERTOLINE
14º	450	FATIMA MORAES DA SILVA
15º	783	ANA PAULA MACENA DOS SANTOS
16º	434	ROSIANY DIAS DE OLIVEIRA
17º	250	APARECIDA CONSTANTINO FERREIRA
18º	495	CELIA FERREIRA REIS
19º	177	JANE MARQUES DILL
20º	175	MARINEIA COURA
21º	1323	JANETE DE CARVALHO SILVA
22º	65	DALVA MARIA DOS REIS
23º	1312	ADRIANO GOMES MATEUS
24º	477	CRISTIANE MARTINS DA CRUZ
25º	463	VANDERCLEIA RODRIGUES DE SOUZA
26º	40	MAGALIANA BRESSOLIN
27º	1566	SHIRLEY UFEMIA DE OLIIVEIRA
28º	1409	LUZIA FERREIRA
29º	1475	JIUCELE APARECIDA DOS SANTOS FONSE
30º	1024	LUCIANE PEDROSO DA SILVA
31º	933	LUCIANA QUELLI DE PAULA RODRIGUES
32º	1227	LUCINEIA GONÇALVES DA SILVA
33º	238	CREMILDA DE OLIVEIRA EVANGELISTA
34º	1158	MARCILENE NUNES BRAGA
35º	755	BELMAIR FERREIRA DE OLIVEIRA
36º	445	LEANDRO BIM
37º	1000	ANDREIA NASCIMENTO
38º	817	CRISTIANE APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA
39º	854	LILIAN LIMONI ANTUNES
40º	741	ADRIANA PARRO
41º	1336	ELIZABETE MARTINS DOS SANTOS
42º	1808	DAIANA REGINA VERONESE MADERGAN
43º	454	LUZIA MARIA NEPOCUCENO
44º	542	JAQUELINE GOULART

4) – A4 ASSISTENTE SOCIAL

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1149	ELISABETE REIS
2º	774	ANA APULA FERREIRA MIRANDA
3º	1407	MICHELLE FAIFER MORELLI FERREIRA

5) – A57 PSICOLOGO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1527	MARCELA ADRIANA AMERICO
2º	176	LUCIANE TENORIO LUNAS

6) – A64 TECNICO DE RADIOLOGIA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	188	FABRICIO JORGE DE ALMEIDA
2º	1170	LEONEL DA SILVA
3º	19	ADILSON NOBOKITE
4º	348	IGOR CHIQUITO

7) – A63 TECNICO DE LABORATORIO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1373	TATIANE DE OLIVIVEIRA DA COSTA

8) – A7 AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1647	MARIA APARECIDA GUEBARA FERNANDES

9) – A8 AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	79	JUCYLENE FIRMINA DA CUNHA

10) – A21 ENFERMEIRO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1449	JOSIELY MALACO CARDOSO
2º	1595	FABIANE DA CRUZ ALBARELLO
3º	1772	SOLANGE FERREIRA DE SOUSA

11) – A9 AUXILIAR DE ENFRMAGEM

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	415	JANICE APARECIDA DOS SANTOS
2º	200	SUELLEN CAROLINA TOLIN
3º	41	SABINA GANZER
4º	364	ROSENI MACHADO DA SILVA
5º	955	DARLENE GONÇALVES DOS SANTOS
6º	1540	MARIA DO CARMO ANDRADE

12) – A29 FISIOTERAPEUTA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1600	CLAUDIA LOUREIRO ALVES SAMPAIO
2º	246	SAIONARA DA BROI
3º	796	FRANCIELI VANESSA DOS REIS
4º	871	RAQUEL DE MORAES RESENDE GARCIA
5º	787	IVELISE MARIANO PERES

13) – A24 ENGENHEIRO CIVIL

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1350	PETERSON FELBER

14) – C1 MEDICO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	87	FABIO ADRIANO COELHO GONÇALVES
2º	1636	POLYANA MATEDI CARVALHO
3º	1843	KWONG SHUM CHEUNG
4º	1717	ROLDON ALFREDO FOGAÇA
5º	380	CHRISTINO SEVERINO NETO
6º	1249	MARCIO TEIXEIRA LEONARDO
7º	55	JOAQUIM DELFINO NETO
8º	501	KATHIA REGINA PINTON SCHLZ
9º	1414	SERGIO CESAR BOTELHO DE CAMPOS
10º	1840	GILSON FERREIRA GUIMARÃES
11º	271	CIRA DUSSC VINENT

15) – C3 ENFERMEIRO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	877	SELMA MAYUMI ONIZUKA
2º	831	ROSINEIDE CONCEIÇÃO DOS SANTOS VASCONCELOS
3º	862	LEANDRO ANDRADE
4º	381	WALDINEY CANI SANTOS
5º	1781	FABIANA JORGE DE ALMEIDA SANCHES
6º	939	MARCIANE APARECIDA SIMILLI
7º	1660	MICHELLE CRISTINA ONHIBENI
8º	1686	TANIA KIRCHMEYER MOTTA
9º	1310	GISELLE GONÇALVES
10º	433	GRASIELE MATUCHAKE RESENDE
11º	861	ANE CARLA DA SILVA PRADO
12º	712	ELIANE PAIXÃO CANI DOS SANTOS
13º	1311	ANDERLEI COLARES NUNES
14º	627	NILZA NOBRE E SILVA

16) – C10 ODONTOLOGO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	785	ELIZANDRA PRETTO
2º	1111	FABIANE APARECIDA PAGNUSSAT

17) – A11 AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	802	EDNA APARECIDA DA SILVA
2º	1270	PAULO ROBSON VERONEZI

18) – A35 MEDICO VETERINARIO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	379	HENRYQUE SIMIONATTO NETO

19) – A52 OP. TRATOR AGRICOLA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1487	ILDINEI DE FARIA ABREU

20) – A51 OP. TRATOR AGRICOLA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1376	PEDRO JOCENEI BALD

21) – A13 AUXILIAR DE TOPOGRAFIA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	185	SUZICLEIA ELIZABETE DE JESUS
2º	1270	PAULO ROBSON VERONESI

22) – A17 DESENHISTA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1517	THIAGO VALEGUSKI MOUGENOT CORREA

23) – A5 ASSISTENTE SOCIAL

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	725	KATCHUCY RAMOS DOS SANTOS

24) – B2 MONITOR DE SERICOS SOCIOEDUCATIVO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1813	ANA PAULA BUDNIK
2º	1343	DILMAR CZERNICHOVSKI DE SAOUZA
3º	1273	LUCIANO BANDEIRA
4º	462	MILEIDE TERRES DE OLIVEIRA
5º	697	JOCIMAR FERREZ
6º	815	LARISSA ALVES CASU

25) - B3 ORIENTADOR SOCIAL

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1622	ANGELA BARBIERI

26) - B8 INSTRUTOR COM HABILIDADE EM INFORMATICA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1580	VALMIR ALENCAR DE SOUZA

27) – A34 MECANICO

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	1890	MARCOS AURELIO MUNARETTO
2º	47	ELTON CAMARGO

28) – A53 OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	323	HELIO RODRIGUES DE FARIA

29) – A67 VIGIA

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	537	ALDEMIRO ANTONIO DA SILVA

30) – A42 MOTORISTA II

CLAS	Nº INSC	NOME
1º	323	PAULO CEZAR DA TRINDADE

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na sua data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **30** de **dezembro** de **2009.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 116/2009

Súmula: Dispõe sobre decretação da Convocação do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado Conjunto nº 002/2009, ficam convocado o abaixo relacionado para comparecer, ao Edifício Sede da Prefeitura Municipal, (Departamento de Recursos Humanos), no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único – O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo, implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

CONVOCADOS:

31) – A42 MOTORISTA II

CLAS	Nº INSC	NOME
2º	64	HERNANDES WAGNER SILVERIO

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na sua data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juina, Estado de Mato Grosso, em **30** de **dezembro** de **2009.**

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Matupá

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **13 DE JANEIRO DE 2010 as 09:00 horas** na sede da Prefeitura Municipal, o PROCESSO DE DISPENSA para Prestação de Serviços 03 Médicos Veterinários , em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, maiores informações através do Processo Dispensa ou na sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/112 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 06 de Janeiro de 2010.

ANTÔNIO PEREIRA SOBRINHO
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **22 DE JANEIRO DE 2010 as 09:00 horas** na sede da Prefeitura Municipal, a Tomada de Preço para Contratação de Serviço de Assessoria Junto ao Distrito Federal, maiores informações através do **Edital n° 001/2010** ou na sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/112 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 07 de Janeiro de 2010.

ANTÔNIO PEREIRA SOBRINHO
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nobres

Extrato de Contrato

1º Aditivo ao Contrato nº 032/2009 **-** Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Agili Softwares Para Area Publica Ltda. Objeto: acréscimo quantitativo de aproximadamente 3,5% ao valor mensal do contrato inicial, bem como a prorrogação do prazo de vigência. Prazo: 12 meses. Valor: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Data 15 de dezembro de 2.009. Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Empresa Agili Softwares Para Area Publica Ltda - Rondinelli Roberto Urias - Contratado.

1º Aditivo ao Contrato nº 077/2009 **-** Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Joanita Mendes de Souza. Objeto: aditamento a prorrogação de prazo de vigência e supressão de horas do contato nº 077/2009. Prazo: 12 meses. Valor: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais). Data 21 de dezembro de 2.009. Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Joanita Mendes de Souza - Contratada

1º Aditivo ao Contrato nº 093/2009 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa J A Weihrich. Objeto: prorrogação de prazo do Contrato nº 093/2009. Prazo: 12 meses. Data 21 de dezembro de 2.009. Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa J A Weihrich - Jimmy Allan Weihrich - Contratado

1º Aditivo ao Contrato de Obra Nº 108/2009- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Codep Construção Civil Ltda. Objeto: acréscimo quantitativo de aproximadamente em 24.9 % ao objeto do contrato inicial. Valor: R$ 36.886,58 (trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinqüenta e oito centavos). Data 29 de dezembro de 2.009. Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa Codep Construção Civil Ltda - Aldoir Colombo - Contratado

3º Aditivo ao Contrato de Obra Nº 94/2009- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Construtora Serviços e Comercio São Luis Ltda. Objeto: Prorrogação de prazo, acrescendo ao prazo inicial do contrato mais 45 dias. Data: 10 de dezembro de 2.009. Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa Construtora Serviços e Comercio São Luis Ltda – Afonso Celeste Rodrigues – Contratado.

Prefeitura Municipal de Nortelândia

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º.Termo Aditivo ao Contrato nº. 01/2009, que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, e a Empresa ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA.

OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato de locação e manutenção de sistemas de informática (softwares) na área de Contabilidade Pública Gerencial, Orçamento e Patrimônio em conformidade com a Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal.
VIGÊNCIA: Adita-se em mais 12 (doze) meses. (02/01/2010 à 31/12/2010)
VALOR GLOBAL: 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)
ASSINADO: Em Nortelândia/MT, 15 de dezembro de 2.009.
ASSINAM: Aníbal Ferreira de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal e Rondinelli Roberto da Costa Urias – Representante legal da Empresa Ágili Softwares para Área Pública Ltda.

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2.009.

GILSON PORTELA OLIVEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes

DECRETO Nº. 003 /2010

EMENTA: Dispõe sobre a Regulamentação do reajuste do salário para servidor municipal cuja faixa salarial seja inferior a R$ 510,00 e dá outras providências.

Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o que dispõe os artigos 18 e 20 da Lei Complementar nº 101/00 de 04/05/00 e Medida Provisória nº 474, de 23 de Dezembro 2009 do Governo Federal publicado no D.O.U. em 24 de Dezembro de 2009 que reajustou o salário mínimo nacional;
DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado para R$ 510,00 (Quinhentos e Dez Reais) o vencimento dos servidores municipais ocupantes de cargo público cuja remuneração seja inferior ao piso mínimo previsto no art. 7º inciso IV da Constituição Federal;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrario.

Nova Bandeirantes-MT, 04 de janeiro de 2010

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 124/2009

Súmula: "Dispõe sobre a homologação da pontuação de Títulos previsto no Edital de Concurso nº 001/2009 de Nova Bandeirantes MT".

O Sr. Valdir Pereira dos Santos**, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

DECRETA:

Art. 1º. Homologar a pontuação dos Títulos aos candidatos ao Concurso Edital nº 001/2009, conforme previsto no item 1.4 e auferidos pela **Banca Examinadora de Recursos de Concurso Público – BERCP**

Art. 2º. Os candidatos constantes no Anexo I deste Decreto, que atingirem o mínimo de 40% (quarenta) por cento no resultado geral das demais provas, conforme previsto no Edital nº 001/2009, acrescentarão para efeitos de classificação a pontuação constante respectiva aos títulos obtidos.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT, em 21 de dezembro de 2009

Domingos Augusto Sella
Presidente da Comissão Organizadora

Valdir Pereira dos Santos
Prefeito Municipal

ANEXO I

HOMOLOGAÇÃO DA PONTUAÇÃO DE TITULOS AOS CANDIDATOS DO CONCURSO EDITAL Nº 001/2009 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

Insc.	Nome do Candidato	Cargo concorrido	PONTOS
274	Ademir Caioni Controle	Interno Municipal	3
120	Gisele Jorge da Cruz	Professora Espanhol	3
162	Lídia Pitaluga Pereira	Nutricionista	3
489	Madalena Santana de Arruda	Professora Espanhol	3
200	Mauro dos Santos	Professor Pedagogo	3
346	Sandra Pinheiro Nazaro Queiroz	Bioquímica	3
129	Vanda de Campos Brito	Professora Pedagoga	3

Nova Bandeirantes – MT, em 21 de dezembro de 2009

Domingos Augusto Sella
Presidente da Comissão Organizadora

Valdir Pereira dos Santos
Prefeito Municipal

Lei N. º 608/2009.

SÚMULA: Altera o quadro de cargos de provimento efetivo (anexo II da lei 574/2008), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescido no quadro de cargos **Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação,** do Município de Nova Bandeirantes/MT, as seguintes vagas abaixo discriminadas:

CARGOS	QUANTIDADES DE VAGAS A CRESCIDAS	SALÁRIO BASE
Professor Classe A	11 vagas	836,47
Professor Classe C	05 Vagas	1.422,27
Professor Classe B	35 Vagas	1.254,82

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Nova Bandeirantes-MT, 30 de março de 2009.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº. 609/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRARAM OS MUNICÍPIOS DE ALTA FLORESTA/MT, APIACÁS/MT, NOVA BANDEIRANTES/MT, NOVA MONTE VERDE/MT, PARANAÍTA/MT E CARLINDA/MT – VISANDO A ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a adequação do Município de Nova Bandeirantes-MT no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires, conforme o texto anexo, firmado entre os municípios de Alta Floresta/MT, Apiacás/MT, Nova Bandeirantes/MT, Nova Monte Verde/MT, Paranaíta/MT e Carlinda/MT com a finalidade de adequar o Consórcio, sob a forma de sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado.

Art.2º. Os entes Consorciados poderão ceder servidores públicos na forma e condições de cada Município.

Art.3º. O Estatuto do Consorcio disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art.4º. O Poder Executivo Municipal destinará recursos financeiros necessários para cumprimento do contrato do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Atual, nas conformidades com o disposto no art.8º, da Lei nº.11.107/2005.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados isolados ou em conjunto, bem como o Consorcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consorcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de casa ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consorcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar em suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Conforme determinado pelo artigo 4º dessa, Lei a dotação orçamentária prevista para o cumprimento do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires encontra-se especificada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na seguinte rubrica orçamentária:

Art. 6º. A retirada do ente Consorciado do consorcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art.7º. A alteração ou extinção do Consorcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art.8º. Aplica-se ao Consórcio Público o dispositivo na Constituição Federal, na Lei nº. 11.107, de abril de 2005 e Decreto nº. 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art.9º. Esta lei retroagirá seus efeitos na data de 02 de janeiro de 2.009.

Art.10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 06 de abril de 2009.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 610/2009.

SUMULA "Dispõe sobre a Autorização para o poder executivo fazer Doação de Lote Rural chácara número 194, na Forma que Menciona".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a fazer doação de um lote rural, sito na Estrada Itamaracá, chácara 194, com área de 8,88 Há, (oito hectares e oitenta e oito ares) do Loteamento Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações: **MARCOS 2-4,** azimute **349º11´39"**, medindo **219,26** m, para a Estrada Castro; **MARCOS 4-5,** azimute **79º11´39"**, medindo **405 m**, com a chácara 193; **MARCOS 5-7**, azimute **169º11´39"**, medindo **219,26,** com a Chácara 196 e 197 e **MARCOS 7-2,** azimute **259º11´139"E, 405,00 m**, com a chácara 195, remanescente. Imóvel este remanescente remembrado da chácara 194 e 195ª, supra descrita, para a Empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS CHRISMAR LTDA – ME** , devidamente inscrita no CNPJ nº. 37.532.314.0001.45, e Inscrição Estadual nº. 13325873-4 dados constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2 - Referida doação destina-se à regularização do imóvel rural a **INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS CHRISMAR LTDA – ME**, aonde já se encontra devidamente instalada e operacional.

Art. 3 - A Prefeitura Municipal compromete-se à transferir em nome do interessado beneficiário à escritura do imóvel de imediato.

Art. 4 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 14 de abril de 2009.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 611/2009.

SÚMULA: "*Dispõe sobre a fixação do tempo máximo para atendimento à população junto as Instituições Bancárias, Financeiras, Correspondentes Bancários e Agência de Correios".*

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - As instituições bancárias e financeiras, correspondentes Bancários, postos avançados de atendimentos, agência de correios, e

as empresas de cobranças extrajudiciais que operam na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, ficam obrigadas a prestar o atendimento à população no espaço de tempo de 20 (vinte) minutos.

§ 1º - O espaço de Tempo será 30 (Trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, e dos dias de recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 2º - As Instituições e Empresas mencionadas neste artigo deverão fornecer ao Cliente ou ao usuário de seus serviços uma senha, com registro eletrônico do horário de sua entrada e saída do estabelecimento.

§ 3º - Será da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, a competência para fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei, bem como para aplicação das multas nela previstas, que serão recolhidas na Tesouraria da Prefeitura.

Art. 2° - O descumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º e 2º , desta Lei, sujeitará as Instituições ou empresas à multa de 50 (Cinqüenta) UFIRS, Por infração.

Art. 3° - Fica estipulado o prazo de 90 (Noventa) dias para que as instituições ou empresas se adaptem às disposições constantes desta Lei.

Art. 4º - Ficam as Instituições, conforme artigo 1º desta Lei, obrigadas a disponibilizar nos seus recintos, tanto bebedouros, quanto instalações sanitárias adequados destinadas aos Usuários de seus serviços.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Nova Bandeirantes-MT, 14 de abril de 2009

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 612/2009

SÚMULA: **"***Dispõe sobre a Municipalização de Estrada Vicinal no Município de Nova Bandeirantes-MT, e dá outras providências".*

Faço saber que a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu ***Valdir Pereira dos Santos***, Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica incorporado como de fato está ao PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, do Município de Nova Bandeirantes-MT, a Estrada **ENCANTADA**, classificada como RAMAL, tendo seu inicio no ponto M01 de coordenada no quadrante 21L E391215 e N8917245 na estrada Umuarama, seguindo no rumo Sul azimute 168º46,04" costeando a Fazenda Cometa, numa extensão de 1.048 metros até o ponto P02 21L E 391422 e N8916217, fazendo uma curva a direita seguido no rumo Leste com azimute 84º13,27", numa extensão de 1.463,06 metros, terminando no ponto M03 de coordenadas no quadrante 21L E390006, N8915846, na Fazenda Sete Quedas.

Art. 2º O Poder Público Municipal poderá por intermédio de contato de concessão de serviço público gratuito, realizado mediante ato privativo Executivo, autorizar a manutenção, conservação, restauração da referida estrada Municipal, por terceiros.

Art. 3º - A Estrada passará a ser denominada ENCANTADA.

Art. 4° - Aproveita-se às disposições legais, constantes do CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, Lei Municipal nº. 026/93 de 10/09/1993.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Nova Bandeirantes-MT, 28 de abril de 2009

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 613/2009.

SUMULA "Dispõe sobre a Alteração do artigo 1º Parágrafo Único da Lei 202 de 19 de fevereiro de 2001, na Forma que Menciona".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a alterar o texto de Lei do Parágrafo Único do artigo 1º da Lei 202 de 19 de fevereiro de 2001, passando a vigorar da seguinte forma.

Parágrafo Único – O CONDEMA será composto de um representante de cada uma das entidades ou instituições a seguir:

I (02) Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
I (01) Representante da Entidade Representativa do Seguimento Comercial;
II (01) Representante de Clube de Serviço;
IV (01) Representante do Sindicato de Produtores Rurais;
V (01) Representante do Sindicado de Trabalhadores Rurais;
VI (02) Representantes da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT;
VII (01) Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
VIII (01) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;
IX (01) Representante de Associações Rurais;
X (02) Representantes de Instituições Religiosas.
XI (01) Representante do Setor Madereiro

Art 2º A Escolha de cada representante das entidades presentes no Parágrafo Único do artigo 1º, ficara a cargo de sua respectiva entidade devendo essa promover as devidas deliberações e votações.

Art. 3º – Fica revogado as disposições em contrario do Parágrafo Único do artigo 1º da Lei 202 de 19 de fevereiro de 2001.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes-MT, 19 de maio de 2009.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

LEI Nº 614/2009

SÚMULA: ***Dispõe sobre Declaração de Utilidade Pública a Associação UNIVALE (União das Associações Rurais, Margem Direita Rio São João da Barra, Município de Nova Bandeirantes/MT).***

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal sancionei a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- **Fica declarada de utilidade Pública a Associação UNIVALE (União das Associações Rurais, Margem Direita Rio São João da Barra, Município de Nova Bandeirantes/MT). CNPJ Nº. 09.198.787/0001-12 Situada na Rodovia MT 417, km 13, Nova Bandeirantes/MT, CEP Nº. 78.565-000.ARTIGO 2º - A Associação UNIVALE (União das Associações Rurais, Margem Direita Rio São João da Barra, Município de Nova Bandeirantes/ MT) ficará isenta ao pagamento dos Tributos Municipais.**

ARTIGO 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Nova Bandeirantes-MT, 03 de junho de 2009

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 615/2009.

SÚMULA: "Dispõe sobre Declaração de Utilidade Publica a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE NOVA BANDEIRANTES-ABC".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu Valdir Pereira dos Santos, Prefeito Municipal sancionei a seguinte Lei:

Artigo 1°. - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE NOVA BANDEIRANTES-ABC, situada na Rua São Paulo s/nº Centro Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.068.774/0001-01

Artigo 2º. - A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE NOVA BANDEIRANTES-ABC".ficará isenta dos tributos municipais.

Artigo 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. - Revogam-se as disposições em contrario.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de junho de 2009.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

LEI Nº.751, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 077/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Ministério da Educação com a finalidade de fixar princípios e compromissos para permitir a formação dos professores por meio de um curso em nível médio, com habilitação para magistério em Educação Infantil, de acordo com as Diretrizes Gerais do Programa de Formação Inicial para professores em Exercício Infantil – PROINFANTIL.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.752, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 078/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT com a finalidade de recebimento pelo ECT de valores constantes nas contas emitidas pelo Município contra terceiros, em âmbito regional.

Art. 2º - As despesas com o Contrato de Prestação de Serviços serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

Extrato do 10° Termo Aditivo do Contrato n° 45/2007

CONTRATADA: O.K. CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – MT.
OBJETO: prorrogando o prazo para a execução e entrega do objeto por mais 90 (noventa) dias, ou seja, 29 de Março de 2010.

DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2009
Antonio Luiz César de Castro
Prefeito Municipal

Extrato do 1° Primeiro Aditivo do Contrato n° 127/2009
CONTRATADA: ENGENHARIA E COMÉRCIO GOVIC LTDA EPP
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – MT.
OBJETO: prorrogando o prazo para a execução e entrega do objeto por mais 30 (trinta) dias, ou seja 28 de Janeiro 2010.

DATA DA ASSINATURA: 29 de Dezembro de 2009

Antonio Luiz César de Castro
Prefeito Municipal

LEI Nº.743, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 069/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA DE CUSTO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Nova Canaã do Norte, a repassar mensalmente ajuda de custo no valor de R$ - 300,00 (Trezentos reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Nova Canaã do Norte, para atender a demanda de suas ações.

Art. 2° - A verba de que trata o artigo anterior, tem por finalidade a colaboração com os gastos mensais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de nosso Município.

Art. 3° - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE deverá prestar contas dos valores repassados mensalmente

Art. 4º - As presente despesa será suportada pelas Dotações Orçamentárias específicas.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data 1º de janeiro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.745, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 071/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com Instituição Financeira, com a finalidade de prestação de serviços de arrecadação das faturas do sistema de Água, ISS, Alvará, IPTU, ITBI e Taxa de Transporte Rodoviário.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.746, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 072/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - JUCEMAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso - JUCEMAT, com a finalidade de descentralização dos serviços prestados pela JUCEMAT e criação de um escritório de atendimento ao público administrado pelo Município.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.747, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 073/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT com a finalidade de conjugar esforços, no intuito de proporcionar atendimento de serviços postais à população da localidade de União Flor da Serra/ MT, através da Agência de Correios Comunitária, mediante prestação de serviços e a comercialização de produtos oferecidos pela ECT, na forma que lhe forem autorizados, conforme descrição no Plano de Trabalho parte integrante do Convênio, de acordo com as orientações que lhe forem fornecidas e sob a supervisão da ECT.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.748, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 074/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE - CISRNM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O Município fica autorizado a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense – CISRNM para o exercício de 2010 no valor de R$ 141.195,60 (cento e quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos) anual, compreendendo cada parcela no valor de R$ 11.766,30 (onze mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), com a finalidade das disposições previstas na Lei Municipal nº 214/97.

Art. 2º - As despesas com o Contrato de Rateio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.749, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 075/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O Município fica autorizado a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia para o exercício de 2010 no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) anual, compreendendo cada parcela no valor de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com a finalidade das disposições previstas na Lei Municipal nº 617/97.

Art. 2º - As despesas com o Contrato de Rateio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.750, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 076/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Departamento Estadual de Trânsito com a finalidade de funcionamento de Agência Municipal de Trânsito.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.753, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 079/2009

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UFMT - UNISELVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – UNISELVA com a finalidade de oferecer o curso de Licenciatura em Pedagogia para Educação Infantil – Modalidade à Distância, em nível superior, para formação dos professores em exercício da Rede Pública Municipal da Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas com o Convênio serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

LEI Nº.754, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009
Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 080/2009

SÚMULA: "REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 664/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Antônio Luiz César de Castro, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° - Fica revogada a Lei Municipal nº 664/2008.

Art. 2º - **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Canaã do Norte, 23 de Dezembro de 2009.

ANTÔNIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

PORTARIA N.º 019/2010

O Senhor **ANTONIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no Art. 51 e seus Parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Designar os senhores IZARU BERLAMINIO LEITE, matrícula n.°1374; LEANDRO VIANA DA SILVA, matrícula n.º 705 e ALLISON VINICIUS DE OLIVEIRA, matrícula n.° 917, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

ARTIGO 2º: O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os servidores ADIANA LUNA RIBEIRO, matrícula n.º 769; JOCELI CARLOS MORISSO, matrícula n.º 065 e OSMAR RIVALCIR DOS SANTOS, matrícula n.º 112.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE JANEIRO DE 2010.

ANTONIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

Ivaine Molina
Secretário de Gabinete

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

PORTARIA Nº. 008/2010/GAPRE
Nova Maringá, 04 de Janeiro de 2010.

Súmula: "Nomeia Membros da Comissão de Patrimônio e Avaliação Imobiliária da Prefeitura Municipal de Nova Maringá , e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR**, membros para a Comissão de Patrimônio e Avaliação Imobiliária da Prefeitura Municipal de Nova Maringá- Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2010, que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

MÁRCIO PICOLOTO – PRESIDENTE
DENERVAL LACERDA TRIZOTE – MEMBRO
SEBASTIÃO CÉZAR PINTO- MEMBRO
DIEGO LIESCH DALA RIVA- SUPLENTE

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"
Nova Maringá-MT, 04 de Janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

PORTARIA Nº. 009/2010/GAPRE
Nova Maringá, 06 de Janeiro de 2010.

Súmula: "Nomeia Comissão Examinadora do Concurso Público Municipal, e dá outras providências".

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR**, a Comissão Examinadora do Concurso Público nº 001/10 da Prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT, que será composta pelos seguintes nomes, acompanhados de seus respectivos cargos:

I- PRESIDENTE - ANTONIO ALAMINO CARDOSO CÁSSERES
CPF nº. 007.689.791-53

II- MEMBRO - RICARDO AFONSO GRINGS- CPF nº. 805.194.311-20

III-MEMBRO- EDILSON CÉSAR DOS SANTOS CPF nº. 412.137.851-20

Parágrafo Único: **A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Concurso.**

Art 2º. **Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.**

Paço Municipal "Dr. Miguel Vieira Ferreira"
Nova Maringá-MT, 04 de Janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra.

LEI Nº 556/09

Súmula

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Maringá-MT, para o exercício de 2010."

O Prefeito Municipal de Nova Maringá–MT, Sr. Oscar José de Carvalho, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art 2º - O orçamento fiscal do Município de Nova Maringá–MT, para o exercício financeiro de 2010, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita Bruta em R$ 17.082.092,16 (Dezessete milhões, oitenta e dois mil e noventa e dois reais e dezesseis centavos), e a Receita Líquida em R$ 15.461.893,95 (Quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) para a Administração direta, descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
Receitas Correntes	R$	12.846.367,16
Receita Tributaria	R$	832.663,03
Receita de Contribuições	R$	102.862,00
Receita Patrimonial	R$	42.544,44
Receita de Serviços	R$	169.688,06
Transferências Correntes	R$	11.571,186,16
(-) Contribuições para o FUNDEB	R$	1.620.198,21
Outras Receitas Correntes	R$	127.423,47
Receitas de Capital	R$	4.235.725,00
Transferência de Capital	R$	4.235.725,00
Total Geral	R$	15.461.893,95

Art. 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ 15.461.893,95 (Quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), para a Administração direta, e será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	R$	11.019.257,21
Despesas de Capital	R$	4.348.425,00
Reserva de Contingência	R$	94.211,74
Total Geral	R$	15.461.893,95

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	681.000,00
Gabinete do Prefeito	R$	399.575,00
Secretaria Municipal de Administração	R$	525.783,27
Secretaria Municipal de Finanças	R$	551.518,94
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	R$	4.938.170,00
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos	R$	3.650.250,00
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	R$	3.542.275,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R$	301.730,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	676.980,00
Secretaria Municipal de Planejamento	R$	100.400,00
Reserva de Contingência	R$	94.211,74
Total Geral	R$	15.461.893,95

III – POR FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 Legislativa	R$	681.000,00
04 Administração	R$	2.890.677,21
08 Assistência Social	R$	676.980,00
10 Saúde	R$	2.757.760,00
12 Educação	R$	4.635.420,00
13 Cultura	R$	121.550,00
15 Urbanismo	R$	403.000,00
16 Habitação	R$	62.700,00
17 Saneamento	R$	2.412.665,00
20 Agricultura	R$	301.730,00
26 Transporte	R$	243.000,00
27 Desporto e Lazer	R$	181.200,00

99 Reserva de Contingência	R$	94.211,74
Total Geral	R$	15.461.893,95

IV - POR SUB-FUNÇÕES

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 Ação Legislativa	R$	681.000,00
122 Administração Geral	R$	3.658.587,21
123 Administração Financeira	R$	12.000,00
128 Formação de Recursos Humanos	R$	10.000,00
241 Assistência ao Idoso	R$	29.000,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	56.000,00
244 Assistência Comunitária	R$	95.000,00
301 Atenção Básica	R$	2.602.580,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	130.000,00
304 Vigilância Sanitária	R$	25.180,00
306 Alimentação e Nutrição	R$	142.000,00
361 Ensino Fundamental	R$	4.077.300,00
364 Ensino Superior	R$	35.000,00
365 Educação Infantil	R$	371.120,00
392 Difusão Cultural	R$	99.050,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R$	403.000,00
482 Habitação Urbana	R$	62.700,00
512 Saneamento Básico Urbano	R$	2.412.665,00
601 Promoção da Produção Vegetal	R$	49.000,00
602 Promoção da Produção Animal	R$	14.000,00
695 Turismo	R$	5.000,00
782 Transporte Rodoviário	R$	243.000,00
812 Desporto Comunitário	R$	132.000,00
813 Lazer	R$	22.500,00
999 Reserva de Contingência	R$	94.211,74
Total da Administração Direta	R$	15.461.893,95

V - POR PROGRAMAS:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0010 Administração do Poder Legislativo	R$	681.000,00
0020 Administração do Gabinete do Prefeito	R$	399.575,00
0030 Administração da Secretaria de Administração	R$	525.783,27
0040 Administração da Secretaria de Finanças	R$	551.518,94
0050 Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	R$	4.211.650,00
0054 Manutenção do Ensino Superior	R$	48.000,00
0055 Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil	R$	338.620,00
0056 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	R$	16.000,00
0057 Programa de Apoio a Cultura	R$	121.550,00
0058 Integração pelo Esporte	R$	181.200,00
0059 Manutenção da Educação Especial	R$	21.150,00
0060 Administração e Reestruturação da Secretaria de Obras	R$	1.313.400,00
0061 Modernização da Frota de Veículos e Máquinas Pesadas	R$	120.000,00
0062 Projeto João de Barro em Parceria	R$	62.700,00
0063 Programa de Infra-Estrutura	R$	1.983.000,00
0064 Luz nos Bairros	R$	20.000,00
0065 Transporte e Integração	R$	123.000,00
0070 Manutenção e Reestruturação da Secretaria de Saúde	R$	1.109.350,00
0071 Saúde para Todos	R$	1.648.410,00
0077 Saneamento Básico	R$	812.665,00
0080 Administração da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	R$	201.730,00
0081 Amparo ao Pequeno Produtor Rural	R$	100.000,00
0090 Administração da Secretaria de Ação e Promoção Social	R$	595.980,00
0092 Programa de Atendimento a Criança e ao Adolescente	R$	34.000,00
0095 Programa Esperança	R$	18.000,00
0096 Programa Generosidade	R$	29.000,00
0100 Administração da Secretaria de Planejamento	R$	100.400,00
9999 Reserva de Contingência	R$	94.211,74
Total Geral	R$	15.461.983,95

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ 3.434.740,00 (Três milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e setecentos e quarenta reais), que demonstramos:

1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
08 Assistência Social	R$	676.980,00
10 Saúde	R$	2.757.760,00
Total Geral	R$	3.434.740,00

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá, em 11 de dezembro de 2009.

Oscar José de Carvalho
Prefeito Municipal

AVISO

O Prefeito do Município de Nova Maringá-MT, faz saber a todos os interessados que estarão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação Temporária pelo prazo de até 03 meses, conforme legislação específica e edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010, nos dias 08 e 11 do mês de janeiro do corrente ano, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, na Sede da Prefeitura Municipal para os cargos constantes no quadro da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na Sede da Secretaria Municipal de Saúde para os cargos desta secretaria e na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para os cargos desta secretaria e que o processo de avaliação será realizado no dia 17/01/2010 a partir das 08:00 horas para a prova escrita, a partir das 10:00 para as entrevistas, e a partir das 14:00 horas para a prova práticas dos cargos que o exigirem, para os cargos conforme tabela baixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Código do Cargo	Número de Vagas	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento Mensal	Escolaridade Mínima
1	01	Auxiliar Administrativo	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	1º Grau Completo + Computação
2	01	Auxiliar Administrativo para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	1º Grau Completo + Computação

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Código do Cargo	Número de Vagas	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento Mensal	Escolaridade Mínima
3	01	Operador de Motoniveladora	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado + CNH "B a D"
4	06	Auxiliar de Serviços Gerais	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
5	01	Auxiliar de Serviços Gerais para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código do Cargo	Número de Vagas	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento Mensal	Escolaridade Mínima
6	01	Operador de Trator Pneu Traçado	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado + CNH "B a D"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Código do Cargo	Número de Vagas	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento Mensal	Escolaridade Mínima
7	01	Agente de Saúde Ambiental	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	1º Grau Completo
8	01	Médico Clínico Geral	40	Conforme lei 217/2001 e alterações	3º Grau + Registro no Respectivo Conselho
9	01	Médico Clínico Geral para o Distrito de Brianorte	40	Conforme lei 217/2001 e alterações	3º Grau + Registro no Respectivo Conselho

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Código do Cargo	Número de Vagas	Denominação do Cargo	Carga Horária	Vencimento Mensal	Escolaridade Mínima
10	07	Zelador(a)	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
11	01	Zelador(a) para a Escola Rural do Arinos	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
12	01	Zelador(a) para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
13	14	Vigia	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
14	02	Vigia para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
15	05	Merendeira	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
16	01	Merendeira para a Escola Rural do Arinos	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
17	01	Merendeira para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado
18	04	Motorista de Ônibus	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Alfabetizado + CNH "D"
19	05	Monitor de Creche para o Distrito de Brianorte	44	Conforme lei 217/2001 e alterações	Ensino Fundamental Completo
20	14	Professor Nível II	20	Conforme lei 298/2003 e alterações	Licenciatura Plena em Pedagogia para a Educação Infantil
21	03	Professor Nível II para o Distrito de Brianorte	20	Conforme lei 298/2003 e alterações	Licenciatura Plena em Pedagogia para a Educação Infantil
22	01	Professor Nível II para a Escola Rural do Arinos	40	Conforme lei 298/2003 e alterações	Licenciatura Plena em Pedagogia para a Educação Infantil
23	01	Professor Nível II para Educação Especial, atendimento de pessoas portadoras de deficiências	40	Conforme lei 298/2003 e alterações	Licenciatura Plena em Pedagogia
24	02	Professor Nível II para a Escola Rural do Arinos	40	Conforme lei 298/2003 e alterações	Licenciatura Plena em Pedagogia

Nova Maringá-MT, em 07 de janeiro de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

Decreto Nº 145 /2009.
Data: 23 de Dezembro de 2009.

Súmula: Nomeia a Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado do Poder Executivo Municipal, e dá outras Providências.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 424/2009 de 15 de dezembro de 20098.
DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados(a) para fazer parte da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado do Poder Executivo Municipal os Senhores :

PRESIDENTE:
Anderson Rodrigues dos Santos

VICE – PRESIDENTE:
Flaviane Zequine Piovezan

SECRETÁRIA:
Sidineia Colponi Donida

MEMBROS:
Terezinha Alice Rosa
Andrea Brustolim Pereira

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT., 23 de Dezembro 2009.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 046/2009

Súmula:"Designa Comissão de Administração de bens Patrimoniais da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, para zelar pelos bens patrimoniais do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde - **PREVVER**."

A **Prefeita do Município de Nova Monte Verde,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e...

Considerando a necessidade da instituição de comissão para zelar pelos bens patrimoniais do PREVVER;

Considerando a inexistência de pessoal lotado na unidade administrativa do PREVVER;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a Comissão de Administração de Bens Patrimoniais nomeada pela Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº137/2009, fazer o levantamento de todos os bens do **PREVVER,** sua avaliação e se necessário declará-los inservíveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 15 de Dezembro de 2009.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2010
AVISO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitação, situado à Avenida Mato Grosso, 175, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas para **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA:** ***SERVIÇOS DE GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMA INFORMATIZADO DE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)",*** cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2007, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 22 (vinte e dois) de janeiro 2010, às 08:00 (oito) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das 07:00 (sete) horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, em meio magnético, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 06 de janeiro de 2010.

Maria Paixão de Souza Guedes
Pregoeira

RESULTADO DE LICITAÇÃO – LEILÃO N.º 03/2009

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia – MT, torna público para conhecimentos dos interessados que no Procedimento licitatório, na modalidade de Leilão N.º 03/2009 realizado no dia 09/12/2009, às 09:00 horas, obteve-se o seguinte resultado: foram arrematados todos os objetos do Leilão abaixo relacionados:

Lote 01 – 01 Veículo Volkswagen Kombi, ano 2004, placa DKZ-0985, chassis 9BNGB07X24P008728, motor fundido, no estado em que se encontra. SEM RESTRIÇÕES, VALOR DA VENDA: R$ 6.300,00 (SEIS MIL E TREZENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 6960 EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009
COMPRADOR: Reginaldo dos Reis Carvalho portador do CPF. 290.379.211-91 e RG 1361-130-SSP/GO residente e domiciliado na Av:Presidente Kened Qd. 67 Lt 08 Jd São Judas Tadeu/Goiânia GO

Lote 02 – 01 Veículo Volkswagen Kombi, ano 2004, placa HDM-9302, chassis 9BWGB07X84P008989, rodando, no estado em que se encontra. SEM RESTRIÇÕES, VALOR DA VENDA: R$ 8.700,00 (OITO MIL E SETECENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 6959 EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009
COMPRADOR: Reginaldo dos Reis Carvalho portador do CPF. 290.379.211-91 e RG 1361-130-SSP/GO residente e domiciliado na Av:Presidente Kened Qd. 67 Lt 08 Jd São Judas Tadeu/Goiânia GO
Lote 03 – 01 Veículo Volkswagen Kombi, ano 2004/05, placa HBA-8282, chassis 9BNGB07X14P009059, rodando, vazando óleo, no estado em que se encontra. SEM RESTRIÇÕES, VALOR DA VENDA: R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 5898 EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009

COMPRADOR: Reginaldo dos Reis Carvalho portador do CPF. 290.379.211-91 e RG 1361-130-SSP/GO residente e domiciliado na Av:Presidente Kened Qd. 67 Lt 08 Jd São Judas Tadeu/Goiânia GO

Lote 04 – 01 Veículo Volkswagen Saveiro, ano 2003, placa JZY-4948, chassis 9BWEB05X034008463, motor fundido, no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4079, EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 09/12/2009. COMPRADOR: IDAMILDO DUNGA LIARA portador do CPF. Nº 811.847.351-15, Situado a Av. Mato Grosso 77 Centro Nova Olímpia - MT.

Lote 05 – NÃO HOUVE LANÇE

Lote 06 – NÃO HOUVE LANÇE

Lote 07 – 01 Veículo Mercedes Benz 1113, ônibus, 1977, JYM-4527, ch. 9BM344058GB710812, parado, , no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4138 EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 09/12/2009 COMPRADOR: DANILO MOREIRA BARCELOS. Portador do CPF. 011.454.411-57, residente a Av: Quito Junqueira – Lote 01- Parque Indústria Paulista em Goiânia GO.

Lote 08 – 01 Veículo Mercedes Benz 1113, ônibus, ano 1986, placa BWC-6038, ch. 9BM344058HB742008, parado, no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4139 EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 09/12/2009 COMPRADOR: DANILO MOREIRA BARCELOS. Portador do CPF. 011.454.411-57, residente a Av: Quito Junqueira – Lote 01- Parque Indústria Paulista em Goiânia GO.

Lote 09 – 01 Veículo Mercedes Benz 1114, ônibus, ano 1987, placa BXG-5516, ch. 9BM344058HB742008, parado, , no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4114, EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 09/12/2009 COMPRADOR: DANILO MOREIRA BARCELOS. Portador do CPF. 011.454.411-57, residente a Av: Quito Junqueira – Lote 01- Parque Indústria Paulista em Goiânia GO.

Lote 10 – 01 Veículo Mercedes Benz 1111, ano 1969, placa GMB-2468, chassis 34400712032546, motor/caixa câmbio parcial desmontados, sem 2 rodas/pneus traseiros, com caçamba, no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 5.150,00 (CINCO MIL CENTO E CINQUENTA REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4152, EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009
COMPRADOR: Reginaldo dos Reis Carvalho portador do CPF. 290.379.211-91 e RG 1361-130-SSP/GO residente e domiciliado na Av:Presidente Kened Qd. 67 Lt 08 Jd São Judas Tadeu/Goiânia GO

Lote 11 – SUCATAS: ferragens, latarias de veículos, peças automotivas variadas, campanas, bloco de motor, etc, no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº
EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009 COMPRADOR: DINIVALDO MACHADO portador do CPF 453.430.631-87 .

Lote 12 – 01 Motoniveladora Caterpillar 120 B, ano 1980, chassis 64U6341, trabalhando, cabeçote revisado, no estado em que se encontra. VENDIDO POR R$ 47.000,00 (QUARENTA E SETE MIL REAIS) COMPRADOR: PATRICIA CAMILO DE OLIVEIRA-ME INSCRITA NO CNPJ sob o nº 07.774.742/0001-13, REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4136

Lote 13 – 01 Pá Carregadeira Case W-20 E, ano 1998, no estado em que se encontra.VENDIDO POR R$ 81.000,00 (OITENTA E UM MIL REAIS) REGISTRO PATRIMONIAL Nº 4112, EDITAL DE LEILAO 003/2009. DATA DA VENDA: 09/12/2009. DATA DE ENTREGA DO BEM: 22/12/2009 COMPRADOR: SC GOMES LOCAÇÃO – ME INSCRITA NO CNPJ sob o nº 06.296.523/0001-03

Nova Olímpia, 09 de dezembro de 2009.

Manoel da Costa Campos
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 021/2009 AO CONTRATO N.º 057/2009

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA MARTIN DE SOUZA & CIA LTDA
OBJETO: CLAUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA ESTABELECIDOS POR ÓRGÃO COMPETENTE DO GOVERNO FEDERAL.
DATA: 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

LEI N.º 1.437, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

"DISPÕE A NOVA TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DO I.T.B.I. A PARTIR DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DOO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Para efeitos de lançamento e cobrança do I.T.B.I – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis a partir de 1º de janeiro de 2010 – Imóveis Rurais, passam a vigorar os valores constantes no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

§ 1º. O recolhimento do Imposto aludido no *caput* deste artigo será recolhido em parcela única.

§ 2º. Os recolhimentos efetuados com cheques ou qualquer outro meio sem que seja em espécie, somente serão liberadas as guias após verificada pela tesouraria da Prefeitura a devida compensação do documento.

Art. 2º Para efeito de lançamento e cobrança do I.T.B.I. – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, de imóveis Urbanos, deverá ser considerado o valor informado na guia de ITBI.

Parágrafo Único – Sendo o valor informado na guia de ITBI inferior ao valor venal constante no cadastro do imóvel, deverá ser considerado para efeito de lançamento e cobrança do referido imposto, os constantes no cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo a sua aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 14 de dezembro de 2009.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Lei 1.437/2009

ANEXO - I

TABELA II

TABELA DE COBRANÇA DE ITBI

CARACTERÍSTICAS DO SOLO		REGIÕES			
		A	B	C	D
1.0.0	**Áreas com Cobertura Natural**				
1.0.1	Mata	0,00	0,00	1.000,00	700,00
1.0.2	Cerrado	1.600,00	1.300,00	900,00	600,00
1.0.3	Várzeas	1.500,00	1.100,00	800,00	500,00
1.0.4	Morros e Pedregulhos	1.100,00	1.000,00	720,00	500,00
2.0.0	**Áreas Desmatadas**				
2.1.1	Lavoura de Toco	1.400,00	1.200,00	1.000,00	720.00
2.1.2	Culturas Permanentes	4.000,00	3.600,00	3.150,00	2.100,00
2.2.0	**Mecanizados para Lavoura**				
2.2.1	Solo não corrigido	2.400,00	2.100,00	1.600,00	800,00
2.2.2	Solo parcialmente corrigido	2.900,00	2.600,00	2.100,00	1.300,00
2.2.3	Solo totalmente corrigido	3.500,00	3.200,00	2.700,00	1.900,00
2.3.0	**Mecanizados Ocupados com:**				
2.3.1	Pastagem Artificial sem correção	2.800,00	2.600,00	1.200,00	800,00
2.3.2	Pastagem Artificial com correção	3.300,00	3.100,00	1.700,00	1.300,00
2.3.3	Pastagem Artificial degradada	2.200,00	2.000,00	1.500,00	700,00

REGIÕES	
A	Raio de 20 Km da Sede do Município
B	**Serra Azul, Vale da Serra Azul e Pontal do Pindaíba.**
C	**Noidóri, Areões, Jaraguá, Córrego Seco e Voadeira.**
D	**Rancho Amigo, Bco Safra, Ilha do Coco, Piaus**

Nova Xavantina, 14 de Dezembro de 2009.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.438, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ALTERA A REDAÇÃO DA TABELA IV, DA LEI MUNICIPAL N.º 921/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela IV, constante na Lei Municipal n.º 921/2001 – Código Tributário Municipal, passa a ter a redação em conformidade com o Anexo I, que fica fazendo parte integrante a presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo a sua aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 14 de dezembro de 2009.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Lei n.º 1.438/2009

ANEXO - I

01	Da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Prestação de Serviços será Anual e o valor em UPF N.X

TABELA IV

01.01	**Comércio Atacadista**	
01.01.02	Comércio atacadista de produtos e resíduos de origem animal, inclusive produtos alimentícios.	20,00
01.01.03	Comércio atacadista de produtos e resíduos de origem vegetal, inclusive produtos e alimentares.	20,00
01.01.04	Comércio atacadista de ferragem e produtos metalúrgicos	20,00
01.01.05	Comércio atacadista de madeira	20,00
01.01.06	Comércio atacadista de materiais para construção	21,00
01.01.07	Comércio atacadista de acessórios para veículos	26,00
01.01.08	Comércio atacadista de veículos e acessório	10,00
01.01.09	Comércio atacadista de móveis e outros artigos de habitação e de utilidade doméstica	10,00
01.0110	Comércio atacadista de combustíveis e lubrificante	20,00
01.01.11	Comércio atacadista de artigos do vestuário, inclusive calçados e artigos de armarinhos.	10,00
01.01.12	Comércio atacadista de cereais e farinhas	20,00
01.01.13	Comércio atacadista de frutas e legumes	20,00
01.01.14	Comércios atacadistas de leites e derivados	20,00
01.01.15	Comércio atacadista de carnes, pescados e animais abatidos.	20,00
01.01.16	Comércio atacadista de produtos alimentícios diversos	20,00
01.01.17	Comércio atacadista de bebidas, refrigerantes e águas minerais.	20,00
01.01.18	Comércio atacadista de cigarros, fumos e artigos de tabacaria.	20,00
01.01.19	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem produtos alimentícios.	10,00
01.01.20	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com produtos alimentícios.	20,00
01.01.21	Comércio atacadista de produtos não especificados ou não classificados	20,00
01.01.22	**Comércio atacadista de maquinas e equipamentos agricolas**	**15,00**
01.01.23	**Comercio atacadista de defensivos agrícolas**	**10,00**

01.02	**Comércio Varejista**	
01.02.01	**Comércio varejista de ferragens, produtos metálicos, artigos sanitários, materiais de construção e materiais elétricos.**	
01.02.02.A	De pequeno porte	12.00
01.02.02 B	De médio porte	16.00
01.02.02.C	De grande porte	20.00
01.03.	**Comércio varejista de máquinas e aparelhos elétricos**	
01.03.01.A	De pequeno porte	10.00
01.03.01.B	De médio porte	15.00
01.03.01.C	De grande porte	30.00
01.04	**Comércio varejista de veículos**	
01.04.01.A	De pequeno porte	10.00
01.04.01.B	De médio porte	20.00
01.04.01.C	De grande porte	30.00
01.05.	**Comércio varejista de acessórios p/ veículos automotores**	
01.05.01.A	De pequeno porte	10.00
01.05.01.B	De médio porte	15.00
01.05.01.C	De grande porte	25,00
01.06	**Comercio varejista de acessórios para motos e bicicletas**	
01.06.01.A	De pequeno porte	5,00
01.06.01.B	De médio porte	10,00
01.06.01.C.	De grande porte	15,00
01.07	**Comércio varejista de móveis, artigos de habitação e utilidades domésticas**	
01.07.01.A	De pequeno porte	10.00
01.07.01.B	De médio porte	20.00
01.07.01.C	De grande porte	30.00
01.08.	**Comércio varejista de livros, papel, impressos e artigos de escritório.**	
01.08.01.A	De pequeno porte	10.00
01.08.01.B	De médio porte	20.00
01.08.01.C	De grande porte	30.00
01.09	**Comercio varejistas artigos de perfumaria inclusive sanshyne.**	
01.09.01.A	Pequeno porte	5.00
01.09.01.B	Médio porte	8.00
01.09.01.C	Grande porte	12.00
01.10	**Comércio varejista de produtos químicos, farmacêuticos, veterinários e agropecuários.**	
01.10.01.A	De pequeno porte	10.00
01.10.01.B	De médio porte	20.00
01.10.01.C	De grande porte	30.00
01.11.	**Comércio varejista de petróleo**	
01.11.01	Postos de vendas de combustíveis para automóveis e automotores.	
01.11.02.A	De pequeno porte	10.00
01.11.02.B	De médio porte	20.00
01.11.02.C	De grande porte	30.00
01.12.	**Comercio varejista de gás.**	
01.12.01.A	De pequeno porte	7.00
01.12.01.B	De médio porte	14.00
01.12.01.C	De grande porte	18.00
01.13.	**Comercio varejista de óleo lubrificante.**	
01.13.01.A	De pequeno porte	10.00
01.13.01.B	De médio porte	13.00
01.13.01.C	De grande porte	18.00
01.14	**Comércio varejista de tecido**	
01.14.01.A	De pequeno porte	6,00
01.14.01.B	De médio porte	8,00
01.14.01.C	De grande porte	10,00
01.15.	**Comercio varejista de artigos para decorações**	
01.15.01.A	De pequeno porte	5.00
01.15.01.B	De médio porte	8.00
01.15.01.C	De grande porte	12.00
01.16.	**Comércio varejista armarinho, magazine, inclusive roupas.**	
01.16.01.A	De pequeno porte	6,00
01.16.01 B	De médio porte	8,00
01.16.01.C	De grande porte	10,00
01.17.	**Comercio varejista de bebidas**	
01.17.01.A	Pequeno porte	5.00
01.17.01.B	Médio porte	10.00
01.17.01.C	Grande porte	15.00
01.18.	**Comercio varejista de plantas ornamentais, frutíferas e com gêneros.**	
01.18.01.A	Pequeno porte	3.00
01.18.01.B	Médio porte	5.00
01.018.01.C	Grande porte	8.00
01.19.	**Comércio varejista de carnes, pescado e animais abatidos.**	
01.19.01.A	De pequeno porte	6,00
01.19.01.B	De médio porte	8,00
01.19.01.C	De grande porte	10,00
01.20.	**Comercio de compra e venda de animais**	**15.00**
01.20.01..A	De pequeno porte	6,00
01.20.01.B	De médio porte	8,00
01.20.01.C	De grande porte	10,00

01.21.	**Mercearia**	
01.21.01.A	De pequeno porte	6,00
01.21.01.B	De médio porte	8,00
01.21.01.C	De grande porte	10,00
01.22.	**Conveniência**	**10.00**
01.23.	**Armazéns**	20.00
01.24.	**Supermercados**	30.00
01.25	Tabacarias e Charutarias	10,00
01.26.	**Joalherias, relojoarias, artigos de ótica, material fotográfico, cinematográfico.**	
01.26.01.A	De pequeno porte	5,00
01.26.01.B	De médio porte	12,00
01.26.01.C	De grande porte	20,00
01.27.01	**Comércio varejista de artefatos de borracha e de plásticos**	**5,00**
01.28.02	**Comércio varejista de couros e artefatos, inclusive calçados.**	**5,00**
01.29.03	**Comércio varejista de Artigos usados**	**5,00**
01.30.04	**Casas lotéricas**	**10,00**
01.31.05	**Comércio varejista de brinquedos desportivos, recreativos e para presentes.**	**5.00**
01.32.06	**Comércio varejista de produtos não especificados ou não classificados**	**5.00**
01.33.07	**Comércio varejista de bicicletas**	**8,00**
01.33.08	**Comercio varejista de artigos de vidraçaria**	**5,00**
01.33.	**Comércio, Incorporação e Loteamento e Administração de Imóveis.**	
01.33.01	Compra e venda de bens imóveis	10,00
01.33.02	Incorporação de imóveis	10,00
01.33.03	Administração de imóveis	10,00
01.34.01	**Cooperativas**	
01.34.02	Cooperativas de produção	30,00
01.34.03.	Cooperativas de beneficiamento, industrialização e comercialização.	30,00
01.34.04	Cooperativas de consumo de bens e serviços	10,00
01.34.05	Cooperativas não especificadas ou não classificadas	10,00

02.01	**COMERCIO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS**	
02.01.01	**Bares, Botequins e Cafés, Confeitarias, Leiterias e Sorveterias.**	
02.01.02	De 1ª Categoria	6,00
02.01.03	De 2ª Categoria	3,00
02.01.04	**Restaurantes e lanchonetes**	**8,00**
02.01.05	**Pizzarias**	**8,00**
02.02	**Churrascaria**	
02.02.01	De 1ª Categoria	15.00
02.02.02	De 2ª Categoria	10,00

03.01	**Extração e Tratamento de Minérios**	
03.01.02	Extração de pedras preciosas e outros materiais para construção	20,00
03.01.03	Extração de pedras preciosas e semipreciosas	20,00
03.01.04	Outras atividades congêneres	10,00
04.01.	**Industria de produtos Minerais e não Metálicos.**	
04.01.01	Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras.	10,00
04.01.02	Britamento de pedras	10.00
04.01.03	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido.	20,00

04.01.04	Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e Amianto.	10,00
04.01.05	Fabricação e elaboração de outros produtos de minerais não metálicos	10.00
04.01.06	Fabricação e elaboração de outros produtos de minerais não metálicos não especificados ou não classificados	10.00
04.02.	**Industria Metálica**	
04.02.01	Fabricação de estruturas metálicas	10,00
04.02.02	Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e metais não ferrosos inclusive móveis	10.00
04.02.03	Estamparia, funilaria e latoaria.	10,00
04.02.04	Serralharia, fabricação de tanques reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigo caldeireiro.	10,00
04.02.06	Fabricação de outros artigos de metal não especificado	10,00
04.03	**Indústria de Matéria de Transporte**	
04.03.01	Construção de embarcações e fabricações de caldeiras	21,00
04.03.02	Reparação de embarcações e, de motores marítimos de qualquer tipo.	14,00
04.03.03	Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores rodoviários, retifica.	30,00
04.03.04	Fabricação de carrocerias para veículos automotores	14,00
04.03.05	Fabricação de estofados e capas para veículos	10,00
04.03.06	Outras atividades congêneres	10,00
04.04.	**Indústria de Madeira**	
04.04.01	Desdobramento de madeira	30,00
04.04.02	Depósito distribuidor de madeira	20,00
04.04.03	Fabricação de estrutura de madeira e artigos de carpintaria	10,00
04.04.04	Fabricação de chapas de madeira, aglomerada ou prensada, de madeira compensa , revestida ou não com material plástico.	10,00
04.04.05	Fabricação de artigos diversos de madeira inclusive mobiliária	10,00
04.04.06	Outras atividades congêneres	10,00
04.05.0	**Indústria de Mobiliário**	
04.05.01	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestido ou uso de laminados plásticos - inclusive estofados.	16,00
04.05.02	Fabricação de artigos de colchoaria	10,00
04.05.03	Fabricação de acabamento de móveis e artigos de mobiliário não especificados ou não classificados	10,00
04.05.04	Outras atividades congêneres	10,00
04.06	**Indústria de Couros e Produtos Similares**	
04.06.01	Curtimento e outras preparações de couros e peles inclusive sob produto	16,00
04.06.02	Secagem e salga de couro e peles	20,00
04.06.03	Fabricação de malas, valises e outros artigos para viagem.	10,00
04.06.04	Fabricação de outros artefatos de couro ou peles, inclusive calçados e artigos de vestuário.	10,00
04.06.05	Outras atividades congêneres	10,00
04.07	**Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos.**	
04.07.01	Confecção de roupas e agasalhos	7,00
04.07.02	Fabricação de chapéus	7,00
04.07.03	Fabricação de acessórios de vestuário, guarda-chuvas, lenços, cintos, bolsas, etc.	7,00
04.07.04	Confecção de outros artefatos de tecidos não especificados ou não classificados	7,00
04.08.	**Indústria de Produtos Alimentares**	
04.08.01	Beneficiamentos de cafés, cereais e produtos afins.	20,00
04.08.02	Torrefação e moagem de café	20,00
04.08.03	Fabricação de produtos de milho	20,00
04.08 04	Fabricação de produtos de mandioca	20,00
04.08.05	Fabricação de farinha diversa	20,00
04.08.06	Beneficiamento de produtos alimentares de origem vegetal, não classificados neste item.	20,00
04.08.07	Abate de animais (frigorífico)	40,00
04.08.08	Produção de banha, não processada em matadouro e frigorífico.	10,00
04.08.09	Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios	10,00
04.08.10	Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc, inclusive gomas de mascar.	10,00
04.08.11	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.	10,00
04.08.12	Fabricação de massas alimentares e biscoitos	10,00
04.08.13	Fabricação de sorvete, bolos e torto gelado inclusive gelo.	10,00
04.08.14	Fabricação de vinagre	10,00
04.08.15	Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive farinha de carne, sangue, osso ou peixe.	20,00
04.08.16	Fabricação de outros produtos alimentares não especificados ou classificados	10,00
04.09.	**Indústria de Bebidas**	
04.09.01	Fabricação de aguardente, licores e outras bebidas alcoólicas.	20,00
04.09.02	Fabricação de bebidas não alcoólicas	20,00
04.09.03	Plástica	15.00
04.09.04	Outras atividades congêneres	10,00
04.10.	**Indústria de Editorial e Gráfica**	
04.10.01	Impressão, edição e impressão de jornais ou outros periódicos, livros e manuais.	20,00
04.10.02	Impressão de material escolar, material para usos industrial e comercial para propaganda e outros fins inclusive litografados.	20,00
04.10.03	Execução de outros serviços gráficos não especificados e não classificados	20,00
04.11.	**Indústria Diversa**	
04.11.01	Lapidação de pedras preciosas e semipreciosas	15,00
04.11.02	Fabricação de escovas, broxas, pincéis, vassouras, espanadores e semelhantes.	8,00
04.11.03	Fabricação de brinquedos	8,00
04.11.04	Fabricação de outros artigos não especificados ou não classificados	8,00
04.12.	**Indústria de Construção**	
04.12.01	Construção Civil	21,00
04.12.02	Pavimentação terraplanagem de estradas e desmatamentos	21,00
04.12.03	Construção de obras de arte (viadutos, pontes, mirantes, etc).	21,00
04.12.04	Outras atividades congêneres	21,00
05.01.	**Agricultura e Criação Animal**	
05.01.01	Agricultura (quanto explorada por pessoa jurídica)	30,00
05.01.02	Extração vegetal	17,00
05.01.03	Criação animal (excluída bovinocultura)	16,00
05.01.04	Bovinocultura (quando explorada por pessoa jurídica).	17,00
05.01.05	Florestamento e reflorestamento	17,00
05.01.06	Outras atividades congêneres	17,00
06.01	**Serviços de Transportes**	
06.01.01	Transporte aquaviário de passageiros em canoas	2,00
06.01.02	Transporte aquaviário de cargas	10,00
06.01.03	Transporte aquaviário de passageiros e cargas	10,00
06.01.04	Transporte rodoviário de passageiros	10,00
06.01.05	Transporte rodoviário de cargas	10,00
06.01.06	Transporte rodoviário de passageiros e cargas	20,00
06.01.07	Outras atividades de transporte	10,00
06.01.08	Transporte urbano de passageiros	10,00
06.01.09	Transporte urbano de passageiros em veículos de 2, rodas	2,00
06.01.10	Transporte urbano de cargas	5,00
06.01.11	Garagens e parqueamento de veículos	10,00
06.01.12	Outros serviços de transporte não especificados ou não classificados	10,00
06.02	**Serviços de Comunicação**	
06.02.01	Radiodifusão, Retransmissão de canal de TV.	30,00
06.02.02	Outros serviços de comunicação	30,00
06.02.03	Serviços de comunicação em veículos	6,00
06.03	**Serviços de Alojamento e Hotéis**	
06.03.01	Hotéis	
06.03.02	Classe A	15,00
06.03.03	Classe B	10,00
06.03.04	Classe C	5,00
06.03.05	Motéis	
06.03.06	Classe A	15,00
06.03.07	Classe B	10,00
06.03.08	Classe C	5,00
06.04	**Serviços de Reparação, Manutenção e Conservação.**	
06.04.01	Reparação, manutenção e conservação de máquinas e aparelhos de uso doméstico.	2,00
06.04.02	Reparação, manutenção e conservação de máquinas e aparelhos de usos em escritório.	3,00
06.04.03	Reparação, manutenção e conservação de máquinas e aparelhos não especificados.	2,00
06.04.04	Reparação de veículos de qualquer tipo	3,00
06.04.05	Manutenção e conservação de veículos em geral - inclusive lavagem e lubrificação	4,00
06.04.06	Outras reparações não especificadas ou não classificadas	4,00
06.05.	**Serviços Pessoais**	
06.05.01	Serviços de Higiene - Barbearias, Saunas Lavanderias, dedetização. etc.	
06.05.02	De 1ª Categoria	5,00
06.05.03	De 2ª Categoria	3,00
06.05.04	Academias	8.00
06.05.05	Confecções sob medida e reparação de artigos do vestuário, inclusive calçados.	3,00
06.05.06	Serviços de advocacia (com estabelecimentos fixo)	20.00
06.05.07	Serviços de profissionais liberais.	20,00
06.05.08	Serviço de profissionais autônomos.	10.00
06.05.09	Assistência médica, odontológica e veterinária.	20.00
06.05.10	Serviços de outros profissionais liberais não ligados diretamente ao comércio.	5,00
06.05.11	Hospitais e Casas de Saúde.	20,00
06.05.12	Laboratórios radiológicos.	20,00
06.05.13	Laboratório de Análises Clínicas.	20,00
06.05.14	Estabelecimentos particulares de ensino informática e com gêneros	6.00
06.05.15	Estabelecimentos particulares de ensino do 1º Grau.	20,00
06.05.16	Estabelecimento particular de ensino do 2º Grau.	30,00
06.05.17	Estabelecimento particular de ensino superior.	40,00
06.05.18	Estabelecimento de ensino de auto-escola.	20.00
06.05.19	Estabelecimento de ensino de computação	8.00
06.05.20	Provedor de acesso a internet e com gêneros.	7.00
06.05.21	Outros estabelecimentos particulares de ensino.	5,00
06.05.22	Turismo e agência de viagens.	10,00
06.05.23	Outros serviços pessoais não especificados ou não classificados.	5,00
06.06.	**Diversos**	
06.06.01	Serviços auxiliares do comércio de mercadorias, inclusive de distribuição,vendedores	5,00
06.06.02	Publicidade e propaganda	5,00
06.06.03	Locadora de fita para vídeo	6.00
06.06.04	Locação de bens móveis	5,00
06.06.05	Promoções de eventos	7.00
06.06.06	Serviços de assessoria, consultoria, organização e administração de empresas, elaboração de projetos de pesquisas e informações comerciais.	10,00
06.06.07	Serviços de contabilidade de despachante	10,00
06.06.08	Serviços contábeis.	10.00
06.06.09	Serviços de fotografia, aerofotogrametria e correlatos.	5,00
06.06.10	Serviços fúnebres.	20.00
06.06.11	Serviços de fornecimento de água	30.00
06.06.12	Empreiteiras e locadoras de mão-de-obra	20,00

06.06.13	Serviços de conservação, limpeza e segurança.	5,00
06.06.14	Serviço limpeza	4,00
06.06.15	Serviço segurança.	5,00
06.06.16	Serviço de serigrafia	7,00
06.06.17	Serviço de tapeçaria	6,00
06.06.18	Outros serviços comerciais não especificados ou não classificados	5,00
06.06.19	Filmagem e reprodução de imagem.	6,00
06.06.20	Cinemas e teatros.	5,00
06.06.21	**Empreiteira e locação de mão de obras**	
06.06.22	**Pequeno porte**	**5,00**
06.06.23	**Médio porte**	**10,00**
06.06.24	**Grande porte**	**20,00**
06.07.	**Boates, danceterias e similares.**	
06.07.01	De 1ª Categoria	10,00
06.07.02	De 2ª Categoria	5,00
06.07.03	Circos de qualquer natureza, por fração.	10,00
06.07.04	Parques de diversões e similares por fração	10,00
06.07.05	Outros serviços de diversos não especificados ou não classificados	5,00

06.08.	**Entidades Financeiras**	
06.08.01	Bancos e caixas Econômicas - [1]	50,00
06.08.02	Empresas de crédito, financiamento e investimento.	50,00
06.08.03	Empresas corretoras de títulos e valores	50,00
06.08.04	Outra entidade financeira não especificada ou não classificada.	50,00

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.440, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 155, DA LEI MUNICIPAL N.º 921/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º do artigo 155 da Lei Municipal n.º 921/2001 (Código Tributário Municipal) passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Artigo 155** .....
.....
§ 3º - O acordo importará sempre, na correção monetária e juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano sobre as parcelas **vencidas**."

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 921/2001 e alterações posteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 14 de dezembro de 2009.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/SEME/2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, no uso de suas atribuições legais, e conforme Lei nº. 1.425 de 30 de novembro de 2009, torna público para conhecimento dos interessados o Edital do processo de Seleção de Título/Classificatório para a formação do Cadastro de Reserva – CR.

1. - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:
1.1 - A seleção para contratação temporária de Professor, terá como objetivo atender situação excepcional de interesse público.
1.2 – Os contratos temporários serão para provimento de pessoal do cargo mencionado para suprir a existência de vagas livres e/ou substituição.

2. - DAS INSCRIÇÕES:
2.1 – A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato a Professor, não poderá alegar desconhecimento das mesmas.
2.2 – As inscrições/contagem de pontos serão realizadas no período de **18 e 19/01/2010** em horário de expediente na Secretaria Municipal de Educação, Travessa Taguatinga, nº. 57, Centro.
I – o candidato deverá comparecer no local, dia e hora marcados, munidos de documentos exigidos neste Edital, para o cargo;
II – As inscrições poderão ser realizadas por procurador habilitado com poderes especiais para este fim;
III – Em caso de procuração, devendo ter firma do signatário reconhecida em cartório e entregue no ato da inscrição pelo outorgado;
IV – o resultado classificatório das inscrições aos contratos temporários de Professor, será disponibilizado no dia **25/01/2010.**

3. - DO PROCESSO SELETIVO:
3.1 – Para realizar o Processo de Seleção de Títulos/Classificatório para a formação de Cadastro Reserva (CR) do Professor candidato a contrato temporário, foi formada uma Comissão Interna de Trabalho através da Portaria nº. 4.696 de 04 de janeiro de 2010, composta por:
I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, titular e suplente respectivamente;
II - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, titular e suplente respectivamente;
III - 02 (dois) representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, titular e suplente respectivamente; e,
IV - 02 (dois) representantes do Legislativo Municipal, titular e suplente respectivamente.
3.2. – O Regime/Jornada de Trabalho e Subsídio, devem ser observados os critérios na Lei Municipal nº. 1.425/09.
3.4 – Para efeito da contratação será obrigatoriedade do candidato à vaga apresentar no ato da contratação:
I – cópia dos documentos de qualificação e pessoais, incluindo cópia do PIS/PASEP;
II – estar quite e liberado do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino através de comprovação;
III – Número de conta corrente pessoal junto ao **Banco do Brasil S/A**;
IV – declaração de próprio punho, do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público, com assinatura reconhecida em Cartório.
V – comprovante de residência;
VII – Comprovante de quitação eleitoral;
VIII – Declaração de Bens e Valores.

* CR (Cadastro de Reserva)
4. – DA CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES:
4.1 – Da Entidade Executora da Seleção – A seleção para contratação de professores em contratos temporários será realizada pela Comissão Interna de Trabalho e conforme critérios seletivos constantes na Instrução Normativa e Ficha de Cadastro Reserva constante no anexo I e II deste Edital.
4.2 – Principais funções/atribuições
I – participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do sistema público de educação básica;
II – elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;
III – participar e elaborar o Projeto Político Pedagógico;
IV – desenvolver regência efetiva;
V – controlar e avaliar o rendimento escolar;
VI – executar tarefas de recuperação de alunos;
VII – participar de reunião de trabalho;
VIII – desenvolver pesquisa educacional;
IX – outras atribuições inerentes ao cargo, previstas em lei ou regulamento.
4.3 – Do processo seletivo – Para contagem de pontos referente à **FORMAÇÃO/TITULAÇÃO** deve-se considerar o ponto maior da titulação que o profissional tiver concluído não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.
4.4 – DOS REQUISITOS:
I - Ser graduado em Pedagogia e/ou Normal Superior para a Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto que nos Anos Finais do Ensino Fundamental com habilitação na área de atuação;
II - Apresentar cópia autenticada do Diploma (constando data de colação de grau), emitido por IES com curso autorizado ou Atestado de Conclusão de Curso Superior acompanhado do Histórico Escolar;
III – Apresentar cópia autenticada dos documentos pessoais (CPF, RG e Título de Eleitor);
IV – Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e em caso de vínculo empregatício, com acumulação legal do cargo, comprovar o tipo de cargo e carga horária semanal;

5. – A COMISSÃO INTERNA DE TRABALHO, RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DOS PROFESSORES A SEREM CONTRATADOS DEVERÁ ADOTAR OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS:
I – divulgar, por ordem de classificação, o nome dos candidatos às vagas para contrato temporário, nos termos deste Edital, no dia **25/01/2010.**
II – repassar à Secretaria Municipal de Educação a relação por ordem de classificação dos candidatos inerentes aos cargos.
5.1. – A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POSSE DO RESULTADO APRESENTADO PELA COMISSÃO INTERNA DE TRABALHO, TEM A RESPONSABILIDADE DE:
I – divulgar o quadro de vagas de classes/aulas e/ou jornada de trabalho a serem atribuídas;
II – divulgar o local, a data e o horário em que será realizado o processo de atribuição de classes/aulas e /ou jornada de trabalho e demais informações necessárias para o cumprimento do presente Edital;
III – proceder à atribuição de vagas/aulas livres e/ou em substituição aos professores a serem contratados temporariamente por ordem **rigorosa de classificação,** e em **sessão pública;**
IV – encaminhar os Profissionais da Educação atribuídos à unidade escolar para lotação;
V – o contrato temporário deverá ser impresso em 03 (três) vias, assinadas pelas partes interessadas, sendo que a 1ª é de posse do empregador, a 2ª fará parte do arquivo da SEME e a 3ª ficará sob a guarda do contratado.

6. – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
6.1. – A sessão pública para atribuição aos professores, candidatos a contrato temporário será realizada no dia **28/01/2010.**
6.2. – Para os profissionais contratados temporariamente na função de Professor, que se ausentarem das unidades escolares, por motivo de licença medica superior a 15 (quinze) dias, será submetido à Perícia do INSS ficando o ônus dos subsídios a cargo do Instituto, caso atendam as exigências legais;
6.3. – O professor, após o processo de atribuição deverá apresentar-se na unidade escolar para a qual foi selecionado, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,** para efetivação do exercício da função, sob pena da função ser atribuída a outro candidato.

6.4. – Os contratos temporários de aulas livres e/ou substituição para Professores, serão rescindidos no decorrer do ano nas seguintes situações:

I – no caso de nomeação de concursados;
II – a pedido;
III – quando do retorno do professor em condições de assumir a função do cargo efetivo;
IV – quando o professor apresentar no bimestre 10% ou mais de faltas injustificadas;
V - quando o professor, descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;
VI – quando o desempenho na função for insatisfatório;
VII – por pratica educativa que contrarie os princípios balizadores do Projeto Político Pedagógico da escola;
VIII – a titulo de penalidade, nos termos da legislação pertinente;
IX – em caso de junção de turmas;
X – em caso de remoção de professor efetivo, fora do período de férias, amparada por lei;
XI – por interesse da administração pública;

6.5 – O Servidor passará por avaliação continua durante o período da vigência do contrato, podendo ser realizado o distrato se não alcançar o valor mínimo da avaliação.

6.6. – Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração e Divisão de Recursos Humanos.

6.7. – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Nova Xavantina – MT. 06 de janeiro de 2010.

IRENILDE ALVES LAFONTE
Representante do Executivo Municipal

MATILDE DE SOUZA N. REZENDE
Representante da SEME

VALDIVINO ANTONIO DA COSTA
Representante do SISPUMNOX

MARTA HELENA DA SILVA NEGRÃO
Representante da Câmara Municipal

ANEXO II
CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSOR – CONTRATO TEMPORÁRIO

1. DADOS PESSOAIS:

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____DATA NASC.: _____/_____/_____

ENDEREÇO: _____Nº. _____ BAIRRO_____

TELEFONE: _____e-mail: _____

HABILITAÇÃO/FORMAÇÃO: _____

POSSUI VÍNCULO EMPREGATÍCIO? ( ) SIM ( ) NÃO

TIPO: ( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO

JORNADA DE TRABALHO: _____ Horas/semanais

2. FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

CRITÉRIOS		INDICADORES	PONTOS
Pós Graduação	Doutorado	8,0 (oito) pontos	
	Mestrado	6,0 (seis) pontos	
	Especialização	4,0 (quatro) pontos	
Ensino Superior	Licenciatura Plena	3,0 (três) pontos	
	Licenciatura Curta	2,0 (dois) pontos	

3. ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS ÚLTIMOS 03 ANOS – 2007 a 2009, somando até 200 pontos.

MODALIDADE	ANO	CH	PONTOS

4. TEMPO DE SERVIÇO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

PERÍODO	TEMPO	PONTOS

5. PONTOS OBTIDOS

TOTAL GERAL:	

7. EM CASO DE EMPATE

Titulação:		
Maior idade:		
Maior nº. de filhos menores de 18 anos:		
Total de Pontos Obtidos p/ Desempate		

Obs.: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais.

Atribuição será de acordo com a Classificação e em Sessão Pública.

Nova Xavantina – MT, _____/_____/_____.

_____
Assinatura do Candidato (a)

IRENILDE ALVES LAFONTE
Representante do Executivo Municipal

MATILDE DE SOUZA N. REZENDE
Representante da SEME

VALDIVINO ANTONIO DA COSTA
Representante do SISPUMNOX

MARTA HELENA DA SILVA NEGRÃO
Representante da Câmara Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/SEME/2010

"Dispõe sobre o Processo de atribuição de classes e/ou aulas livres e/ou substituição na Rede Municipal de Ensino e demais providências".

A Secretária Municipal de Educação do Município de Nova Xavantina – MT no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a Lei nº. 1.425/2009 fixa critérios para atribuição de classes e/ou aulas na Rede Municipal de Ensino;

DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES:

ART. 1º. Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas definindo critérios e normas a ser observadas pelos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público Municipal para o ano letivo de 2010.

ART. 2º. A atribuição de classes e/ou aulas será aos Professores em regime de contrato temporário para suprir a existência de vagas e/ou substituições.

ART. 3º. A atribuição de classes e/ou aulas será em conformidade com a Matriz Curricular e o Calendário Escolar observando os critérios:

a) Regime de 24 (vinte e quatro) horas para Professor – Educação Infantil e nos Anos Iniciais;

b) Regime de 25 (vinte e cinco) horas para Professor – Anos Finais e caso necessário mais 15 (quinze) horas excedentes;

c) As aulas livres previstas para os Anos Finais serão destinadas à zona rural do município;

d) O candidato deve inscrever-se conforme edital de seleção nº. 001/SEME/2010;

e) A Comissão Interna de Trabalho reunir-se-á no dia **25/01/2010** na SEME para conferencia das inscrições e posterior divulgação da relação em ordem de classificação.

f) Tendo aulas livres, com carga horária menor que a prevista na letra "b", poderá a Secretaria Municipal de Educação contratar um profissional com carga horária compatível com a necessidade;

g) Caso haja aulas livres e não tenha nenhum candidato inscrito sem vínculo empregatício, será dada a preferência ao que tiver menor carga horária semanal nunca excedendo as 40 (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO: O candidato que tiver outro vínculo empregatício ou for aposentado, atribuirá classes e/ou aulas após os candidatos inscritos sem vinculo.

ART. 4º. – O processo de atribuição de classes e/ou aulas será definido prioritariamente conforme o artigo 62 da Lei 9.394/96, sendo:

a) Licenciatura Curta ou Plena em Pedagogia e/ou Normal Superior para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b) Licenciatura Curta ou Plena com habilitação específica para os Anos Finais do Ensino Fundamental;

ART. 5º. – Para a realização do processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas a Comissão Interna de Trabalho deverá elaborar a classificação dos Professores, conforme pontuação obtida, observando rigorosamente os seguintes aspectos:

I - TEMPO DE SERVIÇO:

a) 1,0 (um) ponto - para cada ano de serviço prestado na função de Professor na Rede Municipal de Ensino do município de Nova Xavantina – MT não excedendo 05 (cinco) pontos;

II – TÍTULOS:

§ - Considerar a maior titulação e/ou habilitação específica na área da educação, conforme especificado abaixo:

FORMAÇÃO	NÍVEL	PONTUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO	Doutorado	8,0 (oito)
	Mestrado	6,0 (seis)
	Especialização	4,0 (quatro)
ENSINO SUPERIOR	Licenciatura Plena	3,0 (três)
	Licenciatura Curta	**2,0 (dois)**

III – APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:

ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA Certificados na área específica da educação onde constem obrigatoriamente os conteúdos trabalhados devidamente registrados, somando até 200 horas a partir de 2007. Somatória da carga horária dos certificados dividida por 40 = total de pontos.

ART. 9º. Quando da apuração final da pontuação ocorrer empate, observar os seguintes critérios para desempate:

a) Maior titulação;

b) Maior idade;

c) Maior número de filhos menores de 18 anos;

ART. 10. - Em caso de não haver número de Professor que contempla os requisitos exigidos no Art. 4º para suprir a necessidade de vagas livres, poderão ser atribuídos os candidatos habilitado em outra formação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

ART. 11º. Aplica-se esta Instrução Normativa no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.

ART. 12º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Nova Xavantina, 06 de janeiro de 2010.

IRENILDE ALVES LAFONTE
Representante do Executivo Municipal

MATILDE DE SOUZA N. REZENDE
Representante da SEME

VALDIVINO ANTONIO DA COSTA
Representante do SISPUMNOX

MARTA HELENA DA SILVA NEGRÃO
Representante da Câmara Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PNEUS E ACESSÓRIOS DE ORIGEM NACIONAL, às 9 horas (horário local) do dia 22 de janeiro de 2010, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina.

Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto a Comissão Permanente de Licitação, no endereço supracitado e/ou através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 6 de janeiro de 2010.

MÁRCIO GARCIA DA SILVA
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS - objeto: **Aquisição de estações de trabalho (computadores) conforme especificado no anexo II do edital** com entrega fracionada na sede do município. Data de abertura dos envelopes: 22/01/2010, às 14 horas (horário local), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina.

Os interessados poderão retirar a pasta completa do Edital na sede da Prefeitura Municipal – Comissão Permanente de Licitação

Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-2871.

Nova Xavantina – MT, 05 de janeiro de 2010.

MÁRCIO GARCIA DA SILVA
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte

PORTARIA N. 173/2009.

"Dispõe sobre a retificação da portaria nº. 93/2009, que concede o benefício aposentadoria por tempo de contribuição a servidora Sra. **Eronicia Alves da Silva Cruz**."

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, incisos III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº. 651/2005, de 13 de outubro de 2005, que rege a previdência municipal, Art. 68 da Lei Municipal nº. 429/98, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município, anexo II da Lei nº. 797/2008, que dispõe sobre a revisão do PCCS – Plano de Cargos e Carreira Salarial da Educação Básica;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a servidora Sra. **Eronicia Alves da Silva Cruz**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 1321499-3, SSP/MT e CPF nº. 413.042.689-34, efetiva no cargo de Professora, nível "II", classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **FUMPS**, n.º **2008.04.0001P**, a partir de **01.02.2009**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Novo Horizonte do Norte/MT, 11 de dezembro de 2009.

JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EDITAL DO TESTE SELETIVO Nº 01/2010

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, conforme dispõe Legislação Vigente, torna Público que se acham abertas as inscrições ao Teste Seletivo para seleção dos candidatos ao preenchimento de vagas para Contratação de Profissionais por tempo determinado de 01 (um) ano, de acordo com o presente edital que regerá de acordo com as instruções abaixo.

1.0 – DOS CARGOS

CARGO	VAGAS	CARGA HORARIA	ESCOL. EXIGIDA	REQUISITOS	SALARIO BASE
Gari	01	40 h	Alfabetizado	-	R$ 510,00
Auxiliar de Serviços Gerais	03	40 h	Alfabetizado	-	R$ 510,00
Telefonista	01	40h	Ensino Médio	Comprovada Experiência no manuseio de telefone, fax e PABX, através de carteira assinada e/ou contrato de Prestação de serviço e/ou declaração da instituição que trabalhou e /ou certificado de curso na área totalizando no mínimo 200 horas.	R$ 527,17
Auxiliar de Laboratório	01	40 h	Ensino Médio	Comprovada Experiência de trabalho na Área de Auxiliar de Laboratório através de carteira assinada e/ou contrato de Prestação de serviço e/ou declaração da instituição que trabalhou e /ou certificado de curso na área totalizando no mínimo 200 horas.	R$ 510,00
Assistente Social	01	40 h	Curso Superior	Registro no Conselho da Classe	R$ 2.092,00

2.0 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições para os cargos de Gari, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Laboratório e Telefonista serão realizadas pessoalmente ou por procuração no período de 06/01/2010 a 12/01/2010 das 08:00 às 12:00 h, na Secretaria Municipal de Administração, Rua Augusto de Souza, 171, Centro.

2.2 – As inscrições para o cargo de Assistente Social serão realizadas pessoalmente ou por procuração no período de 06/01/2010 a 20/01/2010 das 08:00 às 12:00 h, na Secretaria Municipal de Administração, Rua Augusto de Souza, 171, Centro.

2.3 – No caso da Inscrição por Procuração será exigida o reconhecimento da Assinatura e a procuração original ou cópia autenticada que ficará retida no ato da inscrição, sendo necessário apresentação do CPF e RG do respectivo procurador.

2.4 – No ato da inscrição será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade – RG;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Certificado de Escolaridade.

2.5 – Não será aceita inscrições de menores de 18 anos.

2.6 - Não haverá taxa de inscrição.

2.7 - Só poderá haver inscrição para um cargo. Havendo mais de uma inscrição de um mesmo candidato o mesmo será considerado eliminado.

3.0 – DA FORMA DE SELEÇÃO DOS INSCRITOS

3.1 – A seleção dos inscritos será através de prova escrita.

4.0 – DA PROVA

4.1 – A prova para os Cargos de Gari, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Laboratório e Telefonista será realizada na Escola Municipal Ulisses Guimarães, Avenida Kara José, 395 – Centro de Novo Horizonte do Norte, no dia 13 de janeiro de 2010 das 08:00 às 12:00 h.

4.2 - A prova para o Cargo de Assistente Social será realizada na Escola Municipal Ulisses Guimarães, Avenida Kara José, 395 – Centro de Novo Horizonte do Norte, no dia 23 de janeiro de 2010 das 08:00 às 12:00 h.

4.3 – O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de no mínimo 30 minutos, munido de comprovante de inscrição, cédula original de identidade e caneta esferográfica azul ou preta.

4.4 – Não será permitida a realização da prova pelo candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso.

4.5 – Durante a prova não será permitida consulta bibliográfica de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agenda eletrônica ou similar, telefone celular ou uso de qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização da prova.

4.6 – Será eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, utilizando-se de qualquer forma de comunicação (verbal ou não-verbal), sobre o conteúdo da prova ou perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos.

4.7 – O candidato só poderá se ausentar do local da prova em caso de extrema necessidade, e acompanhado do fiscal de sala, sendo necessária a autorização da Comissão do Processo Seletivo.

4.8 - O candidato só poderá retirar-se do local de realização da prova após uma hora de seu início, tendo assinado seu nome em todas as folhas da mesma.

4.9 – Não serão computadas as questões não respondidas, que contenham rasuras ou que tenham mais de uma alternativa assinalada.

4.10 - O candidato deverá entregar a prova, podendo anotar as respostas para conferência no gabarito que será divulgado imediatamente após o término das provas.

5.0 - DA ESTRUTURA, CONTEUDOS DA PROVA PARA O CARGO DE TELEFONISTA, AUXILIAR DE LABORATORIO E ASSISTENTE SOCIAL

MATERIA	Nº DE QUESTOES	VALOR	SUB-TOTAL
Português	05	2,5	12,5
Matemática	05	2,5	12,5
Conhecimentos Gerais	10	2,5	25,0
Conhecimentos Específicos	5	5,0	25,0
Produção de Texto	1	25,0	25,0
TOTAL GERAL			**100,00**

5.1 – DA ESTRUTURA, CONTEUDOS DA PROVA PARA O CARGO DE GARI E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

MATERIA	Nº DE QUESTOES	VALOR	SUB-TOTAL
Português	10	3,0	30,00
Matemática	10	3,0	30,00
Conhecimentos Gerais	10	4,0	40,00
TOTAL GERAL			**100,00**

5.2 – DA BASE BIBLIOGRAFICA PARA AS PROVAS.

5.2.1 – As questões objetivas para o cargo de nível alfabetizado terão como parâmetros os seguintes conteúdos:

a) Língua Portuguesa:
Classe das Palavras, Gramática e Ortografia.
b) Matemática:
Aritmética, Operações: adição, subtração, divisão e Multiplicação e unidades de medidas.
c) Matemática:
Atualidades, historia da Colonização de Mato Grosso, orientação Geográfica, Divisão de MT, Solo, Clima, hidrografia de Mato Grosso, realidade Político, econômica e ambiental do Brasil e datas Comemorativas.

5.2.2 – As questões objetivas para todos os cargos de ensino médio e Curso superior serão elaboradas tendo como parâmetros os seguintes conteúdos:

a) Língua Portuguesa:
Classe Das Palavras, Gramática, Ortografia, Tipologia Textual E Dimensões Do Texto, Tipos De Linguagens, Singular/Plural, Compreensão E Interpretação De Texto, Adequação Vocabular, Redação Oficial, Acentuação Gráfica, Flexão Nominal E Verbal, Pronomes: Emprego, Forma De Tratamento E Colocação, Emprego De Tempos E Modos Verbais, Regência Nominal E Verbal, Concordância Nominal E Verbal, Ocorrência De Crase E Pontuação.
b) Conhecimentos Gerais
Historia de Mato Grosso:
1.Mato Grosso: Bandeiras, Abastecimento Da Região, Criação Da Capitania. 2. Mineração. 3. Economia E Trabalho Nos Séculos XIX E XX. 4. Terra E Colonização Na Historia De Mato Grosso. 5. Movimentos Sociais E Políticos Nos Séculos XIX E XX. 6. A Independência De Mato Grosso. 7. Rusga. 8. Resistência Negra: Os Quilombos. 9. A Divisão Do Estado De Mato Grosso E Suas Conseqüências Políticas E Econômicas. 10. Questões Atuais Da Realidade Política, Econômica, Sociocultural Do Estado De Mato Grosso.
Geografia de Mato Grosso
1.Processo E Ocupação Do Território Mato-Grossense. 2. Índios Os Primeiros Habitantes. 3. A Descoberta Do Ouro E A Fundação De Cuiabá. 4. Os Conflitos Pela Posse Da Terra. 5. População Mato-Grossense. 6. Formação Étnica, Dinâmica E Estrutura. 7. Processo Migratório. 8. Distribuição De Renda E Indicadores Sociais. 9. Agricultura, Pecuária E Extrativismo. 10. Os Transportes – A Malha Viária E A Produção De Energia. 11. Urbanização E Problemas Socioambientais Urbanos. 12. Impactos Ambientais Das Atividades Econômicas: Problemas E Perspectivas. 13. Questões Atuais Da Realidade Política, Econômica E Socioambiental Do Brasil.

c) Matemática
1. Conceitos básicos da matemática. 2. Números inteiros, racionais e reais. 3. Sistema de medidas. 4.Razões e proporções. 5. Regras de Três. 6.Porcentagens. 7. Juros. 8. Aritmética. 9. Geometria e Sistema de Numeração Hindu-Árabica. 10. Fração.

5.3 – A base das provas especificas contemplara as questões operacionais do cargo pretendido na fundamentação teórica e experiência pratica.

5.4 – Na produção de texto será observado, fundamentalmente a fidelidade ao tema da Produção e Textualidade.

5.5 – O resultado de classificação final será a da pontuação da prova objetiva organizada por ordem decrescente de pontos.
5.5.1 - O candidato que obtiver 00% de aproveitamento na prova escrita será eliminado.

5.6 – A contratação dos aprovados será de acordo com a necessidade de vagas da Prefeitura e obedecera a ordem da classificação final.

6.0 – CRITERIO DE DESEMPATE

6.1. – Na hipótese de igualdade de pontos na classificação final, terá preferência o candidato com:
a) Maior pontuação na prova de conhecimentos específicos quando houver;
b) Maior pontuação na prova de conhecimento gerais;
c) Maior idade.

7.0 – DOS RECURSOS

7.1 – Caberá recurso a Comissão do Teste Seletivo contra resultado da Prova escrita
7.2 – O recurso devera ser interposto e assinado pelo próprio candidato ou por seu procurados e protocolado na Secretaria Municipal de Administração do Município de Novo Horizonte do Norte, no horário da 08:00 as 12:00 h no prazo de ate 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da prova escrita.
7.3 – O recurso devera ser apresentado de forma legível e conter:
a) o nome e o numero de inscrição do candidato, bem como indicação da vaga/área que esta concorrendo;
b) argumentação lógica, consistente e material bibliográfico quando for o caso.
7.3.1 – Será indeferido liminarmente o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste edital.
7.4 – As alterações de pontuações de candidatos na prova escrita, que vierem a ocorrer após analise dos recursos, estarão disponíveis em editais complementares divulgados nos órgão públicos.
7.5 – O impetrante terá 02 (dois) dias úteis subseqüentes ao da divulgação do resultado de recurso para tomar conhecimento da decisão.

7.5.1 – O acesso aos pareceres, ou seja, o conhecimento da decisão final será dado no mesmo local e horários estabelecidos no subitem 7.2 deste Edital.
7.6 – A decisão final da Comissão do Teste Seletivo será soberana e irrecorrível, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

8.0 – DOS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A CONTRATAÇÃO

8.1 – Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas copias e/ou os seguintes documentos:
a) Copia Carteira de Identidade – RG;
b) Copia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Copia do Titulo de Eleitor, bem como comprovante de Votação da Ultima eleição;
d) Copia do PASEP;
e) Copia do certificado de escolaridade – Diploma;
f) Copia da certidão de Nascimento ou casamento;
g) Copia do Certificado de Reservista (se do sexo Masculino);
h) Copia do Comprovante de endereço;
i) Carteira Profissional de trabalho;
j) Atestado de Boa saúde Física e Mental;
l) Declaração de próprio punho de não acumulo de cargo/função publica;
m) Outros documentos que a Prefeitura/Secretaria Municipal de Administração julgar necessário.

9.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – A convocação para contratação dos candidatos aprovados será de acordo com a necessidade da Prefeitura/secretaria Municipal de Administração, não gerando a aprovação o direito a nomeação.
9.2 – Para efeito de contratação, fica o candidato sujeito a aprovação de exame medico e à apresentação todos os documentos que lhe forem exigidos.
9.3 – O processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.
9.4 – A organização, realização e publicação do resultado deste Processo Seletivo será atribuição da Comissão nomeada para esta atividade.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de janeiro de 2010.

JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

PORTARIA N.º 192/2010

"Dispõe sobre nomeação da Comissão de Seleção de Pessoal, e dá outras providências."

O Senhor **AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,
R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** os membros para compor a Comissão Especial de Seleção de Pessoal do Município de Novo Mundo - MT, conforme segue:

a) Dois Representantes do Poder Executivo Municipal:
Nome: Célia Maria Alves de Alcântara
Nome: Aricharles Alves Damas
b) Um (a) Professor(a) de Língua Portuguesa:
Nome: Luciana Daufenbach
c) Um (a) Professor(a) de Matemática:
Nome: Sirlene da Silva Souto

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 041/2009.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 04 de Janeiro de 2010.

Aurelino Pereira de BRITO Filho
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2010

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 004/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO, PARA PRESTAR ATENDIMENTO NO PSF NOVO MUNDO**. Sendo a abertura e julgamento no dia 22/01/2010 às 08:00 horas, sito a Rua Nunes Freire, nº. 13, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 50,00 (cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Novo Mundo - MT, 06 de Janeiro de 2010.

Vilmar Bosa
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2010

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 005/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO, PARA PRESTAR ATENDIMENTO NO PSF CATARINA ZIN MAFINE**. Sendo a abertura e julgamento no dia 22/01/2010 às 09:00 horas, sito a Rua Nunes Freire, nº. 13, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 50,00 (cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Novo Mundo - MT, 06 de Janeiro de 2010.

Vilmar Bosa
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2010

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de nº. 006/2010, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO, PARA PRESTAR**

ATENDIMENTO NO PSF DORICO PEREIRA DE ARAUJO. Sendo a abertura e julgamento no dia 22/01/2010 às 10:00 horas, sito a Rua Nunes Freire, nº. 13, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT., a pasta completa contendo o Edital na integra, estará a disposição dos interessados, pelo valor não reembolsável de R$ 50,00 (cinqüenta reais) recolhidos aos cofres públicos.

Novo Mundo - MT, 06 de Janeiro de 2010.

Vilmar Bosa
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Paranatinga

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através de sua pregoeira nomeada pela Portaria 165/2009, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial** nº. 003/2010, regido pela Lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: transporte rodoviário, com ônibus de no mínimo 48 lugares e banheiro, para o transporte dos Acadêmicos de Paranatinga que fazem Curso Superior em Primavera do Leste, com freqüência diária Paranatinga/Primavera do Leste, com percurso de 140 km/dia, para o período letivo do ano de 2010, (200 dias letivos). Abertura da Sessão: Dia 26/01/2010 às 08h (horário local).

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329.

Paranatinga, MT, 07 de janeiro de 2010.

Azélide Aparecida Borille Garcia
Pregoeira

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através de sua pregoeira nomeada pela Portaria 165/2009, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial** nº. 004/2010, regido pela Lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Confecção de 2300 pastas em poliéster 600 conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação. Abertura da Sessão: Dia 26/01/2010 às 14h (horário local).

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329.

Paranatinga, MT, 08 de janeiro de 2010.

Azélide Aparecida Borille Garcia
Pregoeira

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através de sua pregoeira nomeada pela Portaria 165/2009, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial** nº. 002/2010, regido pela Lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar de Alunos da rede Estadual e Municipal do Ensino de Educação Básica durante o ano letivo de 2010, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer. Abertura da Sessão: Dia 25/01/2010 às 08h (horário local).

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329.

Paranatinga, MT, 06 de janeiro de 2010.

Azélide Aparecida Borille Garcia
Pregoeira

AUDITORIA INTERNA
PAAI – PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
EXERCÍCIO 2010

ANEXO I – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA

Nº	AÇÃO	OBJETIVOS	ESCOPO	ÓRGÃO CENTRAL E LOCAL	CRONOGRAMA	
					Início	Fim
01	Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício 2009	- Acompanhar a formalização de Prestação de Contas Anual das Entidades Municipais, bem como, a consolidação das Contas Públicas; - Formalização de acordo com a legislação pertinente, evitando a rejeição de contas das entidades; - Elaboração do Relatório da UCCI sobre as Contas de 2009;	- Análise do Processo de Prestação de Contas referente ao exercício 2009, visando a emissão do Parecer de Auditoria Interna; - Utilização e apuração de resultados através de Macrocontroles, em especial na avaliação da aplicação dos Índices constitucionais e legais;	Departamento Econômico e Financeiro	01/02	30/03
02	1º (Primeira) Auditoria nos dados do APLIC – Carga Inicial	- Analisar a qualidade dos dados enviados na Carga Inicial, via conceito APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas), garantindo a veracidade e fidedignidade dos dados;	- Com base nos resultados apurados no Balanço Geral das entidades, confrontar as informações com as tabelas geradas; - Realizar análises sobre os dados do patrimônio, convênios, pessoal, contratos, dentre outros;	Departamento Econômico Financeiro / Departamento Administrativo	25/02	10/03
03	Acompanhamento da Implementação das Instruções Normativas, determinadas e recomendadas pelos Órgãos de Controle, nas Instituições.	Assegurar o cumprimento das Instruções Normativas, garantindo a aderência a legislação e a regular aplicação dos recursos públicos, bem como, o cumprimento das normas instituídas;	Acompanhamento tempestivo nos diversos Órgãos Centrais, responsáveis pelos Sistemas Administrativos, através das Verificações de CI, de forma informatizada e padronizada, conforme os pontos de controles estipulados por cada Instrução Normativa	Diversos Setores	01/04	30/11
04	Acompanhamento do cumprimento das Metas do Plano Plurianual (PPA) no âmbito da entidade	- Garantir o efetivo cumprimento das metas previstas no PPA e LDO, assegurando o comprometimento da entidade com políticas de governo; - Orientar os gestores sobre o cumprimento das metas previstas;	- Acompanhamento e avaliação das informações apresentadas nos sistemas informatizados; - Elaboração e emissão de relatórios sobre Macrocontroles;	Gestão da Entidade / UCCI	01/05	31/12
05	Auditoria no Almoxarifado – Estoque de Mercadorias	Assegurar que as rotinas de recebimento, aceite, escrituração e distribuição estejam em conformidade com a legislação pertinente, garantindo o armazenamento adequado e uma distribuição eficiente;	- Avaliação In-loco envolvendo análise dos registros, das condições de armazenagem e distribuição de materiais e do Inventário Físico; - As avaliações serão feitas por amostragem, cuja amostra representará entre 10 a 20% do total dos materiais;	Almoxarifado Central	20/05	31/05
06	Auditoria no Almoxarifado – Estoque de Medicamentos	- Assegurar que as rotinas de recebimento, aceite, escrituração e distribuição estejam em conformidade com a legislação pertinente, garantindo o armazenamento adequado e uma distribuição eficiente;	- Avaliação In-loco envolvendo análise dos registros, das condições de armazenagem e distribuição dos medicamentos e do Inventário Físico; - As avaliações serão feitas por amostragem, cuja amostra representará entre 30 a 40% do total dos medicamentos;	Almoxarifado da Saúde / Farmácia	01/06	15/06
07	Auditoria no Setor de Patrimônio	Avaliar a confiabilidade e a fidedignidade dos registros e dos mecanismos de controle, conforme legislação pertinente, evitando que um controle inadequado acarrete má utilização ou má conservação dos bens da entidade, bem como evitar desvios e ou extravios de bens;	- Os exames envolverão levantamento de possíveis divergências entre os relatórios emitidos pelo Setor de Patrimônio e a escrituração Contábil; avaliação quando a fidedignidade dos registros por meio de verificação In-loco da existência física dos bens de acordo com os Termos de Responsabilidade; - As avaliações serão feitas por amostragem, cuja amostra representará entre 10 a 20% dos total dos Bens;	Setor de Patrimônio	20/06	10/07
08	Auditoria no Setor de Transportes	- Verificar as rotinas de controle em relação a utilização dos veículos	Avaliação envolvendo controle de consumo de combustível em conformidade com os registros	Setor de Transportes	20/07	30/07

		oficiais, consumo de combustível e escala de viagens dos motoristas credenciados, garantindo a utilização racional da frota da entidade;	informatizados; controle da entrada e saída de veículos; controle sobre a manutenção de veículos oficiais em conformidade com os registros contábeis de liquidações de peças e manutenções para veículos;			
09	Auditoria nos Processos Licitatórios	- Verificar o atendimento à legislação pertinente, bem como avaliar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos envolvidos;	Acompanhamentos tempestivos dos principais processos licitatórios, em todas as modalidades, realizados pela entidade (amostra de, pelo menos 50% do total), verificando a formalização dos processos, a adequação dos certames à legislação; Análise sobre a efetiva aplicação dos recursos, através do acompanhamento da distribuição e utilização dos Bens e Serviços licitados;	Departamento de Licitações / Secretarias Solicitantes	Acompanhamento tempestivo ao longo do Ano	
10	Auditoria nos Contratos	Verificar o atendimento a legislação pertinente, bem como avaliar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos envolvidos	Acompanhamento Tempestivo dos principais contratos firmados pela entidade (amostra de, pelo menos 50% do total), verificando a formalização dos contratos, a adequação a legislação e o cumprimento / execução dos mesmos.	Departamento de Licitações / Secretarias Solicitantes	Acompanhamento tempestivo ao longo do Ano	
11	Auditoria nos Convênios	Verificar o atendimento a legislação pertinente, bem como avaliar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos	Acompanhamento tempestivo dos principais convênios firmados pela entidade (amostra de, pelo menos 50% do total), verificando a formalização dos processos e a adequação à	Departamento Econômico e Financeiro / Setor de Convênios / Entidades Conveniadas	15/08	30/08

		envolvidos.	legislação; - Ênfase no acompanhamento dos Convênios Cedidos (Despesa), celebrados entre a Prefeitura e entidades do município.			
13	Auditoria na Gestão de Recursos Humanos	Avaliar a Gestão de Recursos Humanos sob os aspectos da legalidade	Os Exames serão realizados por amostragem (15 a 20% do total), envolvendo a concessão de benefícios; adicional por tempo de serviço; insalubridades; contratações temporárias e seus processos seletivos; diárias e admissão de pessoal;	Departamento Administrativo / Departamento de Recursos Humanos	05/09	20/09
14	Auditoria no Controle de Obras Públicas	Avaliar a Gestão de Obras Públicas sob os aspectos legais e correta aplicação dos recursos envolvidos.	Os exames serão realizados com base no cruzamento de informações dos Registros Contábeis, Convênios Celebrados, Repasses Recebidos, Sistema GEO-OBRAS do TCE-MT, verificando possíveis divergências e apurando a fidedignidade dos registros, bem como através de Inspeção In-loco nas Obras, analisar a qualidade da aplicação dos recursos públicos, tendo como base os projetos e a utilização das obras.	Secretaria de Obras e Infra-estrutura / Engenharia	01/10	20/10
15	2º (Segunda) Auditoria nos dados do APLIC – Cargas Mensais	- Analisar a qualidade dos dados enviados nas Cargas Mensais, via conceito APLIC (Auditoria Pública Informatizada de	- Com base nos resultados apurados nos Balancetes Mensais das entidades, confrontar as informações com as tabelas geradas e enviadas ao TCE-MT; - Realizar análises sobre o	Setor de APLIC / Diversos Setores Envolvidos	Acompanhamento Tempestivo ao longo do 2º Semestre do Ano.	

		Contas), garantindo a veracidade e fidedignidade dos dados;	cumprimento dos prazos estipulados pelo APLIC;			
16	Auditoria nos Resultados de Macrocontroles	Acompanhamento dos resultados legais e administrativos da gestão, com avaliação de seus resultados e orientações aos gestores.	- Exames através de Sistema Informatizado e Integrado, com elaboração de tabelas e memórias de cálculos; confronto entre informações apuradas e registros contábeis;	UCCI	01/11	30/11
17	Auditorias nas entidades municipais: Câmara Municipal, PPrev e Semusa	Conforme as Ações contantes no Anexo I (PAAI 2010).	Gerais.	Câmara Municipal, PPrev e Semusa	Acompanhamento Tempestivo ao longo do Ano.	

ROSEMAR ANTONIO ROCHA
Controlador Interno
Portaria Nº 239/2009

Prefeitura Municipal de Poconé

REPUBLICAÇÃO
DO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2009

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria nº 029/2009, de 05/01/2009, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar-se no dia **25/01/2010**, às **08:00** horas, no endereço, **PRAÇA DA MATRIZ S/N, POCONÉ – MT,** a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 016/2009, na modalidade Tomada de Preços.

O prazo para recebimento dos envelopes de habilitação e proposta dar-se-á até às 07:45 horas do dia 25/01/2010, no setor de Licitação.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado. Informações pelo telefone 0**65 3345 1952

Objeto da Licitação:
CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO JOÃO GODOFREDO

Poconé – Mt, 07 de Janeiro de 2010

Natalício Jesus da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Ponte Branca

DECRETO 066/2009
SÚMULA

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2009, VERSÃO 01/2009, QUE DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DAS COMPRAS NO AMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

JAQUELINA SOARES PIRES, Prefeita Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal 391/2009, que alterou a Lei Municipal 355/2007, que instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca MT;

Considerando o que dispõe o Decreto 055/2009, que regulamentou o funcionamento do Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa 001/2009, que disciplina sobre a forma de elaboração das normas pelo Sistema de Controle Interno de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Artigo 1° – Fica Homologado a Instrução Normativa nº 003/2009, versão 001/2009, que disciplina os procedimentos para as compras, seja na direta ou através de licitação , registro de preço, dispensa ou inexigibilidade, bem como, procedimento para a solicitação de termo aditivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ponte Branca MT, em 30 de dezembro de 2009.

ORIGINAL ASSINADO

JAQUELINA SOARES PIRES
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO 067/2009
SÚMULA

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2009, VERSÃO 01/2009, QUE DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO, AQUISIÇÃO, RECEBIMENTO, CONTABILIZAÇÃO, TOMBAMENTO, TRANSFERENCIA E REGISTRO DE BENS PATRIMONIAIS NO AMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

JAQUELINA SOARES PIRES, Prefeita Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal 391/2009, que alterou a Lei Municipal 355/2007, que instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca MT;

Considerando o que dispõe o Decreto 055/2009, que regulamentou o funcionamento do Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa 001/2009, que disciplina sobre a forma de elaboração das normas pelo Sistema de Controle Interno de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Artigo 1° – Fica Homologado a Instrução Normativa nº 004/2009, versão 001/2009, que estabelece a normatização e disciplina nos procedimentos de operacionalização de aquisição, recebimento, contabilização, tombamento, transferências, e registros de bens patrimoniais no âmbito da Prefeitura Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ponte Branca MT, em 30 de dezembro de 2009.

ORIGINAL ASSINADO

JAQUELINA SOARES PIRES
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO 068/2009
SÚMULA

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2009, VERSÃO 01/2009, QUE DISCIPLINA SOBRE A NORMATIZAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS;

JAQUELINA SOARES PIRES, Prefeita Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal 391/2009, que alterou a Lei Municipal 355/2007, que instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca MT;

Considerando o que dispõe o Decreto 055/2009, que regulamentou o funcionamento do Sistema de Controle Interno no âmbito da Administração Municipal de Ponte Branca Estado de Mato Grosso;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa 001/2009, que disciplina sobre a forma de elaboração das normas pelo Sistema de Controle Interno de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Artigo 1° – Fica Homologado a Instrução Normativa nº 005/2009, versão 001/2009, que disciplina sobre a normatização e os procedimentos do Regime próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Ponte Branca Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ponte Branca MT, em 30 de dezembro de 2009.

ORIGINAL ASSINADO

JAQUELINA SOARES PIRES
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA DEZEMBRO/2009.

Contrato n.º 278/2009
Contratada: Senhora **C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME**
Objeto: Contratação de mão-de-obra para realização dos serviços de construção de galeria pluvial nos cruzamentos: Rua Amazonas esquina com à Av. José Martins Monteiro e Rua Darcy de Freitas Queiroz esquina com à Av. Bahia os quais receberão pavimentação asfáltica através do convênio nº. 02306992-22/2007, no Município de Pontes e Lacerda. **Disp. Legais:** Convite nº. 039/2009. **Valor R$ 25.900,00. Data**: 03/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 279/2009
Contratada: Empresa GAÚCHA DIESEL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME
Objeto: Prestará e fornecerá peças e prestação de serviços de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas das unidades administrativas, de forma parcelada e de acordo com as necessidades do órgão, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem os **lotes de números 04, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20** do processo de licitação. **Disp. Legais:** Pregão nº. 115/2009. **Valor R$ 35.685,00. Data**: 03/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 280/2009
Contratada: Empresa AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA
Objeto: Fornecerá para o **CONTRATANTE**, peças para manutenção dos veículos e máquinas das unidades administrativas, de forma parcelada e de acordo com as necessidades do órgão, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem os **lotes de números 01, 05, 07 e 08** do processo de licitação. **Disp. Legais:** Pregão nº. 115/2009. **Valor R$ 34.390,00. Data**: 03/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 281/2009
Contratada: Empresa EXCALIBUR – PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS LTDA
Objeto: Cederá um imóvel comercial urbano, composto com som, iluminação e cadeiras, denominado Excalibur Eventos, localizado na Rua Ângelo Gajardoni, nº. 750, Centro, nesta cidade, para realização da festa de formatura dos alunos do Pré-Escolar da Rede Municipal de Ensino, que acontecerá no dia 16 de dezembro 2009. **Disp. Legais: Dispensa licitação**. **Valor R$ 1.725,00. Data**: 03/12/2009. **Prazo**: **16/12/2009**

Contrato n.º 282/2009
Contratada: Empresa CMW INFORMÁTICA LTDA
Objeto: Executará serviços de internet banda larga 24 horas, na Zona Rural, com vistas ao atendimento da necessidade das Escolas Municipais Cirila Francisca da Silva, Arlindo Antônio Nogueira e Constâncio Leite de Moraes, de acordo com as necessidades do órgão. **Disp. Legais:** Pregão nº. 117/2009. **Valor R$ 43.632,00 Data**: 04/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009.

Contrato n.º 283/2009
Contratada: Empresa Individual **JOÃO ANTÔNIO TOSTI**
Objeto: Executará prestação de serviços auxiliares no processo de cadastro, acompanhamento e cobrança do PACC, apoio administrativo no Setor de Compras e Coordenadoria de Planejamento, entrega rotineira de documentos fiscais e cadastrais do Setor de Tributos. **Disp. Legais: Carta Convite nº. 040/2009**. **Valor R$ 17.400,00 Data**: 09/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 284/2009

Contratada: Empresa Individual **WILSON D FRANCO-ME**
Objeto: fornecerá e executará para o **CONTRATANTE** peças e serviços para serem utilizados na manutenção dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal. **Disp. Legais:** Convite nº. 041/2009. **Valor R$ 17.778,00 Data**: 14/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 285/2009
Contratada: Empresa Individual **ITAMAR RODRIGUES BARBOSA-ME**
Objeto: Executará prestação de serviços referente a coordenação, padronização, fixação da nova numeração dos imóveis no perímetro urbano no município. **Disp. Legais:** Convite nº. 041/2009. **Valor R$ 15.000,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 286/2009
Contratada: Empresa **MACIEL DA SILVA E CIA LTDA-ME**
Objeto: Fornecerá atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo sua necessidade, materiais escolares, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem o **lote de número 03**. **Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 17.000,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 287/2009
Contratada: Empresa **MARGONATO & MARGONATO LTDA-EPP**
Objeto: Fornecerá atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo sua necessidade, uniformes, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem o **lote de número 06 Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 33.015,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 288/2009
Contratada: Empresa **MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**
Objeto: Fornecerá atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo sua necessidade, materiais escolares, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem o **lote de número 07. Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 8.085,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 289/2009
Contratada: Empresa **RAIMEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA**
Objeto: Fornecerá materiais escolares e permanente para atendimento das unidades administrativas do município, segundo sua necessidade, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem os **lotes de números 02 e 08. Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 33.890,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 290/2009
Contratada: Empresa individual **A.C. DE CARVALHO BARBOSA LIMA-ME**
Objeto: Fornecerá para atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo sua necessidade, materiais escolares, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem o **lote de número 05. Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 1.215,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 291/2009
Contratada: Empresa individual **FIBRATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME**
Objeto: Fornecerá para atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo sua necessidade, materiais escolares, conforme especificações e quantitativos contidos nas planilhas que compõem o **lote de número 04. Disp. Legais:** Pregão nº. 118/2009. **Valor R$ 4.980,00 Data**: 15/12/2009. **Prazo**: 30 dias

Contrato n.º 292/2009
Contratada: Empresa Individual **PETERSON ZUFFO-ME**
Objeto: Executará prestação de serviços na realização do Réveillon 2009, que acontecerá nos dias 30 e 31/12/2009, neste município, com apresentação da Banda Comunica Som**. Disp. Legais:** Processo de Inexigibilidade nº. 008/2009. **Valor R$ 40.000,00 Data**:22/12/2009. **Prazo**: 30 e 31/12/2009

Contrato n.º 293/2009
Contratada: Empresa **JOHNNY EVERSON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EVENTOS LTDA**
Objeto: Executará prestação de serviços na realização do Réveillon 2009, que acontecerá no dia 31/12/2009, neste município, com apresentação da dupla Montenegro e Boiadeiro**. Disp. Legais:** Processo de Inexigibilidade nº. 009/2009. **Valor R$ 15.000,00 Data**: 22/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 294/2009
Contratada: Empresa **PETERSON ZUFFO-ME**
Objeto: Fornecerá material de consumo, bem assim serviços especializados na realização do **REVEILLON 2009 NO MUNICÍPIO,** conforme especificações e quantitativos contido nas planilhas que compõem os **lotes de números 01, 02 e 03. Disp. Legais:** Pregão, de **nº. 119/2009**. **Valor R$ 62.250,00 Data**: 22/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 295/2009
Contratada: Empresa **CONSTRUTORA EMA LTDA**
Objeto: Executará reforma e ampliação do Centro Educacional Infantil Municipal Maria Antônia Galvão Neto com fornecimento dos materiais necessários previsto no respectivo projeto e planilhas anexas. **Disp. Legais:** Tomada de Preços nº. 005/2009. **Valor R$ 186.594,90 Data**: 22/12/2009. **Prazo**: 28/02/10

Contrato n.º 296/2009
Contratada: Empresa **TRANSPORTADORA POCONÉ LTDA**
Objeto: Executará prestação de serviços de escavação de valas para implantação de tubos (manilhas) - na Rua Javan Júnior, para posterior pavimentação asfáltica através do PACC – Programa de Asfaltamento Comunitário ao Cidadão. **Disp. Legais:** Dispensa de Licitação. **Valor R$ 7.820,00 Data**: 29/12/2009. **Prazo**: 5 dias

Contrato n.º 297/2009
Contratada: Srª. **MELISSA ESTEVES DUQUE**
Objeto: Executará prestação de serviços especializados para realização de serviços de topografia no Jardim Aliança, conforme Termo de Referência nº. 564/2009. **Disp. Legais:** Dispensa de Licitação. **Valor R$ 2.400,00 Data**: 29/12/2009. **Prazo**: 8 dias

Contrato n.º 298/2009
Contratada: Sr. **LEONEL FERNANDES DE LIMA**
Objeto: Fornecerá 5.919,97 m³ de material de jazida (cascalho) para construção de base e sub-base, atendendo as especificações exigidas em ensaios de laboratório para pavimentação asfáltica, que serão utilizados na realização de aproximadamente 11.839,93 m² de pavimentação asfáltica no Bairro Jardim Aliança, nas Avenidas Joaquim Gomes de Souza, Municipal, Teodomiro Rodrigues de Souza e Ruas Javan Júnior, Vereador Anibas L. De Souza e Joaquim J. da Silva. **Disp. Legais:** Dispensa de Licitação. **Valor: R$ 7.991,95. Data**: 29/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 299/2009
Contratada: S & S TOPOGRAFIA S/S LTDA-ME
Objeto: Locará aparelhos de GPS tipo HIPER L1/L2 ou com capacidade equivalente, a serem utilizados na regularização dos Projetos de Assentamentos Barro do Marco e Miura **Disp. Legais: Carta Convite nº. 044/2009**. **Valor: R$ 18.000,00 Data**: 30/12/2009. **Prazo**: 15/02/2010

Contrato n.º 300/2009
Contratada: Empresa A. J. ENGENHARIA LTDA-ME
Objeto: Executará serviços especializados de engenharia nas áreas de consultoria, controle de terraplenagem e pavimentação nas ruas e avenidas do município, cuja especificação dos serviços e localização das áreas onde serão realizados os mesmos, estão descritos no Termo de Referência nº. 488/2009. **Disp. Legais: Carta Convite nº. 047/2009**. **Valor: R$ 147.484,02 Data**: 30/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 301/2009
Contratada: Empresa Individual **LAUDEIR MOLINA DE GOIS-ME**
Objeto: Executará serviços de mão de obra em caminhões pertencente à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme consta nos Termos de Referência números 559, 560, 561, 562, 563 e 565. **Disp. Legais: Convite nº. 048/2009**. **Valor: R$ 20.375,00 Data**: 30/12/2009. **Prazo**: 31/12/2009

Contrato n.º 302/2009
Contratada: Empresa **CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA**
Objeto: Executará obras de recuperação de 71,25 km de estrada vicinais Padrão Alimentadora, sendo 18,40 no PA Rio Alegre, 11,70 km no PA Lagoa Rica, 6,0 km no PA Carla Patricia, 18,80 km no PA Coronel Ari e 16,35 no PA Triunfo localizado no perímetro rural do Município. **Disp. Legais:** Tomada de Preços nº. 006/2009 **Valor: R$ 1.113.049,29 Data**: 30/12/2009. **Prazo**: 180 dias

Contrato n.º 303/2009
Contratada: Empresa **RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**
Objeto: Executará obras de infra-estrutura de drenagem urbana através de galerias pluviais nas ruas, Luiz Azambuja, 14 de Fevereiro, Amazonas, Darci de Freitas Queiroz¸ Antônio Bento Neto, Maranhão, Terezinha Coura Garbim, Manoel Pereira e Pernambuco e nas avenidas Minas Gerais, São Paulo, Marechal Rondon, Emiliano Cunha, Teodomiro Rodrigues de Souza, Municipal, Bom Jesus, Paraná e José Martins Monteiro, perímetro urbano do Município. **Disp. Legais:** Tomada de Preços nº. 007/2009 **Valor: R$ 1.312.287,60_Data**: 30/12/2009. **Prazo**: 180 dias

EXTRATO DE LEIS NOVEMBRO/2009.

Lei Nº. 1.115/2009
Institui a Semana da Conscientização, conservação e Preservação dos Recursos Hídricos no município de Pontes e Lacerda e dá outras providências

Lei Nº. 1.116/2009
Dispõe sobre a inclusão de ação no PPA 2006/2009, alteração de anexos e dá outras providências

Lei Nº. 1.117/2009
Altera a Lei nº. 1.038/2008, que determina as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009

Lei Nº. 1.118/2009
Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências

Lei Nº. 1.119/2009
Dispõe sobre aquisição de móveis e imóveis urbanos e da outras providências

Lei Nº. 1.120/2009
Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº. 1.066/2008 – Mototaxi e dá outras providências

Lei Nº. 1.121/2009
Dispõe sobre a prestação de serviços com patrulha mecanizada para Fazenda São João

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

PORTARIA Nº. 267/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Franciele do Nascimento**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 020/2009.
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Franciele do Nascimento**, a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Apoio Administrativo** na Escola Municipal "Gustavo Adolfo Wilke" lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 268/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"exonera Aline dos Santos**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 021/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Aline dos Santos**, a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Agente Administrativo** na Escola Municipal "Gustavo Adolfo Wilke" lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 269/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Thaise Pinheiro Santos**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 022/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Thaise Pinheiro Santos** a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Apoio Administrativo** na Creche Municipal "Pequeno Príncipe lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 270/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Iluine Frenzel de Souza**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído

na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 023/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Iluine Frenzel de Souza** a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Apoio Administrativo** na Creche Municipal "Pequeno Príncipe" lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 271/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Diva Cordeiro Pereira**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 025/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Diva Cordeiro Pereira** a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Professora** na Escola Municipal "Gustavo Adolfo Wilke" lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 272/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Idair João de Macedo**, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 026/2009.
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Idair João de Macedo** a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Serviços Gerais** lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 273/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Sirlene Hubner**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 028/2009.
RESOLVE:

Art. 1º Exonera **Sirlene Hubner** a partir de 31 de dezembro de 2009 do cargo de **Agente de Saúde Ambiental** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 274/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Adalberto Santana de Oliveira**, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 064/2003 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 029/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Adalberto Santana de Oliveira** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 276/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Claudete do Nascimento Brito**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 033/2009.
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Claudete do Nascimento Brito** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Apoio Administrativo** na Escola Municipal "Valsir

André Ferrarini", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 277/2009
De: 14 de dezembro de 2009

"Exonera Marinéia da Silva**, aprovada no Teste Seletivo Simplificado, realizado em 25 de Janeiro de 2009 e dá outras providências".**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT; no uso de suas prerrogativas legais, e ainda em conformidade com o estatuído na Lei nº. 018/91, "Estatuto dos Funcionários Públicos", c.c com as Leis nº. 026/2001 e 136/2006 e ainda;

Considerando o prazo de vigência da cláusula 5º do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 034/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Marinéia da Silva** a partir de 31 de dezembro do cargo de **Professora** na Escola Municipal "Valsir André Ferrarini", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT; em 14 de dezembro de 2009.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

RESULTADO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº. 029/2009

O Município de Ribeirãozinho-MT torna público aos interessados o resultado da licitação em epigrafe realizada no dia 30/12/2009, ás 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, que tem por objeto: Locação de Sistema Integrado de Orçamento e Contabilidade Pública, Almoxarifado, Patrimônio, Licitação, Tributos, Recursos Humanos, Controle Interno, Controle de Biblioteca e Previdência social. Tendo por vencedor do certame a empresa: Estratégia Auditoria e Assessoria LTDA

Ribeirãozinho - MT, 30 de dezembro de 2009.

Kênia Soares Simões
- Pres. da Comissão de Licitação.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu

CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009

PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA
Colocação Candidato L.Port Mat C. Gerais
Acerto
C.E
Pontos
C. Esp
Prova
Objetiva Títulos Total
Situação
Final
1 EDNALVA FRANCISCA DE OLIVEIRA 7 7 4 8 16 34 8 42 Aprov/Clas
CLAUDENICE SOUSA SANTANA 5 2 2 7 14 23 5 28 Classificada
MARIA HELENA DA SILVA 5 3 5 7 14 27 0 27 Classificada
MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA 6 3 2 7 14 25 0 25 Classificada
JOSE VICENTE GOMIDES 1 2 5 6 12 20 6 26 Rep/Obj
MARIA CRISPIM DA CONCEIÇÃO PONTES 3 4 2 5 10 19 4 23 Rep/Obj
JUIDES FERREIRA RODRIGUES 4 4 2 3 6 16 2 18 Rep/Obj
LUCILENE DA COSTA ALBERTO 5 2 1 3 6 14 0 14 Rep/Obj
ILSOM SALAZAR GARCIA 2 4 0 3 6 12 0 12 Rep/Obj
LUCIANA CORDEIRO DE SOBRAL OLIVEIRA 3 1 0 4 8 12 0 12 Rep/Obj

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 005/2010
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO
Data 05 de Janeiro de 2010

De ordem do Exm.º Senhor Osvaldo Katsuo Minakami, Prefeito Municipal de Salto do Céu -MT, através da Comissão Coordenadora do Concurso Público – CCC, torna pública o Resultado Final do Concurso Público Nº 001/2009 destinado a selecionar candidatos para o ingresso no quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu –MT. Realizado em 20 de Dezembro de 2009. O resultado completo dos Aprovados e Classificados, encontra-se no Diário Oficial dos Municípios AMM, publicado com data de 05 de Janeiro de 2010.

Salto do Céu/MT 05 de Janeiro de 2010

LUCIA ELENA DE SANTANA
Presidente da C.C.C

:ENTE FARIAS CORREIA
'ice-Presidente da C.C.C

CLAUDIOMAR JOSE ALVES DO CARMO
Membro da C.C.C

Visto:_____

Osvaldo Katsuo Minakami
Prefeito Municipal

CLÉRIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO
Secretária da C.C.C

MARIA LIMA DAS VIRGENS
Membro da C.C.C

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Total	Situação Final
	EDNALVA SOARES DOS SANTOS ROCHA	1	2	4	3	6	13	13	Reprovado
	ODIVALDO SILVA DA CRUZ	2	2	0	3	6	10	10	Reprovado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
ASSISTENTE SOCIAL

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Títulos	Total	Situação Final
	SILVANA APARECIDA DA SILVA NERIS	1	3	3	7	14	21	3	24	Rep/Obj

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
ENFERMEIRO/A PADRÃO

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Títulos	Total	Situação Final	Desempate
1	TATIANE LAET PINHEIRO	8	7	4	8	16	35	1	36	Aprov/Clas	
	VINICIUS RIBEIRO DE OLIVEIRA	6	3	4	8	16	29	5	34	Classsificado	
	RENATA WEBER DA SILVA A.FOCKINK	8	6	4	5	10	28	4	32	Classsificado	
	DEBORAH SAMPAIO NUNES DA SILVA	6	4	3	8	16	29	2	31	Classsificado	Títulos
	GISELI BARBOSA GUILHERME	6	6	3	8	16	31	0	31	Classsificado	
	LEIDY BATISTA CAITANO	6	7	3	7	14	30	1	31	Classsificado	C. Esp
	THIAGO CESAR DA SILVA CASTELO	7	8	4	6	12	31	0	31	Classsificado	
	SIMONE CAMILA DA SILVA	6	3	3	9	18	30	0	30	Classsificado	
	ISABELA CAROLINE SANCHES MIGUEL	5	4	5	7	14	28	0	28	Classsificado	
	FRANCIELY CORDEIRO DE OLIVEIRA	2	4	3	7	14	23	3	26	Classsificado	Títulos
	TATIANE ROMANINI	8	3	3	6	12	26	0	26	Classsificado	L.Port
	AGNES MENEGASSI	4	5	5	6	12	26	0	26	Classsificado	
	EDIVALDO RIBEIRO RODRIGUES	5	6	1	6	12	24	0	24	Classsificado	
	LUCINEIA PEREIRA MARIANO	2	3	0	6	12	17	0	17	Reprovada	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
GUARDA

Colocação	Candidato	L. Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C.E	Prova Objetiva	Total	Situação Final	Desempate
1	RONALDO LEAL DE OLIVEIRA	8	10	10	20	38	38	Aprov/Clas	
2	GECE RODRIGUES DA COSTA	9	8	10	20	37	37	Aprov/Clas	C. Esp.
	ALEXANDRE B. BORTOLOZZO	9	10	9	18	37	37	Classificado	
	CLERISMAR NUNES DE ASSIS	7	9	10	20	36	36	Classificado	C. Esp.
	JHONES DE LIMA GOULART	9	9	9	18	36	36	Classificado	1 - *
	LIL PEREIRA VIEIRA	9	9	9	18	36	36	Classificado	1 - *
	JOAQUIM MARIA DIAS	9	9	9	18	36	36	Classificado	1 - *
	WESLEM DA SILVA PEREIRA	7	7	10	20	34	34	Classificado	C. Esp.
	JOSIANO DA SILVA OLIVEIRA	8	8	9	18	34	34	Classificado	L.Port
	VINCYS DELISON D. SILVA	7	9	9	18	34	34	Classificado	C. Esp.
	EDER INACIO MAMEDES	9	9	8	16	34	34	Classificado	
	EDSON MEROTTI	8	7	9	18	33	33	Classificado	L.Port
	VALMIR FERREIRA DOS SANTOS	7	8	9	18	33	33	Classificado	C. Esp.
	BENEDITO XAVIER DA SILVA	9	8	8	16	33	33	Classificado	2 - *
	JOÃO VANDERLEI F. MORAES	9	8	8	16	33	33	Classificado	2 - *
	PAULO MENDES SOARES	8	9	8	16	33	33	Classificado	L.Port
	JULIO CESAR DA COSTA SANTOS	7	10	8	16	33	33	Classificado	
	ADENILSON DE AMORIM PEREIRA	4	8	10	20	32	32	Classificado	C. Esp.
	EDIVALDO DALBEM CLARINDO	7	7	9	18	32	32	Classificado	C. Esp.
	ETENOGONIO JAKS MOREIRA DIAS	7	9	8	16	32	32	Classificado	C. Esp.
	ROGÉRIO AUGUSTO DA SILVA	8	10	7	14	32	32	Classificado	
	JADIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	4	7	10	20	31	31	Classificado	C. Esp.
	RENATO ALVES DIAS	7	6	9	18	31	31	Classificado	C. Esp.
	VILSON ALVES DA SILVA	7	8	8	16	31	31	Classificado	3 - *
	JULIO DOS REIS FERREIRA	7	8	8	16	31	31	Classificado	3 - *
	MARLON DA SILVA MENDES	7	10	7	14	31	31	Classificado	C. Esp.
	ALAN PATRIK T. OLIVEIRA	7	7	8	16	30	30	Classificado	L.Port
	THIAGO VENUTI DE S. CALVARIO	6	8	8	16	30	30	Classificado	C. Esp.
	MAYKON JUNYO DE SOUZA SILVA	6	10	7	14	30	30	Classificado	
	JOSE JACINTO DA SILVA	7	8	7	14	29	29	Classificado	
	EDNEI WAGMACKER	4	8	8	16	28	28	Classificado	
	NILSON GONÇALVES RAMOS	6	7	7	14	27	27	Classificado	4 - *
	VITORINO CLARA DE SOUZA	6	7	7	14	27	27	Classificado	4 - *
	FABIO FELIPE DA SILVA	6	7	7	14	27	27	Classificado	4 - *
	ANDRE CARDOSO SILVEIRA	6	7	7	14	27	27	Classificado	4 - *
	AMARILDO FRIZZERA	4	6	8	16	26	26	Classificado	C. Esp.
	GELIO COSTA SANTOS	6	6	7	14	26	26	Classificado	L.Port
	GERALDO APERECIDO ANDRADE	5	7	7	14	26	26	Classificado	5 - *
	WAGNER RODRIGUES LOPES	5	7	7	14	26	26	Classificado	5- *
	ANDRE DE SOUZA CAROLINO	3	9	7	14	26	26	Classificado	L.Port
	ZEQUIAS MARCELINO SANTOS	6	8	6	12	26	26	Classificado	C. Esp.
	LANDOALDO DE JESUS CHAVES	4	5	8	16	25	25	Classificado	C. Esp.
	VALCI PEREIRA DA SILVA	6	5	7	14	25	25	Classificado	L.Port
	CELIO TEODORO DIAS	5	6	7	14	25	25	Classificado	C. Esp.
	MAYCON DA SILVA MENDES	6	7	6	12	25	25	Classificado	L.Port
	JAIR SOARES PEREIRA	4	9	6	12	25	25	Classificado	
	SONIVAL RODRIGUES	2	6	8	16	24	24	Classificado	C. Esp.
	GEISON FERNANDES SILVA	3	7	7	14	24	24	Classificado	C. Esp.
	MARCOS BRAGA MENDANHA	7	5	6	12	24	24	Classificado	L.Port
	ALAN CARLOS ARAUJO SILVA	5	7	6	12	24	24	Classificado	C. Esp.
	ADILSON DE SOUZA	6	8	5	10	24	24	Classificado	
	CLAUDINALDO FIDELIS NOGUEIRA	7	4	6	12	23	23	Classificado	L.Port
	GEOVANE CARVALHO VALIM	5	6	6	12	23	23	Classificado	C. Esp.
	ENEAS ALBERTO	7	8	4	8	23	23	Classificado	
	JOVENIL FERREIRA DOS SANTOS	7	5	4	8	20	20	Classificado	L.Port
	JOAO BATISTA SILVA FRANCALINO	6	6	4	8	20	20	Classificado	
	ELIAS PINHEIRO ROSA	4	5	5	10	19	19	Reprovado	
	MOACIR INACIO DE PAULA	4	4	5	10	18	18	Reprovado	
	RONALDO GUIMARÃES	3	5	5	10	18	18	Reprovado	
	SENVAL DE CARVALHO VALIM	3	4	5	10	17	17	Reprovado	
	ELIAS ALVES DA SILVA	3	6	4	8	17	17	Reprovado	
	PEDRO FRANCISCO DA SILVA	4	6	3	6	16	16	Reprovado	
	LUCIVAM BISPO DE OLIVEIRA	2	4	5	10	16	16	Reprovado	
	MARCOS ANTONIO SANTOS LARA	3	5	4	8	16	16	Reprovado	
	GILVAN COSTA FERREIRA	1	4	4	8	13	13	Reprovado	
	RONALDO ALVES FREITAS	3	4	3	6	13	13	Reprovado	
	OLIVIO FERREIRA GOMES	1	5	2	4	10	10	Reprovado	
	EDSON MIQUILINO SOBRINHO	3	4	1	2	9	9	Reprovado	
	OLIVEIRA GOMES DA COSTA	2	1	1	2	5	5	Reprovado	
	MANOEL BATISTA PUGER	0	1	0	0	1	1	Reprovado	
	NELSON DA SILVA ALMEIDA	*	*	*	*	*	*	*	
	DANIEL DOS SANTOS CARNEIRO	AUSENTE							
	EVERDON JOVEM DE FREITAS	AUSENTE							
	JOSE CARLOS DORNELAS VALE	AUSENTE							
	JOSE HORACIO NETO DA SILVA	AUSENTE							
	JUNIOR CEZAR ROSA SILVA	AUSENTE							
	UELTON ROSA DE QUEIROZ	AUSENTE							

Obs: No critério desempate em caso de convocação de candidatos onde constam asterisco e número semelhantes deverá ser realizado sorteio público de acordo Edital 001/2009

* Candidato Presente não preencheu o cartão resposta

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
RECEPCIONISTA

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	Conh. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Total	Situação Final	Desempate
1	DIUZA MARIA DA COSTA	4	4	5	9	18	31	31	Aprov/Clas	
2	MYRIAM MYCHELLE MONTAY DE OLIVEIRA	5	2	5	8	16	28	28	Aprov/Clas	L. Port
3	LALDICEIA CRISTOVAO DE OLIVEIRA	4	4	4	8	16	28	28	Aprov/Clas	
4	VANUZIA JORGE DA SILVA	6	1	4	8	16	27	27	Aprov/Clas	
	ELOI PAMELA MARTINS TEIXEIRA	4	6	4	6	12	26	26	Classificado	
	LUCILENE RODRIGUES DA SILVA	3	3	3	8	16	25	25	Classificado	C. Esp
	SIMONE ALVES CIPRIANO	4	2	5	7	14	25	25	Classificado	L. Port
	VANESSA APARECIDA HONÓRIO	3	4	4	7	14	25	25	Classificado	
	CLEIDE CASSEMIRA PEREIRA	4	2	3	7	14	23	23	Classificado	
	EVA VIEIRA FERREIRA	5	1	4	6	12	22	22	Reprovado	
	ELINETE DUTRA DA SILVA	4	2	4	6	12	22	22	Reprovado	
	SIZINEIA GONSALVES DA SILVA	3	2	3	7	14	22	22	Reprovado	
	CLAUDIANE MIGUEL PEREIRA	5	0	5	6	12	22	22	Reprovado	
	WANESSA TELLES PEREIRA	5	1	2	7	14	22	22	Reprovado	
	DJANNE KÉZIA RIBEIRO RODRIGUES	3	2	2	7	14	21	21	Reprovado	
	EDNA BALBINO DE SOUZA OLIVEIRA	3	1	1	8	16	21	21	Reprovado	
	ANA PAULA FERREIRA MARTINS	2	1	2	8	16	21	21	Reprovado	
	ANDREIA SILVA NUNES	3	4	2	6	12	21	21	Reprovado	
	HELLEN MARA RODRIGUES DA SILVA	3	3	3	6	12	21	21	Reprovado	
	JULIANA APARECIDA BATISTA SOARES	3	2	4	6	12	21	21	Reprovado	
	ZILEITE PEREIRA GURGEL	3	2	6	5	10	21	21	Reprovado	
	SOCRATI CAMPOS DALBEM	4	4	3	5	10	21	21	Reprovado	
	RAQUEL COSTA SILVA OLIVEIRA	3	2	4	6	12	21	21	Reprovado	
	AELIA NEVES RODOLFO	6	2	1	6	12	21	21	Reprovado	
	EULÁLIA MARIA DA SILVA	5	2	3	5	10	20	20	Reprovado	
	JUCILENE DA SILVA PEREIRA	5	2	1	6	12	20	20	Reprovado	
	MARIA APARECIDA MIGUEL PEREIRA	6	4	4	3	6	20	20	Reprovado	
	NÍLIA ROSA FRANCO	3	2	3	6	12	20	20	Reprovado	
	MIRIAM CORREIA DA SILVA BASTO	5	3	2	5	10	20	20	Reprovado	
	CELI MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA	3	2	3	6	12	20	20	Reprovado	
	POLIANA APARECIDA DE LIMA GOULART	2	4	4	5	10	20	20	Reprovado	
	POLIANA RODRIGUES BARBOSA	4	3	4	4	8	19	19	Reprovado	
	KELES SOUZA DA SILVA	0	1	4	7	14	19	19	Reprovado	
	NÍVEA RODRIGUES FRANCO	4	2	3	5	10	19	19	Reprovado	
	MARIA DE OLIVEIRA LOPES	3	3	3	5	10	19	19	Reprovado	
	MARIA ALVES DE ALMEIDA SILVA	1	3	2	6	12	18	18	Reprovado	
	ADRIANA DA SILVA SOUZA	2	3	3	5	10	18	18	Reprovado	
	ROSIMEIRE DOS SANTOS CARNEIRO	4	0	2	6	12	18	18	Reprovado	
	GEIS FERNANDES DA SILVA ALVES	1	1	2	7	14	18	18	Reprovado	
	CLEIDIANE FERREIRA DIAS	2	2	4	5	10	18	18	Reprovado	
	ILZA PEREIRA XAVIER	2	4	4	4	8	18	18	Reprovado	
	GILMA VIEIRA DA COSTA	3	3	3	4	8	17	17	Reprovado	
	JOMARA DE SOUZA SILVA DIAS	1	0	4	6	12	17	17	Reprovado	
	ELKIA APARECIDA PIRES VENTURA	2	2	3	5	10	17	17	Reprovado	
	MIRIAN FERREIRA CONRADO	3	3	1	5	10	17	17	Reprovado	
	THAISA DA SILVA PEREIRA	3	3	3	4	8	17	17	Reprovado	
	GLEICIANE MOREIRA DE ANDRADE	3	3	4	3	6	16	16	Reprovado	
	GEANE LOPES DE SOUZA	3	0	3	5	10	16	16	Reprovado	
	JEANE FERNANDES SILVA	3	3	2	4	8	16	16	Reprovado	
	JEOVANIA OLIVEIRA CORES SANTANA	2	1	3	5	10	16	16	Reprovado	
	LILIAN CARVALHO VALIM	1	2	3	5	10	16	16	Reprovado	
	ROZEANE DA SILVA FRANCALINO	3	3	2	4	8	16	16	Reprovado	
	SELMA DOS SANTOS PINHO	3	4	3	3	6	16	16	Reprovado	
	SILVANE GUIDINI	4	3	3	3	6	16	16	Reprovado	
	MADALENA DE JESUS SILVA	3	3	2	4	8	16	16	Reprovado	
	IZABEL DA SILVA ALMEIDA	3	2	2	4	8	15	15	Reprovado	
	JEAN CARLA DA CONCEIÇÃO ALVES	2	1	6	3	6	15	15	Reprovado	
	MARIA APARECIDA DA SILVA	1	3	3	4	8	15	15	Reprovado	
	NEUZENI TEIXEIRA DE PAULA	2	2	3	4	8	15	15	Reprovado	
	ANA ALICE DE OLIVEIRA	2	2	1	5	10	15	15	Reprovado	
	MARIA LUCIA ALVES	6	3	6	0	0	15	15	Reprovado	
	LILIANE GOULART DE LIMA	2	2	3	4	8	15	15	Reprovado	
	DINALVA TANAZIO DE ALMEIDA	4	1	0	5	10	15	15	Reprovado	
	CRISTIANO ALVES DA SILVA	3	2	1	4	8	14	14	Reprovado	
	DANIELY ALINE DUARTE DA SILVA	3	3	2	3	6	14	14	Reprovado	
	EDILENE BRAGHIN	3	0	1	5	10	14	14	Reprovado	
	PEDRINA DOS SANTOS SILVA	0	1	3	5	10	14	14	Reprovado	
	CIDNEIA RODRIGUES BATISTA VIEIRA	4	2	2	3	6	14	14	Reprovado	
	MARINETE DOMINGOS DA SILVA	3	1	3	3	6	13	13	Reprovado	
	KLEBIA FERREIRA DE CARVALHO	2	3	2	3	6	13	13	Reprovado	

	KEILI FERREIRA DA SILVA	2	1	4	3	6	13	13	Reprovado	
	VANILDA FERREIRA DA SILVA	0	4	3	3	6	13	13	Reprovado	
	JULIANA COSTA DOS SANTOS	4	0	3	3	6	13	13	Reprovado	
	JUNIO POLTRONIER NEGRINI	3	1	3	3	6	13	13	Reprovado	
	CLEIDE TRINDADE DOS SANTOS ROSA	1	2	3	3	6	12	12	Reprovado	
	MARIA DA PENHA DE PAULA	4	0	4	2	4	12	12	Reprovado	
	ELISMAR DE OLIVEIRA FERNANDES	3	0	1	4	8	12	12	Reprovado	
	EDIVANIA CLARINDO DALBEM	2	1	1	4	8	12	12	Reprovado	
	ADRIANA MARIA DA SILVA	1	3	2	3	6	12	12	Reprovado	
	ROSA MARIA DA SILVA ARAUJO	2	2	2	3	6	12	12	Reprovado	
	ROSANGELA DA COSTA ALBERTO	2	0	3	3	6	11	11	Reprovado	
	LUCIA FERREIRA DIAS	2	2	3	2	4	11	11	Reprovado	
	EDNA VAGMACKER AMARAL	2	1	2	3	6	11	11	Reprovado	
	CLAUDINEY JOSE DE MATOS	2	1	3	2	4	10	10	Reprovado	
	MARIA MARGARETH R. GOMIDES	4	0	4	1	2	10	10	Reprovado	
	LUCIENE DA COSTA DIAS	2	1	3	2	4	10	10	Reprovado	
	DEIZIANE DE ALMEIDA GONÇALVES	2	2	4	1	2	10	10	Reprovado	
	EDERSON BORTOLOZZO DO NASCIMENTO	1	2	2	2	4	9	9	Reprovado	
	SIMONY DOS SANTOS SOUZA	2	0	1	3	6	9	9	Reprovado	
	CLARICE MAGALHAES SERPA	1	3	1	2	4	9	9	Reprovado	
	KEILA ROGERIA SEVERO	3	1	1	2	4	9	9	Reprovado	
	KATIA SANTIAGO	2	2	2	1	2	8	8	Reprovado	
	FLAVIA APARECIDA DE OLIVEIRA	AUSENTE								
	JUCILENE VENUTI DE SOUZA	AUSENTE								
	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA	AUSENTE								
	MARILZA GOMES DIAS	AUSENTE								

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009

TECNICO (A) DE ENFERMAGEM

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Total	Situação Final
1	MARLUCIA RODRIGUES MARQUES	6	4	5	6	12	27	27	Aprov/Clas.
2	VALDECY BATISTA ALVES	5	5	2	7	14	26	26	Aprov/Clas.
3	ANDREA BATISTA DE ANDRADE	6	5	3	5	10	24	24	Aprov/Clas.
	INES MARTINS DE SOUZA	4	0	2	7	14	20	20	Reprovado
	CLEIDE EVANE AUGUSTO	3	4	3	5	10	20	20	Reprovado
	MARLY NUNES DA SILVA NERIS	2	1	2	5	10	15	15	Reprovado
	FABIO ALVES DOS SANTOS	1	3	2	4	8	14	14	Reprovado
	JOSIMARCIA DE SOUZA SILVA BATISTA	1	2	1	5	10	14	14	Reprovado
	LUCIMAR J. DOS REIS LOPES PINHEIRO	2	0	4	3	6	12	12	Reprovado
	ELZIRA PEREIRA SILVA	Ausente							

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Títulos	Total	Situação Final
1	VERA LUCIA ALVES SILVA	3	4	4	6	12	23	3	26	Apr/Classificada
	ALAN CORDEIRO CLEMENTINO	6	4	4	5	10	24	0	24	Classificado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - FEMININO

Colocação	Candidato	L. Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C.E	Prova Objetiva	Total	Situação Final	Desempate
1	ZILDA MARTINS TEIXEIRA	9	9	10	20	38	38	Aprov/Clas	
2	DIANA DA SILVA GUIA SILVA	8	9	10	20	37	37	Aprov/Clas	
3	MEIRILENE TIENGO CAMARA	9	9	9	18	36	36	Aprov/Clas	L.Port
	MICHELE DE PAULA	8	10	9	18	36	36	Classificado	
	SANDRA CRISTINA V. SANTOS	9	8	9	18	35	35	Classificado	L.Port
	ANA LUCIA POQUIVIQUI	8	9	9	18	35	35	Classificado	
	MARIA SUELY ALVES	10	6	9	18	34	34	Classificado	L.Port
	SIRLENE ANDRADE DE SOUSA	9	7	9	18	34	34	Classificado	1 - *
	MARIA JOSÉ PEREIRA	9	7	9	18	34	34	Classificado	1 - * - L.Port
	MARIA DA ANUNCIAÇÃO N. SOUZA	8	8	9	18	34	34	Classificado	1- **
	NILSIMAR FERREIRA	8	8	9	18	34	34	Classificado	1- ** L.Port.
	BHEATRIZ HELLEN B. DE OLIVEIRA	7	9	9	18	34	34	Classificado	1- ***
	LILIANE CARVALHO VALIM	7	9	9	18	34	34	Classificado	1- ***
	MARCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	7	9	9	18	34	34	Classificado	1- ***
	EDNÉIA PINHEIRO DE SOUZA	7	9	9	18	34	34	Classificado	1- ***
	MYRIAM CRISTINA C. VALIM	8	10	8	16	34	34	Classificado	C. Esp.
	VANESSA DUTRA DA SILVA	6	9	9	18	33	33	Classificado	C. Esp.
	DEIRCE MARIA D. ANDRADE	9	8	8	16	33	33	Classificado	2 - *
	JOSIANE ALVES DE OLIVEIRA	9	8	8	16	33	33	Classificado	2 - *
	FABIANA SOUZA SANTANA	8	9	8	16	33	33	Classificado	L.Port
	EDIR NUNES DE OLIVEIRA ASSIS	8	6	9	18	32	32	Classificado	L.Port
	DHYLMA CRISSULA C. DA SILVA	6	8	9	18	32	32	Classificado	C. Esp.
	LUSNETE JORGE DA SILVA	9	7	8	16	32	32	Classificado	
	LUCIANA LOPES DA SILVA	9	6	8	16	31	31	Classificado	
	FATIMA DE JESUS VIANA DE SOUZA	7	5	9	18	30	30	Classificado	C. Esp.
	SANDRA RIBEIRO DE SOUZA	7	7	8	16	30	30	Classificado	3 - *
	ELISABETE DE SOUZA SILVA	7	7	8	16	30	30	Classificado	3- *
	MARCIA REGINA CARDOSO	6	8	8	16	30	30	Classificado	L.Port
	MARILÚCIA LIMA R. VALES	6	7	8	16	29	29	Classificado	C. Esp.
	LUCINEIA ROSA DE ABREU COLAÇO	7	8	7	14	29	29	Classificado	
	IVANILDA DUTRA DE M. CHAVES	8	6	7	14	28	28	Classificado	C. Esp.
	MARCIA CRISTINA P. GONÇALVES	10	6	6	12	28	28	Classificado	L.Port
	ANA LINDAURA DE P. SANTANA	7	9	6	12	28	28	Classificado	
	GLEICE DA SILVA SOUZA	7	8	6	12	27	27	Classificado	4 - *
	LÉLIS SOUZA DA SILVA	7	8	6	12	27	27	Classificado	4 *
	ZENILDA LOBATO DA SILVA	5	7	7	14	26	26	Classificado	
	LUCIMAR ALVES CONSTÂNCIA	7	3	7	14	24	24	Classificado	L.Port
	OZANIA PINHEIRO ROSA	6	4	7	14	24	24	Classificado	5 - *
	ELIZANGELA ALVES COSTA	6	4	7	14	24	24	Classificado	5 *
	MARIA APARECIDA CARDOSO	5	5	7	14	24	24	Classificado	L.Port
	LUCIANA GOULART DE LIMA	2	8	7	14	24	24	Classificado	L.Port
	VANILZA COLAÇO DE OLIVEIRA	9	3	6	12	24	24	Classificado	C. Esp.
	PALMALIANA MARTINS DA COSTA	6	8	5	10	24	24	Classificado	C. Esp.
	MARIA APARECIDA DE C. DALBEM	7	4	6	12	23	23	Classificado	L.Port
	LUZIA DE ALMEIDA MOREIRA	6	5	6	12	23	23	Classificado	C. Esp.
	SIRLENE JOSE FERNANDES CUNHA	5	8	5	10	23	23	Classificado	C. Esp.
	MARLI DE SOUZA CAROLINO	8	7	4	8	23	23	Classificado	C. Esp.
	ADRIANA GOMES DOS SANTOS	7	3	6	12	22	22	Classificado	L.Port
	AESLIA GUEDES DE OLIVEIRA	6	4	6	12	22	22	Classificado	6 - *
	ANTONIA RODRIGUES S. CABRAL	6	4	6	12	22	22	Classificado	6 *
	MARLEUSA G. SANTOS OLIVEIRA	6	6	5	10	22	22	Classificado	C. Esp.
	ODENICE BALBINO CAMARGO	4	3	7	14	21	21	Classificado	C. Esp.
	VANUZIA PAULA VIANA	5	8	4	8	21	21	Classificado	
	EDNEA TEIXEIRA DE PAULA	5	6	4	8	19	19	Reprovado	
	ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS	5	6	4	8	19	19	Reprovado	
	TEREZA DE PAULA	6	3	5	10	19	19	Reprovado	
	FABRICIA MARTINS DE JESUS	5	5	4	8	18	18	Reprovado	
	MAURIZA COSTA DA SILVA	4	6	4	8	18	18	Reprovado	
	MARIA SIRLENE DA CONCEIÇÃO	1	5	6	12	18	18	Reprovado	
	LAURA MILZA SANTANA	3	4	5	10	17	17	Reprovado	
	MARIA DE LURDES DA S. SOUZA	5	6	3	6	17	17	Reprovado	
	MARIA CLEONICE ALVES	4	3	5	10	17	17	Reprovado	
	INES DE SILVEIRA PINHEIRO	2	2	6	12	16	16	Reprovado	
	CLEONICE ROSA DE JESUS	2	5	4	8	15	15	Reprovado	
	CELIA PAULA DE CAMPOS LINCO	3	2	5	10	15	15	Reprovado	
	EVA DE FATIMA DA SILVA AMARAL	0	3	4	8	11	11	Reprovado	
	SUELI DIAS AMARAL	4	1	3	6	11	11	Reprovado	
	JOSEFA ROSILEIDE S. FRANCALINO	1	5	2	4	10	10	Reprovado	
	LUCIANA ROSA DA SILVA	4	3	1	2	9	9	Reprovado	
	MARINA FERREIRA NEVES	1	3	1	2	6	6	Reprovado	
	MARIA DO CARMO O. AMORIM	0	1	0	0	1	1	Reprovado	
	DULCILENE MIGUEL P. RODRIGUES	*	*	*	*	*	*	Eliminada	
	ELEUSA HELENA SILVA	AUSENTE							
	ILDA ALVES DE OLIVEIRA	AUSENTE							
	MARCILENE FIALHO DE OLIVEIRA	AUSENTE							
	MARLENE RODRIGUES MARQUES	AUSENTE							
	ODETE MONTEIRO ALVES	AUSENTE							

	ROSELI GARRIDO	AUSENTE
	ROSILDA MARIA DA SILVA	AUSENTE
	SIRLENE VENUTI DE SOUZA	AUSENTE
	VALDILENE MARIA PAULINO	AUSENTE

* Candidata rasgou Cartão Resposta

Obs: No critério desempate em caso de convocação de candidatos onde constam asterisco e número semelhantes deverá ser realizado sorteio público de acordo Edital 001/2009

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Total	Situação Final
1	VALDECI JANUARIO DA SILVA	9	9	9	18	36	36	Aprov/Clas
2	FÁBIO JUNIOR BARROS POLTRONIERI	7	7	8	16	30	30	Aprov/Clas
3	MANOEL ALVES FILHO	5	7	6	12	24	24	Aprov/Clas
4	OZEBIO MARTINS DA COSTA	2	8	5	10	20	20	Aprov/Clas
	ALTAIR JUNIOR VIEIRA	4	5	4	8	17	17	Reprovado
	ADRIANO CORREIA DE JESUS	5	5	3	6	16	16	Reprovado
	GEANDRO ROSA CARDOSO	4	4	4	8	16	16	Reprovado
	WEVERTON NEI BUENO	2	4	4	8	14	14	Reprovado
	GEAN FERREIRA COSTA	4	2	3	6	12	12	Reprovado
	CLEITON DA COSTA FARIA	2	2	0	0	4	4	Reprovado
	DIEGO LEMOS DA SILVA				AUSENTE			
	DONIZETE POLTRONIERI				AUSENTE			
	FABIO DA SILVA ALMEIDA				AUSENTE			

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
BIOQUIMICO (A)

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Títulos	Total	Situação Final	Desempate
1	WANDERLAINE TESSINARI DA S. ZANOL	6	2	5	8	16	29	0	29	Aprov/Clas	
	DENISE YAEKO OKA	8	4	2	5	10	24	0	24	Classificado	L.Port
	CARINI VIEIRA SANCHES MIGUEL	7	5	2	5	10	24	0	24	Classificado	
	ROONEY BARROS DIAS	4	3	2	7	14	23	0	23	Classificado	
	PRISCILA PRETEL DE FREITAS	6	4	1	3	6	17	0	17	Reprovado	
	DAYANNE ZANETTI L. DE OLIVEIRA	5	4	2	2	4	15	0	15	Reprovado	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
MOTORISTA CATEGORIA D

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C.E	Prova Objetiva	Prova Pratica	Total	Situação Final
1	JAILTON BRANDOLFO FLORES	7	7	8	16	30	**8,6**	38,6	Aprov/Clas
2	EDNALDO FERREIRA TIENGO	5	6	8	16	27	**8,8**	35,8	Aprov/Clas
3	JOSE DIAS AMARAL	8	5	7	14	27	**6**	33	Aprov/Clas
4	UEMERSON PEREIRA DE MELO	7	5	6	12	24	**7,2**	31,2	Aprov/Clas
5	MANOEL FRADES FILHO	5	6	6	12	23	**7,4**	30,4	Aprov/Clas
6	JOSE CARLOS NASCIMENTO	6	4	6	12	22	**8,2**	30,2	Aprov/Clas
7	FERNANDO SANCHES PINHEIRO	6	5	5	10	21	**8**	29	Aprov/Clas
	WELERSON CÂMARA	4	4	8	16	24	**5**	29	Classificado
	AGEU ASSIS DE PAULA	6	8	8	16	30	**3,8**	33,8	Rep/Pratica
	SERGIO CRUZ DE OLIVEIRA	6	5	8	16	27	**1**	28	Rep/Pratica
	GILBERTO CARDOZO CORES	4	7	4	8	19	**0**	19	Rep/Obj/Prat
	ELIZEU PEREIRA DA SILVA	6	2	4	8	16	**2,4**	18,4	Rep/Obj/Prat
	JOAO DE OLIVEIRA	5	3	3	6	14	**1**	15	Rep/Obj/Prat
	JAIME SOARES PEREIRA	6	3	2	4	13	**0**	13	Rep/Objetiva
	LEANDRO LAURENÇO DA SILVA	3	1	2	4	8	**0**	8	Rep/Obj/Prat
	ANISIO RIBEIRO DA SILVA	**	**	**	**	**	Ausente	**	**
	LOURENÇO LAURINDO DE SOUSA	AUSENTE							

** candidato presente e não Preencheu o Cartão Resposta

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C.E	Prova Objetiva	Prova Pratica	Total	Situação Final
	LUCIANO DA SILVA NETO	AUSENTE							

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	Acerto C.E	Pontos C.E	Prova Objetiva	Prova Pratica	Total	Situação Final
	AMILTON MELO DUARTE	AUSENTE							

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009
PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA

Colocação	Candidato	L.Port	Mat	C. Gerais	Acerto C.E	Pontos C. Esp	Prova Objetiva	Títulos	Total	Situação Final
1	EDNALVA FRANCISCA DE OLIVEIRA	7	7	4	8	16	34	8	42	Aprov/Clas
	CLAUDENICE SOUSA SANTANA	5	2	2	7	14	23	5	28	Classificada
	MARIA HELENA DA SILVA	5	3	5	7	14	27	0	27	Classificada
	MARIA ZÉLIA DE OLIVEIRA	6	3	2	7	14	25	0	25	Classificada
	JOSE VICENTE GOMIDES	1	2	5	6	12	20	6	26	Rep/Obj
	MARIA CRISPIM DA CONCEIÇÃO PONTES	3	4	2	5	10	19	4	23	Rep/Obj
	JUIDES FERREIRA RODRIGUES	4	4	2	3	6	16	2	18	Rep/Obj
	LUCILENE DA COSTA ALBERTO	5	2	1	3	6	14	0	14	Rep/Obj
	ILSOM SALAZAR GARCIA	2	4	0	3	6	12	0	12	Rep/Obj
	LUCIANA CORDEIRO DE SOBRAL OLIVEIRA	3	1	0	4	8	12	0	12	Rep/Obj

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

PORTARIA Nº 091/2009
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os funcionários e servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a comissão organizadora de concurso publico, destinado ao provimento de cargos de seu quadro de pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em edital:

1 - Presidente – CLOVIS HEUSNER CPF 503.108.100-78.2 – Membro – MARLENE CORREIA CARNELOCCI CPF- 571.704.011-34 - 3 – Membro – ARILSON ANICETO DA SILVA FONSECA CPF – 570.573.891-91- **Art. 2º** A comissão organizadora de concurso deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes aos concursos públicos;**Art. 3º** - Os trabalhos efetuados pela comissão organizadora serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, porem sem ônus ao erário público;**Art. 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Revogando as disposições em contrario;Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, aos 22 de Dezembro de 200**ROBERTO JOSÉ MORANDINI** - **Prefeito Municipal**Registre-se e Publique-seNa data supra Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2009 – 02 CONCURSO PÚBLICO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001 /2009, no uso de suas atribuições legais faz saber aos interessados

que foram homologadas as inscrições, conforme anexo fixado no mural da prefeitura municipal e na pagina WWW. Santaterezinha.mt.gov.br para as devidas conferências, cabendo recursos até o dia 11/01/2010.

Santa Terezinha 06 de Janeiro de 2010.

Rodrigo Pereira Luz
Presidente da Comissão de organizadora

PORTARIA 108/09 - ADM
DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009

SADI ANGHEBEN, Secretário de Administração, Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal art° 55:
RESOLVE:

Artigo 1° - Fixar a Unidade de Valor Fiscal do Município de Santa Terezinha, estado de Mato Grosso – UVFST, em 28,77 (Vinte e oito reais e setenta e sete centavos), conforme disposto no artigo 231 do Código Tributário Municipal.

Artigo 2° - O valor da UVFST fixada no artigo anterior, corresponde a 89,93% (oitenta e nove vírgula noventa e três por cento) da unidade padrão do estado de Mato Grosso, a qual está fixada atualmente em 31,99 (trinta e um reais e noventa e nove centavos).

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha - MT, 03 de dezembro de 2009

Publique-se, Cumpra-se

SADI ANGHEBEN
Secretario de Administração

Prefeitura Municipal de Santo Afonso

PORTARIA Nº 003

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO, CONTROLE, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, através da presente Portaria,

R E S O L V E
Art. 1º Fica nomeada a **COMISSÃO DE REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, para o exercício de 2010, composta pelos seguintes servidores:

- REINALDO FRANCISCO DE ASSIS	PRESIDENTE
- FAGNER MOREIRA DA CUNHA	VICE-PRESIDENTE
- ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA	RELATOR
- APARECIDO JUNIO DE LIMA	SUPLENTE

Art. 2º A Comissão de Controle, Supervisão e Avaliação do Patrimônio Público Municipal, de que trata esta Portaria, será responsável pelo registro, controle, gerenciamento, emplacamento, carga, responsabilidade e avaliação de todo e qualquer bem constituído como patrimônio público deste Município de SANTO AFONSO-MT, na forma da lei.

Art. 3º Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso aos quatro dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 004

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO E BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, através da presente Portaria,
R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeada a **COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO E BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, para o **exercício de 2010**, composta pelos seguintes servidores:

- MARIO APARECIDO SILVA DE SOUZA	PRESIDENTE
- VALTEIR DA SILVA NEVES	VICE-PRESIDENTE
- LUCINEIDE BATISTA SCARPATT	RELATORA
- REINALDO FRANCISCO DE ASSIS	SUPLENTE

Art. 2º - A Comissão de Reavaliação e Baixa do Patrimônio Público Municipal, de que trata esta Portaria, será responsável pela reavaliação e baixa de todo e qualquer bem constituído como patrimônio público deste Município de Santo Afonso-MT, na forma da lei.

Art. 3º - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso aos quatro dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 005

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CADASTRO PARA O EXERCÍCIO DE 2010"

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme

as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, através da presente Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Julgamento de Cadastro da Prefeitura Municipal de Santo Afonso – MT, para o exercício de 2010, que será constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: MARCOS ADRIANO FELISBINO
SECRETÁRIA: JUCILEIDE RODRIGUES DE MOURA
MEMBRO: SUENI DE PAULA TAVARES FINOTTI

Art. 2º - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal, 04 de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 006

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS, DO MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso – MT, Sr. **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada A COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Santo Afonso – MT, para o exercício de 2010, que será constituída pelos seguintes membros:

Presidente: REINALDO FRANCISCO DE ASSIS
Membros: SUENI DE PAULA TAVARES FINOTTI
JOSENILTO ROSA DE JESUS

Art. 2º - a comissão permanente de recebimento de bens, materiais e serviços do Município de Santo Afonso-MT terá a responsabilidade de receber os bens, materiais e serviços adquiridos e realizados no Município de Santo Afonso-MT, na forma da lei.

Art. 3° - os membros integrantes da comissão de que trata esta portaria, não serão remuneradas pelo exercício desta função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso-MT, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 001

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeada a **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, para o **exercício de 2010**, composta pelos seguintes servidores:

- FAGNER MOREIRA DA CUNHA PRESIDENTE
- JANAINA NUNES TAVARES CAMARGO SCARPATT RELATORA
- REINALDO FRANCISCO DE ASSIS MEMBRO
- ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA SUPLENTE

Art. 2º A Comissão de Licitação, de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatórios a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2010, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93), consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º Os membros integrantes da Comissão de Licitação de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso aos quatro dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 002

SÚMULA: NOMEIA O PREGOEIRO E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, **SILVIO SOUTO FELISBINO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, através da presente Portaria,

R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeado o Pregoeiro e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT, no decorrer do exercício de 2010, conforme abaixo identificado, os seguintes servidores:

- PREGOEIRO: FAGNER MOREIRA DA CUNHA

- EQUIPE DE APOIO: REINALDO FRANCISCO DE ASSIS
EDELWEISS SOUTO FELISBINO JUNIOR
MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA

Art. 2º Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, por seus membros, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 04.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº. 007

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, Silvio Souto Felisbino no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, o Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, através da presente Portaria,
R E S O L V E

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o Servidor **RENE DA SILVA GUIMARÃES**, portador do RG sob o nº. 1673579-0 - SSP/MT, e CPF/MF 011.077.771-94, do cargo de provimento efetivo de **BRAÇAL**, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbanismo e Obras Públicas do Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A exoneração se dá a pedido do servidor, de acordo com a lei, e não haverá prejuízos para as partes.
Parágrafo único. Os direitos decorrentes com a presente exoneração correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso aos cinco dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 05.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL
MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº. 008

SÚMULA: NOMEIA CONCURSADO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT E CONFERE LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, o Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, através da presente Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado e empossado o candidato aprovado em Concurso Público, Edição 002/2007, realizado por esta Municipalidade, constante do respectivo Termo de Posse e da relação abaixo discriminada, para ocupar o respectivo cargo de provimento efetivo, do quadro de pessoal do Poder Executivo deste município de Santo Afonso-MT, para o qual foi aprovado, classificado e convocado, tendo apresentado a documentação exigida em lei, estando física e mentalmente apto para o imediato exercício do respectivo cargo.

ANEXO ÚNICO
NOMEADO

NOME CARGO LOTAÇÃO
Valteir da Silva Neves Agente de Fiscalização Secretaria Municipal de Cadastro, Tributação e Fiscalização

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o respectivo cargo, em razão de lei, vinculado e subordinado a Secretaria Municipal acima mencionada, para a qual foi lotado e designado.

Art. 3º - Fica determinado ao Secretário Municipal, responsável pela execução e supervisão dos serviços de sua unidade administrativa, a proceder às recomendações necessárias ao funcionário, acompanhando e fiscalizando os serviços e o servidor, de modo a cumprir o principio de essencialidade e da continuidade em beneficio da sociedade e do interesse público.

Art. 4º - As atribuições do cargo estão previstas em lei e restritas a ela, e, o nomeado por esta Portaria será remunerado na forma e no âmbito da respectiva função exercida.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santo Afonso-MT, aos sete dias do mês de janeiro de 2010, 19º da Emancipação Político-Administrativa - 07.01.2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO APARECIDO SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrada e Publicada na data supra, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

EXTRATRO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, comunica as empresas que às 09:00 h, do dia 19/01/2009, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2010, e receberá os envelopes de habilitação e de proposta de preço visando a **"Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente de Escritório"**. O Edital completo e seus anexo poderão ser adquirido na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3 251 – 1138, no horário comercial

AILTON PAULA DE ARRUDA,
Pregoeiro

EXTRATRO RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência a Tomada de Preço **16/2009**, a Empresa: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**, foi vencedora desta Licitação com o valor total de R$ 29.990,00 (Vinte Nove Mil Novecentos e Noventa Reais) Objeto aquisição de **"FIAT UNO MILLE FIRE ECOOY COMPLETO"**. 17/12/2009

JOSÉ CARLOS NEVES
Presidente da CPL.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo Contratual referente ao Contrato de nº. 034/2009. Contratante: PMSJQM - MT. Contratada: ***SOCIEDADE HOSPITALAR QUATRO MARCOS LTDA.*** Objeto: Prorrogação de prazo do contrato. Objeto: Prorrogação de prazo do contrato.

LEI Nº 351 PLANO PLURIANUAL PARA O PERIODO DE 2.010/2013

UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

PROGRAMA: 1010 – Processo Legislativo

INDICADOR: Grau de Satisfação da População

INDICE RECENTE: 60% **INDICE DESEJADO: 80%**

OBJETIVO: Dar cumprimento as funções básicas do Poder Legislativo, legislando e fiscalizando com transparência e sempre em defesa dos interesses do Município e do contribuinte.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Máquinas, Equipamentos e Veículos	P 1001	01 e 033	Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	07 08 07 07	6.000 6.000 6.000 6.000
- Ampliar o Prédio da Câmara	P 1002	01 e 032	- Prédio ampliado	- m²	2010 2011 2012 2013	60 60 60	6.000 10.000 12.000 -0-
- Reformar o Prédio da Câmara	A 2001	01 e 032	- Prédio reformado	- m²	2010 2011 2012 2013	200 230 260 260	4.000 5.000 5.000 6.000
- Manter as Atividades do Gabinete do Presidente	A 2002	01 e 031	- Gabinete mantido	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	180.000 190.000 210.000 220.000
- Manter as Atividades da Secretaria	A 2003	01 e 032	- Câmara mantida	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	188.000 200.000 220.000 230.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**1.710.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA: 2010 – Administração Superior

1

INDICADOR: Grau de Satisfação da População

INDICE RECENTE: 75% **INDICE DESEJADO: 90%**

OBJETIVO: Melhorar e ampliar os serviços públicos e as ações planejadas, praticando o princípio da transparência e controle dos atos da administração.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Máquinas e Equipamentos	P 1004	04 e 122	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	03 04 03 03	36.000 5.000 6.000 6.000
- Contribuir para a Previdência Social	A 2005	09 e 271	- Servidores beneficiados	- un.	2010 2011 2012 2013	03 03 03 03	27.000 30.000 32.000 34.000
- Manter o Gabinete do Prefeito	A 2004	04 e 122	- Gabinete mantido	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	158.000 170.000 185.000 200.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**889.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 3010 – Gestão do Sistema de Administração

INDICADOR: Taxa de Qualidade dos Serviços Prestados.

INDICE RECENTE 75% **INDICE DESEJADO: 91%**

OBJETIVO: Modernizar os serviços prestados agilizando - os para assegurar maior grau de confiança nos dados.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Móveis e Equipamentos	P 1005	04 e 122	Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	06 05 05 06	5.000 6.000 8.000 8.000
- Desapropriar e Adquirir Imóveis	P 1006	04 e 122	- Imóvel desapropriado e adquirido	- m²	2010 2011 2012	2.500 600 500	3.000 3.000 3.000

2

					2013	500	4.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	A 2010	04 e 122	- Despesas pagas	- un.	2010 2011 2012 2013	10 12 12 08	16.000 12.000 12.000 10.000
- Recolher a Contribuição Previdenciária	A 2012	09 e 271	- Servidores beneficiados	- un	2010 2011 2012 2013	10 12 12 13	42.000 46.000 50.000 54.000
- Manter as Atividades da Secretaria	A 2008	04 e 122	- Secretaria mantida	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	707.000 780.000 810.000 820.000
						TOTAL NO PROGRAMA	3.399.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 3020 – Controle Financeiro

INDICADOR: Taxa de Incremento da Arrecadação.

ÍNDICE RECENTE: 5% **ÍNDICE DESEJADO:** 25%

OBJETIVO: Incrementar a arrecadação visando o equilíbrio das contas do Município e a melhoria dos serviços prestados a população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Recolher a Contribuição ao PASEP	A 2013	11 e 331	- Servidor beneficiado	- Un.	2010 2011 2012 2013	70 70 75 75	31.000 39.000 43.000 45.000
- Pagar Indenizações e Restituições	A 2009	04 e 123	- Processos pagos	- Un.	2010 2011 2012 2013	03 03 03 03	3.000 4.000 5.000 6.000
- Pagar Despesas de Exercícios Anteriores	A 2076	04 e 122	- Despesas pagas	- un.	2010 2011 2012 2013	06 06 06 03	6.000 7.000 8.000 5.000
- Recolher Encargos com A. M. M.	A 2011	04 e 124	- Associação beneficiada	- Um.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	60.000 63.000 66.000 70.000
- Contribuir c/ o Consorcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	A 2088	04 e 123	- Contribuição realizada	- Um.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	60.000 66.000 72.000 77.000
- Pagar Precatórios – Sentenças Judiciais	A 2007	04 e 122	- Processos pagos	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 02 02 02	3.000 5.000 6.000 7.000
						TOTAL NO PROGRAMA	757.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 3030 – Representação Jurídica do Município

INDICADOR: Índice de Pareceres em Processos Jurídicos (relacionado com o volume de processos da Prefeitura)

INDICE RECENTE: 12% **INDICE DESEJADO:** 20%

OBJETIVO: Representar o Município Judicial e Extra-judicialmente e interpretar os atos normativos, unificando a Jurisprudência.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter a Consultoria e Assessoria Jurídica	A 2006	03 e 092	- Jurídico contratado	-Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	66.000 72.000 75.000 81.000
						TOTAL NO PROGRAMA	294.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 3040 – Encargos Especiais

INDICADOR: Reduzir o Endividamento do Município (relacionado com a população)

ÍNDICE RECENTE: 90% **ÍNDICE DESEJADO:** 66%

OBJETIVO: Honrar os compromissos assumidos com os agentes financeiros e outros credores de longo prazo.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Amortizar o Parcelamento junto ao INSS e Outros	A 1009	28 e 841	Parcelamento pago	- Un.	2010 2011 2012 2013	8% 8% 8% 8%	66.000 69.000 74.000 78.000
Amortizar a Dívida Pública do Município	A 1008	28 e 841	- Divida amortizada	- Un.	2010 2011 2012 2013	6% 6% 6% 6%	3.000 3.000 4.000 6.000
						TOTAL NO PROGRAMA	303.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROGRAMA: 3050 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuária

INDICADOR: Taxa de Produtores Atendidos

INDICE RECENTE: 35% **INDICE DESEJADO:** 70%

OBJETIVO: Proporcionar meios necessários para instalação de indústrias e expansão do comércio, buscando a redução nos preços ao consumidor através do aumento da frota.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Incentivar à Produção Agrícola	A 2014	20 e 601	- Produtores atendidos	- un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	7.000 10.000 10.000 10.000
- Adquirir Máquinas e Equipamentos	P 1044	20 e 601	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	06 06 06. 06	1.000 5.000 5.000 6.000
						TOTAL NO PROGRAMA	54.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

PROGRAMA: 3060 – Desenvolvimento do Turismo

INDICADOR: Taxa de Incremento no Turismo

INDICE RECENTE: 10% **INDICE DESEJADO:** 40%

OBJETIVO: Promover o desenvolvimento do Turismo sustentável local, atuando junto aos seguimentos da sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Ampliar a Infra-Estrutura do Turismo	P 1011	23 e 695	- Infra-estrutura ampliada	- m²	2010 2011 2012 2013	500 500 500 500	30.000 30.000 30.000 30.000
- Manter as Atividades do Turismo no Município	A 2016	23 e 695	- Atividades do Turismo mantidas	- un.	2010 2011 2012 2013	05 05 05 05	9.000 10.000 12.000 12.000
						TOTAL NO PROGRAMA	163.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROGRAMA: 3070 – Difusão Cultural

INDICADOR: Grau de Satisfação da População

INDICE RECENTE: 45% **INDICE DESEJADO:** 80%

OBJETIVO: Promover e incentivar a produção e difusão cultural, assim como resgatar e consolidar a identidade cultural do Município, promover o processo de planejamento e gestão do sistema de cultura do município, provendo as unidades da Secretaria com os meios administrativos para implementação dos programas finalísticos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Realizar Eventos Alusivos as Datas Comemorativas	A 2039	13 e 392	- Datas comemoradas	- Un.	2010 2011 2012 2013	04 04 04 04	29.000 30.000 33.000 36.000
- Adquirir Máquinas e Equipamentos	P 1028	13 e 392	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	08 08 07 05	3.000 3.000 3.000 4.000

- Manter as Atividades da Cultura	A 2038	13 e 392	- Atividades culturais mantidas	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	9.000 10.000 12.000 12.000
						TOTAL NO PROGRAMA	184.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4010 – Cidade Limpa

INDICADOR: Grau de Satisfação do População

ÍNDICE RECENTE: 50% **ÍNDICE DESEJADO: 90%**

OBJETIVO: Manter a cidade limpa, alcançando padrões aceitáveis de higiene e limpeza

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Realizar a Limpeza, Coleta e Destinação do Lixo	A 2019	15 e 452	- Lixo coletado	- Ton.	2010 2011 2012 2013	3.500 3.600 3.700 3.800	48.000 61.000 64.000 60.000
						TOTAL NO PROGRAMA	233.00

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4020 – Cidade Bonita

INDICADOR: Índice da População Beneficiada e Atendida

INDICE RECENTE: 55% **INDICE DESEJADO: 85%**

OBJETIVO: Manter e melhorar o aspecto físico e visual da cidade, oferecendo melhores condições de vida à população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Ampliar a Rede de Iluminação Pública	P 1016	25 e 752	- Rede ampliada	- ml	2010 2011 2012 2013	500 500 500 500	5.000 7.000 8.000 10.000
- Conservar e Manter a Rede de Iluminação Pública	A 2024	25 e 751	- Rede conservada e mantida	- ml	2010 2011 2012 2013	6.750 7.000 7.000 7.000	9.000 20.000 22.000 12.000
- Conservar e Restaurar Praças, Parques e Jardins	A 2020	15 e 452	- Praças conservadas e mantidas	- m²	2010 2011 2012 2013	20.000 20.000 20.000 20.000	17.000 15.000 18.000 18.000
- Construir e Ampliar Praças, Parques, Jardins e Serviços Complementares	P 1045	15 e 451	- Praças construídas	- m²	2010 2011 2012 2013	3.000 3.000 3.000 3.000	2.000 5.000 6.000 6.000
						TOTAL NO PROGRAMA	180.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4030 – Malha Viária Urbana

INDICADOR: Taxa da Área Pavimentada/Índice de Qualidade das Vias Públicas

INDICE RECENTE: 35% e 50%, respectivamente. **INDICE DESEJADO: 68% e 90%, respectivamente.**

OBJETIVO: Garantir a trafegabilidade dos veículos durante todo o ano com total segurança aos motoristas e pedestres.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Pavimentar as Vias Públicas	P 1013	15 e 451	- Ruas e avenidas pavimentadas	- m²	2010 2011 2012 2013	6.000 9.000 9.000 7.000	20.000 50.000 50.000 30.000
- Conservar as Vias Públicas	A 2021	15 e 452	- Ruas e avenidas conservadas	- m²	2010 2011 2012 2013	15.000 21.000 30.000 36.000	31.000 34.000 35.000 36.000
						TOTAL NO PROGRAMA	286.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4040 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura Urbana

INDICADOR: Quantidade de Infra-Estrutura Necessária

INDICE RECENTE: 30% **INDICE DESEJADO: 70%**

OBJETIVO: Melhorar e ampliar a oferta de serviços públicos prestados a população, buscando cada vez mais a qualidade dos serviços.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Móveis, Equipamentos e Veículos	**P 1012**	**04 e 122**	Equipamento s adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	05 05 05 05	6.000 7.000 8.000 9.000
- Contribuir para a Previdência Social	**A 2018**	**09 e 271**	- Servidores beneficiados	- un	2010 2011 2012 2013	25 27 27 28	17.000 20.000 22.000 24.000
- Manter as Atividades da Secretaria	**A 2017**	**04 e 122**	- Secretaria mantida	- un	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	481.000 510.000 550.000 580.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	**A 2103**	**04 e 122**	- Despesas pagas	- un	2010 2011 2012 2013	10 10 10 06	6.000 6.000 8.000 5.000
- Restauração da BR 364 / Perímetro Urbano da Cidade	**P 1017**	**26 e 782**	- Rodovia restaurada	- ml	2010 2011 2012 2013	4.800 4.800 4.800	10.000 10.000 10.000 -0-
- Executar Obras de Infra-Estrutura Urbana	**P 1052**	**04 e 122**	- Obra Executada	- m²	2010 2011 2012 2013	30.000 30.000 20.000	10.000 10.000 10.000 -0-
- Construir Obra de Infra-Estrutura no Rio São Lourenço	**P 1051**	**04 e 122**	- Obra executada	- m²	2010 2011 2012 2013	200 200 200	20.000 20.000 20.000 -0-
- Construir Galerias de Águas Pluviais	**P 1015**	**17 e 512**	- Galerias implantadas	- ml	2010 2011 2012 2013	6.000 9.000 9.000 7.000	10.000 10.000 10.000 10.000
- Conservar e Reformar Paço Municipal	**A 2077**	**04 e 122**	- Paço reformado	- m²	2010 2011 2012 2013	75 75 75 75	6.000 6.000 8.000 10.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**2.449.000**

NIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES

PROGRAMA: 4050– Malha Viária Rural

INDICADOR: Índice de Produtores Rurais Beneficiados (proporção ao total)

INDICE RECENTE: 30% **INDICE DESEJADO: 70%**

OBJETIVO: Permitir o escoamento da produção rural durante todo o ano e proporcionar tráfego seguro aos usuários da malha viária rural.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Máquinas e Equipamentos Rodoviários	**P 1018**	**26 e 782**	- Máquinas Adquiridas	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	5.000 10.000 10.000 10.000
- Construir e Recuperar Estradas Vicinais	**P 1019**	**26 e 782**	- Estradas construídas	- Km	2010 2011 2012 2013	07 07 08 08	5.000 10.000 12.000 12.000
- Construir Pontes, Bueiros, Mata-Burros e Serviços Complementares	**P 1020**	**26 e 782**	- Pontes e bueiros construídos	- ml	2010 2011 2012 2013	60 60 60 60	5.000 15.000 20.000 20.000
- Conservar e Restaurar Pontes, Bueiros e Mata-Burros	**A 2022**	**26 e 782**	- Pontes conservados e mantidas	- Ml.	2010 2011 2012 2013	150 150 150 150	7.000 10.000 10.000 10.000

- Conservar, Recuperar e Manter as Estradas Vicinais	A 2023	26 e 782	- Estradas conservadas e mantidas	- Km.	2010 2011 2012 2013	220 220 220 220	21.000 22.000 24.000 24.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**262.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 5010 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental

INDICADOR: Taxa de Evasão Escolar/Taxa de Repetência Escolar e Percentual de Crianças Fora da Escola na Faixa Etária de 7 a 14 anos.

INDICE RECENTE: 10%, 12% e 10%, respectivamente **INDICE DESEJADO: 5%, 6% e 5%, respectivamente**

OBJETIVO: Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Fundamental.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Construir e Ampliar Unidades Escolares	P 1021	12 e 361	- Escolas construídas e ampliadas	- m²	2010 2011 2012 2013	45 45 45 45	10.000 10.000 12.000 12.000
- Contribuir para a Previdência Social - MDE	A 2031	12 e 271	- Servidores beneficiados	- Um.	2010 2011 2012 2013	30 32 34 35	60.000 63.000 66.000 70.000
- Manter o Ensino Fundamental – MDE	A 2030	12 e 361	- Alunos beneficiados	- Un.	2010 2011 2012 2013	210 220 230 240	501.000 535.000 575.000 620.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	A 2027	12 e 361	- Despesas pagas	- Un.	2010 2011 2012 2013	06 06 06 06	15.000 12.000 12.000 13.000
- Executar o Programa Aplausos	A 2028	12 e 361	- Crianças atendidas	- Um.	2010 2011 2012 2013	120 120 120 120	9.000 10.000 10.000 12.000
- Reformar e Manter Unidades Escolares	A 2026	12 e 361	- Escolas reformadas e mantidas	- m²	2010 2011 2012 2013	130 130 130 130	21.000 24.000 26.000 28.000
- Adquirir Imóvel	P 1053	12 e 361	- Imóvel adquirido	- m²	2010 2011 2012 2013	 2.000 2.000 	-0- 5.000 5.000 -0-
						TOTAL NO PROGRAMA	**2.736.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 5020 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil

INDICADOR: Taxa de Crianças Atendidas na Faixa Etária de 0 a 6 anos

INDICE RECENTE: 65% **INDICE DESEJADO: 87%**

OBJETIVO: Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o desenvolvimento social, físico e intelectual.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Construir e Ampliar Creches	P 1025	12 e 365	- Creche construída e ampliada	- m²	2010 2011 2012 2013	180 180 180 180	1.286.000 10.000 12.000 13.000
- Adquirir Móveis, Máquinas e Equipamentos	P 1026	12 e 365	Equipamentos adquiridos	- Um.	2010 2011 2012 2013	24 12 12 12	6.000 6.000 7.000 8.000
- Contribuir para a Previdência Social	A 2037	12 e 271	- Servidores beneficiados	- um.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	3.000 4.000 4.000 5.000
- Manter a Educação Infantil - MEI	A 2036	12 e 365	- Alunos beneficiados	- Um.	2010 2011 2012 2013	200 200 250 250	69.000 75.000 80.000 87.000
- Reformar e Manter Creches	A	12	- Creches	- m²	2010	100	12.000

	2034	e 365	mantidas		2011 2012 2013	100 100 100	13.000 14.000 16.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**1.730.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA – 5030 – Apoio Educacional

INDICADOR: Índice de Alunos Beneficiados

INDICE RECENTE: 70% **INDICE DESEJADO: 90%**

OBJETIVO: Prover os órgãos do sistema educacional com ações complementares para o êxito dos programas finalísticos da educação

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter o Transporte Escolar	A 2032	12 e 361	- Alunos Transportados	- Un.	2010 2011 2012 2013	55.000 55.000 55.000 55.000	190.000 200.000 210.000 220.000
- Apoiar o Ensino Superior – Convênio com a UNEMAT	A 2035	12 e 364	- Alunos beneficiados	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	6.000 7.000 8.000 9.000
- Apoiar o Estudante Universitário	A 2091	12 e 364	- Alunos beneficiados	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	10.000 12.000 12.000 12.000
- Adquirir Veículos para Transporte Escolar	P 1022	12 e 361	- Veículo adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	9.000 12.000 14.000 15.000
- Executar o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	A 2078	12 e 361	- Escolas beneficiadas	- Un.	2010 2011 2012 2013	03 03 03 03	3.000 4.000 5.000 6.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**964.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 5040 – Gestão do Sistema de Educação

INDICADOR: Percentual de Profissionais da Educação Qualificados / Grau de Satisfação da População / Percentual de Servidores Administrativos Capacitados.

INDICE RECENTE: 70%, 80% e 40%, respectivamente INDICE DESEJADO: 82%, 92% e 70%, respectivamente

OBJETIVOS:

Descrição da ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	A 1023	12 e 361	Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	30 30 30 30	6.000 10.000 11.000 12.000
- Contribuir para o PASEP	A 2029	12 e 331	- Servidores beneficiados		2010 2011 2012 2013	53 55 57 57	12.000 14.000 15.000 17.000
- Capacitar e Reciclar Professores e Servidores	P 2033	12 e 361	- Professores capacitados	- Un.	2010 2011 2012 2013	20% 20% 20% 20%	9.000 9.000 10.000 10.000
- Executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	A 2025	12 e 306	Alunos beneficiados	- Un.	2010 2011 2012 2013	210 220 230 240	60.000 66.000 72.000 75.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**408.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

PROGRAMA: 5060 – Gestão do Sistema de Desporto

INDICADOR: Índice da População Beneficiada

INDICE RECENTE: 45% **INDICE DESEJADO: 79%**

OBJETIVO: Contribuir para isenção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania por meio de ampliação da prática esportiva e do lazer diminuindo a situação de exclusão e risco do jovem na faixa etária até 18 anos pela intensificação da prática esportiva, desenvolver o espírito de competitividade e a integração as diversas comunidades, descobrir novos talentos e afastar os jovens das drogas.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Construir e Ampliar Quadras, Praças Esportivas e Mini-Campos	P 1029	27 e 812	- Quadras, Praças e mini-campos construídos.	- m²	2010 2011 2012 2013	1.500 3.000 3.000 5.000	10.000 10.000 12.000 14.000
- Construir Ginásio Poliesportivo	P 1030	27 e 812	- Ginásio Construído	- m²	2010 2011 2012 2013	 800 800 	-0- 10.000 10.000 -0-
- Conservar e Reformar Unidades Esportivas	A 2041	27 e 812	- Unidades Esportivas conservadas e reformadas	- m²	2010 2011 2012 2013	2.400 2.400 2.400 2.400	9.000 10.000 11.000 12.000
- Incentivar o Esporte Amador	A 2040	27 e 812	- Esporte incentivado	- un	2010 2011 2012 2013	100% 100% 100% 100%	18.000 20.000 22.000 22.000
- Manter as Atividades da Secretaria	A 2100	27 e 812	- Secretaria mantida	- un	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	55.000 60.000 65.000 70.000
- Adquirir Máquinas e Equipamentos	P 1031	27 e 812	Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	08 08 07 07	6.000 6.000 6.000 8.000
- Adquirir Imóvel	P 1054	27 e 812	Imóvel adquirido	- m²	2010 2011 2012 2013	 	-0- 5.000 5.000 -0-
						TOTAL NO PROGRAMA	**476.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA:7010 – Atenção Básica a Saúde

INDICADOR: Índice da População Atendida

INDICE RECENTE: 55% **INDICE DESEJADO:** 88%

OBJETIVO: Proporcionar amplo e irrestrito acesso `a população aos serviços básicos em saúde

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Construir e Ampliar Unidades Básicas em Saúde	P 1033	10 301	Unidades implantadas	M²	2010 2011 2012 2013	360 160 90 90	10.000 12.000 15.000 15.000
- Reformar e Manter Unidades Básicas em Saúde	A 2042	10 301	Unidades mantidas	M²	2010 2011 2012 2013	120 120 150 180	16.000 16.000 18.000 20.000
- Manter a Saúde Bucal	A 2046	10 301	População atendida	Un.	2010 2011 2012 2013	1.600 1.600 1.700 1.700	75.000 78.000 81.000 84.000
- Manter a Saúde da Família – PSF	A 2045	10 301	População atendida	Un.	2010 2011 2012 2013	1.600 1.600 1.700 1.800	225.000 240.000 260.000 280.000
- Manter o Piso de Atenção Básica – PAB FIXO	A 2043	10 301	População atendida	Un.	2010 2011 2012 2013	1.700 1.700 1800 1.800	170.000 180.000 190.000 200.000
- Manter o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS	A 2044	10 301	População atendida	Un.	2010 2011 2012 2013	1.500 1.600 1.700 1.800	60.000 65.000 70.000 75.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**2.455.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7020 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

INDICADORES: Índice de Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados

ÍNDICE RECENTE: 60% **ÍNDICE DESEJADO: 84%**

OBJETIVO: Garantir a oferta de serviços de Média e Alta Complexidade à População do Município e referenciada.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter o Centro de Saúde	A	010	Centro mantido	Un.	2010	01	370.000
					2011	01	400.000
	2089	302			2012	01	430.000
					2013	01	460.000
- Manter os Serviços do Centro de Reabilitação	A	010	Centro de reabilitação	Un.	2010	01	27.000
					2011	01	.30.000
	2090	302	mantido		2012	01	33.000
					2013	01	36.000
- Contribuir com Consórcio Intermunicipal de Saúde - PACIS	A	010	Convênio executado	Un.	2010	01	18.000
					2011	01	21.000
	2052	302			2012	01	24.000
					2013	01	27.000
- Manter os Serviços de Hemoterapia	A	010	Serviços mantidos	un.	2010	01	3.000
					2011	01	3.000
	2091	302			2012	01	3.000
					2013	01	4.000
- Manter a Saúde Mental	A	010	Serviços mantidos	un.	2010	01	6.000
					2011	01	7.000
	2092	302			2012	01	7.000
					2013	01	8.000
					TOTAL NO PROGRAMA		**1.917.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7030 - Assistência Farmacêutica.

INDICADORES: Taxa da População Residente Beneficiada.

ÍNDICE RECENTE: 60% **ÍNDICE DESEJADO: 70%**

OBJETIVO: Garantir o acesso da população aos medicamentos básicos e elevar a disponibilidade de medicamentos genéricos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter a Assistência Farmacêutica Básica	A	010	População beneficiada	Un.	2010	1.500	110.000
					2011	1.500	115.000
	2047	303			2012	1.600	120.000
					2013	1.600	125.000
					TOTAL NO PROGRAMA		**470.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7040 - Vigilância em Saúde.

INDICADORES: Redução Índice de Doenças Epidemiológicas e Sanitárias

ÍNDICE RECENTE: 12% **ÍNDICE DESEJADO: 6%**

OBJETIVO: Eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, intervir nos problemas sanitários, epidemiológicos e ambientais de forma articulada, abrangendo os setores públicos e privados, visando o enfrentamento dos problemas de saúde da população municipal.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter as Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde – TFVS	A	010	População atendida	Un.	2010	240	18.000
					2011	240	21.000
	2055	305			2012	250	24.000
					2013	250	27.000
- Manter as Ações de Vigilância Sanitária	A	010	População atendida	Un.	2010	180	20.000
					2011	180	22.000
	2054	304			2012	200	24.000
					2013	200	25.000
					TOTAL NO PROGRAMA		**181.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA: 7050 - Gestão do SUS.

INDICADORES: Grau de Satisfação da População.

ÍNDICE RECENTE: 65% **ÍNDICE DESEJADO: 75%**

OBJETIVO: Apoiar a implementação de ações e serviços de saúde que contribuem para a organização e eficiência do sistema.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Contribuir com o PASEP	A 2056	010 331	Servidores beneficiados	Un.	2010 2011 2012 2013	15 17 18 20	12.000 13.000 14.000 15.000
- Manter a Educação Permanente em Saúde	A 2095	010 128	Servidores capacitados	Un.	2010 2011 2012 2013	20% 20% 20% 20%	13.000 10.000 10.000 12.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	A 2010	04 e 122	- Despesas pagas	- Un.	2010 2011 2012 2013	20 08 08 06	16.000 15.000 15.000 15.000
- Adquirir Máquinas e Equipamentos	P 1032	010 122	Equipamentos adquiridos	Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 12 12	10.000 10.000 12.000 12.000
- Manter as Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde	A 2096	010 122	Ações administrativas da SMS mantidas	Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	82.000 90.000 96.000 105.000
- Manter o Conselho Municipal de Saúde	A 2097	010 122	Conselho mantido	Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	8.000 9.000 10.000 10.000
- Realizar Tratamento Médico Fora do Domicílio - TFD	A 2051	010 302	Pacientes atendidos	Un.	2010 2011 2012 2013	90 90 100 100	36.000 39.000 42.000 45.000
- Adquirir Imóvel	P 1055	010 122	Imóvel adquirirdo	M².	2010 2011 2012 2013	-0- 10 12 12	-0- 5.000 5.000 -0-
						TOTAL NO PROGRAMA	**796.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8010 – Atenção a Criança e ao Adolescente

INDICADOR: Taxa de Crianças Atendidas

INDICE RECENTE: 50% **INDICE DESEJADO: 78%**

OBJETIVO: Assegurar o atendimento a jovens, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, promovendo ações sócio-educativas e preparando-os para o mundo do trabalho e participação cidadã.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manter o Conselho Tutelar	A 2059	08 e 243	- Crianças e jovens atendidos	- Un	2010 2011 2012 2013	120 120 120 120	54.000 57.000 60.000 63.000
						TOTAL NO PROGRAMA	**234.000**

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

PROGRAMA: 8050 – Gestão do Sistema de Assistência Social

INDICADOR: Índice de Famílias Atendidas

INDICE RECENTE: 60% **INDICE DESEJADO: 81%**

OBJETIVO: Estimular e apoiar as ações que visem preservar a integridade da pessoa humana através dos diversos órgãos governamentais e não governamentais visando a melhoria de vida da população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Móveis e Equipamentos	P 1037	08 e 244	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	15 15 15 15	3.000 3.000 5.000 5.000
- Reformar e Conservar Centro	A	08	- Centro	- m²	2010	60	8.000

Comunitário	2066	e 244	comunitário reformado		2011 2012 2013	60 60 60	8.000 9.000 10.000
- Contribuir com a Previdência Social	A 2082	08 e 244	- Servidores beneficiados	- un	2010 2011 2012 2013	05 05 06 07	9.000 10.000 11.000 12.000
- Manter as Atividades da Secretaria	A 2081	08 e 244	- Secretaria mantida	- un	2010 2011 2012 2013	01 001 01	160.000 175.000 190.000 205.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	A 20	08 e 244	- Despesas pagas	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 08 08 06	8.000 6.000 6.000 5.000
						TOTAL NO PROGRAMA	848.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8010 – Atenção a Criança e ao Adolescente

INDICADOR: Taxa de Crianças Atendidas

INDICE RECENTE: 55% **INDICE DESEJADO: 80%**

OBJETIVO: Assegurar o atendimento a jovens, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, promovendo ações sócio-educativas e preparando-os para o mundo do trabalho e participação cidadã.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Executar o Programa Agente Jovem	A 2062	08 e 243	- Jovens atendidos	- un	2010 2011 2012 2013	25 25 25 25	48.000 51.000 54.000 57.000
- Implantar o Programa Primeiro Emprego	A 2063	08 e 333	- Jovens beneficiados	- un	2010 2011 2012 2013	40 40 40 40	-0- 24.000 37.000 27.000
- Executar o Programa Sentinela	A 2070	08 e 243	- Programa atendido	- un	2010 2011 2012	40 40 40	-0- 20.000 20.000
					2013	40	20.000
- Executar o Programa PETI	A 2060	08 e 243	- Jovens atendidos	- Un.	2010 2011 2012 2013	50 50 50 50	37.000 40.000 44.000 48.000
						TOTAL NO PROGRAMA	527.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8030 – Atenção ao Idoso

INDICADOR: Taxa de Pessoas Idosas Atendidas

INDICE RECENTE: 66% **INDICE DESEJADO: 90%**

OBJETIVO: Assegurar condições iguais de vida a idosos, proporcionando-lhes ajuda financeira e/ou acolhimento em Centro de Convivência e lar dos Idosos.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Executar o Programa Atenção a Pessoa Idosa – API	A 2058	08 e 241	- Idosos atendidos	- un.	2010 2011 2012 2013	160 160 160 160	12.000 12.000 13.000 14.000
- Conservar e Manter o Centro de Convivência do Idoso	A 2057	08 e 241	- Centro de convivência mantido	- un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	-0- 10.000 12.000 12.000
						TOTAL NO PROGRAMA	85.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8040 – Enfrentamento a Pobreza

INDICADOR: Taxa de Redução da Carência Alimentar

INDICE RECENTE: 15% **INDICE DESEJADO: 7%**

OBJETIVO: Erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais nos termos dos art. 3º, III e 23, X, da Constituição Federal.

Descrição da Ação	Tipo	Função/	Produto	Unidade	Ano	Metas Físicas	Valores

		Sub- função	(Bem ou Serviço)	Medida			(R$ 1,00)
- Adquirir Materiais para Distribuição Gratuita	A 2061	08 e 244	- Famílias atendidas	- Un.	2010 2011 2012 2013	30 30 30 30	15.000 15.000 18.000 18.000
						TOTAL NO PROGRAMA	66.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8050 – Gestão do Sistema de Assistência Social

INDICADOR: Índice de Famílias Atendidas

INDICE RECENTE: 60% **INDICE DESEJADO:** 88%

OBJETIVO: Estimular e apoiar as ações que visem preservar a integridade da pessoa humana através dos diversos órgãos governamentais e não governamentais visando a melhoria de vida da população.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Adquirir Móveis e Equipamentos	P 1037	08 e 244	- Equipamentos adquiridos	- Un.	2010 2011 2012 2013	15 15 15 15	6.000 6.000 6.000 6.000
- Pagar Despesas de Exercícios Encerrados	A 2080	08 e 244	- Despesas pagas	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 08 10 05	8.000 8.000 6.000 5.000
- Ampliar Centro Comunitário	P 1038	08 e 244	- População beneficiada	- m²	2010 2011 2012 2013	 200 100 60	-0- 15.000 10.000 10.000
- Reformar e Conservar Centro Comunitário	A 2066	08 e 244	- Centro comunitário reformado	- m²	2010 2011 2012 2013	180 180 180 180	-0- 6.000 6.000 6.000
- Contribuir para o PASEP	A 2067	08 e 331	- Servidores beneficiados	- Un.	2010 2011 2012	12 13 14	9.000 10.000 10.000
					2013	14	12.000
- Manter as Atividades do Fundo de Assistência Social	A 2064	08 e 244	- Fundo mantido	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	104.000 112.000 120.000 130.000
						TOTAL NO PROGRAMA	611.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8060 – Morar Melhor

INDICADOR: Índice do Déficit Habitacional

INDICE RECENTE: 20% **INDICE DESEJADO:** 8%

OBJETIVO: Criar condições de melhoria de moradia para as famílias carentes e reduzir ocupações clandestinas e irregulares de áreas públicas e reduzir o déficit habitacional.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Construir Unidades Habitacionais	P 1039	16 e 482	- Casas construídas	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	20.000 20.000 20.000 20.000
- Adquirir Cestas para Construção de Casas Populares	P 1040	16 e 482	- Cestas adquiridas	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	30.000 30.000 30.000 30.000
						TOTAL NO PROGRAMA	200.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: 8070 – Apoio a Família

INDICADOR: Índice de Famílias Atendidas

INDICE RECENTE: 20% **INDICE DESEJADO:** 60%

OBJETIVO: Apoiar família em condição de vulnerabilidade social através de ações de resgate da auto-estima familiar fomenta a geração de renda e garantia da cidadania.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)

- Implantar Programa de Apoio a Família - PAIF	A 2068	08 e 244	- Famílias apoiadas	- Un.	2010 2011 2012 2013	300 300 300 300	24.000 30.000 36.000 42.000
- Executar o Programa de Ação Sócio-Educativo de Apoio à Família - ASEF	A 2069	08 e 243	- Famílias atendidas	- Un.	2010 2011 2012 2013	240 240 240 240	9.000 12.000 15.000 18.000
- Implantar Programa de Fomento à Geração de Renda	P 1042	08 e 244	- População beneficiada	- un	2010 2011 2012 2013	 180 200 220	-0- 20.000 20.000 20.000
						TOTAL NO PROGRAMA	246.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

PROGRAMA: 6070– Desenvolvimento do Ensino Básico

INDICADOR: Melhorar a Qualidade do Ensino Básico

INDICE RECENTE: 75% INDICE DESEJADO: 90%

OBJETIVO: Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Básico.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Aquisição de Máquinas e Equipamentos – 40%	P 1044	12 e 361	Equipamentos adquiridos	-Un.	2010 2011 2012 2013	15 15 15 17	24.000 24.000 26.000 28.000
- Manter as Atividades do FUNDEB – 40%	A 2085	12 e 361	- Fundo mantido	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	41.000 40.000 42.000 42.000
- Manter as Atividades do FUNDEB – 40%	A 2103	12 e 365	- Fundo mantido	- Un.	2010 2011 2012 2013	01 01 01 01	15.000 20.000 21.000 24.000
- Remunerar os Profissionais do Ensino – Fundamental - 60%	A 2083	12 e 361	- Magistério remunerado	- Un.	2010 2011 2012 2013	35 35 35 35	727.000 740.000 770.000 800.000
- Remunerar os Profissionais do Ensino – Infantil - 60%	A 2084	12 e 365	- Magistério remunerado	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	237.000 245.000 265.000 280.000
- Capacitar e Reciclar Profissionais da Educação	A 2102	12 e 365	- Profissionais capacitados	- Un.	2010 2011 2012 2013	10 10 10 10	6.000 8.000 8.000 10.000
						TOTAL NO PROGRAMA	4.443.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO MUNICIPAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

PROGRAMA:9100 – Programa do Transporte Escolar

INDICADOR: Índice na Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados

INDICE RECENTE: 70% INDICE DESEJADO: 90%

OBJETIVO: Prover os órgãos do sistema educacional com ações complementares para o êxito dos programas finalísticos da educação

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)
- Manutenção do Transporte Escolar	A 2075	12 e 361	- Alunos beneficiados	- Un.	2010 2011 2012 2013	25 30 30 35	48.000 51.000 54.000 57.000
						TOTAL NO PROGRAMA	210.000

UNIDADE RESPONSÁVEL: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PROGRAMA: 9999 – Reserva de Contingência

OBJETIVO: Destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fontes de recursos para abertura de Créditos Adicionais.

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Sub- função	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1,00)

- Reserva d de Contingência	A 9999	99 e 999		- Un.	2010 2011 2012 2013		300.000 330.000 350.000 380.000

TOTAL NO PROGRAMA	1.360.000
TOTAL NO PPA - 2010	8.178.000
TOTAL NO PPA- 2011	7.420.000
TOTAL NO PPA – 2012	7.997.000
TOTAL NO PPA – 2013	8.471.000
TOTAL GERAL NO PPA	32.066.000

Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada

lei Nº 0186/2009
De 17 de DEZEmbro de 2009.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Serra Nova Dourada – MT, para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – MT, o Sr.VALDIVINO CARMO CANDIDO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do município de Serra Nova Dourada, abragendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 6.513.367,44 (Seis milhões e quinhentos e treze mil Trezentos e Sessenta e Sete reais e Quarenta e Quatro Centavos), sendo a despesa distribuídas da seguinte forma: para a Câmara Municipal R$ 431.900,00 (Quatrocentos e trinta e um mil e novecentos reais), e em R$ 6.081.467,44 (seis milhões, oitenta e um mil quatrocentos sessenta e sete reais e quarenta quatro centavos), para a Prefeitura Municipal, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

]Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Receitas Correntes	R$	6.454.737,44
Receita Tributaria	R$	202.883,44
Receita de Patrimonial	R$	9.608,00
Receita de Serviços	R$	27.670,00
Transferências Correntes	R$	6.036.538,00
Outras Receitas Correntes	R$	178.037,00
Receitas de Capital	R$	58.630,00
Transferência de Capital	R$	58.630,00
Total da Administração Direta	**R$**	**6.513.367,44**

Art. 3º - A despesa do município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Despesas Correntes	R$	4.934.752,17
Despesas de Capital	R$	1.508.615,27
Reserva de Contingência	R$	70.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**6.513.367,44**

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	431.900,00
Gabinete do Prefeito	R$	640.784,07
Secretaria de Adm. E Finanças	R$	295.393,67
Secretaria de Educação Desporto e Lazer	R$	1.801.960,06
Secretaria Municipal de Saúde	R$	1.959.957,50
Secretaria de Obras Viação e Serviços Públicos	R$	1.067.800,00
Secretaria Agricultura, Meio Ambiente	R$	152.757,50
Secretaria municipal promoção Social		162.814,64
Total da Administração Direta	**R$**	**6.513.367,44**

III – POR FUNÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01- Legislativa	R$	418.400,00
04- Administração	R$	1.286.634,07
06- Segurança Pública	R$	20.000,00
08- Assistência social	R$	162.814,64
10- Saúde	R$	1.682.682,50
11- Trabalho	R$	65.133,67
12- Educação	R$	1.738.920,06
13- Cultura	R$	60.750,00
15- Urbanismo	R$	291.000,00
16- Habitação	R$	750,00
17- Saneamento	R$	277.275,00
18- Gestão Ambiental	R$	26.900,00
20- Agricultura	R$	125.857,50
22- Indústria	R$	10.500,00
24- Comunicações	R$	5.000,00
26- Transporte	R$	253.750,00
27- Desporto e Lazer	R$	3.500,00
28- Legislativo	R$	13.500,00
99- Reserva de Contigência	R$	70.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**6.513.367,44**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031- Ação Legislativa	R$	415.000,00
121- Planejamento e Orçamento	R$	23.100,00
122- Administração Geral	R$	1.333.441,57
127- Ordenamento Territorial	R$	5.250,00
128 Formação de Recursos Humanos	R$	10.500,00
131 Ação Legislativa	R$	21.900,00
182 Defesa Civil	R$	20.000,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	62.500,00
244 Assistência Comunitária	R$	37.764,64
301 Atenção Básica	R$	1.647.432,50
303 Suporte Profilático e Terapêutico	R$	5.250,00
305 Vigilância Epidemiológica	R$	30.000,00
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	65.133,67
361 Ensino Fundamental	R$	1.503.500,00
364 Ensino Superior	R$	15.520,05
365 Educação Infantil	R$	219.900,00
392 Difusão Cultural	R$	60.750,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R$	291.000,00
452 Serviços Urbanos	R$	15.750,00
482 Habitação Urbana	R$	750,00
512 Saneamento Básico Urbano	R$	339.825,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R$	26.900,00
601 Promoção da Produção Vegetal	R$	15.750,00
602- Promoção da Produção Animal	R$	6.000,00
605 Abastecimento	R$	2.000,00
661 Promoção Industrial	R$	10.500,00
781- Transportes Aéreo	R$	10.500,00
662- Extensão Rural	R$	16.450,00
782 Transporte Rodoviário	R$	227.500,00
812 Desporto Comunitário	R$	3.500,00
999 Reserva de Contingência	R$	70.000,00
Total da Administração Direta	**R$**	**6.513.367,44**

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

01 – Reserva de Contingência
70.000,00
TOTAL: 70.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta e de R$ 1.845.497,14 (um milhão, Oitocentos quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete reais e quatorze centavos).

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Saúde	R$	1.682.682,50
Assistência	R$	162.814,64
Total da Administração Direta	**R$**	**1.845.497,14**

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) do total da despesa fixado no art. 1º desta Lei, criando se necessário, elementos de despesa dentro de cada ação.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Art. 8º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada – MT, 17 de Dezembro de 2009.

VALDIVINO CARMO CANDIDO
Prefeito Municipal

EDITAL N°014/009

DE 17 de Dezembro 2009.

VALDIVINO CARMO CANDIDO, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, em cumprimento da lei Orgânica Municipal e o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, torna pública a **Lei Municipal de n° 186/2009 de Outubro de 2009.**

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público a LEI MUNICIPAL N°186/2009, **Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Serra Nova Dourada – MT, para o exercício de 2010.**

TORNA-SE PÚBLICO

Registre-se
Cumpra-se
Publique-se

Gabinete do Prefeito, 17 de Dezembro de 2009

VALDIVINO CARMO CANDIDO
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO

Certificado e dou fé que o Edital n° 014/2009 cumpriu o disposto no artigo 37 da constituição Federal, o qual publicou a **Lei Municipal n° 186/2009 de 17 de Dezembro de 2009.**

A publicação foi no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e órgãos públicos existentes na cidade, por não haver jornal de grande circulação e outros meios de comunicação no Município.

Serra Nova Dourada -MT, 17 de Dezembro de 2009.

VALDIVINO CARMO CANDIDO
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Sinop

DECRETO Nº. 004/2010

DATA: 08 de janeiro de 2010

SÚMULA: Divulga os dias de feriados nacional, estadual e municipal, e define os pontos facultativos na Administração Pública Municipal, exceto para os serviços considerados imprescindíveis à comunidade.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os feriados civis declarados pelas Leis Federais nº 662, de 06 de abril de 1949; nº 9.093, de 12 de setembro de 1995 e nº10. 607, de 19 de dezembro de 2002; bem como ainda o feriado declarado pela Lei Estadual nº 7.879, de 27 de dezembro de 2002, e o da Lei Municipal nº 031, de 10 de novembro de 1983;

D E C R E T A:

Art. 1º. Divulgar os dias de feriados nacional, estadual e municipal, e definir os pontos facultativos no ano de 2010 para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, exceto para os serviços considerados imprescindíveis à comunidade.

I - 1º de janeiro (sexta-feira), Confraternização Universal - feriado nacional;
II -16 de fevereiro (terça-feira), Carnaval – ponto facultativo;
III - 17 de fevereiro (quarta-feira) de Cinzas - ponto facultativo até as 12 horas;
IV- 02 de abril (sexta-feira), Paixão de Cristo;
V - 04 de abril (domingo), Páscoa;
VI - 21 de abril (quarta-feira), Tiradentes - feriado nacional;
VII - 1º de maio (sábado), Dia do Trabalho - feriado nacional;
VIII - 03 de junho (quinta-feira), Corpus Christi – feriado nacional;
IX - 13 de junho (domingo), Feriado Municipal, Santo Antônio - Padroeiro de Sinop;
X - 07 de setembro (terça-feira), Independência do Brasil - feriado nacional;
XI - 14 de setembro (terça-feira), Feriado Municipal - Data da Fundação de Sinop;
XII - 12 de outubro (terça-feira), Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;
XIII - 29 de outubro (sexta-feira), ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público;
XIV - 02 de novembro (terça-feira), Dia de Finados - feriado nacional;
XV - 15 de novembro (segunda-feira), Proclamação da República - feriado nacional;
XVI - 20 de novembro (sábado), Dia da Consciência Negra - feriado estadual;
XVII - 24 de dezembro (sexta-feira) Ponto Facultativo;
XVIII - 25 de dezembro (sábado), Natal - feriado nacional;
XIX - 31 de dezembro (sexta - feira) Ponto Facultativo.

Art. 2º. Caberá aos Secretários Municipais a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 08 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício



Janeiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

1 - Confraternização Universal

Fevereiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

16 - Carnaval (facultativo)
17 - Quarta de Cinzas - até 12 h

Março

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Abril

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

2 - Sexta-feira da Paixão
4 - Páscoa
21 - Tiradentes

Maio

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1 - Dia do Trabalho

Junho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

3 - Corpus Christi
13 - Padroeiro Sto Antonio

Julho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Agosto

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Setembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

7 - Independência do Brasil
14 - Aniversário Sinop

Outubro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

12 - Nossa Senhora Aparecida
29 - Comemor. Servidor Púb.

Novembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

2 - Finados
15 - Proclamação da República
20 - Consciência Negra

Dezembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

24 - Ponto Facultativo
25 - Natal
31 - Ponto Facultativo

DECRETO Nº 180/2009

DATA: 08 de dezembro de 2009
SUMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 312.152,00 (trezentos e doze mil, cento e cinqüenta e dois reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1068/2008.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 312.152,00 (Trezentos e doze mil, cento e cinqüenta e dois reais), para atender as seguintes dotações:

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/6 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 08 de dezembro de 2009.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

OBS. Este Decreto encontra-se na íntegra no Mural da Prefeitura Mun. de Sinop

EXTRATO DO CONVÊNIO 025/2009OBJETO:

Constitui objeto deste Convênio a concessão de empréstimo e financiamento pelo Banco Bonsucesso aos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquia e Fundacional, do Convenente, mediante descontos em suas respectivas folhas de pagamentos, até o valor necessário a quitação de cada uma das parcelas do empréstimo ou financiamento.PERÍODO: 27/11/ 2009 a 31/12/2012. PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP CONVENENTE: BANCO BONSUCESSO S.ASINOP, 06 de janeiro de 2010

LEI Nº 1243/2010

DATA: 04 de janeiro de 2010
SÚMULA: Dá denominação às vias do Residencial Campo Verde, município de Sinop.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam denominadas Rua Pedro Duarte; Rua Ilza Ferreira de Moraes e Estrada Arnaldo Stefann, localizadas no Residencial Campo Verde, distribuídas conforme anexo I da presente lei.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 04 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1244/2009

DATA: 04 de janeiro de 2010
SÚMULA: Converte em avenida a Estrada Municipal Ruth, denominando-a de "Avenida Integração".

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1° Fica convertida em avenida a Estrada Municipal Ruth, denominando-a de "Avenida Integração".
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 04 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 001/2010
DATA: 06 de janeiro de 2010
SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado, os servidores que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, os servidores que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃ
MARIA APARECIDA FERREIRA	Chefe do Setor de Apoio Administrativo do PROCON	02	05.01.2010
REGIVALDO FREITAS SILVA	Chefe de Divisão de Cerimonial	05	04.01.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 002/2010

DATA: 06 de janeiro de 2010
SÚMULA: Concede a servidora efetiva MARLENE DRUZIAN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Referência CE-06, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois (02) anos.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe o art. 137, da Lei 254, de 29 de março de 1993.
R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva MARLENE DRUZIAN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Referência CE-06, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de dois (02) anos, nos termos do art. 113, inciso VIII, da Lei 254, de 29 de março de 1993, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 003/2010
DATA: 06 de janeiro de 2010
SÚMULA: Concede licença prêmio aos servidores que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe o art. 90, § 3º inciso II da LOM.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio aos servidores que menciona:

Nome	Cargo Efetivo	CE	Quinquênio	Data Final
CLAUDETE BARBIEIRO GONÇALVES	Zelador	02	12.06.2003 a 11.06.2008	28.02.2010
MARCIA ANA NASCIMENTO	Auxiliar Administrativo	06	01.06.2004 a 31.05.2009	06.02.2010
SONIA FATIMA FERREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	02	12.06.1998 a 11.06.2003	29.01.2010
SAIONARA DE FREITAS AZEVEDO	Auxiliar de Laboratório	09	03.05.2004 a 02.05.2009	29.01.2010
LEVI PEREIRA ALMEIDA	Guarda de Trânsito	15	04.08.2003 a 03.08.2008	28.02.2010
VALDEMAR PERES	Vigia	02	21.09.2000 a 20.09.2005	29.01.2010
CIRO PEREIRA CAMPOS	Operário Braçal	04	15.09.2003 a 14.09.2008	29.01.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de janeiro de 2010.

PORTARIA Nº 004/2010
DATA: 06 de janeiro de 2010
SÚMULA: Exonera, a pedido do quadro efetivo, o servidor que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido do quadro efetivo, o servidor que menciona:

NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
RAFAEL THIAGO MARQUES DOS SANTOS	Técnico de Enfermagem	13	06.01.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
EM, 06 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 005/2010

DATA: 06 de janeiro de 2010.
SÚMULA: Altera a Portaria n° 626/2009, de 03 de dezembro de 2009, alterando o cargo do servidor que menciona.

AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar a Portaria 626/2009, de 03 de dezembro de 2009, alterando o cargo do servidor que menciona, a partir do dia 01 de dezembro de 2009.

NOME	CARGO	CE
ILIDIO COUTO MOREIRA	Médico Cirurgião Geral 30 h	26

Art. 2º - Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO;
EM, 06 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº. 006/2010

DATA: 06 de janeiro de 2010
SÚMULA: Nomeia, no quadro temporário, os servidores que menciona.
AUMERI CARLOS BAMPI, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, EM EXERCÍCIO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Nomeia, no quadro temporário, os servidores que menciona:

NOME	CARGO	CE	PERÍODO
DANIEL BAROSSO DE ABREU	Eletricista Veículos Automotores	10	13.01.2010 a 09.07.2010
CRISTINA SANTOS YEGROS	Medico Clinico Geral 44 h	26	01.01.2010 a 29.06.2010
SERGIO CANDIDO CABRAL	Soldador em Geral	13	13.01.2010 a 09.07.2010

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 06 de janeiro de 2010.

AUMERI CARLOS BAMPI
Prefeito Municipal em Exercício

Prefeitura Municipal de Tabaporã

EDITAL DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 02/2010.

TIPO MENOR PREÇO.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, nomeada pela portaria nº 02/2010 de 04/01/2010, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2010, cuja abertura ocorrerá as 09:00 horas locais do dia 25 de Janeiro de 2010, na sala de Licitação da Prefeitura municipal, Objeto: Aquisição de Combustível para uso dos maquinários da Prefeitura. O edital com informações complementares poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal, ao custo de R$ 100,00 (cem reais) através da Guia de recolhimento junto a tesouraria da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min as 11h00min horas e das 13h00min as 15h00minhs local, fone (oxx66) 3557.1415 - Tabapora/MT. 06 de Janeiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitação
Magaly Ângela Baesso Treuherz.

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N° 01/2010.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã torna público aos interessados que a Licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 01/2010, publicada no diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 05/01/2010, Objeto, aquisição de peças em geral, fica Cancelada a Licitação por razoes Administrativa. Tabaporã-MT, 07 de Janeiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitação
Magaly Ângela Baesso Treuherz.

EXTRATO DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE
Nº 001/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)

CONTRATADA: Dra. RAFAELA CRISTINA COUTINHO SALDIBA
CRM: 5863 MT

OBJETO: Contratação temporária por interesse público do profissional para prestação de serviços médicos em atendimento na Unidade de Saúde da Família I e fazer plantões médicos no Hospital Municipal Dr. Carlos Vidoto, ou conforme determinado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tabaporã - MT.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94
VALOR: R$ 26.000,00 (Vinte e Seis mil Reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04/01/2010 até 03/02/2010.

Prefeitura Municipal de Tapurah

EDITAL DE RESULTADO
Pregão Presencial Nº 003/2009

COMUNICAMOS aos interessados, que conforme Edital afixado no mural, do Paço Municipal e disponibilizado no site www.tapurah.mt.gov.br, em 11/12/2009, referente ao Pregão Presencial nº 003/2009. OBJETO: Materiais de Construção para um Laticínio no Município de Tapurah – MT. Cuja abertura se deu em data de 23/12/2009, consagraram-se vencedoras as empresas: **PARANA MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA** foi vencedora do: **LOTE 01: MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO no valor de R$ 17.950,00, LOTE 03: MATERIAIS P/ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS no valor de R$ 2.741,00, LOTE 04: MATERIAIS P/ INSTALAÇÕES HIDRO-SANITARIAS no valor de R$ 3.715,00, LOTE 05: MATERIAIS DE PINTURA no valor de R$ 1.800,00, LOTE 07: MATERIAIS PARA COBERTURA no valor de R$ 1.680,00 e LOTE 08: MATERIAIS PARA FORRO no valor de R$ 2.170,00, totalizando R$ 30.056,00. A empresa KRAUSE E KRAUSE LTDA** foi vencedora do: **LOTE 02: MATERIAIS P/ PISO no valor de R$ 3.510,00 e LOTE 06: MATERIAIS PARA ESQUADRIAS no valor de R$ 4.779,00, totalizando R$ 8.289,00. O valor total desta licitação é de R$ 38.345,00.**

MILTON GELLER -
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

EXTRA TEMPORE - AVISO DE RESULTADO - Pregão Presencial N. º 052/2009.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que o Pregão Presencial supra citado, cujo objeto é Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Fossa Séptica, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foi declarado DESERTO em razão de não comparecerem interessados, no dia e horário marcado para abertura da sessão. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro - Várzea Grande – MT - 26 de Novembro de 2009.

PORTARIA Nº 001/2010.

"Dispõe sobre a circulação e o estacionamento dos veículos no pátio do Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Várzea Grande"

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições que lhe compete o artigo 79 inciso I, da Constituição Municipal,
RESOLVE:

Art.1º. Determina que possam circular e estacionar no pátio do Almoxarifado Central os seguintes veículos:

I – Veículos oficiais;
II – Veículos pertencentes aos fornecedores.

Parágrafo único. Observados os itens I e II deste artigo, fica expressamente proibida a entrada e circulação de veículos de servidores e particulares.

Art. 2º. A Coordenadoria de Transporte da Secretaria Municipal de Administração exercerá rígido controle no cumprimento desta Portaria.

Art. 3º. A responsabilidade da entrada e saída de veículos no pátio do Almoxarifado Central é do Agente de Segurança e Manutenção escalado no portão de acesso ao pátio.
§ 1º. Preenchimento de formulário de entrada e saída de veículos constante no artigo 1º desta Portaria no pátio do Almoxarifado Central;

§ 2º. O Agente de Segurança e Manutenção escalado para desempenhar as funções de controle do portão e acesso ao pátio do Almoxarifado Central estará subordinado a Coordenadoria de Transporte.

Art. 4º. O descumprimento das determinações constantes na presente Portaria configurará inflação disciplinar passível de punição administrativa.

Art. 5º. Os casos omissos desta Portaria serão dirimidos pela Procuradoria Geral do Município juntamente a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 6º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 7º. Esta Portaria todas entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 04 de janeiro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 002/2010

"Regulamenta o §2º do artigo 3º da Portaria n°. 001/2010 que dispõe sobre o Agente de Segurança e Manutenção escalado para desempenhar as funções de controle e acesso ao pátio do Almoxarifado Central estará subordinado a Coordenadoria de Transporte"

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições que lhe compete o artigo 79 inciso I, da Constituição Municipal,
RESOLVE:

Art.1º. Os Agentes de Segurança e Manutenção escalados para desempenhar as funções de controle do portão e acesso ao pátio do Almoxarifado Central estarão subordinados a Coordenadoria de Transporte.

§ único. Os agentes de Segurança e Manutenção escalados desempenharão as seguintes atividades:

I. Anotar as ocorrências de entrada e saída do Pátio do Almoxarifado Central, enviando relatório semanal para a Coordenadoria de Transporte;

II. Manter registro de identificação de servidores e fornecedores que adentrem ao portão de acesso ao pátio do Almoxarifado Central;

III. Não deixar desprovido de pessoal a cabine de controle do portão de acesso;

IV. Realizar o recebimento e entrega de veículos oficiais fora do horário de expediente da Coordenadoria de Transportes;

V. Nos casos atividades ou procedimentos não rotineiros de algum servidor ou fornecedor dentro do pátio do Almoxarifado Central o Agente de Segurança e Manutenção deverá informa imediatamente o Coordenador de Transporte que tomara as medidas cabíveis; e

VI. Realizar rondas periódicas nas dependências do pátio do Almoxarifado Central.

Art. 2º. A escala de serviço dos Agentes de Segurança e Manutenção será de responsabilidade da Coordenadoria de Transporte da Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º. A escala de serviço será definida por plantões de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso.

§2º. Cada turno de serviço será composta por 2 (dois) agentes de segurança e manutenção.

I. Nos casos de falta simultânea dos por 2 (dois) agentes de segurança e manutenção responsáveis pela escala, o servidor que esta em serviço deverá comunicar o Coordenador de Transportes que deverá convocar um dos agentes de segurança e manutenção de folga para suprir esta lacuna.

II. Os casos de falta, férias e licença prêmio deverão ser analisadas de acordo com as necessidades da Coordenadoria de Transportes.

III – Os casos de Licença dos servidores deverão ser informados imediatamente a Coordenadoria Administrativa que convocará extraordinariamente outro agente de segurança e manutenção para dirimir esta lacuna.

Art. 3º. O descumprimento das determinações constantes na presente Portaria configurará inflação disciplinar passível de punição administrativa.

Art. 4º. Os casos omissos desta Portaria serão dirimidos pela Procuradoria Geral do Município juntamente a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Portaria todas entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 04 de janeiro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 003/2010.

"Nomeia a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, responsável pela realização de licitação na Modalidade Pregão"

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e considerando no artigo 5º, inciso III, do Decreto Municipal nº 32, de 03 de junho de 2005, bem como o artigo IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a equipe técnica responsável pela realização de licitação na modalidade **PREGÃO,** os seguintes membros:

I – Pregoeiro:
Luciano Raci de Lima

II – Equipe de Apoio:
Elga Christine Amarante
Josiane Jissele Ribeiro da Silva
Maria da Conceição Oliveira

Art. 2º. Esta Portaria todas entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 05 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Consórcios Intermunicipais

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISMO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL"

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2008.
Contratante: CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: SM CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Altera o vencimento para 31/12/2010 e estabelece o valor estimado para 2010 em R$ 1.108.527,00.
São José dos Quatro Marcos, 30 de dezembro de 2009.

RESOLUÇÃO Nº. 001/2010

"Dispõe sobre nomeação de Cargo Comissionado e dá outras providências"

O **Sr. Gerson Rosa de Moraes**, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia" - CIDESA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 20, do Estatuto do Consórcio.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **Telma Moraes Lima de Oliveira,** para o cargo de **Secretária Executiva** do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental "Portal do Araguaia" - CIDESAPA;

Art. 2º - O vencimento do cargo de Secretario Executivo, corresponderá a R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), a despesa correrá à conta do elemento de despesa 3.1.1.1.00.00. – Vencimento e Vantagens Fixas, do orçamento corrente.

Art. 3º - O Secretario Executivo responderá em conjunto com o Presidente sobre as movimentações Financeiras, mediante autorização do Presidente poderão efetuar pagamento por meio de transferência bancarias e cheques bancários nominais.

Art. 4. º - Está Portaria terá seus efeitos até 31/12/2010.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, aos quatro (04) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dez (2010).

Gerson Rosa de Moraes
Presidente do CIDESAPA

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Coordenação de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa (65) 2123-1244
Editoração Eletrônica: Silvio Luiz Gomes da Silva
Atendimento: Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**